

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS- UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marines Dors

DYONÉLIO MACHADO (1895-1985):
os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual

São Leopoldo

2008

Marines Dors

DYONÉLIO MACHADO (1895-1985):
os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientadora: Dr. Maria Cristina Bohn Martins

São Leopoldo
2008

CIP – Catalogação na Publicação

D717d Dors, Marines

Dyonélio Machado (1895-1985) : os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual / Marines Dors. – 2008. 200 f. ; 30 cm.

Orientação: Profª Maria Cristina Bohn Martins.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

1. Machado, Dyonélio, 1895-1985 – Biografia. 2. Intelectuais e política. I. Martins, Maria Cristina Bohn, orientadora. II. Título.

CDU : 929Dyonélio Machado

Catálogo: bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Marines Dors

DYONÉLIO MACHADO (1895-1985):
os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Estudos Históricos Latino-Americanos.

Aprovado em 28 de março de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Bohn Martins – (Orientadora) UNISINOS

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz – UNISINOS

Prof. Dr. Mauro José Gaglietti – IMED e URI

Aos três homens que marcam minha trajetória com seus exemplos de entusiasmo e de alegria de viver: Valdemar Dors, meu pai, que me contou histórias; Mauro Gaglietti, meu mestre, que me ensinou a pesquisar História; e Dilamar Corrêa, meu namorado, cujo nome está escrito em minha história...

AGRADECIMENTOS

À Maria Cristina Bohn Martins, que me orientou nesta pesquisa, com carinho, disponibilidade e competência.

Aos professores Flávio Madureira Heinz e Mauro José Gaglietti, que participaram da *defesa* deste trabalho, contribuindo com a pesquisa; e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, na área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos, pela acolhida.

À UNISINOS pela concessão das bolsas Padre Milton Valente e Bolsa Filantrópica, as quais me possibilitaram cursar o mestrado.

À Amanda Machado, pelo apoio e pela permissão para consultar as fontes do ALDYM.

Ao ALDYM, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, que viabilizou a pesquisa em relação à vida e à obra de Dyonélio Machado.

Ao Dilamar, pelos seus gestos de carinho, e, ainda, pelo auxílio.

Aos meus pais Valdemar e Inês e meus irmãos Celi, Luci e Luciano, por todo apoio e compreensão, bem como pela colaboração, possibilitando os momentos de estudo.

A Márcia Barbosa, Benito Schmidt, Francisco dos Santos e Daniela Mendonça, de quem recebi incentivo para que eu me tornasse uma historiadora, mas também agradeço por ouvirem minhas idéias e pelas suas preciosas sugestões.

À Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, bem como às direções das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Daniel Dipp e Georgina Rosado pelo apoio que concederam à realização da pesquisa e à conclusão deste trabalho.

Às tias Lúcia, Maria e Palma pelas suas palavras, pelos gestos de carinho e pelo estímulo, sem esquecer-me dos primos Ademar, Alzir, Clarice, Cléci, Luciane e Luís.

À Thaís e ao Maurício Tagliari, em cuja casa eu fui muitas vezes acolhida.

À Janaína, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, cuja cordialidade e eficiência permitem o bom andamento do nosso trabalho.

A Sônia, Elisandra, Carla, Veridiana, Artur, Ronaldo, José Paulo, Fabrício, Vanderléia e todos os amigos ou colegas que, atentamente, ouviram-me falar da pesquisa ou souberam compreender minhas ausências.

À Fundação Aracy Scheibe e ao amigo Marcelo Begnini.

RESUMO

A presente dissertação constrói uma “biografia intelectual” do médico, literato e político Dyonélio Machado, personagem destacado da sociedade gaúcha durante o século XX, que assumiu posição marginal em virtude de seus posicionamentos político-ideológicos e de seu estilo. Tem como objetivo geral examinar as possíveis relações existentes entre Dyonélio Machado, sua biografia e a história, considerando os múltiplos papéis sociais que este desempenhou durante sua existência – como político, jornalista, escritor e médico. Ao longo deste estudo, procuramos verificar o modo como se inseria nos debates da intelectualidade, como se relacionava com seus pares e com o poder. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram empregadas diversas fontes, sobretudo, documentais, dentre as quais se destaca o conjunto da obra literária e científica do intelectual e suas escritas auto-referenciais, entre outras, cujos conteúdos, uma vez analisados, permitem a chegada a uma compreensão de que o personagem vanguardista, em alguns aspectos, e tradicional, em outros, construiu uma aguda compreensão sobre seu tempo, possuindo uma forma ímpar de pensamento.

Palavras-chave: História Intelectual, biografia, Dyonélio Machado, intelectuais.

ABSTRACT

The present thesis introduces an “intellectual biography” of the physician, litterateur, and politician Dyonélio Machado, an outstanding character of the *gaúcha* society during the 20th century, who was undermined due to his political and ideological viewpoints as well as his style. The general objective of this study is to examine the possible existing relationship among Dyonélio Machado, his biography and History, considering the multiple social roles that he played during his living time – as a politician, a journalist, a writer, and a physician. Throughout this study, we attempted to verify the way he addressed the debates of intellectual groups, the way he related to his peers, and to power. In order to develop this study, a great variety of sources, mainly documents, were employed. Among these, particular attention was paid to Dyonélio’s literary and scientific body of work and his self-reference writings. Once these sources were analyzed, one was able to understand that this, at times avant-garde, at others traditional character built a precise understanding of his time through a very singular manner of thinking.

Key Words: Intellectual History, biography, Dyonélio Machado, intellectuals .

ACERVOS CONSULTADOS

AGSSE-RS –	Arquivo Geral da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/ RS)
AHRPF –	Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo
ALDYM –	Acervo Literário Dyonélio Machado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGLetras
BPP –	Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas/RS)
BPUCRS –	Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
BUFRGS –	Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
BUNISINOS –	Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
BUPF –	Biblioteca da Universidade de Passo Fundo
CDHPRGS-SC –	Centro de Documentação da História Política do Rio Grande do Sul – Solar dos Câmara (Porto Alegre/RS)
IHGRS –	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
MCSHJC –	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)
NPH –	Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS (Porto Alegre/RS)

ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TRABALHO

ABI-	Associação Brasileira de Imprensa
AIB -	Ação Integralista Brasileira
ALDYM-	Acervo Literário Dyonélio Machado
ANL -	Aliança Nacional Libertadora
ARI-	Associação Rio-Grandense de Imprensa
DES-	Departamento Estadual de Saúde
DIP -	Departamento de Imprensa e Propaganda
ED -	Esquerda Democrática
HPSP-	Hospital Psiquiátrico São Pedro
IC-	Internacional Comunista
IEL -	Instituto Estadual do Livro
LSN-	Lei de Segurança Nacional
MCSHJC-	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
PCB -	Partido Comunista do Brasil (1922-1962)
PF -	Partido Federalista
PD -	Partido Democrático
PL -	Partido Libertador
PRL -	Partido Republicano Liberal
PRP-	Partido de Representação Popular
PRR -	Partido Republicano Rio-Grandense
PSD -	Partido Social Democrático
PSP-	Partido Social Progressista
PTB -	Partido Trabalhista Brasileiro
PT-	Partido dos Trabalhadores

PUCRS-	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS -	Rio Grande do Sul
SAM-	Semana de Arte Moderna
SPRS-	Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul
STF-	Superior Tribunal Federal
TSE -	Tribunal Superior Eleitoral
TRE-	Tribunal Regional Eleitoral
UDN-	União Democrática Nacional
UFRGS-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O HISTORIADOR E A BIOGRAFIA INTELECTUAL.....	19
1.1 A renovação das biografias históricas.....	20
1.2 Desenhar a curva do destino dos intelectuais.....	25
1.2.1 Como definir os intelectuais?.....	25
1.2.2 A História Intelectual, como escrever?.....	28
1.3 A biografia intelectual.....	32
2 O INTELECTUAL E SEU TEMPO: DYONÉLIO E A REPÚBLICA VELHA..	38
3 O INTELECTUAL E O ESPAÇO: AMPLIANDO A ESFERA DE ATUAÇÃO E REDIMENSIONANDO A MILITÂNCIA.....	68
4 O INTELECTUAL E O IDEAL: DO ESTADO NOVO À REDEMOCRATIZAÇÃO.....	100
5 O INTELECTUAL: ENTRE A MARGINALIDADE E O RECONHECIMENTO.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
FONTES.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
ANEXOS.....	194

INTRODUÇÃO

Em recente ciclo de conferências, foi proposta a reflexão sobre a experiência de viver um “momento de radical transformação”, ao qual se seguiu “uma anemia criadora em todas as áreas de atividades, entre elas a política e o pensamento” (NOVAES, 2006, p. 7). A partir das discussões, os conferencistas chegaram a um consenso que identificou uma crise ou um silêncio dos intelectuais. Chauí, que participou dos debates, analisa as causas dessa situação, apresentando, entre elas, “a ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente”, bem como o “encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado” (2006, p. 30).

Segundo essa filósofa, a retração do engajamento dos intelectuais não deve ser tomada como uma recusa a proferir um discurso público, mas sim como uma impossibilidade de formulá-lo (CHAUÍ, 2006, p. 30). Essa situação contrasta fortemente com aquela que será estudada neste trabalho, o qual propõe-se a construir a trajetória de vida de um “intelectual” gaúcho, nos anos centrais do século XX, e analisar sua reflexão e sua ação acerca do contexto em que se inseriu. O personagem é Dyonélio Machado (1895-1985), o qual viveu num período em que a crise das utopias ainda não atingira as esquerdas de modo tão intenso, e era provada, apenas, individualmente. Embora ele seja quase desconhecido por sua trajetória política, iniciada no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e concluída no Partido Comunista do Brasil (PCB), é reconhecido como um importante escritor, cujo livro mais famoso é *Os Ratos* (1935), ainda que possua uma vasta obra. Nos textos literários desse rio-grandense, elaborados a partir de elementos triviais presentes no cotidiano,

encontram-se preocupações com as desigualdades sociais e com as questões referentes ao sofrimento humano que, como psiquiatra, o literato percebe e revela.

Dyonélio Machado – escritor, médico-psiquiatra e político – possui inúmeras características que permitem chamá-lo de intelectual, não apenas por ser um homem de letras, mas por ter sido um sujeito engajado na vida da cidade. Foi alguém que dispôs de sua retórica, de seu prestígio social e até mesmo de sua especialização ao pronunciar-se em defesa dos direitos e dos valores universais. Porém, a essas características pode-se acrescentar o fato de que ele exerceu uma ação difusora do conhecimento produzido no meio acadêmico, assumindo a posição de mediador entre esse saber e a sua apropriação pela sociedade, segundo a definição de intelectual proposta por Ribeiro (2006, p. 141).

Novaes (2006, p. 11) afirma que “o intelectual, no sentido forte do termo, só participa do campo político à distância”, como “uma presença ausente” que estaria afastada dos partidos políticos e voltada para o mundo das idéias. Entretanto, verifica-se que na trajetória de intelectuais franceses, como André Gide e Jean Paul Sartre, em determinado momento, houve uma experiência de engajamento político-partidário (COELHO, 2006, p. 87-99). Esse comprometimento com um partido político não foi exclusivo dos intelectuais franceses, de modo que, no caso brasileiro, podemos citar a atuação de vários nomes, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raul Pilla, Caio Prado Júnior, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado e o biografado Dyonélio Machado, os quais, precoce ou tardiamente, assumiram posição dentro de uma determinada agremiação política.

A experiência de engajamento, no caso de Dyonélio, que se envolveu, no decorrer dos anos, com dois partidos, foi duplamente tensa e frustrante. Segundo Leopoldo e Silva (2006, p. 158), essa união entre o intelectual e o partido resultará

inevitavelmente [n]a experiência da contradição: jamais estará totalmente dentro das classes populares e de seus movimentos; e procurará jamais estar totalmente fora. Essa dificuldade, vivida na forma de uma tensão, deriva de que, para a classe dominante, o intelectual é um traidor consumado, e, para a classe dominada, é um traidor em potencial.

Nesta dissertação, busca-se construir uma biografia a partir da trajetória do personagem, abordar questões relacionadas à época em que ele viveu e oferecer uma compreensão das relações estabelecidas com os outros, fossem eles escritores, médicos ou membros de agremiações partidárias. Da mesma maneira, pretende-se verificar como foi a inserção de Dyonélio nos debates da intelectualidade, recuperando-os e cotejando-os com outros de sua época.

A opção cronológica da narrativa, que também articula explicações e interpretações, fundamenta-se na necessidade de acompanhar a formação do indivíduo, atentamente voltada para a finalidade de não imputar-lhe um sentido artificial, evitando o que poderia tornar-se uma “ilusão biográfica”, perspectiva essa presente em inúmeras biografias na avaliação de Bourdieu (1998). Todavia, cabe ressaltar que não é uma tarefa simples romper com a ilusão de uma identidade homogênea como é o caso da que se verifica nas fontes escritas de caráter auto-referencial desse intelectual.

A autobiografia e as entrevistas de Dyonélio Machado revelam a imagem que ele tinha de si mesmo, elaboradas com o sentido de postular uma identidade harmônica e coesa, o que não é negativo, nem desqualifica as fontes, mas que apenas revela que a subjetividade do autor integra o relato. Além das “escritas de si” (FOUCAULT, 1992), foram empregadas outras fontes – jornais, textos literários e científicos, revistas e documentos oficiais –, a fim de captar-se um pouco de cada uma das múltiplas faces do biografado, de suas relações sociais e das possibilidades que se apresentaram em sua trajetória. Também foram relevantes outros escritos, como a biografia de Machado elaborada por Till (1995), ainda que, a exemplo de outros textos dessa natureza, ela se apresente como uma visão em retrospectivo do “grande homem”. Isto é, como ocorria nas biografias tradicionais, o texto se ocupa mais com o elogio e o enaltecimento das ações do biografado, do que com a recuperação da tensão entre o indivíduo e seu contexto social.

A exposição, dividida em cinco capítulos, de forma alguma, tem a pretensão de esgotar “o absoluto do ‘eu’” do personagem que selecionamos, conforme ressalva feita por Levillain (1996, p. 176). Diante dessa perspectiva, opta-se por representar sua individualidade sem, no entanto, isolá-lo ou exaltá-lo em relação aos seus contemporâneos. De forma geral, cabe afirmar que cada parte do texto que compõe esta dissertação é permeada pela preocupação de construir a trajetória do biografado, lançando, como nos referimos a pouco, um olhar sobre suas esferas de atuação enquanto político, jornalista, literato e psiquiatra, inserindo-as num contexto mais amplo da política brasileira e rio-grandense, da produção literária e científica, além dos debates da intelectualidade e de suas formas de sociabilidades.

No primeiro capítulo, procedemos à delimitação da proposta. Assim, desenvolveremos, inicialmente, uma reflexão acerca da renovação da produção de biografias no campo historiográfico, para, em seguida, explicitarmos a compreensão que temos do que seja um intelectual e de como é definida a História Intelectual, bem como a biografia intelectual.

No segundo capítulo, narramos o percurso de Dyonélio Machado, examinando suas experiências infantis e juvenis, com vistas a identificar quais foram os fatores que o levaram a aderir ao PRR e, ainda, de que modo iniciou-se no meio letrado e tornou-se um intelectual. Tal análise será feita sem a intenção de tomá-lo como um predestinado, mas sim como uma pessoa que, ao fazer determinadas escolhas, foi levado a assumir essa posição.

O terceiro capítulo, iniciado pela narrativa do rompimento do vínculo entre o personagem e o PRR, enfoca questões relacionadas ao trabalho dos especialistas em psiquiatria e à posterior participação de Dyonélio no movimento de esquerda da Aliança Nacional Libertadora (ANL), do qual resultou sua filiação ao PCB e, também, sua prisão.

O penúltimo capítulo oferece uma reflexão sobre cooptação de intelectuais por parte do Governo Vargas no período do Estado Novo, recuperando alguns debates da intelectualidade. Com a redemocratização do país e o retorno dos partidos políticos à legalidade, acompanhamos o processo eleitoral, no qual Dyonélio foi eleito para deputação na Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul, onde desenvolveu sua atuação parlamentar.

No capítulo final, no qual vemos a mobilização dos deputados comunistas, visando a impedir a consolidação do processo de cassação do Partido e de seus mandatos, identificamos dilemas vividos pelo personagem, que então vive uma crise utópica. Afastando-se do PCB, Machado refugia-se no ostracismo e na marginalidade para, através da criação literária, sublimar suas desilusões e seus ressentimentos. Entretanto, vinte anos passados, vemos, novamente, o intelectual manifestar-se publicamente e, paulatinamente, obter o reconhecimento e a legitimação de sua obra, na medida em que recebe inúmeros prêmios e consegue publicar seus livros, antes de falecer aos 89 anos.

Entendemos que as novas biografias, que tomam o sujeito em suas facetas variadas, buscando recuperar suas idéias, seus projetos, suas escolhas e suas redes de sociabilidade, apresentam-se como instrumento privilegiado para o esforço de compreensão de Dyonélio Machado e de seu tempo.

1 O HISTORIADOR E A BIOGRAFIA INTELECTUAL

(...) el gran desafío para esta nueva historiografía del tercer milênio naciente, en lo que toca en particular al género de la biografía, es el de como es posible realizar hoy una biografía que no sea un simple relato apasionado, cronológico, de acontecimientos engrandecidos falsamente, de la historia y de la vida de un hombre, sino que, por el contrario, se afirme mas bien como una recuperación compleja de la curva de un determinado destino individual, desde las perspectivas que la historia social desarrolló lenta y sistemáticamente durante las últimas quince décadas vividas. (ROJAS, 2000, p. 14-15).

O objetivo deste estudo é examinar a trajetória intelectual de Dyonélio Machado. Todavia, a construção desse objeto de investigação quer, na verdade, “desenhar a curva de um destino”. Tal opção é feita considerando razões ligadas à minha trajetória acadêmica. Durante o curso de graduação, tomei contato com Dyonélio Machado ao integrar uma pesquisa¹ em que sua cosmovisão era esboçada e a autobiografia, analisada. Assim, curiosa, desejei conhecer mais sobre esse homem multifacetado. A escassa atenção bibliográfica que Machado merecera até então² mostrava-se insuficiente para responder minhas inquietações. Então, decidi escrever uma biografia desse personagem como dissertação de mestrado. Contudo, faltava acrescentar à proposta um eixo condutor, haja vista a sua multiplicidade de papéis sociais – escritor, jornalista,

¹ O projeto de pesquisa intitulado “Tradição e modernidade no projeto político de Dyonélio Machado”, coordenado pelo Prof. Dr. Mauro Gaglietti, foi institucionalizado, em 2002, na Divisão de Pesquisa da Universidade de Passo Fundo (UPF), no qual fui orientada, na condição de voluntária de Iniciação Científica (PIVIC), pelo referido professor.

² Não havia informação acerca de qualquer biografia publicada.

político e médico psiquiatra – e as esferas em que atuou. Refletindo sobre as possibilidades de desenvolvimento, e repensando a proposta, optei tomar por referência na pesquisa a trajetória intelectual de Dyonélio.³

Seguem, de início, algumas considerações esclarecedoras da proposta, como reflexões sobre a escrita de biografias na atualidade e abordagens para estudo da intelectualidade. Cabe mencionar que inúmeras questões serão contempladas enquanto estivermos narrando a trajetória do intelectual, integrando, ao mesmo tempo, as técnicas de explicação ou interpretação.

1.1 A renovação nas biografias históricas

Em sentido restrito, a definição do termo biografia se apresenta, conforme enuncia Rojas (2000, p. 15),

como el intento de reconstruir y explicar las modalidades específicas que ha adoptado, y luego la significación y el impacto que ha tenido, la curva integral de la vida de un personaje determinado o de un individuo elegido, personaje o individuo que se encuentra necesariamente inserto dentro de un contexto múltiple también específico.

Mesmo tendo sido considerada, durante muito tempo, como um gênero menor, a biografia recebe, em reação aos enfoques estruturalistas, a atenção dos historiadores, e desperta, cada vez mais, o interesse dos leitores. Trata-se de um fenômeno perceptível em uma análise superficial do mercado editorial, no qual encontramos, com relativo destaque, grande variedade de livros biográficos.

Na tentativa de compreender o gosto dos leitores pelos textos biográficos, Schmidt (1997, p. 19) apresenta como dados significativos a massificação e a perda de referências ideológicas e morais da sociedade contemporânea. Para

³ Devo, aqui, manifestar meu reconhecimento ao papel desempenhado pelo Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (PPGH/ UFRGS), que me alertou para a possibilidade de considerar o eixo temático que acabou conduzindo esta pesquisa.

esse historiador, as pessoas procuram inspirações nas biografias, em exemplos de resistência ou de valores e padrões morais. De acordo com Ricci (2000, p. 148), encontramos-nos em meio a “uma onda e furor por revelações íntimas e fofocas sobre a vida pessoal de ídolos que extravasa o universo das publicações de biografias”, estando presentes nas diversas seções de jornais e revistas do Brasil. Para Levillain (1996, p. 167),

a conjugação da reflexão historiográfica e do gosto do público pela biografia se operou em virtude de um fator mais determinante: a renovação do individualismo (...) que remete sempre a dois dados: o reconhecimento da liberdade de escolha do homem; o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação de valores.

A última afirmação indica que essa renovação dos estudos biográficos está ligada, inclusive, à ascensão do novo gênero histórico, à micro-história (surgida nas décadas de 1970 e 1980) que é apresentada como resposta à desilusão com a “narrativa grandiosa” do progresso e da ascensão da moderna civilização ocidental. Igualmente, trata-se da reação ao estilo de história social que segue o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à particularidade das culturas locais. Portanto, os estudos micro-históricos têm algumas características em comum. Elas podem ser assim arroladas: a redução da escala de observação; o debate sobre a racionalidade; a pequena indicação como um paradigma científico; a narrativa que engloba a análise; a ausência de contextualização do tipo convencional; a rejeição ao relativismo; o clima novelesco de suspense. Além disso, a identificação do personagem central é feita na primeira fase, e a história desse indivíduo não é o objeto da narrativa, mas o pretexto para a reconstituição do ambiente social e cultural em que está inserido.

Em relação aos estudos micro-históricos, ressalta-se, ainda, aquilo que Natalie Davis (1987) chamou de “imaginação histórica”, ao descrever a metodologia que empregou para compor a trajetória de Martin Guerre. A historiadora defende a integração da invenção na narrativa historiográfica, observada a condição de que esta seja assinalada, pontualmente, entre as

realidades e as possibilidades. É preciso articular, aqui, que as fontes empregadas nas narrativas micro-históricas compreendem arquivos de origem nominativa, que se somam, em regra, aos processos judiciais, em que a personagem central é acusada de algum delito ou crime.⁴

Romero (1945, p. 22) indicou a possibilidade de empregar os pólos do tipo biográfico, um, no qual a existência individual aparece somente enquanto representativa dos ideais coletivos, e, outro, menos difundido, “la de hundirse en el microcosmos del individuo, perseguir la línea de su desarrollo por los meandros de la conciencia y atenerse al esquema proporcionado por los valores individuales que rigen cada singular existência.” Para Romero, esse segundo pólo do tipo biográfico possibilitou o desenvolvimento, até as últimas conseqüências, da biografia contemporânea. Surge, então, uma perspectiva de renovação da escrita biográfica tradicional. Ela se deve aos novos aportes teóricos e metodológicos experimentados pela história, em especial pela história política, mas também ao entendimento de que os indivíduos não são modelos de coerência, continuidade e racionalidade. Em conseqüência,

essa abordagem da história política e, indiretamente da biografia, implicou a necessidade de renovação das fontes, forçando o alargamento da documentação que vai encontrar, em arquivos privados e correspondências, filão precioso para que se processe um mergulho profundo na vida do personagem. (AZEVEDO, 2000, p. 131)

Para Xavier (2000, p. 162), uma parte dessa impressão de novidade, em relação à produção biográfica atual, deve-se à posição diferenciada que tende a ocupar frente a biografias tradicionais que, normalmente, enfatizavam o caráter exemplar dos grandes homens. Nesse tipo de biografia, os destinos individuais explicavam ou permitiam melhor compreensão sobre as escolhas nacionais. A história era, assim, dotada de sentido através das ações dos “grandes homens”. Prost explica que

⁴ Cabe explicitar que esta pesquisa, embora elaborada a partir de preceitos da micro-história, não contém a análise do processo judicial que, na década de 1930, condenou Dyonélio Machado à prisão (pois está arquivado no Rio de Janeiro). Postergando a consulta a tal fonte (que será objeto de estudo noutra oportunidade), optamos por empregar fontes localizadas no Rio Grande do Sul, especificamente no acervo de Dyonélio Machado, gerido pela PUCRS.

esta não é mais exatamente a mesma biografia e não é mais apenas aquela dos grandes homens: ela busca menos determinar a influência do indivíduo sobre os eventos do que compreender, através dele, a interferência de lógicas e a articulação de redes complementares. (*apud* Schmidt, 2003, p. 63)

Obviamente, o biógrafo não se exime de ser historiador, tendo, portanto, que articular conceitos e discutir a lógica do conhecimento histórico, independente do fato de biografar um personagem de “grande vulto” ou uma pessoa menos conhecida (RICCI, 2000, p. 154). Embora as biografias escritas por historiadores incorporem o elemento ficcional e o uso de técnicas e de estilos narrativos, aproximando-se das produções biográficas dos literatos e jornalistas, Schmidt (1997) esclarece que a biografia histórica tem características específicas, como o procedimento de crítica (interna e externa) das fontes; o cuidado com a precisão formal; a restrição da invenção (às possibilidades historicamente definidas e limitadas); a composição do relato, empregando técnicas de narração e explicação (quando necessário, para esclarecer questões ou contextos mais amplos); e, por fim, o respeito à memória do biografado.

Para Azevedo (2000, p. 133), atualmente, a biografia é um modelo de escrita da história nitidamente definido, posto que possua metodologia explicitada. A biografia, como os demais trabalhos científicos, se destina a uma construção relevante sobre hipóteses – cujos pressupostos serão atestados. Assim, seu objetivo principal passa a ser a compreensão de uma época, que vai se revelando lenta e permanentemente, permitindo identificar diferenças e desvelar a realidade dos problemas sociais, através do concreto de uma vida.

Feitas tais considerações, cabe salientar que o principal desafio na escrita de uma biografia diz respeito à necessidade de recuperar, como assinala Schmidt (1996, p. 182), a tensão, e não a oposição, entre o indivíduo e seu contexto social e histórico. A noção de contexto nas biografias foi analisada por Levi (1998, p. 179), que menciona orientações diversas para a abordagem de tal questão. De acordo com o autor, as biografias devem ter espaço para refletir sobre as incoerências entre as próprias normas no seio de cada sistema social, o tipo de

racionalidade atribuído aos atores, bem como a relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem.

Além disso, nas biografias, há o risco de que o contexto seja apresentado como algo rígido, como uma tela pronta e acabada, na qual o biografado e os demais personagens seriam simplesmente “encaixados”. No entanto, existem, ainda, outras fórmulas; uma das quais julgamos possível ser revertida em resultado satisfatório é a de “deixar-se guiar pelo indivíduo estudado’: suas experiências, relações sociais, interpretações de mundo, metáforas, posturas diante do amor e da amizade, etc.” (SCHMIDT, 2000, p. 123-124). Note-se que o emprego de tal perspectiva, como explica Schmidt, não implica em uma narração limitada às ações do personagem, mas sim em tomá-lo como fio condutor da “intriga”, recuperando, a seguir, os espaços de sociabilidade por onde circulava, e procurando descobrir como estes exerceram influência sobre ele, as leituras realizadas e sua reelaboração pessoal, os códigos de moral da época e suas interpretações ou manipulações próprias. Conforme Levi (1998, p. 180), a biografia é o campo ideal para verificar o caráter intersticial da liberdade de que dispõe os indivíduos e, ainda, para analisar como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão livres de contradições.

Levillain (1996, p. 176) assegura que a biografia histórica é o meio mais eficaz de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, bem como de experimentar o tempo como prova da vida. Consideramos que tal proposição de Levillain pode ser vislumbrada na biografia histórica que intentamos do intelectual Dyonélio Machado. Efetivamente, por meio de suas entrevistas, memórias e correspondências, temos oportunidade de conhecer a cosmovisão, identificar projetos (rumo ao futuro), e a projeção da identidade, enquanto nos aproximamos da sociedade de que Dyonélio fazia parte. Através das “escritas de si” (FOUCAULT, 1992) do personagem, contemplam-se tempos diferentes, um, no qual Dyonélio se situa ao compor as correspondências (presente) e outro vivido na rememoração, quando compõe as memórias (passado) que nos permitem verificar o ressentimento, o êxito ou a frustração em relação aos projetos do intelectual.

1.2 Desenhar a curva do destino dos intelectuais

Ponderando a propósito da renovação das biografias históricas, decidimos conduzir a pesquisa sobre Dyonélio Machado, observando as considerações feitas acima. Essa abordagem contribui com instrumentos para desenhar um retrato – o mais próximo possível do real – da condição humana. Para tanto, elegemos como fio condutor a trajetória do intelectual, empregando uma ordem cronológica a fim de acompanharmos como se constituiu o indivíduo, ou seja, o seu processo de formação. Cabe explicitar, no entanto, quem são aqueles que chamamos intelectuais, definindo o significado do termo, assim como, registrar nossa compreensão acerca da história e da biografia intelectual.

1.2.1 Como definir os intelectuais?

Said (2005, p. 27) alerta que, em virtude da profusão de estudos sobre essa temática, tem ocorrido demasiadas definições do intelectual, e que “pouca atenção tem-se dado à imagem, às características pessoais, à intervenção efetiva e ao desempenho, que, juntos, constituem a própria força vital do verdadeiro intelectual”. Portanto, cremos que a definição do intelectual deve ser “de contornos fluídos” e que ela se transforma com o tempo, “indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida” (GOMES, 1993, p. 64). Dessa forma, chamamos intelectuais, de maneira genérica, a um “conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de idéias” (BOBBIO, 1997, p.109).

O surgimento do termo intelectual é explicado por Leclerc (2005, p. 49-56) e Bobbio (1997, p.121-124), evocando a *intelligentsia* russa dos anos 1860 e, também, o caso Dreyfus, ocorrido na França, na década de 1890. Os termos *intelligentsia* ou intelectuais, segundo os autores citados, usualmente, designam o conjunto dos homens de pensamento dedicados, como grupo ou categoria, aos assuntos da sociedade, embora os termos tenham sido resignificados.

Bobbio (1997, p. 121-122) sugere que, ao ser empregado pelo romancista russo Boborykin, *intelligentsia* indicava o conjunto dos livre-pensadores que criticavam a autocracia czarista. Podemos acrescentar que, para Leclerc (2005, p. 50), ela é “é formada pelos ‘inteligentes’, pelos que conhecem e expõem os problemas do povo, do qual se consideram os representantes e os porta-vozes, e que se concebem como a consciência da nação (...)”.

Em *Sociologia dos intelectuais* (2005), há uma diferenciação entre inteligência e intelecto. Amparado em Coser, Leclerc assinala que o intelectual não é o homem da inteligência, mas sim do intelecto, que está relacionado ao

desligamento em relação à experiência imediata, com um distanciamento em relação ao mundo ‘profano’, o intelectual se exprime por meio de uma espécie de ‘engajamento’ com os valores transcendentais, por intermédio de um forte interesse pelas idéias enquanto tais – em suma, por uma espécie de *espírito contemplativo e especulativo*, que se opõe ao espírito prático dos técnicos e, de maneira mais geral, dos profissionais. (LECLERC, 2005, p. 18, grifo do autor)

O termo intelectual passou a designar, conforme esse contexto russo, o antagonista do poder. Podemos dizer que se trata de

um conjunto de pessoas que se põem, na medida em que adquirem consciência de si mesmas, como camada com funções e prerrogativas próprias, em uma posição de separação crítica de toda forma de domínio exercido exclusivamente com meios coercitivos e que tendem a propor o domínio das idéias em substituição ao domínio dos instrumentos tradicionais do poder do homem sobre o homem (...). (BOBBIO, 1997, p. 122)

Note-se que tal noção conserva semelhança com a que lhe foi atribuída a partir do “Manifeste des intellectuales” por ocasião do caso Dreyfus. Na França, os intelectuais são conhecidos como

um grupo de homens não políticos, conhecidos pela atividade prevalentemente literária, que tomam posição como homens de letras com respeito a uma prevaricação do poder político, e combatem a razão de Estado em nome da razão sem outras especificações, defendendo a verdade da qual se consideram os depositários e os defensores contra a 'mentira útil'. (BOBBIO, 1997, p. 123)

Leclerc (2005, p. 52) afirma que o termo intelectual, inicialmente, foi empregado como “um insulto, um rótulo infamante, criado pelos adversários da revisão do processo do capitão Dreyfus condenado em 1894, por espionagem em favor da Alemanha”. Variando rapidamente seu sentido ao universal e neutro, quase sociológico, o termo intelectual denominou uma nova categoria social, passando a fazer parte do vocabulário de diversos campos do conhecimento.

Bobbio (1997, p. 120) explica que, “após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais, de manifestos, de cartas públicas”. Por sua vez, Sirinelli (1996, p. 242) garante que se deve defender uma definição de intelectual de geometria variável, porém baseada em invariantes que desembocam em duas acepções de intelectual: uma ampla e sociocultural, e outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. A segunda definição ampara-se na idéia de engajamento na vida da cidade, como ator, testemunha ou consciência. Nessa acepção, é sublinhada sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que vive – capaz de legitimar e até privilegiar sua intervenção no debate da cidade –, especialização esta que o intelectual coloca a serviço da causa que defende. Na mesma linha, está a caracterização dos intelectuais feita por Lopes (2003, p. 41). De acordo com os pressupostos da História Intelectual, o intelectual caracteriza-se pela notoriedade, ao dispor sua retórica e prestígio pessoal a serviço do bem-estar dos concidadãos e, ainda, pela valentia na defesa de valores universais, tidos como verdade, justiça e liberdade.

Dessa forma, Dyonélio Machado pode ser definido como um intelectual a partir das proposições, tanto de Bobbio (1997) quanto de Sirinelli (1996), e de Lopes (2003). A afirmação é embasada no fato de o personagem ser escritor, publicar livros e artigos e participar da assinatura de manifestos. Em acréscimo, trata-se de um especialista, médico-psiquiatra e político, engajado na vida da cidade, ou seja, alguém que coloca a serviço e à disposição dos demais o seu

espaço nos meios de comunicação, pronunciando-se em defesa do que considera como direitos e valores universais.

1.2.2 A História Intelectual, como escrever?

A História Intelectual, por vezes classificada como História das Idéias, confundida com a História Cultural, ou ainda com História dos Intelectuais, é, no entanto, uma área em formação, um domínio pluridisciplinar. Nela encontram-se objetos e métodos de estudo bastante diversificados, hesitando, ora entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais, ora entre uma análise de obras e idéias. Segundo Lopes (2003, p. 9), não há uma fórmula para definir a História Intelectual “com aquela convicção peculiar aos adeptos de um estatuto mais estrito de cientificidade da História”.

Em outras culturas historiográficas, a História Intelectual pode ser confundida com a *Intellectual History* (norte-americana), ou com a *Histoire Intellectuelle* (francesa). Conforme H. R. Silva (2003, p. 16), a versão francesa – aqui tomada como orientação – privilegia algumas formas de explicação. Nesse sentido,

uma primeira, sociológica, tende a enfatizar tanto uma cartografia dos intelectuais (as redes de sociabilidade, os modos de filiações, as gerações intelectuais) como o ‘campo’ intelectual (a lógica dos lugares, dos interesses, e das situações). Uma segunda, histórica, aborda, notadamente, a história política dos intelectuais, enfatizando o ritual de petições, manifestos, manifestações. Finalmente, outra vertente tende a elaborar uma hermenêutica das obras, ou melhor, uma análise do discurso intelectual. (SILVA, H. R., 2003, p. 16)

Nesta dissertação, optamos por enfatizar a matriz histórica e a sociológica. Estamos cientes da impossibilidade de empreender uma análise satisfatória do discurso intelectual em tão curto espaço de tempo.

De acordo com a historiografia francesa, a História Intelectual é um campo histórico autônomo e aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. Segundo Sirinelli (1996, p. 240), essa história e, principalmente, seu objeto de estudo, foi, durante muito tempo, relegada ao “purgatório dos subobjetos da história”, tendo recentemente mudado de *status* nas representações coletivas: “(...) foi quando começou a ser desacralizado que o intelectual pôde se tornar um objeto da história sobre o qual o historiador não mais hesitou em lançar sua rede”.

Leclerc (2005, p. 11-13) enumera três obstáculos teóricos e metodológicos para o estudo dos intelectuais pelos sociólogos: 01) A observação dos intelectuais comparada a de outros grupos sociais (visto que há um grau de dificuldade em se concentrar nas categorias próximas dele nos níveis social, cultural e profissional); 2) a divisão entre “grandes nomes” e “os anônimos” (pois o domínio constituído por intelectuais é especialização sociológica que enfoca pequenos grupos com sujeitos identificáveis, conhecidos como “personalidades”); 3) a abundância do discurso dos intelectuais sobre si mesmos (devido ao fato de serem profissionais que atuam em diversos gêneros como homens do “espaço público”). Segundo esse sociólogo, os historiadores são mais aptos a falar de intelectuais, sem que haja constrangimentos, abordando a intelectualidade como se fosse composta de dezenas de grandes nomes da cultura (escritores, artistas e cientistas), com pesquisas, envolvendo acontecimentos com tais personalidades do grupo de intelectuais.

Para o estudo dos intelectuais, como sustenta H. R. Silva (2003, p. 19), ao historiador compete buscar, na Sociologia – e, em acréscimo, sugerimos, na Antropologia –, alguns preceitos de interpretação, rompendo com o “sectarismo epistemológico”. Tais preceitos permitem ultrapassar os limites de uma análise embasada apenas em termos políticos. Apontamos como pertinente, no método da História Intelectual, uma abordagem sociopolítica, englobando conceitos como “rede de sociabilidade” e “campo intelectual”, formulados, respectivamente, por Sirinelli (1996) e Bourdieu (1992).⁵

⁵ Apesar de reconhecermos a pertinência dessas tais possibilidades, o trabalho aqui desenvolvido se propõe apenas a realizar o que definimos como uma biografia intelectual.

Para começarmos a conjecturar sobre rede de sociabilidade, sugiro os comentários de Elias (1994, p. 22), o qual nos lembra que as pessoas que se cruzam na rua estão ligadas a outras pessoas por laços invisíveis, podendo estes ser de trabalho e propriedade, de instintos ou afetos. Isso ocorre porque tipos desiguais de funções tornaram-nas dependentes de outrem, e outros dependentes delas. Da mesma maneira, Sirinelli (1996, p. 248) expõe que os grupos de intelectuais organizam-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.

A sociabilidade será aqui entendida, em equivalência ao artigo de Gomes (1993, p. 64), “como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um domínio intermediário entre a família e a comunidade cívica obrigatória”. Logo, as redes de sociabilidade são compreendidas como formadoras de um grupo permanente ou temporário, qualquer que seja o grau de institucionalização, do qual o indivíduo escolha participar.

É preciso acrescentar que a noção de sociabilidade está revestida de um duplo sentido: um, contido na idéia de rede, remete às estruturas organizacionais da sociabilidade, através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que têm como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e nas trocas intelectuais; outro, secretado nas redes que estruturam as relações entre os intelectuais. O espaço da sociabilidade é “geográfico” e também “afetivo”, encontrando-se vínculos de amizade/cumplicidade, hostilidade/ri validade, conflito/competição, além da “marca de certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos sociais” (GOMES, 1993, p. 65).

A noção de campo intelectual, inserida na formulação teórica mais geral, é definida como um campo social correspondente a outro qualquer, em que existem lutas, estratégias, interesse e lucros, possuindo, obviamente, formas específicas. O campo intelectual está conexo a um campo político determinado. Nesse campo político, os sistemas de relações definem o estado do campo intelectual, através da formação de um sistema de posições estéticas e políticas dos intelectuais, estabelecidas a partir dos indivíduos e dos grupos, e reunidas num sistema de tomadas de posição concorrentes (BOURDIEU, 1992).

Além disso, o conceito de campo intelectual é determinado pela sua posição relativa ao campo do poder ao qual está adstrito, em que pese a sua autonomia em virtude de sua função e estrutura. O campo intelectual é visto como sistema de posições predeterminadas, abrangendo, assim, como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades de um tipo determinado. Para Bourdieu (1992, p. 192), os intelectuais são frações dominadas na classe dominante, com uma imagem confusa em razão “da ambigüidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante”, e isso ocorre tanto em relação à sua posição quanto em relação à sua função. Eles mantêm relações com os burgueses e com o povo, atuando em virtude do mercado e como vendedores de uma mercadoria.

Conforme Leclerc (2005, p. 73), o intelectual existe apenas quando pertence conscientemente e de alguma maneira à coletividade, lendo os jornais, estando a par dos debates, fazendo sua voz ser ouvida no “pequeno mundo” dos intelectuais. É ilustrativa para essa acepção a reprodução feita por Sirinelli (1996, p. 252) das frases redigidas por Sartre no dia posterior à morte de Camus.⁶ A partir da análise desse episódio, percebemos que os intelectuais são grupos com características visivelmente delimitadas que se reconhecem entre si, até mesmo quando se afrontam, falando uns com os outros, inclusive quando pretendem dirigir-se ao público, como evidenciou Bobbio (1997, p. 81). Assim, todo intelectual, como qualquer ser humano, é limitado por uma sociedade, e espera-se que seja ouvido e suscite debates e até controvérsias, já que cada intelectual tem sua audiência (SAID, 2005, p. 75).

Nessa compreensão, “a busca do ‘reconhecimento como fenômeno interpessoal contribui para assegurar a mediação entre o individualismo do intelectual e o caráter coletivo da ação e da visibilidade dos intelectuais enquanto grupo para a sociedade global” (LECLERC, 2005, p. 70-71). A comunidade intelectual é composta, portanto, de redes de interconhecimento e, ainda, de inter-reconhecimento.

⁶ “Estávamos brigados, ele e eu: uma briga não é nada – mesmo que não se veja nunca mais o outro –, apenas uma outra maneira de viver junto e sem se perder de vista no pequeno mundo estreito que nos foi dado. Isto não me impedia de pensar nele, de sentir seu olhar na página do livro, no jornal que ele lia, e de me dizer: ‘Que será que ele diz disso? Que será que ele está dizendo disso neste momento?’” (SARTRE *apud* SIRINELLI, 1996, p. 252).

Encontramos várias frases que descrevem a trajetória intelectual de Dyonélio. Ele seria alguém que “viveu a ‘marginalidade’ literária por quase toda sua existência”⁷, um escritor subestimado⁸ e mantido num semi-anonimato⁹ – conhecido, até mesmo, pela alcunha de “escritor maldito”¹⁰ –. Para compreendermos a marginalidade e o ostracismo nos quais Dyonélio viveu por longo tempo, temos de reconhecer e refletir sobre a lógica do campo intelectual brasileiro no final do século XIX e do século XX.

Propomos-nos a desenhar a trajetória intelectual de Dyonélio Machado, conscientes de que ele, embora seja um homem singular e, talvez, atípico, pertenceu ao seu tempo, à sociedade gaúcha e brasileira do século XX. Conforme elucidou Ginzburg (2002, p. 25), através do estudo de caso do moleiro Menocchio, existem limites bem precisos para a singularidade, já que “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”, o que não nos parece ser o caso de Dyonélio, que, na condição de intelectual, tinha seus pares, sua rede de sociabilidade e seu público.

1.3 A biografia intelectual

Notoriamente, uma questão presente em inúmeras biografias é a da representatividade. Vários biógrafos buscam verificar até que ponto as vivências e a compreensão de um personagem são representativas da cultura de sua classe. Schmidt (1993, p. 109) explica que “... as novas ‘histórias de vida’ procuram resgatar os indivíduos enfocados como um microcosmo de sua época, sua classe e sua cultura”.

⁷ ZILBERMAN, Regina. De métodos e autores. In: GRAWUNDER, M. Z. *Instituição Literária: análise da legitimação da obra de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1997. p. 5-9.

⁸ Uma eleição crítica da literatura brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 out. 1977, p. 22.

⁹ DUCLÓS, Nei. Quarenta anos de silêncio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 fev. 1979.

¹⁰ UCHA, Danilo. Dyonélio Machado: escritor que sempre lutou pela liberdade. *Zero Hora: Caderno Cultura*, Porto Alegre, 08 dez. 1990, p. 9.

A trajetória de Dyonélio Machado, dependendo da maneira como será desenhada a biografia intelectual – ou seja, dependendo dos aportes teóricos e metodológicos escolhidos para orientar a pesquisa biográfica –, pode ser uma via de acesso ao estudo da intelectualidade do Rio Grande do Sul e do Brasil, durante o século XX, como homens engajados, considerados esquerdistas – simpatizantes – ou comunistas. Conforme Xavier (2000) e H. Silva (2003), partindo de trajetórias particulares, também podemos chegar às redes de relações mais amplas e visualizar diferentes aspectos do social, muitas vezes, não revelados se não fosse reduzido o foco do olhar.

O nome de Dyonélio Machado é citado, nas obras historiográficas cujo enfoque consiste na instalação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), na perseguição política no Estado Novo e o Congresso Brasileiro de Escritores de 1945. Seu nome é relacionado, também, a questões relativas à atuação da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1947, sendo, ainda, mencionado nas obras sobre a produção literária do Rio Grande do Sul. Embora tenha desenvolvido uma trajetória de expressão, participando de movimentos em defesa da democracia, e ainda que seja precursor do romance urbano no país, o intelectual é, na atualidade, pouco lembrado ou lido. Assim, Dyonélio pode ser descrito como um desconhecido para maioria das pessoas, mesmo no campo literário.

Por meio do levantamento e da revisão bibliográfica empreendida, encontramos trabalhos de cunho biográfico sobre Dyonélio Machado. Praticamente todos os trabalhos de análise literária, focando livros do autor ou seu pensamento político, contêm algumas referências desse tipo. Em relação aos textos biográficos, no sentido estrito do termo, foram publicados uma sucinta biografia – concernente à ação de Dyonélio enquanto jornalista e político – que compõe, junto a outras trinta, o livro de João Batista Marçal (1986), intitulado *Comunistas gaúchos*, e três livros com biografias de Dyonélio. O primeiro, escrito em 1986 por Madruga, da coleção “Esses gaúchos” – *Dyonélio Machado*; o segundo, de autoria de Hohlfeldt, datado de 1987, que integra a coleção Letras Rio-grandenses – *Dyonélio Machado*. O terceiro é a biografia escrita por Rodrigues Till (1995), *Dyonélio Machado: o homem – a obra*.

Madruga (1986) foi o primeiro biógrafo de Dyonélio. Segundo o próprio autor, o texto tem “natureza limitadíssima”, pois encontrou pouco material disponível e contou, sobretudo, com a colaboração de Adalgisa e Cecília, respectivamente, esposa e filha de Dyonélio. Supomos que as familiares do intelectual tenham participado da construção da biografia, através de conversas informais ou entrevistas, fato que não é esclarecido pelo biógrafo. Essa primeira biografia, é diferente das demais, visto que sua narrativa prende-se à personalidade de Dyonélio e à sua vida cotidiana.

O livro de Hohlfeldt (1987) é composto por cronologia, seleção de textos (contos, crônicas, capítulos de livros), ensaio (biográfico) e listagem dos livros de autoria de Dyonélio. Seu ensaio relata algumas experiências vividas por Dyonélio, todavia realça a produção da obra literária, datando as publicações e o conteúdo de cada uma delas.

Note-se que a biografia feita por Till é a mais detalhada e extensa dentre as três. Embora o autor pretendesse situá-la entre a literatura e a história, aqui é classificada como uma biografia tradicional, laudatória, escrita com a finalidade de evitar o esquecimento do “ilustre filho de Quaraí”. Segundo o autor, “Dyonélio Tubino Machado escreveu, com inteligência e bravura soberba, uma saga de heroísmo pessoal dentro das circunstâncias de seu tempo” (TILL, 1995, p. 15). É um livro que ambiciona enfocar, de maneira global, as múltiplas esferas de atuação do personagem. No entanto, o autor não tem um eixo que conduza o seu trabalho, narrando muitos acontecimentos, sem dotar-lhes de sentido ou reflexão.

Till faz uso de grande e variada quantidade de documentos, citando as fontes de forma integral, sem pressupostos teóricos ou metodológicos definidos para o leitor ou pesquisador, embora garanta que suas páginas estão plenas de objetividade e (como pode ser observada) de farta “pesquisa” documental. Contudo, Gilberto Velho (2006, p. 7) esclarece que pesquisar é buscar, ultrapassar as aparências e a superfície dos fenômenos, por meio de um esforço contínuo, aprofundado e de longo prazo, com vista a estabelecer relações entre

existências individuais, sistemas de relações sociais, construção e transformação de instituições, continuidade e mudança, ação social e geral.¹¹

A biografia escrita por Till produz um sentido ilusório, ou seja, é preciso considerar que nossas vidas não têm um sentido imanente, uma coerência e um fim. O autor exagera, por exemplo, quando afirma que “em Quaraí, a 21 de agosto, quem veio ao mundo foi outro vulto [o primeiro era Alceu Wamosy] também predestinado a enriquecer o patrimônio cultural do Rio Grande do Sul e do nosso amado Brasil, salve! salve!” (TILL, 1995, p. 18). Ou, sobre a trajetória de Dyonélio,

aquele menino pobre de Quaraí, que começou a vida vendendo bilhetes de loteria para ajudar a mãe viúva e um irmãozinho, teria seus olhos perspicazes sempre voltados para os grandes interesses sociais, em especial os ligados à economia e à política. (1995, p. 78)

Conforme as reflexões de Schmidt (2003, p. 69),

a biografia não pode ser narrada como a revelação de um sentido já dado a priori ou como a realização de um plano pré-fixado e conhecido pelo historiador que parte de uma visão retrospectiva. Cabe então ao biógrafo acompanhar o fazer-se do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso.

Na perspectiva da renovação teórico-metodológica das biografias, cada historiador deve estar atento para não imputar uma coerência artificial à vida estudada e para deixar de lado os “desde pequeno” e os “sempre”, expressões que só reforçam a ilusão biográfica (BOURDIEU, 1998, p. 184).

É preciso lembrar que as biografias de Dyonélio, embora sejam de escrita tradicional – compostas com a finalidade de preservar a memória de um “grande escritor gaúcho” –, constituem fontes relevantes de apoio e informação que

¹¹ VELHO, Gilberto. “Ciências Sociais e biografia individual”. Aula Inaugural do curso de graduação em Ciências Sociais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. 06 mar. 2006. 9 p.

auxiliarão em futuras pesquisas sobre esse personagem. Portanto, uma biografia intelectual, para o desenvolvimento desta pesquisa, é entendida como uma biografia histórica, que tem como eixo a trajetória intelectual, a saber, à produção do intelectual, seu engajamento, as redes de sociabilidade e os projetos do biografado, bem como a maneira como projetava sua identidade.

De acordo com Velho (2003), as noções de projeto e de campo de possibilidades podem auxiliar na análise de trajetórias individuais enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziar, arbitrariamente, as peculiaridades e singularidades dos personagens. Então, projeto, segundo Velho (2003, p. 40), “é a conduta organizada para atingir finalidades específicas”, isto é, trata-se do instrumento básico de negociação da realidade com outros atores. Em essência, ele existe como meio de comunicação, como forma de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos e aspirações para o mundo.

Já o campo de possibilidades é entendido como “dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos”; um espaço de manobra possível, diante das circunstâncias de toda natureza, para a concretização de projetos individuais. O antropólogo explica que os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades, ou seja, operam a partir de premissas e de paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. É isso que os torna complexos e, por esse motivo, os indivíduos podem portar vários projetos, que poderão ser até mesmo contraditórios.

Velho (2003, p. 48) explica ainda que, assim como as pessoas, os projetos também mudam, porque são dinâmicos e permanentemente reelaborados. Além disso, ressalta que as pessoas também podem se transformar por causa de seus projetos. Essa transformação individual de que fala o autor ocorre ao longo do tempo e contextualmente. Nessa perspectiva, por exemplo, cabe a referência ao amplamente conhecido projeto de um mundo melhor – em defesa da verdade e da justiça, garantindo a democracia – cultivado por Dyonélio, que poderia ser alcançado a partir da mobilização e do envolvimento das camadas sociais menos abastadas.

Em termos metodológicos, vale ressaltar, ainda, que serão empregadas como fontes, na busca dos significados dos percursos da vida de Dyonélio Machado, entre outros documentos, o que Foucault (1992) denomina “escritas de

si". Tais fontes integram o gênero de escritos que abarca diários, correspondências e autobiografia. No entanto, "as escritas de si" estão inclusas num conjunto mais amplo que, compreendendo até mesmo fotografias, cartões-postais e objetos do cotidiano, foi chamado, por Ângela de Castro Gomes (2004) de "produção de si". A historiadora afirma que a guarda de objetos é uma das práticas culturais do indivíduo moderno, o qual constitui uma identidade para si através dos documentos. Nesse sentido, em conformidade com o que diz a historiadora, Velho (2003) e Elias (1994), percebemos os tempos modernos como os de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, seja enquanto unidade coerente que postula uma identidade de si, seja enquanto multiplicidade fragmentada socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas, como sugerimos ser o caso do personagem deste estudo.

Evidentemente, a escrita de si, por assumir a subjetividade do autor e ainda por sua "autenticidade", é inseparável das noções de sinceridade e singularidade. Portanto, o que se torna importante para o pesquisador é, justamente, o modo como o "editor de si" expressa sua visão acerca do ocorrido.

O conjunto da "produção de si" coletada e organizada por Dyonélio será relevante, não somente para revelar o modo como ele se auto-retratava, como interpretava suas lembranças e relacionava-se nas missivas, mas, também, na reconstituição do quadro social no qual atuou, em uma pluralidade de esferas, como médico, político, escritor, etc..

2 O INTELLECTUAL E SEU TEMPO: DYONÉLIO E A REPÚBLICA VELHA

Eu mesmo, quando me perguntam como se cria um escritor, respondo logo: leia, leia muito. Que é que se usa com isso? Uma aprendizagem. De aprendiz, passa-se ou não a mestre: depende do gênio – tomada a palavra no sentido de engenho. Não lhe faltarão muitas predileções. Eu, por exemplo, uso abertamente uma expressão de Camões: “engenho e arte”, sentindo-me feliz por render-lhe tão humilde homenagem (...). Um escritor se faz trabalhando: ‘Nem me falta na vida honesto estudo, com longa experiência misturado. Nem engenho, que aqui vereis presente, coisas que juntas se acham raramente’.¹²

Dyonélio Tubino Machado, filho de Elvira Tubino Machado e Sylvio Rodrigues Machado, nasceu em Quaraí, cidade da fronteira¹³ do Brasil com o Uruguai, em 21 de agosto de 1895.¹⁴ Veio ao mundo quase junto ao término de um período de beligerância, no Rio Grande do Sul, denominada oficialmente de Revolução Federalista¹⁵, constituindo-se em um movimento de oposição ao governo de Júlio de Castilhos.

¹² RODRIGUES, Iara. BONILLA, Aniluz. *Além do Cri-Cri*. Porto Alegre, n. 3. p. 3, ano 10, maio 1980.

¹³ Merecem referência as interessantes considerações sobre a fronteira feitas por Gaglietti (2007, p. 45-50), pois sua definição vai além da questão da demarcação territorial. Após refletir sobre as características das margens e dos entre-lugares, ele explica que a trajetória de Dyonélio foi constituída por uma cultura de fronteira, ao mesmo tempo em que identifica a constituição do sujeito de um espaço híbrido nos seus discursos e textos. Para o historiador, a fronteira está incrustada de diversas formas na vida de Dyonélio Machado, que, inclusive, confere bastante importância a esse espaço.

¹⁴ Conforme registro de nascimento, ele nasceu em casa, às quatro horas da madrugada, sendo seus avôs paternos Severino Soares Machado e Josephina Rodrigues Machado, e maternos, Bibiano Baptista Tubino e Florinda da Luz Tubino. (TILL, 1995, p. 25)

¹⁵ No plano federal, o movimento apresentava-se como de oposição ao governo de Floriano Peixoto. Também conhecido no Rio Grande do Sul como “Revolta da Degola” (1892-1895), ele notabilizou-se pelos atos de violência, praticados tanto por federalistas (maragatos), quanto pelos republicanos (pica-paus), sendo a degola a forma preferida de execução.

Esse foi um dos numerosos conflitos que ocorreram nos anos iniciais da Primeira República ou República Velha (1889-1930). Nesse período, como sabemos, a mudança de regime de governo representou um ajuste do nível político às novas necessidades geradas na economia e na sociedade do Brasil. Até então, os grandes produtores agrícolas da lavoura cafeeira controlavam a vida política nacional. A economia continuava, como no Império, baseada no sistema agrário, latifundiário e monocultor. No país, voltado para a exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados, o café era o principal produto agrícola, seguido pela borracha, açúcar, cacau, erva-mate e algodão.

Ao mesmo tempo em que a grande massa de antigos escravos, então homens livres, encontrava apenas subempregos ou o desemprego, tanto no espaço rural, como no urbano, o governo incentivava a vinda de imigrantes – portugueses, espanhóis, alemães, italianos, russos, japoneses, etc. – como opção de mão-de-obra barata, principalmente, para lavouras de café, mas também para indústrias e construção de estradas. Muitas pessoas se deslocavam em direção às cidades em busca de melhores condições de subsistência. Procuravam oportunidades de trabalho como operários ou prestadores de serviços especializados, mas a maior parte delas trabalhava em ocupações mal remuneradas ou não fixas (CARVALHO, 1998, p. 17-18).

Embora a sociedade brasileira fosse ainda marcadamente rural, processavam-se, no país, algumas importantes transformações no sentido de sua modernização. Entre elas encontramos o estabelecimento de relações assalariadas, o início do processo de urbanização, o surgimento de indústrias, o desenvolvimento do mercado interno, a construção de ferrovias e rodovias, a inauguração de usinas hidrelétricas, o aumento do custo de vida, etc. Por fim, cabe acrescentar a movimentação no mundo das idéias e das mentalidades.

“A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas cisões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial” (CARVALHO, 1998, p. 25). O advento da República foi um período de ampla movimentação de idéias. No entanto, muitas dessas idéias foram, por vezes, mal compreendidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo. Da mistura de vertentes do pensamento europeu – positivismo, liberalismo, socialismo e anarquismo –

resultou uma “grande confusão ideológica”, um ambiente de “porre ideológico” (MORAIS *apud* CARVALHO, 1998, p. 24).¹⁶

No caso do Rio Grande do Sul, ao longo dos quarenta anos iniciais da República, verifica-se, na prática político-administrativa, a aplicação de alguns elementos da doutrina positivista de Augusto Comte. Essa orientação, promulgada na Constituição do Estado, em 14 de julho de 1891, foi norteadora dos governos de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Em tal contexto,

a perspectiva política adotada, no Rio Grande do Sul, foi fortemente marcada pela figura de Júlio de Castilhos, chegando a ser denominada *castilhismo*. A filosofia política positivista adotada baseava-se no pressuposto de que a sociedade caminhava inexoravelmente rumo à estruturação racional. Os meios para a realização dessa estruturação racional seriam alcançados mediante o cultivo da ciência social. A opção de Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros, foi pela imposição de uma organização positiva por parte de uma minoria esclarecida, realizando a moralização dos indivíduos pela tutela do Estado. Os benefícios do progresso material sem prejuízo da hierarquia social parecem ter atraído os líderes gaúchos. Castilhos extraiu de Comte a crença na forma de governo republicano e ditatorial, defendendo a ordem como base para o progresso social. Seu lema era ‘conservar melhorando’. (WEBER, 1999, p. 39, grifo da autora)

Foi durante os anos de 1889-1930, também, que

se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação. (MICELI, 1977, p. 13-14)¹⁷

Figuram entre as evidências dessa profissionalização do trabalho intelectual a fundação da Academia Brasileira de Letras, a criação de centros literários estaduais, o surgimento de “salões de caráter acentuadamente literário”,

¹⁶ Examinando a problemática em torno do entendimento da cidadania, José Murilo de Carvalho demonstra como se misturavam e combinavam teorias “das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas” no período. Ver Carvalho (1998, p. 42-65).

¹⁷ Os pesquisadores da história dos intelectuais no Brasil devem considerar as produções da época da expansão desse campo no país, pois não analisá-las seria o mesmo que desconhecer as condições sócio-históricas em meio às quais ele se formou, e, sob cuja vigência está atualmente (MICELI, 1977, p. 14).

as reuniões de escritores em cafés e livrarias e o pronunciamento de conferências literárias. Também o crescimento da produção literária e do mercado editorial, bem como a valorização da atividade literária, inclusive pela imprensa, através da remuneração dos intelectuais e da ampliação do espaço destinado às seções literárias¹⁸, são indicativos dessa nova situação.

Os intelectuais da Primeira República, em geral, mantiveram-se vinculados, seja por dependência ou profissão, ao serviço do Estado. Embora divergissem sobre algumas questões, eles se dedicavam à reflexão histórico-política. Suas idéias, em conjunto, evidenciam um pensamento autoritário, revelado na aspiração de ver fortalecido o poder público central.¹⁹ Podemos defini-los como nacionalistas e afirmar, inclusive, que assimilaram a sociologia da época, contribuindo para a legitimação e institucionalização das Ciências Sociais no país (LAMOUNIER, 2004, p. 356).

Nesse período, a vida intelectual brasileira era dominada pela grande imprensa, compelindo os intelectuais a elaborar textos e obras seguindo os padrões da imprensa francesa, entre eles crônica, reportagem, entrevista e inquérito literário. Como explica Brito Broca (1960, p. 216),

não se pode negar que os jornais, proporcionando trabalho aos intelectuais, mesmo quando se tratava de simples rotina de redação, sem nenhum cunho literário, facilitavam a vida de muitos deles* dando-lhes um *second métier* condigno, no qual podiam, certamente, criar ambiente para as atividades do escritor. Lembremo-nos de que a imprensa propiciara (...) a mudança para a metrópole de grande número de intelectuais, que não conseguiriam realizar-se literariamente [sic] se permanecessem no recanto nativo da província.

¹⁸ Os elementos citados são abordados como parte da “vida literária”, em termos de vida social dos literatos, na República Velha, segundo BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 308 p.

¹⁹ Lamounier (2004, p. 356) argumenta que “a transformação do pensamento político no período considerado, deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”. São oito os componentes dessa estrutura ideológica: “1) Predomínio do ‘princípio estatal’ sobre o princípio de ‘mercado’. 2) Visão orgânico-corporativa da sociedade. 3) Objetivismo tecnocrático. 4) Visão autoritária do conflito social. 5) Não organização da ‘sociedade civil’. 6) Não mobilização política. 7) Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política. 8) O Estado como Leviatã benevolente”. (LAMOUNIER, 2004, p. 358-359)

A produção literária e artística do período, no Rio Grande do Sul, além de regionalista²⁰, acompanhou os padrões das demais regiões do país, aderindo a correntes como o parnasianismo, o simbolismo e o modernismo na poesia, o naturalismo na prosa e o realismo na ficção.²¹ Em termos de posicionamento político, contudo, não se apresentavam opções variadas, ocorrendo um esquema de forte polarização política. Essa polarização determinava uma cisão, inclusive entre a intelectualidade, em torno do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do Partido Federalista (PF), visto que as condições da produção intelectual, no período, estavam subordinadas aos interesses de instituições e grupos dominantes (FRANCO, 2003, p. 263).²² Nesse contexto, o desenvolvimento da imprensa pode ser visto como resultado do desdobramento do campo político e da necessidade de setores da sociedade fazerem-se representar e valer seu domínio político-cultural no campo social (RÜDIGER, 1985, p. 116).

Mesmo em regiões distantes dos centros culturais mais destacados do país tal debate político tinha ressonância. É o caso da cidade de Quaraí, na fronteira do Rio Grande do Sul, onde circulou considerável número de periódicos situacionistas e também oposicionistas, conforme informa Marçal (1983).²³ A

²⁰ Sobre o regionalismo, ver ZILBERMAN, Regina. O Regionalismo e Simões Lopes Neto. In: _____. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 43-60.

²¹ Informações sobre a produção literária e autores da República Velha podem ser encontradas em: BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*. Tomo III, v. 2, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 293-319.

²² Franco (2003, p. 264-270) oferece uma listagem com nomes de alguns intelectuais situacionistas e oposicionistas, mencionando, inclusive, alguns que enfrentaram a censura da opinião pública ao alterar sua opção político-partidária. Como adeptos do PRR são nomeados: Zeferino Brazil, Ribeiro Tacques, Américo Moreira, Carlos Alberto Miller, Barbosa Neto, Victor Silva, Eduardo Guimaraens, Pedro Vergara, Mansueto Bernardi, Alceu Wamosy, Antonio Carlos Pereira da Cunha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, José Romaguera da Cunha Corrêa, Alcides de Freitas Cruz, Otávio Augusto de Faria, Albino José Ferreira Coutinho, Pedro Carvalho, Euclides B. Moura, João Simões Lopes Neto, João Pinto da Silva, Otelo Rosa, Vitor Russomano, Joaquim Luís Osório, Aurélio Porto e Afonso Guerreiro Lima. Entre os contestadores do regime autoritário do castilhismo-borgismo são citados: os irmãos Apolinário e Apeles Porto Alegre, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Ângelo Dourado, Wenceslau Escobar, Rafael Cabeda, Antonio Batista Pereira, Francisco Antunes Maciel Júnior, José Júlio Silveira Martins, Felix Contreiras Rodrigues e Ana Aurora do Amaral Lisboa. Por fim, entre os que teriam mudado de partido, estão: Germano Hasslocher, Alcides Maya, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Pedro Moacir, Artur Pinto da Rocha, Alfredo Varela, Ramiro Barcelos, além de Assis Brasil.

* Procedemos à atualização de todas as palavras que constam em citações com grafia anterior à última reforma ortográfica da Língua Portuguesa. No entanto, nos títulos de artigos publicados em periódicos, optamos por manter a grafia original, quando estes são citados nas notas e, também, nas fontes.

²³ Segundo Márcia Wolkmer (2007), na cidade de Quaraí, havia facções rivais do PRR, cuja cisão definitiva ocorreu em 1912. Essas facções são denominadas de “florianistas ou coqueiristas”, liderados por Miguel da Cunha Corrêa, primo-irmão de Flores da Cunha e de “barraqueiros”,

família de Dyonélio pertencia aos quadros do PRR, e seu tio, Dartagnan Tubino, contribuiu para a instalação da República em Quaraí. Além da função de político, ele exerceu o ofício de jornalista e também contribuiu para a organização da classe operária na cidade.

O pai de Dyonélio, Sylvio Machado, em 1896, fundou e dirigiu o jornal *O Beija-Flor*. Basicamente, a folha continha assuntos políticos e de relevância para a sociedade local (MARTINS, A. 1978, p. 332). Ele morreu muito jovem, aos trinta e três anos, em consequência de um ferimento. Quanto às circunstâncias em que isso aconteceu, no ano de 1902, não há nenhuma indicação nas fontes. Mas, considerando a região e o período de beligerância, ao qual já aludimos, uma hipótese provável é que o fato tenha decorrido de um desentendimento político. Outra possibilidade está relacionada com a prática de ações ilícitas, como o contrabando²⁴, uma vez que ele era agente aduaneiro. Dyonélio, mais tarde, relata em uma entrevista a perda do pai como fato culminante de sua infância, informando que

morreu em casa, na sua cama, ao longo de uma noite de inverno, que não pretendia, parece, terminar, a não ser com a morte dele (...) não se pense que se tratava de um desses gaúchos de faca na bota: era um moço fino (...) mas trazia no precórdio, sinônimo de peito esquerdo, um ferimento de punhal, não fechado ainda (...) ele de propósito se desarmara de faca e revólver para enfrentar o adversário. (STEEN, 1981, v. 2. p. 129)

Assim, Elvira Tubino Machado, antes de seus trinta anos, torna-se viúva e única responsável por dois filhos: Dyonélio, com sete anos, e seu irmão, Severino, de três. Integrante do ramo pobre da família, e ainda mais empobrecido pela perda de seu pai²⁵, Dyonélio teve de trabalhar ainda menino, como vendedor de

liderados por João Francisco Pereira de Souza, seu irmão Bernardino Pereira de Souza, Olavo Saldanha e os irmãos Santos (WOLKMER, 2007, p. 98). Nesse contexto, verificamos que a família de Machado situava-se entre o grupo dos florianistas.

²⁴ A questão do contrabando na região fronteira do Rio Grande do Sul, e em especial na cidade de Quaraí, recebeu atenção de Wolkmer (2007, p. 66-74). A pesquisadora constatou sua recorrência em documentos oficiais do Governo do Estado, entre os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX, visto que foram adotadas uma série de medidas para evitá-lo.

²⁵ JAGUAR, PERES, Glênio e WOLFF, Fausto. Dyonélio Machado, um grande escritor brasileiro (para quem teve a sorte de ler). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, nov. 1979, p. 18-19.

bilhetes da loteria na rua. Essa inserção precoce no mundo do trabalho decorria das dificuldades enfrentadas pela mãe, que atuava como costureira para garantir a sobrevivência dos filhos.

Sabemos, por intermédio de entrevistas, como a publicada por Steen (1981, v. 2, p. 129-130), que o menino chegou a encontrar, nas calçadas de Quaraí, onde exercia seu ofício, o suposto assassino do pai, negociando bilhetes com ele. A extrema dificuldade econômica vivida pela família parece haver prevalecido sobre o conflito interior posto entre o culto à memória do pai e o ódio ao seu agressor.

Como vimos, no período da República Velha, apenas iniciava-se o processo de urbanização. Por todo território nacional, a maior parte da população era analfabeta e vivia no campo. Dyonélio e Severino, mesmo sem recursos, tiveram a oportunidade de estudar, na escola de Aurélio Afonso Porto, deixando de fazer parte dessa elevada taxa de excluídos.

Aurélio Porto exerceu a função de professor e jornalista, quando esteve em Quaraí no período compreendido entre 1900 e 1905 (MARÇAL, 1986, p. 75). Talvez por concentrar várias funções e não dispor de muito tempo livre, o professor, percebendo o interesse do menino em matricular-se, fez-lhe uma proposta: permitiria que ele e o irmão estudassem com a condição de monitorar os alunos atrasados.

Após ouvir contar inúmeras histórias, freqüentando a escola, o menino aprendeu a ler. O rico mundo da literatura infantil, com belas ilustrações, abre-se a todos, e não excluiu o pequeno Dyonélio, que, quem sabe, imergiu nas encantadas histórias da Gata Borralheira e de Chapeuzinho Vermelho, como um personagem desses contos de fadas ou da carochinha, escritos por Perrault ou Grimm. Em sua imaginação, pode ter se tornado o Soldadinho de Chumbo, vivendo inúmeras aventuras (MACHADO, 1990, p. 38).

Aos não leitores eram reservados os prazeres de ouvir contar as histórias das façanhas heróicas do tempo de guerra. Já os leitores podiam recorrer aos livros, embora sua circulação fosse lenta e restrita. Autores mais conhecidos e com relativo destaque eram, então, editados no exterior. A imprensa configurava-se como uma das fontes de leitura mais acessíveis. Literatura e jornalismo

chegavam a ser confundidos. Pela localização da cidade de Quaraí e pela facilidade de intercâmbio com o Uruguai, entendemos que a situação modificava-se, e o acesso aos livros ficava facilitado.

Nessa fase, Dyonélio compôs sua primeira poesia: “As calças do Barbadão”.²⁶ Os versos foram escritos porque sua mãe reformou umas bombachas muito largas, para ele vestir e ir à escola. Embora sentisse vergonha ao usar as calças, por se tornar alvo de chacota dos outros meninos, em respeito à mãe, não as rejeitou. Assim, aos dez anos, encontrou na poesia uma maneira de sublimar a sua angústia infantil.²⁷

Movido pela necessidade de contratar um funcionário e ainda por laços de ternura, ou simplesmente, parentesco, João Antonio Dias, em 1907, admite Dyonélio como servente do periódico semanal *O Quaraí*. O seu fundador, João Antonio Dias, foi escrivão da Mesa de Rendas Estaduais e era proprietário de uma escola e de uma livraria, na qual Dyonélio também trabalhou, a seguir, como balconista (MARÇAL, 1983, p. 32).

Ele havia criado e continuava cultivando o hábito da leitura, como um entretenimento e uma forma de conhecimento. Alcançava, assim, enquanto lia, um prazer, ou, talvez, distanciava-se da solidão.²⁸ Possivelmente, leu, mesmo, para que as horas passassem depressa na “pequena cidade pampeana”. Na Biblioteca do Clube Comercial de Quaraí, foi-lhe oportunizada a leitura de muitas obras à época modernas, entre as quais: *A musa do departamento* (1911), de Balzac; *Momento Literário* (1905), de João do Rio; *Vida do Padre Vieira* (1891), de João Francisco Lisboa; *Lord Chatham* (1844), de Macaulay; *O amor dos*

²⁶ Cabe registrar que não localizamos a referida poesia, motivo pelo qual não foi possível reproduzi-la nesta pesquisa.

²⁷ Ao lembrar e relatar o acontecimento, em 1975, Dyonélio levanta uma hipótese explicativa sobre porque a maioria dos escritores inicia sua trajetória compondo poesias. “A angústia infantil é tremenda, por que tudo é proibido. A criança está em pleno desenvolvimento da libido quando é cerceada por todos os lados. Por isso a memória da infância é falsa, porque na verdade não é memória, mas uma amnésia dos fatos da vida infantil. Mais tarde, não podendo liquidar a angústia que todas as repressões criaram, o homem liquida a memória do desprazer. Se nós prolongássemos as angústias infantis, não chegaríamos à idade adulta. Isso tudo, de certa forma, explica porque quase sempre um escritor começa, mesmo que seja bem no comecinho de sua vida, fazendo poesia. A poesia seria uma forma de sublimação das angústias infantis, nessa fase.” CARVALHO, Murilo. O escritor e seu tempo. *Movimento*, Porto Alegre, 24 nov. 1975, p. 17.

²⁸ Nas memórias, Dyonélio afirma que sua vida foi marcada com o “signo da solidão”, pois, no pampa, sentia-se aprisionado pelo infinito, ansioso, pela falta de um horizonte próximo. “Aí a vida, que é movimento, não nos vem, nem do tempo que não marcha, nem do espaço, que não muda” (MACHADO, 1990, p. 35).

Homens (1901), de Paolo Mantegazza; *L'Art* (1911), de Auguste Rodin; *Cyrano de Bergerac* (1897), de Edmond Rostand; e *Os maias* (1888), de Eça de Queiroz (MACHADO, 1990, p. 37).

De tal ambiente de leituras e discussões políticas, em convivência com leitores e jornalistas, Dyonélio recebeu incentivo e colaboração, iniciando a redação e a impressão de diversas pequenas folhas (MARÇAL, 1983, p. 39). Estas equivaleriam a um “jornalzinho manuscrito, invariavelmente crítico e literário”, cujo nome era *O Martelo*, jornal semanal que Dyonélio funda, por volta dos seus quinze anos, no ano de 1911, para “dar marteladas nos outros guris”. Ele encarregava-se da parte crítica e, para a parte literária, contava com alguns colaboradores, como um tio, um amigo que era farmacêutico, e o pai dos amigos (um antigo militar) do grupo de meninos do qual fazia parte (MACHADO, 1995, p. 13). Para fazer circular seu jornalzinho, o grupo montou uma tipografia, com tipos do mesmo corpo, mas caracteres diferentes, o que lhe conferia um aspecto informe, malfeito, uma vez que, para a impressão, usavam uma prensa copiadora de correspondência. A duração da experiência foi curta.

No ano seguinte, foi Dyonélio quem colaborou com o jornal (de outro estudante) chamado *A Elite*, cujo redator era André Carrazoni, enquanto dedicava-se a realizar um projeto: morar na capital do Estado, Porto Alegre. Trabalhando na livraria para auxiliar a família, continuava seus estudos e preparava seu espírito, sonhando com sua futura vida na capital. Desejava prosseguir seus estudos, cursando a faculdade de medicina. Antes da viagem, sozinho, para distrair-se e acalmar o agitado coração, leu *Os maias*.

Chegando à capital, no verão de 1912, procurou matricular-se na escola do professor Afonso Emílio Meyer, que ministrava o curso preparatório para os exames de admissão na faculdade. A escola, na casa do próprio professor, localizava-se em frente à Praça da Matriz. O professor Meyer tinha conhecida reputação de humanista.²⁹ Das cidades afastadas, vinham muitos jovens, como Dyonélio, com vários sonhos e incontáveis dificuldades, muitos dos quais eram atenciosamente recebidos no curso por este professor, que não exigia remuneração, recebendo, às vezes, algum auxílio financeiro até mesmo durante o andamento dos cursos superiores.

²⁹ Mais informações sobre o Professor Meyer são descritas por Rodrigues Till (1995, p. 32-37).

Ainda em sua cidade natal, o jovem já tinha em mente o projeto de criar um albergue (MACHADO, 1990, p. 17). Contudo, sozinho, precisava alojar-se em algum lugar. Imaginamos que foi assim que conheceu Celestino Moura Prunes, natural de Alegrete. Ambos alugaram quartos na mesma casa, na Rua do Arvoredo. Precária, a casa não possuía luz elétrica: um desses quartos recebia luz pela janela durante o dia e o outro, nem isso. Para os estudantes que tinham o hábito da leitura noturna, a mudança em suas vidas parece ter sido bem difícil (MACHADO, 1990, p. 19). As primeiras crônicas de Dyonélio datam desse período. Em colaboração com Celestino, enviava-as à *Gazeta de Alegrete*.

Perseverante e disposto a estudar, Dyonélio, em companhia de Celestino, superou as dificuldades iniciais. Decididos a mudar para uma casa que tivesse ao menos luz, água e esgoto, a dupla conseguiu, então, fundar, não um albergue, mas uma república de estudantes. Viveram juntos, sob a “República do Império”³⁰, vários jovens, ligados por uma característica comum: provinham da fronteira. Podemos definir o período em que esses jovens estiveram reunidos como sua “vida literária”³¹, pois criavam – poesia, contos e crônicas, trocadilhos, sátiras e anedotas, mas sobretudo a *blague* – uns para os outros. Eram os escritores e seu público. O grupo, com comum interesse por filosofia, arte, literatura e música, era composto por Dyonélio, Celestino Prunes, Alceu Wamosy, João Leopoldino Santana, Almir Alves, Hermínio Freitas e Augusto Gonçalves de Sousa Júnior.

Aos dezoito anos, Dyonélio tentou a admissão na Faculdade de Medicina³² que, para seu desânimo, não pôde cursar (MACHADO, 1995, p. 9). Provavelmente, pareceu-lhe que toda sua dedicação fora em vão; sem dinheiro, e talvez, duvidando de sua própria preparação, desiste de estudar, deixando a capital, no ano seguinte, 1914. Dessa forma, quando irrompia a Primeira Guerra

³⁰ Para saber mais sobre a origem do nome da república e alguns fatos vivenciados na época, pelo grupo de jovens, sugerimos a leitura do capítulo “Imagens fugitivas”, In: MACHADO, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990. p. 15-24.

³¹ É o próprio Dyonélio quem, em entrevista concedida à escritora Edla Van Steen, rememora a época, a qual denomina como sua única “vida literária”. Conforme depõe: “A minha adolescência em Porto Alegre proporcionou-me uma coisa que depois nunca mais tive: vida literária” (STEEN, 1981, v. 2, p. 131).

³² A Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre foi fundada em 25 de Julho de 1898, resultando da fusão da Escola Livre de Farmácia e do Curso de Partos, respectivamente instalados em 1896 e 1897. No ano de 1911, passou a denominar-se apenas Faculdade de Medicina de Porto Alegre, devido a uma reformulação na legislação de Ensino Superior. Em 1915, tornou-se reconhecida como a “única Faculdade Livre de Medicina no Brasil, considerada idônea para os efeitos de fiscalização” (FRANCO; RAMOS, 1943, p. 106-110).

Mundial ele retornava para Quaraí. Não fica explícito, nas fontes consultadas, se Dyonélio precisou deixar a capital devido a problemas econômicos determinados pela guerra, ou pelo convite para assumir algum cargo administrativo na cidade natal. No entanto, a hipótese mais coerente é a primeira, relacionada às dificuldades financeiras, indicadas também por Bordini (1995, p. 73), que se refere a um tio chamado Virgílio – cunhado de sua mãe –, que, por sua vez, ajudava-o pagando suas despesas dos estudos, mas que enfrentou uma crise nos negócios, durante o período mencionado.

Logo, Dyonélio começou a atuar como redator d'*O cidadão*³³ e tornou-se seu diretor, visto que o jornal constava como propriedade da família Tubino, e seu primo, Ascânio de Moura Tubino encontrava-se, então, no cargo de prefeito. Segundo Marçal, na fase em que ele ocupou a direção, o periódico viveu sua fase mais criativa (1986, p. 78).

Na cidade de vinte mil habitantes, o intendente municipal era José Conrado Wagner. Sua filiação ao PRR e a sua formação escolar permitiram que Dyonélio fosse admitido como funcionário público, exercendo as funções de professor do Colégio Municipal e, pouco tempo depois, de diretor. O delineamento de sua trajetória, nesse momento, deve-se às suas escolhas, ainda que estas tenham sido determinadas por um campo de possibilidades restrito. Talvez a sua escolha tenha sido pautada apenas pela emoção, ou pela necessidade de arranjar um trabalho, ou, ainda, pela crença nos ideais republicanos. Entretanto, precisamos considerar que,

numa estrutura econômica pré-capitalista, com diminutas possibilidades de emprego na área privada não restavam [muitas] alternativas ao jovem das camadas urbanas, senão o ingresso no funcionalismo público. E isso evidentemente implicava à adesão as clientelas do Partido Republicano, a obediência aos coronéis locais, sobretudo pelo alistamento eleitoral e o exercício do voto no situacionismo. (FRANCO, 2003, p. 264)

³³ Fundado em 1908. Era publicado às quintas-feiras e aos domingos, pela manhã. Impresso durante quase trinta anos, adquiriu importância político-cultural. Conforme Marçal (1983, p. 33-35), através de sua leitura, pode-se acompanhar a história da cidade de Quaraí em “letra de imprensa”.

Em 1919, escreve uma resposta à provocação feita por De Souza Júnior. Era a primeira contribuição sua na revista³⁴ *A Máscara*. Nela, rememora a “vida literária” que desfrutou com seus amigos na “República do Império” e na Praça da Harmonia.

Antes da década de 1920, ocupou o cargo de secretário do município. Como auxiliar direto do Intendente, cabia-lhe lavrar os atos do executivo e as decisões do Conselho Municipal. A leitura dos atos assinados por Dyonélio (transcritos por TILL, 1995, p. 56-61) permite-nos identificar algumas de suas preocupações e ações, enquanto secretário do município. Entre elas destacamos: a adoção de método de ensino que fosse moderno e eficaz, a qualificação dos docentes das escolas rurais para ministrar as aulas por meio de um estágio na escola municipal de Quaraí, a criação de escolas, a isenção do pagamento de imposto urbano pelas viúvas e pelas pessoas pobres.

Quando, por volta de 1920, retorna à capital, trazendo consigo a mãe, ele encontra uma cidade cuja

urbanização era precária, [pois havia] um conservadorismo de quadros antigos e, assim, obsoletos de formas e processos anacrônicos inadequados ao surto de progresso a que se lançava a cidade por força dos fenômenos econômicos e sociais.³⁵

Em acréscimo, no entanto, “nessa mesma época havia em Pôrto Alegre [sic] consagrados homens de letras que se moviam e se articulavam numa linha clássica dentro dos princípios instituídos pelas suas próprias produções literárias”.

³⁴ Segundo Martins e Luca (2006, p. 25), o formato das revistas merece consideração no processo histórico da imprensa brasileira como “espaço alternativo, senão único, para o literato colocar-se em letra impressa” tendo se difundido como “gênero de sucesso no país”.

³⁵ “Ruas maltratadas, higiene pública empírica, estacionada”, “não existia nenhum arranha-céu”, “a arquitetura predial urbana não oferecia nada de auspicioso e se alastrava, sonolenta, acompanhando o gabarito de dois e três pisos”, “a linha dos bondes elétricos tinha um traçado que interferia violentamente no perímetro central”, mas “a rede telefônica (...) era excelente e passaria em breve tempo pelo sistema automático”, “existia também um excelente jardim zoológico”, etc. de acordo com a caracterização da capital do Estado na década de 1920, feita por Sanmartin (1969, p. 43-47).

O grupo de tais homens de letras incluía os poetas, os ficcionistas, os ensaístas, os jornalistas e os “homens de pensamento” (SANMARTIN, 1969, p. 49).³⁶

Daquela experiência de monitor das classes atrasadas, realizada na infância, nosso biografado desenvolveu habilidade para ensinar português aos estrangeiros em Porto Alegre, a fim de garantir sua subsistência, provisoriamente. De fato, é datada do mês de outubro de 1920 a sua nomeação para ajudante de almoxarife do Almoxarifado Central, na Secretaria de Obras Públicas do Estado, por ter sido aprovado em concurso público. Lentamente, inicia suas publicações de críticas e contos em outras revistas, como *A Tela*, *Kodak*, *Horizonte*, e também nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*.

Ainda no tempo em que atuou no Colégio Municipal, Dyonélio conheceu a professora de piano Adalgisa Wagner Martins, com quem se casou por meio de uma procuração, no ano de 1921 (TILL, 1995, p. 69). A testemunha escolhida por ele foi o amigo e estudante de medicina Almir Alves, que também remeteu uma procuração. Imaginamos que o casamento deu-se dessa forma porque Dyonélio estivesse doente.

Percebe-se que ele se interessava bastante por política e jornalismo. Todavia, a imprensa desse período fazia um jornalismo de cunho individualista, e, embora defendesse o profissionalismo³⁷, focalizava de maneira privilegiada o fato político e alguns personagens, na medida em que “exaltava afetos e destruía desafetos, atuando sempre na medida de interesses particularizados, personalizando relações e, portanto, a tarefa jornalística” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 51).

Como militante do PRR e amigo de Borges de Medeiros, Machado fundou e dirigiu, em companhia do amigo De Souza Júnior e de Theophilo de Barros, o

³⁶ A produção intelectual e artística rio-grandense da década de 1920 é comentada por Sanmartin. O autor apresenta um levantamento dos livros editados em Porto Alegre no período compreendido entre 1920 e 1934. SANMARTIN, Olyntho. Mundo cultural na década de 1920. In: _____. *Um ciclo de cultura social*. Porto Alegre: Sulina, 1969. p. 49-61.

³⁷ Em abril de 1908, foi fundada a Associação de Imprensa, que em 1913, passou a se chamar Associação Brasileira de Imprensa (ABI), conforme Martins; Luca (2006, p. 41). Já no Rio Grande do Sul, apenas em outubro de 1920, foi criada a Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) para defender os interesses dos jornalistas. Em 1923, Dyonélio é eleito presidente da ARI os demais componentes da diretoria são: De Souza Júnior (vice-presidente), Paulo Bidan (1º secretário), Germano Gundlach (2º secretário), José Rodrigues Sobral (tesoureiro) e Ernesto Pellanda (bibliotecário). Mais algumas informações sobre a ARI podem ser encontradas em Till (1995, p. 73-74).

jornal *A Informação*. A seguir, tornou-se diretor do “Club Republicano Borges de Medeiros”. O jornal, apesar de ser órgão do PRR, teve duração curta.³⁸ Basicamente, ao lado de *A Federação*³⁹, destinou-se, como instrumento da campanha eleitoral, a investir contra a reputação dos opositoristas. Tanto que continha, em maior ênfase, incontáveis críticas ao candidato Arthur Bernardes e aos federalistas, bem como argumentos em defesa dos ideais republicanos e da candidatura de Nilo Peçanha e J.J. Seabra para presidência.

Integravam o jornal as seguintes seções: assuntos políticos; anúncios comerciais; informações telegráficas (notícias do país e do mundo); carta (assinada, freqüentemente, por De Souza Júnior, endereçada a Arthur Bernardes ou a opositoristas); informações mundanas (de cunho social, com destaque para viagens e eventos sociais – casamentos, nascimentos, aniversários, enfermos – contendo, ainda, irregularmente, texto literário ou poesia e resultados da loteria). Sob o título “Gambiarras, E’crans etc.” apresentavam-se informações sobre apresentações culturais e vida dos atores; esportes; pequenas notas policiais (como roubos, crianças desaparecidas, assassinatos e suicídios, etc.), que também compunham *A Informação*. Nos números iniciais do jornal, encontramos artigos de Theophilo de Barros, De Souza Júnior e Ernesto Pellanda. Há, igualmente, uma seção chamada de “Notas do dia” assinada por Hamleto, que, sugerimos, pode ser um pseudônimo utilizado por Dyonélio, já que não encontramos artigos de sua autoria no periódico.

Da mesma maneira, a inauguração do mencionado “Club Republicano”, em 06 de novembro de 1921, foi destacada pelos editores de *A Informação*, publicando o discurso de Dyonélio. Na oportunidade, foram abordados por ele, que se qualificou como membro e representante do pensamento do PRR, alguns tópicos relacionados à “questão social”. Esse foi, inclusive, o título da conferência que girou em torno de temas como o horário de trabalho, a fixação do salário, a estabilidade ou garantia da propriedade e a edificação de vilas operárias. Como de costume, o diretor da agremiação investiu contra Arthur Bernardes. Demonstrando amplo conhecimento, reportou-se à tradição dos países europeus

³⁸ Circulou de 20 de março de 1921 até 1º de março de 1922.

³⁹ De acordo com Bakos (1992, p. 150), o “jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, dirigia suas reportagens e campanhas a uma gama abrangente de setores da população, visando contribuir para minorar as condições de vida dos proletários e para refrear a ganância dos capitalistas”.

sobre a legislação trabalhista. Dyonélio demarcou como diferença fundamental entre o Brasil e esses países, de acordo com sua interpretação, a ausência de uma “injustiça social” denunciada pelos operários europeus, pois

no Brasil as mais clamorosas injustiças e violências têm sido resolvidas e reparadas pelo elemento nacional indistintamente, levados todos – homens, mulheres, capitalistas e operários – a expressar um sentimento de fraternidade inato na raça brasileira.⁴⁰

Ressalve-se que, enquanto o orador se dirige aos operários, sua argumentação é estabelecida visando a exaurir o pronunciamento do oponente. Dyonélio, como republicano, deposita, nesse momento, esperança “no terreno amável e protetor da República nascente”, que tenderia, segundo ele, a apresentar “solução gradativa, lenta, mas segura e completa” a “todas as questões operárias”, em conformidade com o princípio do PRR de “incorporar o proletariado na sociedade moderna”.

Já em 1922, Dyonélio e seus companheiros de *A Informação* tinham o projeto comum da criação de uma revista de política e arte. Por fim, o grupo editorial fez outro tablóide semanal, denominado *Farrapo*.⁴¹ Conforme anúncio em *A Federação*, o novo jornal seria inovador, contendo seções permanentes de crítica literária, política e artística. *Farrapo* iniciou sua circulação em 20 de maio de 1922, tendo duração efêmera, pois seu último número foi impresso em 12 de julho. Conforme Grawunder (1997, p. 52-53), nesse “hebdomadário”, continuaram as críticas e os ataques a Arthur Bernardes, então presidente eleito, e aos seus aliados, além de notícias sobre a agitação política vivida no país – com a primeira rebelião dos tenentes do Forte de Copacabana contra as forças legalistas.

A primeira viagem de Dyonélio ao Rio de Janeiro, prestando serviços a Borges de Medeiros como estafeta⁴², ocorreu nesse período. De acordo com

⁴⁰ MACHADO, Dyonélio. A questão social. *A Informação*, Porto Alegre, 07 nov. 1921, p. 1-2.

⁴¹ Não localizamos nenhum exemplar desse periódico, no entanto, sabemos de sua existência porque o próprio Dyonélio citou-o em entrevistas (MACHADO, 1995, p.13).

⁴² Entregador de cartas ou portador de recados.

Machado (1990, p. 81), sua incumbência temporária era “apenas obrigação partidária”, a fim de entregar uma carta ao Senador Vespúcio de Abreu:

Fui encontrá-lo no senado, então sediado na rua do Areal. Fazendo-me anunciar, ele determinou ao contínuo que me levasse à sua presença. Isso correspondia a me fazer tomar parte como espectador duma célebre reunião da comissão de finanças. Se não me engano, pra poderem tomar assento nesse comitê, era imprescindível a condição de líder para todos os seus integrantes. (MACHADO, 1990, p. 82)

A observação da trajetória do jornalista, no decorrer da República Velha, permite-nos perceber que, tornando-se figura de destaque na sociedade, ascende a cargos administrativos e passa a compor o grupo do poder. Portanto,

em geral, foram literatos que se improvisaram em profissionais da imprensa, tornando-se figuras influentes no cotidiano urbano. Paladinos da Ordem e do Progresso na república dos cidadãos convertem-se, quase sempre em agentes a serviço de grupos, classes e, sobretudo de partidos políticos numa imprensa que tinha o poder de tendenciosamente selecionar políticos, fazer governos, decidir eleições. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 40)

Em meio às dificuldades de efetivação de seus projetos enquanto jornalista e militante do PRR, Dyonélio portava diversos projetos, entre eles um familiar, de gerar um filho, e outro intelectual, de escrever um livro. Em ambos, alcançou o objetivo. Sua primeira filha, Cecília, nasceu no dia 15 de fevereiro de 1922. Seu primeiro livro publicou no ano seguinte, 1923.⁴³

⁴³ Foram publicados, em Porto Alegre, no mesmo ano: *Serões de inverno, À sombra das árvores, Noites de luar e Fantasias*, de Aquiles Porto Alegre; *Palavras ocas e Crônicas e comentários*, de Fábio de Barros; *Ilusão querida*, de Augusto Meyer; *Missal de ternura e Humildade*, de Ernani Fornari. Conforme levantamento de Olyntho Sanmartin (1969, p. 54-55).

*Política Contemporânea – Três aspectos*⁴⁴ saiu em Porto Alegre pela Editora Barcellos, Bertaso & Cia (conhecida como Livraria do Globo), com capa desenhada especialmente por Francisco Bellanca. A publicação possuía 146 páginas e sua edição foi custeada pelo autor. O livro continha artigos publicados na imprensa a partir de setembro de 1922, época do centenário de independência e, a seguir, textos inéditos escritos para outro livro (como parte de um projeto não concretizado), mas incluídos na edição devido à sua atualidade em relação ao contexto político.

Parece-nos expressivo tentar compreender, porque esse literato resolve escrever artigos críticos e polêmicos nos jornais, bem como um livro de ensaios. Podemos sugerir que Dyonélio estivesse tomado daquela inquietação apontada por Patrícia Funes (2006) nos intelectuais latino-americanos na década de 1920. Segundo ela, o que movia uma pessoa a escrever seria uma

cierta 'incomodidad' y um estado de malestar frente a la realidad, que advierten injusta o peligrosa es el puntapié inicial de la actitud intelectual. Intelectual y crítica comienzan a ser sinónimos. La impugnación y la denuncia del poder, la explotación y la injusticia que se objetiva en un 'yo acuso' social está entre las notas que consideram propias. (FUNES, 2006, p. 55-56)

O livro de ensaios é composto de três partes: Relações econômicas de paz; Política militar no Brasil e sua repercussão na vida continental americana; e A revolução. Nesse primeiro livro, o moço de 27 anos mostra sua erudição na medida em que aplica noções aprendidas nos clássicos da Política, enriquece seu texto com vasto conhecimento sobre a Revolução Francesa e emprega argumentos citando constituições européias. Faz tudo isso ao discorrer sobre a

⁴⁴ Para este estudo, utilizamos a seguinte edição da obra, da qual foram extraídas todas as citações: MACHADO, Dyonélio. *Política Contemporânea – Três aspectos*. In: Escola do Legislativo do 'deputado Romildo Bolzan' (coord.) *O pensamento político de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2006. p. 19-51.

situação política e econômica do Brasil e do mundo, apresentando soluções aos problemas nacionais por ele apontados.⁴⁵

A verificação do conteúdo dos ensaios revela que, na sua primeira parte, Dyonélio se ocupa em analisar o período pós-guerra. Referindo-se à paz, afirma que ela é

mais assustadora que a própria guerra, a exigir um trabalho inominável por parte dos governos, os quais se viam, ao cabo de cinco anos de luta, frente e frente com um novo mundo, uma nova ordem das coisas, novos países, novos sistemas políticos, novas questões sociais, uma humanidade, enfim, renovada, mas não rejuvenescida, a que era preciso assistir e tonificar, sob pena de lá se ir toda a cultura e toda a civilização acumuladas no ocidente... (MACHADO, 2006, p. 19-20)

O autor critica e ironiza as ações do Presidente Epitácio Pessoa, inclusive sua viagem a Versalhes. Ressalta os problemas do país que precisam ser solucionados ao fim da guerra, e caracteriza a atitude do Presidente como de “inépcia governamental”, uma vez que, segundo ele, este deveria se preocupar em solucionar os problemas do país e não os dos europeus. Para o autor, é apenas através da “ordem nacional ou interna que se trata de equilibrar e normalizar a ordem internacional” (MACHADO, 2006, p. 21).

Outro tópico criticado era a “política econômica do presidente”, que ligava as situações de dificuldade da seca (no Nordeste) e as do café (no sudeste), mencionando-os como “problemas nacionais”, enquanto não avaliava adequadamente, para Dyonélio, os problemas enfrentados nas demais regiões. É o caso do Rio Grande do Sul, no qual o Governo Federal não reconhecia uma crise da pecuária, de acordo com seu representante, Assis Brasil. No entanto, tal crise era considerada grave, na apreciação dos integrantes do PRR, tanto que o

⁴⁵ Segundo Wilson Martins, o livro de Machado “certamente buscava inspiração em alguns livros traduzidos no Rio de Janeiro: *As opiniões e as crenças*, de Gustavo Le Bon, decididamente o ideólogo predileto da Primeira República; *As democracias antigas*, de A. Croiset; as *Cartas Persas*, de Montesquieu; ou em São Paulo, como o *Facundo*, de Domingos Sarmiento, traduzido por Carlos Maul” (1978, v. 6, p. 291-292).

Governo desse Estado, como medida de urgência, criou a carteira de crédito agrícola.

De fato, o conteúdo desse primeiro ensaio consiste numa denúncia da chamada política do café-com-leite, que alternava a eleição de presidentes entre mineiros e paulistas e priorizava, portanto, as demandas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, em detrimento dos demais. A análise do ensaísta identificava na economia o grande problema a ser resolvido no Brasil. O Governo de Epitácio Pessoa estaria promovendo o “aumento da despesa e descurando do aumento da produção”. Assim, logo Dyonélio fornece a “solução econômica da Paz”, por meio de “uma redução de despesas e um aumento da produção” (MACHADO, 2006, p. 22-23).

O escritor inicia a segunda parte bastante preocupado com a política internacional que o Presidente eleito, Arthur Bernardes, irá adotar. De imediato, identifica semelhanças com aquela do governo antecessor. Ao mencionar as negociações entre os países sul-americanos⁴⁶, chega a descrever a intenção governista de um plano de grande “militarização nacional”, quando o Brasil convida apenas a Argentina e o Chile para uma reunião, antecipando a conferência de Santiago (MACHADO, 2006, p. 30).⁴⁷ Para o ensaísta, a proposta brasileira, imediatamente repelida, tornou-se motivo de antipatia dos outros países em relação ao Brasil. Sua argumentação baseia-se na observação de jornais argentinos que retratam a situação com hostilidade. Nessa compreensão, asseverou que “jornais sérios, tradicionalmente simpáticos ao nosso País, consideravam as nossas sugestões ‘atrevidas e perigosas’. Uma onda de antipatia, enfim, volumosa e ameaçadora, encapelou-se e cresceu sobre nós” (MACHADO, 2006, p. 30).

Criticando as ações dos ministros, principalmente, o do exterior, lembra que o representante da nação é o Presidente, visto que ele foi o escolhido para administrá-la, e não os ministros que ele escolheu. Assim, em linhas gerais,

⁴⁶ Conforme a pauta proposta pelo Chile para a conferência em Santiago, urgia a necessidade de discutir o desarmamento geral ou o armamento em igual razão para todos os países da América Latina no pós-guerra.

⁴⁷ Na proposta de uma reunião entre representantes dos “três principais países sul americanos”, em Valparaíso, traduzia-se, segundo Dyonélio, o desejo de assegurar pacificamente a tradicional política de hegemonia continental brasileira, independentemente, da proposição da diplomacia brasileira para discutir, apenas, as “bases práticas e justas” para solucionar o importante problema internacional” em questão. (MACHADO, 2006, p. 28-29)

explanando sobre a política, explica que tanto a interna quanto a externa merecem igual atenção do governante, como podemos perceber em suas palavras:

A política geral, de resto, distingue-se em duas ordens de atividades. Para ela, os países são como as vértebras: com caracteres comuns, com que se unem as demais entidades congêneres (política internacional) e com caracteres próprios, inerentes, privativos, que as distinguem entre si (política interna). Desta forma, o governo deve dispensar idênticos cuidados, quer a solução dos problemas interiores, quer ao encaminhamento das questões internacionais. (MACHADO, 2006, p. 33)

Sob a ótica do intelectual, Washington estava manipulando, “com sua política misteriosa e sutil”, a preparação da Conferência, ao criar uma intriga com a finalidade de impedir o fortalecimento do Brasil, a partir de uma aliança com o Chile e a Argentina.

Defensor do desarmamento, ele indica que o Brasil poderia seguir o caminho de isolamento em relação ao restante do continente, por via da “prática de uma política obstinadamente belicosa” (MACHADO, 2006, p. 39). Mas, convicto de que a República “tem compromissos de paz a cumprir”, defende a política de arbitramentos (MACHADO, 2006, p. 38). O ensaísta atribui ao Brasil a missão de desenvolver papel civilizador, destacando-se “não pelo poderio militar, mas pela ascendência moral, através da qual ganharia simpatia dos Estados Unidos e promoveria a estabilização das forças, garantindo a paz” (GAGLIETTI, 1995, p. 53).

No terceiro ensaio – A revolução –, ele contextualiza e fornece uma explicação de como ocorreu a primeira revolta tenentista. Nessa perspectiva, escreve que “esse conflito é um quadro inapagável da sociologia brasileira, e deve merecer cuidado especial...” (MACHADO, 2006, p. 41). Como se fosse um sociólogo, explica a função social dos militares e o destaque, merecido, conferido a eles no país, na medida em que sua corporação representa “esperança da ordem” e “garantia da paz”. No entanto, ressalta a disputa entre os políticos – tentando anular a influência política das Forças Armadas – e os militares que

tendem a buscar a legitimação de sua intromissão nos negócios públicos do país (MACHADO, 2006, p. 43).

Dyonélio definiu a revolução como um conjunto de mudanças incorporadas ou realizadas pelas formações sociais, que originam, espontaneamente, um “partido revolucionário”, ao qual é atribuída a “responsabilidade e a elaboração do ato de força”. No “partido revolucionário”, fundem-se “todas as paixões demagógicas que flutuam no ambiente, como também os ressentimentos de classe” (MACHADO, 2006, p. 44-45). Invariavelmente, conforme o autor, as revoluções começam “por um ato de desobediência e têm um alcance ou religioso ou político ou econômico.” Portanto, as revoluções revelar-se-iam na forma de agitações de diversos tipos, como militar, conjuração, motim popular e atentado individual. Necessariamente, a agitação deve estar ligada, de acordo com o autor, a dois elementos considerados indispensáveis para que qualquer revolução alcance a vitória: a ampla generalização da revolta e a espera pela oportunidade adequada, com organização e preparação prévias.

Introduzindo a questão da legitimidade do poder, ele enuncia a importância da adesão da população, conscientemente, como força coletiva no movimento revolucionário. A participação coletiva torna-se, na concepção do autor, desse modo, a única maneira de combater a violência oficial. Conforme se lê: “Na formação da torrente revolucionária, todos os tributários são lícitos. Somam-se todas as queixas. Aproveitam-se todos os ressentimentos. Conjugam-se todas as oposições” (MACHADO, 2006, p. 44).

Após analisar a participação dos militares na instalação da República, aponta a falta de legitimidade do movimento dos 18 do Forte de Copacabana. Atribui a precipitação do levante – planejado para 15 de novembro, mas antecipado para 05 de julho – à astúcia do Governo Federal, que procurou isolar e desprover de sentido o movimento dos tenentes, para vencê-lo. Partindo dessa compreensão, afirma que

o governo, que, aliás, nos últimos tempos, despejara pelos cafés, clubes e quartéis da capital da República um verdadeiro exército de espiões, não teve a menor dificuldade em se colocar ao corrente do que se tramava e de dirigir os sucessos a seu bel-prazer, fazendo-os explodir quando e como julgasse mais vantajoso aos interesses do poder.

A precipitação, pois, com que agiram os conspiradores no Rio e Niterói ou a habilidade do sr. Eptácio Pessoa em provocar o movimento sedicioso, deve o atual governo o posto que exerce. Do contrário, se a corrente revolucionária não tivesse deixado o seu primitivo álveo, para se ir chocar a outras ribas, dispersando a sua ação, enfraquecendo-se numa nova aventura, seria certa a vitória da revolução. (MACHADO, 2006, p. 49-50)

De acordo com as idéias apresentadas no livro *Política contemporânea*, Dyonélio defendia mudanças profundas na estrutura da sociedade brasileira. Para ele, como para muitos intelectuais, era preciso “dar um fim ao hiato que a República criara entre o ‘país político’ e o ‘país real’, e, assim, propor instituições que correspondessem à ‘realidade nacional’” (PÉCAUT, 1990, p. 42). Desse modo,

enquanto Oliveira Viana, reformulando a história social do Brasil, procurava explicar e compreender o presente pelo passado, outros, ao contrário, na literatura e no pensamento político, tentavam configurar o futuro por meio de um programa de reforma intelectual e moral inspirado no mesmo conhecimento da nossa ‘real realidade’. (MARTINS, 1978, v. 6, p. 197)

Para Pécaut, as idéias projetadas pelos intelectuais, na década de 1920, tinham relação intrínseca com a vontade de contribuir para o embasamento da cultura e da política nacionais com enfoques diferenciados. Assim, “instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade” (PÉCAUT, 1990, p. 22), pois

os intelectuais dos anos 20 e 30, independentemente das discordâncias doutrinárias existentes, compartilhavam uma mesma inquietação, um mesmo ceticismo e se percebiam sobretudo como portadores de uma alta missão de salvação, de regeneração e de construção de um novo país. (SADEK, 1983, p. 443)

Demonstrando preocupação em relação a isso, Dyonélio, em seus escritos, contempla diversos aspectos: a alteração das instituições, a transformação dos valores sociais, bem como as funções das Forças Armadas e dos partidos políticos. Portanto, o nacionalismo, que embasou os discursos das revoltas militares (tenentistas), da década de 1920, esteve, também, presente no plano intelectual, como elemento do Modernismo (MARTINS, 1978, v. 6, p. 21).⁴⁸

Embora ele não tenha aderido ao Modernismo⁴⁹, devido às sociabilidades intelectuais, torna-se relevante abordarmos o assunto, uma vez que “los ‘intelectuales’ están cruzados por la tensión entre sus dos interlocuciones: ‘la opinión pública’, las clases explotadas, el ejército, etc. y la búsqueda de reconocimiento em sus saberes específicos por parte de sus pares”, como assinala Funes (2006, p. 57).

A Semana da Arte Moderna (SAM), realizada em São Paulo, no ano de 1922, “pretendeu ser a abolição da República Velha das Letras”, nas palavras de Bosi (2004a, p. 312). Ocorrência culminante de um “longo processo de diferenciação”, no qual

⁴⁸ O Modernismo brasileiro é um movimento de amplo espectro cultural, desencadeado tardiamente nos anos 1920. Nele convergiam elementos das vanguardas acontecidas na Europa, antes da Primeira Guerra Mundial como Cubismo, Futurismo entre outras correntes artísticas, assimiladas antropofagicamente em fragmentos justapostos e misturados. Convencionou-se demarcar seu início a partir da Semana de Arte Moderna (SAM) de 1922, ainda que alguns dos participantes do evento não tivessem aderido ao movimento. Suas características podem ser definidas pela liberdade de estilo e aproximação da linguagem escrita com a linguagem falada. Em acréscimo, ressaltamos que “o nacionalismo literário e artístico, nomeadamente sob as espécies privilegiadas do regionalismo, era apenas a vibração harmônica dessas verdades aceitas, e reciprocamente; o Modernismo, numa de suas tendências mais profundas e características, era, da mesma forma, nacionalista e regionalista, ou seja, inconscientemente arcaizante, surpreendente quanto o seja à primeira vista, mas agora num contexto surrealista e revolucionário” (MARTINS, 1978, v. 6, p. 316).

⁴⁹ Citando Dyonélio: “Não fui modernista. O que quis era, examinando o passado, entender o presente. Não tenho a menor idéia de haver contraído qualquer relacionamento (estético ou seja o que for) com o movimento modernista.” E, negando qualquer possibilidade de ter aderido ao modernismo, afirma que, “De minha parte não poderia fazê-lo, porque até hoje não sei bem o que foi a revolução modernista. Dialeto mais a língua? Valorizar muito a cacologia? Isso entre nós sobejava. Por ser fácil e ao alcance de qualquer pessoa. E muita atração por parte do leitor. Fácil, por não estar sujeito a nenhuma regra. E, por usufruir da máxima licença, torna-se difícil para quem lê” (MACHADO, 1995, p. 31). E ainda: “Foi uma brincadeira, um *canard*, como se dizia em nossa juventude. É uma linguagem que não chega ao povo, de pequenos grupos” (MACHADO, 1995, p. 32).

a formação do grupo, a necessidade das reuniões amiudadas, a urgência de um manifesto, o *happening* final, são sintomas todos do crescimento firme de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que já sente no ar a possibilidade de uma definição pública. (BOSI, 2004a, p. 214)

No plano da cultura nacional, os modernistas representam um novo ponto de vista, conforme Bosi (2004a, p. 214). São autores desse período: Antônio de Alcântara Machado, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Plínio Salgado, Raul Bopp e Ronald de Carvalho.

De acordo com Sanmartin, o modernismo influenciou “poderosamente” no panorama literário rio-grandense, uma vez que

seu indiscutível mérito foi despertar o espírito dos intelectuais de Porto Alegre que jazia um pouco apático e sem nenhum índice de avanços originais e definidos no roteiro da literatura. Esboçava-se apenas uma geração de novos intelectuais que o festim paulistano acabou arrastando para o tablado da literatura fácil, nomes até então recolhidos ao seu hermetismo estético. (1969, p. 51)

As ponderações de Leite (1972), ao estudar o modernismo no Estado do Rio Grande do Sul, igualmente evidenciam a influência do movimento.⁵⁰ Conforme Canter (1972, p. 269), em contribuição ao estudo de Leite, esclarece

em Porto Alegre, a adesão de um razoável número de escritores processou-se em diferentes escalas. Sabemos que o movimento exerceu influência sobre Augusto Meyer, Theodomiro Tostes, Vargas Netto, Ernâni Fornari, Athos Damasceno Ferreira, Ruy Cirne Lima, Reynaldo Moura, Paulo de Gouveia, Moysés Vellinho, Pedro Vergara, Olmiro Azevedo, Paulo Corrêa Lopes.⁵¹

⁵⁰ Embora a autora ressalte que vários intelectuais (como, por exemplo, Walter Spalding e Olhynto Sanmartin) encaravam o modernismo no Rio Grande do Sul como “não inexistente, inexpressivo, diante do fenômeno paulista ou carioca (LEITE, 1972, p. 224), não é essa a visão que encontramos no registro de Sanmartin (1969, p. 51), uma vez que ele reconhece o movimento no Estado, enfatizando inclusive seu mérito, como notamos acima.

⁵¹ CANTER, Rita. Relação Modernismo-Regionalismo no Rio Grande. In: LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Modernismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: IEB, 1972. p. 267-274.

A influência de Anatole France na produção literária inicial de Dyonélio é acentuada.⁵² Embora ele se posicionasse como contrário ao movimento modernista, nos primeiros anos, manifestava-se pouco a respeito, segundo o material catalogado por Leite. No ano de 1925, quando homenageia o pintor Pedro Weigartner, em nome da Federação Acadêmica de Porto Alegre, fala dos seus princípios artísticos e, ligeiramente, critica os posicionamentos de Graça Aranha e dos modernistas.⁵³ De acordo com a compreensão da pesquisadora, Dyonélio passa a se relacionar de maneira diferente com os modernistas ao longo do tempo, sem, contudo, recuar nas críticas. Quando *Um pobre homem* é publicado, em 1927, o autor “aceita muito bem os novos escritores gaúchos, sendo também aceito por eles, participando, freqüentemente, com ensaios e críticas, da ‘Página Literária’”, seção do Jornal *Diário de Notícias*. Ainda, conforme a pesquisadora, os escritores “novos” “reconhecem nele um escritor moço que busca libertar-se das influências, que se busca ainda, não estagnado nas fórmulas tradicionais. A sua ironia é uma das aberturas que vêm para sua arte...” (1972, p. 322).

No decorrer da década de 20, vários anos depois da primeira tentativa de ingressar na Faculdade de Medicina, Dyonélio resolve, com o apoio da esposa, fazer novos exames. Como funcionário público, chefe da repartição há pouco tempo nomeado, devia cumprir aproximadamente oito horas diárias de trabalho. Contudo, dedicou-se para obter resultados satisfatórios nos exames pendentes.⁵⁴ Devido à proximidade das provas e às dificuldades com o latim, recorreu a Afonso

⁵² Síntese da crítica de Augusto MEYER ao livro *Um Pobre Homem*, publicada no *Correio do Povo*, em Porto Alegre: 26 jun. 1927: “Define Dyonélio Machado como um ‘cerebral’ que está aprendendo a fazer ficção. O maior defeito vem do espírito ‘ideológico’. Aponta o mesmo defeito que [Pedro] Vergara apontou no livro, as intervenções, as explicações que não deixam as personagens seguirem seu curso livremente. Diz da necessidade de escrever sugerindo. Acha que há muitas qualidades além desse defeito. Uma delas é o talento para o diálogo. Dá um conselho: esquecer os mestres, porque o livro ainda ‘cheira a Anatole, o que equivale dizer: múmia. Às vezes, a ironia presente é a força nova que irradia do livro” (LEITE, 1972, p. 115).

⁵³ Síntese do discurso proferido por Dyonélio MACHADO, sob o título “O encerramento do Salão de Outono”, publicado no *Correio do Povo*, em Porto Alegre: 26 jul. 1925: “Fala da arte como duplo valor, absoluto e relativo, isto é, nela mesma, e como expressão de um meio. A primeira impressiona pelo seu individualismo. Daí não pertencer a uma época definida. Há a interação dialética (ele não usa o termo, mas é isso) entre o autor e o meio, no segundo tipo. Aproveita esse conceito de arte correlacionada ao público para falar da mediocridade e do perigo da sua influência (do público na arte), limitando-a. Dá como exemplo, algumas extravagâncias, cita Graça Aranha entre elas. (Vê-se que combate o Modernismo, embora não queira alongar-se sobre o assunto.)” (LEITE, 1972, p. 77).

⁵⁴ Os resultados dos exames preparatórios de Dyonélio para a Faculdade podem ser consultados em Till (1995, p. 51).

Meyer, e conta como foi o entendimento com o professor e a preparação para as provas, informando que mandou,

por um contínuo, perguntar a Afonso Emílio Meyer, meu antigo mestre, se havia condições de estudar com ele, latim. Foi o que ouvi como resposta: – quem é o louco que quer estudar latim nessa época do ano? Aí, encontrei-me com o professor Afonso e eu mesmo pedi para ele. Professor, seus bancos de aula são compridos. Dá para mais um sentar numa ponta e acompanhar como ouvinte, apenas tendo a obrigação de pagar-lhe no final do mês? Ele, após relutar um pouco, aceitou. Acompanhei quieto todo o curso, sentindo que o professor fazia remissões para colocar-me em dia com o assunto. Confesso que tremi um pouco a perna, antes do exame, mas deu pra passar com distinção. (MACHADO, 1995, p. 9)

Então, em 1924, começou a freqüentar a Faculdade de Medicina, curso que teria duração de seis anos. Apesar de dispor de pouco tempo para instruir-se, destinava seus dias de descanso a essa tarefa. Como resultado, alcançava boas notas, indicadas através do conceito “plenamente”.⁵⁵ Mesmo estudando, ele continuava escrevendo. Mais uma vez, tinha um projeto em comum com o amigo De Souza: a criação de um periódico denominado *Ação Social*. Não encontramos nenhum exemplar deste, apenas a alusão feita por Grawunder (1997, p. 52) e a menção, da parte de De Souza, em carta a Dyonélio datada de 1924.⁵⁶

Escreveu o romance *O Estadista*, em 1926, e guardou-o, o que fez que o texto permanecesse inédito. O conteúdo do romance revela o oportunismo, a corrupção e a venalidade nas relações políticas e amorosas. Talvez a trama tenha sido inspirada por sua viagem ao Rio de Janeiro em 1922. “Ambientado no Rio de Janeiro, o romance reconstitui a atmosfera dos anos vinte, os hábitos dos saraus, dos cafés, do *footing*, ao mesmo tempo em que reflete sobre as relações entre literatura, jornalismo, política e costumes” (GRAWUNDER, 1995a, p. xvii).

Quando estava no quarto ano de medicina, Dyonélio publicou um livro de contos, intitulado *Um pobre homem*, o qual foi lançado, em 1927⁵⁷, com capa do

⁵⁵ Os resultados finais das disciplinas cursadas por Dyonélio estão disponíveis em Till (1995, p. 82-83).

⁵⁶ SOUZA JÚNIOR. Carta a Dyonélio Machado, em 19 jul. 1924. ALDYM.

⁵⁷ Foram Publicados, em Porto Alegre, no mesmo ano: *Castelos dos Fantasmas*, De Souza Júnior; *Joá*, de Vargas Neto; *Quero Quero*, de Roque Callage; *Mansamente*, de Paulo de Gouvêa; *Terra*

amigo Francisco Bellanca. Editado pela Livraria do Globo, a obra marcou sua estréia na ficção. Esse livro, assim como o de ensaios, foi pago com recursos do próprio autor. O traço comum desse conjunto de dezessete contos é o modo peculiar como seu autor “visualiza o ser humano como vítima de suas paixões, quando não o socorre a racionalidade. E esta, assim mesmo, pode ser também orientada pelo egoísmo...”.⁵⁸

O estilo de Dyonélio era bem diferente daqueles em voga (vertentes romântica e regionalista), e a crítica literária do Rio Grande do Sul não se manifestou sobre o livro do estreante. Conforme Grawunder (1997, p. 79), “não havia incompatibilidade, propriamente, mas também não havia identificação com os padrões estéticos e literários prestigiados”.

Apesar dessa escassa ressonância⁵⁹, Dyonélio continuou a escrever para jornais e revistas literárias. Quase finalizando o curso, possivelmente, Dyonélio planejava fazer uma especialização. No ano seguinte, 1928, foi nomeado como psiquiatra do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP)⁶⁰, por indicação de Paim Filho a Getúlio Vargas.⁶¹ Inicialmente, assumiu como auxiliar de Fábio de Barros.

Impetuosa, de Pedro Vergara; *Deserdados*, de Marieta M. Barreto Costa; *Plenilúnio*, de Alzira Freitas; *Romance de Laura*, de Francis Jammes, tradução de Eduardo Guimaraens. Conforme levantamento de Olyntho Sanmartin (1969, p. 55-56).

⁵⁸ HOHLFELDT, Antonio. O primeiro livro. *Correio do Povo*: Letras e Livros, Porto Alegre, 03 set. 1983.

⁵⁹ Houve, pelo menos, três manifestações da crítica: uma de Amadeu Amaral, no *Estado de São Paulo* (ver Grawunder, 1997, p. 79-80), e outras locais, publicadas no *Correio do Povo*, de autoria de Augusto Meyer e Pedro Vergara (resumidas por Leite, 1972, p. 114-115).

⁶⁰ Inaugurado, em 1884, pelo então Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros, quando a primeira ala do hospício foi concluída. Sua administração, inicialmente, esteve a cargo da Santa Casa de Misericórdia; já a manutenção, a cargo do Governo. Seu primeiro médico diretor foi Carlos Lisboa, a quem é atribuída a introdução da clínica psiquiátrica e a fundação do serviço sanitário no Estado do Rio Grande do Sul, segundo: SOUZA, Décio Soares de. Notícia histórica sobre as origens da assistência a psicopatas no Rio Grande do Sul e sua evolução. In: FRANCO, Álvaro. RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense: síntese cultural e histórica: progresso e evolução da medicina no Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Franco, Ramos, 1943. p. 76-80.

⁶¹ Segundo Miceli, na República Velha os intelectuais dependiam, fundamentalmente, das redes de relações sociais e familiares. Como foi exposta, a situação material da família de Dyonélio, como a de inúmeros outros intelectuais, estava em declínio. Seu vínculo às classes dirigentes dá-se por meio de parentescos ou apadrinhamentos (no caso, graças à filiação ao PRR). A perspectiva da mudança, para Dyonélio, bem como para os demais intelectuais, depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais por ser o único com que ainda podem contar para evitar o rebaixamento social. “O êxito relativo das famílias de ‘parentes pobres’ deve-se às estratégias de reconversão que coincidiram com um momento determinado de expansão do mercado de postos disponíveis que favoreceram seus interesses” (MICELI, 1977, p. 23). Contudo, a partir de 1930, esses intelectuais devem ter outros distintivos, como diplomas que acentuam a concorrência no campo intelectual, a diferenciação e a hierarquização das posições internas em relação às origens sociais dos recrutados. Nessa conjuntura, as opções que o mercado de

Como estudante de medicina, Dyonélio Machado inseriu-se nos debates das teorias em voga. Posicionou-se contrário, por exemplo, à teoria da eugenia,⁶² em uma série de artigos publicados pelo *Correio do Povo*, nos meses de abril e maio de 1929.⁶³ A eugenia começou a ser difundida no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e encontrou adeptos inclusive entre os intelectuais que se dedicavam a refletir sobre a realidade nacional e propor sua “salvação” (MACIEL, 1999, p. 121-123).

Segundo Dyonélio, “a eugenia, pois, encarada como meio científico [sic] de aperfeiçoamento, nada mais representa, do que uma velharia (...) aparece [sic] então (...) como perigosa e capaz de engendrar efeitos [sic] contrários [sic] aos que visa (...)”.⁶⁴ Contudo, esse não era o posicionamento da maioria dos médicos, sobretudo dos psiquiatras. Eles acreditavam que a “verdade eugênica” baseava-se em “fundamentos racionais que a psiquiatria organicista endossava”. De acordo com essa convicção, “tornava-se óbvio que, se a doença mental era transmitida por herança genética, a única prevenção possível (logicamente possível) era o extermínio físico ou a esterilização sexual dos indivíduos doentes” (SANTOS, 2005, p. 80).⁶⁵

Conseqüentemente, os programas de higiene mental elaborados pelos médicos brasileiros baseavam-se em pressupostos da psiquiatria nazista de “prevenção eugênica”, e, em nome da ciência, pretendiam impô-los à população. Para tanto, médicos e demais adeptos do eugenismo defendiam a esterilização sexual dos indivíduos doentes ou criminosos, o desaparecimento da

trabalho apresentava eram: organizações partidárias e instituições culturais; o mercado do livro; e o serviço público.

⁶² Domingues, defensor da eugenia, no seu livro publicado em 1942, define-a como a “ciência que se propõe estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo, sadias de espírito” (1942, p. 27). Para o autor, na definição da eugenia, estão implícitos os seguintes propósitos: o melhoramento humano por meio de uma propagação melhor da espécie, a prevenção à degradação biológica do homem e o estudo das influências capazes de melhorar qualidades inatas da espécie (1942, p. 35). Em acréscimo a essa definição, cabe explicar que o termo eugenia, formulado por Francis Galton, designa um conjunto de idéias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana, fundamentado no estudo da hereditariedade.

⁶³ A redação de tais artigos deveu-se, possivelmente, ao transcurso do primeiro Congresso Brasileiro de Eugenismo. Tal evento foi realizado em comemoração ao centenário da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, conforme menciona Maciel (1999, p. 134-139).

⁶⁴ MACHADO, Dyonélio. O exame pré-nupcial e a metaphysica do amor. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 abr. 1929.

⁶⁵ O ideal a ser alcançado pelos adeptos do eugenismo, nas palavras de Domingues (1942, p. 33), seria “o aumento do número dos tipos humanos normais e a diminuição e o desaparecimento final dos subnormais, dos geneticamente inferiores”.

miscigenação racial entre brasileiros, o cancelamento da imigração de indivíduos não brancos, bem como a regulamentação de casamentos por meio de critérios de seleção embasados no ideário da hierarquia racial (MACIEL, 1999, p. 137-138).⁶⁶

A argumentação de Dyonélio, nos referidos artigos, propõe uma visão diferenciada, pois, segundo ele, não se justifica o extermínio dos fracos. Ele diz que existem poderosas razões para conservá-los e multiplicá-los. Evocando as leis da metafísica e citando Schopenhauer, assevera que

a espécie humana, como de resto todas as espécies animaes [sic] e vegetaes [sic], que povoam o globo, não necessita doutro [sic] elemento senão o amor para gular-se [sic] convenientemente na sua mais importante, dentre quantas funções [sic] lhe destinou a natureza: a da perpetuação. Se se deixarem as uniões efectuar [sic] livremente, sob o império exclusivo da attracção [sic] recíproca, a próle [sic] só tenderá, ao aperfeiçoamento. Podia dar-se o caso das uniões realizarem-se em condições taes [sic] que puzesse [sic] em perigo a perpetuação da espécie, dos seus caracteres, e o que é mais, dessa 'capacidade' de aperfeiçoamento que lhe é innata [sic] e graças á [sic] qual o homem desfructa [sic] o primaciado [sic] que ninguém lhe contesta? Não porque o amor, por essência, e ao primeiro movimento, é impellido [sic] para a saúde, para a força, para a belleza [sic], para a mocidade que é a sua expressão, porque a vontade deseja antes de tudo crear [sic] entes capazes de viver, com o caracter [sic] integral da espécie humana.⁶⁷

Em complemento, no terceiro artigo em que objeta as formulações dos eugenistas, o intelectual evoca exemplos de personalidades, para converter as opiniões dos leitores a favor de sua arguição:

⁶⁶ Tais elementos estão presentes, por exemplo, no texto de Domingues, do qual extraímos os seguintes fragmentos: “Homens normais, homens capazes, homens construtores do progresso material e moral da sua espécie – eis o que pede a Eugenia. E que os gênios e os de rara beleza sejam donos de numerosa prole, mas sem exclusivismo. E que se procure evitar a multiplicação inconsciente, animalesca, da vasa humana, tão desgraçadamente prolífica” (1942, p. 32-33). “A eugenia pretende – isto sim – que o homem na escolha de sua outra metade, para fundar um lar, não se guie pelo instinto, pois é um sêr [sic] dotado de razão, e nesse momento, de uma decisão irreparável ele deve fazer que a razão domine o instinto” (1942, p. 34).

⁶⁷ MACHADO, Dyonélio. O amor e a sua philosophia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 maio 1929.

(...) como eu penso, o homem 'vale' por um conjunto de qualidades, algumas mesmo 'negativas', que escapam a toda avaliação biométrica, e em determinadas ocasiões até, é uma possível inferioridade física o que mais dispõe para a revelação de um alto atributo moral ou estético, nesse caso então todo esforço tendente a 'melhorar-o' [sic] ou seria improficuo ou contraproducente.

Tomemos um exemplo da literatura, dos mil que naturalmente se oferecem [sic] a quem tenha alguma convivência com a história literária ou artística, visto que os homens de espírito em regra são seres dalguma [sic] sorte anormaes [sic]. Argumentemos com um caso conhecido, com Dostoievsky, como poderíamos fazel-o [sic] com Ibsen, Shopenhauer, Nietzsche, Machado de Assis, Beethoven, Jesus, Maupassant, Mahomet, Julio César, Quental, Euclides da Cunha, Edgar Pöe, Veraine, Camillo, Baudelaire, etc. etc., todos elles portadores, como é notório, dum distúrbio, duma lesão, - paranóicos, epilépticos, excêntricos, demenciaes [sic], místicos, teomanos, psychalgicos [sic], dipsomaníacos, emotivos.

Pois Bem: como se comportaria, pergunto o estado eugenista em face dum caso como Dostoievsky? De pai alcoólatra, não poderia ter vindo ao mundo com licença da autoridade sanitária; elle – mesmo epiléptico, teria sido sacrificado, no regime espartano. Quer dizer: em qualquer dos casos ter-nos-ia a eugenetica privado do maior romancista que ainda haja existido sobre a terra.⁶⁸

Ainda em 1929, inúmeros colegas defendiam suas teses na Faculdade Porto-Alegrense de Medicina, administrada por Sarmiento Leite, mas, Dyonélio postergava sua apresentação, motivo pelo qual seu nome não figura entre os demais na lista dos formandos daquele ano.⁶⁹ Ele, de fato, fora aprovado em todas as disciplinas, porém redefinia seus projetos de vida, enquanto percebia novas possibilidades. Uma delas era ir à busca de aperfeiçoamento. Decerto, sentia lacunas na formação e desejava qualificar-se para clinicar os internos do HPSP. Imaginamos que tenha sido esse o motivo pelo qual escolheu a psiquiatria, área com pouquíssimos profissionais qualificados no país. Machado pode ter percebido que teria ali boas perspectivas de atuação profissional para o futuro e logo, também, a família poderia ser ampliada, como veremos a seguir.

⁶⁸ MACHADO, Dyonélio. *Reabilitação dos Débeis*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 maio 1929.

⁶⁹ Lista de formandos de 1929: Alfredo A. Pereira dos Santos, Abraham Galperin, Calpúrnia Freire, Edmundo Moura Torres Filho, Ennio Marsiaj, Ernesto Henrique Giorno, Francisco de Castilhos Marques Pereira, Gomercindo Medeiros, José dos Anjos Vasconcellos, José Forster Camboim, Mario Azevedo Silveira, Mario Bernd, Mario Cini, Pedro Azevedo Pereira, Telêmaco Estivalet Pires, Tenak Wilson de Souza (FRANCO; RAMOS, 1943, p. 117-118).

3 O INTELLECTUAL E O ESPAÇO: AMPLIANDO A ESFERA DE ATUAÇÃO E REDIMENSIONANDO A MILITÂNCIA

Por que escrevo? Por gosto, seria a resposta mais sintética, pois que ela compreende tudo isto: sublimação (que já diz mil coisas), fixação memorialista, julgamento e crítica, idealização da vida e sua realização por via da arte. Escrevo para o leitor, sem entretanto visar essas duas noções – de tempo e de espaço – que tanto escravizam aquele que escreve, não raro levando a capitulações graves, quase no nível da corrupção do talento. A missão do escritor é escrever. E escrever coisa que, traduzindo desejos, inquietações, ideais da sua época, possam despertar interesse. E conquistar, por meios probos como este, uma boa massa de leitores. Se assim não proceder, ficará falando sozinho. (MACHADO, 1995, p. 19)

No Rio Grande do Sul, desde a Proclamação da República, havia uma cisão, em torno de partidos políticos, como assinalamos anteriormente. A Revolução de 1923⁷⁰ surgiu a partir da reunião das oposições contra a reeleição de Borges de Medeiros, Governador do Estado desde 1903. Comentando sobre esse acontecimento, e seu posicionamento, na ocasião, rememora Dyonélio:

⁷⁰ O movimento armado ocorrido durante onze meses daquele ano no Estado do Rio Grande do Sul, confrontou, de um lado, os partidários de Borges de Medeiros (borgistas ou chimangos) e, de outro, os aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil (assisistas ou maragatos), candidato derrotado na eleição. A fim de obter mais informações sobre a Revolução de 1923, sugerimos consultar ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. 120 p.

Qual era meu papel na revolução de 1923? Eu fui muito amigo do doutor Borges de Medeiros, do doutor Protásio Alves, de toda cúpula do Partido Republicano (...)

O Partido Republicano vinha sempre ao encontro das aspirações populares da época. O positivismo processava uma espécie de socialismo estatal. E o doutor Borges era assim. Nunca se esqueçam de que nós tínhamos a Viação Férrea estatizada, caso raro no Brasil, que tentamos criar um imposto progressivo sobre a terra, tentando utopicamente distribuir o latifúndio.

Então, eu não poderia apoiar o Dr. Assis Brasil. Os maragatos de 1923, tendo à frente o homem de Pedras Altas, insurgiam-se contra o governo pequeno-burguês, de bacharéis e pequenos proprietários. Eles defendiam, sob a capa do liberalismo político, o interesse seu, dos terratenentes. Eu não poderia concordar com aquela insurreição. No fundo, era o socialismo que estava nascendo. (MACHADO, 1995, p. 14-15)

Apesar dessa postura, já nos anos finais da década de 1920, Dyonélio afastou-se da militância: “Lá pelo quinto ano da faculdade, tinha abandonado a política, desiludido com os partidos burgueses. Mas, nessa época, já tinha iniciado uma marcha num determinado caminho, que achava certo, tendendo a uma modificação da sociedade”.⁷¹ É possível que esse afastamento esteja vinculado, também, ao acúmulo de incumbências, do estudante e do profissional da área da saúde, responsável, da mesma forma, pelo provimento da família. Porém, como o próprio personagem indica, houve uma mudança na sua maneira de avaliar acontecimentos e idéias. Se, durante a Revolução de 1923, Dyonélio, como membro do PRR, toma posição publicamente, o mesmo não podemos afirmar em relação àquele eclodido em 1930, embora ele se refira ao mesmo como um “movimento revolucionário triunfante” (MACHADO, 1995, p. 16).

Até o final dos anos de 1920, a aproximação e a convivência dos intelectuais no Estado eram proporcionadas por jornais e revistas. “Sobressaiam-se dois grandes e tradicionais órgãos de publicidade que eram o ‘Correio do Povo’, jornal independente e ‘A Federação’, órgão eminentemente político” (SANMARTIN, 1969, p. 53). Mas, em 1929, mesmo ano em que Dyonélio concluía a faculdade, fundava-se a *Revista do Globo* no Rio Grande do Sul. Tal publicação é aqui destacada porque alcançou longevidade e compartilhou de uma

⁷¹ CARDOSO, Ivan. PIGNATARI, Décio. O centauro dos pampas. *Folha de São Paulo*: caderno Letras, São Paulo, 21 dez. 1991, p. 6-1 e 6-2.

problemática legítima na esfera cultural e política.⁷² É notável, segundo Coradini (2003, p. 129), “a estreita e complexa associação com um programa de mobilização política numa situação prévia de forte bipolarização e conflitos político-partidários em âmbito regional”.⁷³

Cabe explicar que *Revista do Globo* exerceu importante função, como espaço de sociabilidade e aglutinação da intelectualidade rio-grandense⁷⁴, anteriormente dividida por questões político-ideológicas. A publicação conferiu apoio e legitimidade ao movimento desencadeado a partir da eleição presidencial de 1930.⁷⁵ Na ocasião, processou-se a união dos intelectuais através de um manifesto⁷⁶ que convocava todos os rio-grandenses a apoiar a revolução:

⁷² A Revista do Globo, fundada em 1929, é a publicação mais longa do período, pois foi publicada até 1963. Sua imagem pública está relacionada a um regionalismo, embora seus temas sejam diversos e até, algumas vezes, banais. Coradini classifica três noções de cultura durante o período em que a revista foi publicada: 1) cultura como construção de panteões, de heróis; 2) capacidade moral de discernimento e realização social e política; e, 3) equivalente ao entretenimento. Todavia, essas noções de cultura são atreladas ao público da revista.

⁷³ A emergência dos intelectuais no Rio Grande do Sul, conforme Coradini (2003), tem de ser analisada, a partir de suas peculiaridades, ou seja, em síntese, das atividades intelectuais associadas ao jornalismo e à literatura, do engajamento político de profissionais liberais ou funcionários públicos, da ausência de uma instituição pública de produção cultural, bem como das diferentes formas de associação entre conflitos políticos e instituições vinculadas à cultura.

⁷⁴ A afirmação pode ser feita, considerando as discussões em torno da Revolução de 1930, no simpósio organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Conforme o depoimento de Dante de Laytano: “Esse manifesto incluía todas as classes intelectuais. Representou um encontro de gerações: novos e velhos o assinaram. Os que estavam começando e os que estavam terminando suas carreiras. Não houve uma luta de gerações. Não houve uma luta de idades. Pelo contrário, na Revolução de 1930, todos se reuniram” (1983, p. 617). Contudo, no plano nacional, nota-se um distanciamento entre os intelectuais e a Revolução. Segundo a fala de Lúcia Lippi de Oliveira (1983, p. 431), intelectuais, pertencentes à vertente autoritária do pensamento político, não participaram nem aplaudiram a Revolução. Entre eles, são citados: Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos, Oliveira Viana, Plínio Salgado e Azevedo Amaral. Conforme a análise de Oliveira, tal postura estaria vinculada à “tônica do discurso aliancista”, que “não encontrava receptividade junto à intelectualidade brasileira, ocupada em pensar os problemas nacionais desde os anos 20”. Embora os intelectuais autoritários e os integrantes da Aliança Liberal tivessem em comum o projeto de a elite promover a “salvação nacional”, divergiam quanto às soluções, pois “enquanto os *liberais* da Aliança e de fora dela propõem uma reforma política, onde a representação, o sistema do voto, as eleições ocupam lugar central, os *autoritários* pensam em novas alternativas para o Estado (centralização) e para a representação (representação profissional, corporativismo) e, acima disso, preocupam-se em construir a nação – entidade totalizadora capaz de abrigar sentimentos e manifestações da cultura nacional” (1983, p. 436).

⁷⁵ “Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, haviam deposto o governo legal do Presidente Washington Luís (1926-1930), com isso, impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de março. Pela primeira vez, desde a proclamação da República, em 1889, o candidato ‘do governo’ não conseguia chegar à presidência” (SKIDMORE, 2007, p. 21).

⁷⁶ Assinaram o manifesto Alcides Maya, André Carazzoni, Augusto Meyer, Aurélio Porto, Athos Damasceno Ferreira, Adroaldo Mesquita da Costa, Ângelo Guido, Carlos Dante de Moraes,

Nenhum rio-grandense, digno de tal nome, em que se resume uma fulgurante tradição de altruísmo, de bravura e de protesto contra todos os despotismos, pode ficar indiferente ao glorioso e empolgante espetáculo de insurreição nacional.⁷⁷

Imaginamos que a ausência da assinatura de Dyonélio no manifesto publicado pela *Revista do Globo*, deva-se ao seu afastamento do Estado, uma vez que contribuiu em alguns números dessa publicação.⁷⁸ Optando pelo estudo da psiquiatria, ele viajara com a família, no início de 1930, para o Rio de Janeiro, que consolidara sua posição de importante núcleo de produção e de irradiação do saber alienista.⁷⁹ E, morando na Praia do Flamengo, viu, logo a seguir, nascer o filho Paulo, justamente, em meio à eclosão do movimento revolucionário.

Por ora, gostaríamos de lembrar que, a partir da revolução de 1930, o Brasil tornou-se, convencionalmente, um Estado moderno. O governo se impôs, dentre outras formas, através do monopólio da violência como força de persuasão. Vislumbrava-se alcançar, com o movimento de 1930, o poder, visto que, por meio dele, poderia ser afirmado o monopólio e a ideologia do governo como pretensão de exclusividade na mobilização total da população, integrando indivíduos e classes, possibilitando a edificação de “um Novo Estado, de um

Clemenciano Barnasque, Darcy Azambuja, Dante de Laitano, Edgar Luiz Schneider, Ernani Fornari, Emílio Kemp, Eduardo Duarte, Fábio de Barros, Fernando Caldas, Isolino Leal, João Carlos Machado, José Carlos de Sousa Lobo, Lindolfo Collor, Leonardo Truda, Luiz Vergara, Mauricio Cardoso, Mansueto Bernardi, Mario Totta, Martim Gomes, Moysés Vellinho, Mem de Sá, Manoel de Faria Corrêa, Mário de Sá, Pedro Vergara, Paulo Corrêa Lopes, Raul Pilla, Roque Callage, Raul Bittencourt, Raymundo Gonçalves Vianna, Ruy Cirne Lima, Renato Costa, Ruben Machado da Rosa, Raul Totta, Sérgio de Gouvêa, Theodomiro Tostes, Telmo Vergara, Vargas Netto, Waldemar Vasconcellos e Zeferino Brasil.

⁷⁷ MAYA, Alcides. Ao Rio Grande e ao Brasil. *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano 2, n. 19, 11 out. 1930.

⁷⁸ Embora não seja regular a participação de Dyonélio na referida revista, ela indica, de certa maneira, a convivência e certo reconhecimento dos pares. Ao intelectual foi dedicado o conto “Pra salvar o gambá”, de Ernani Fornari, em 28 jun. 1930. De sua própria autoria foram publicados alguns contos, como “Ronda das Gotas”, em 17 fev. 1940, e “Ele era como um papagaio”, em 10 fev. 1945. Além disso, é enfatizada sua condição de homem de letras em diversos fascículos, como, por exemplo, nas entrevistas concedidas a Justino Martins, datadas de 27 jan. 1940 e 11 out. 1941 sobre seus livros e, também, projetos literários; ou, por fim, em relação à concessão do Prêmio Felipe de Oliveira, em 12 maio 1945, os quais serão evocados oportunamente.

⁷⁹ Tal reconhecimento decorreu de vários fatores, como a criação do Serviço de Assistência aos Alienados; a proliferação de teses defendidas na cadeira de psiquiatria e moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; a integração entre o saber e a prática alienista; a crescente produção de artigos e memórias sobre alienação mental pela comunidade médica do Rio de Janeiro, bem como a fundação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, em 1907 (ENGEL, 2001, p. 15).

Homem Novo e de novos desígnios para a humanidade”, como explica Cancelli (1994, p. 18).

Durante o período de especialização em Neurologia e Psiquiatria, compreendido entre 1930 e 1932, Dyonélio foi aluno de Odilon Vieira Gallotti e Antônio Austregésilo. Nosso personagem procurou aperfeiçoar-se, dispondo-se a trabalhar como assistente extranumerário numa clínica neurológica. Do mesmo modo, aderiu à Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (TILL, 1995, p. 85).

Participou do 2º Congresso Latino-Americano de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal sediado no Rio de Janeiro. Possivelmente, foi nessa oportunidade que apresentou um trabalho sobre a progressão do mal de Parkinson, que ele observara desenvolver-se em sua mãe, conforme rememora, sem precisar a data:

(...) a mãe já andava um pouco doente, uma doença que lhe durou treze anos, que a levou a um tremendo infortúnio, angústia: doença de Parkinson. Justamente depois desse fato, comecei a me especializar nisso, e tive um caso que durou vinte anos. E num estado progressivo. Sustentei, num congresso de neurologistas, que a doença não era *reliquat* de uma gripe, de uma encefalite. Um *reliquat* fica como está, não progride. Isso, em medicina, era uma blasfêmia, dizer que a doença marchava de um pequeno tremorzinho até se transformar num conjunto só. (MACHADO, 1995, p. 10)

Estudando as teorias em voga na medicina e, talvez, um tanto distanciado da política, Dyonélio parece ter encontrado espaço na imprensa carioca. Indicação dessa assertiva é sua resenha do livro *Crime e Castigo* (1866), de Dostoiévski, verificando aproximações e afastamentos com *Macbeth* (1623), de Shakespeare, publicada em *O Jornal*, no mesmo ano. Percebemos o quão grande era a admiração de Dyonélio por aquele escritor, cuja história de vida ele evocara, no ano anterior, em busca de argumentos contra os princípios do eugenismo. Nas palavras de Dyonélio, a referida obra de Dostoiévski é a “obra-prima da literatura analítica moderna”.⁸⁰

⁸⁰ MACHADO, Dyonélio. Sobre a gênese d'um grande livro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1930, p. 1-2

Entre as atividades profissionais e a produção literária, Dyonélio dispunha de ânimo para brincar e passear com os filhos. A filha Cecília relembra esses momentos da família:

Nós moramos no Rio, durante o curso que ele fez de especialização. Todas as noites, depois da janta, saíamos ali do Flamengo, onde tinha uma calçada muito bonita, margeando o mar, um enrocamento, uma avenida belíssima, e nós íamos, caminhando até a Urca, e cantando *Taí, eu fiz tudo pra você gostar de mim*, que era o que se cantava na época. (BORDINI, 1995, p. 75, grifo da autora)

Ao final de dois anos, a família Machado retorna ao Rio Grande do Sul, estabelecendo-se, novamente, em Porto Alegre. Ministrando as disciplinas de Neurologia e Psiquiatria, na Santa Casa de Misericórdia, o médico é nomeado por Flores da Cunha, então Interventor do Estado, como alienista, chefe de seção, no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), em janeiro de 1932. Decerto, com bastante entusiasmo, logo Dyonélio finaliza a redação e apresenta sua tese de doutorado, intitulada *Uma definição biológica do crime*.⁸¹ O estudo, que levou

⁸¹ Lista de formandos da Faculdade Porto-alegrense de Medicina, em 1932: Adayr Eiras de Araújo, Demosthenes Silveira de Castro, Dyonélio Tubino Machado, Elias José Canan, Eurípedes Jobim de Oliveira, Francisco de Paula F. Camboim, Hélio Lopes Medeiros, Heitor M. Cirne Lima, Manoel Madeira da Rosa, Octavio Couto Barcellos, Octavio Lupi Duarte, Paulo Assumpção Osório, Ângelo Atanásio, Alfredo A. Barros Hofmeister, Alberto Antonio Leal, Afrânio Ferreira de Souza, Amadeu Ferreira da Silva Weimann, Álvaro Faria da S. Pereira, Athos Figueiredo Silveira, Atílio José Capuano, Acrísio Jacinto Pereira, Armínio Leal Elejalde, Ary de Oliveira Vianna, Abílio Petrucci, Alberto Schons, Alfredo Silveira Netto Filho, Armando Ramos de Carvalho, Antonio A. Haon Allan, Antonio Gomes del Arroyo, Antonio Xavier da Rocha, Benjamin Glanternick, Cyrio Carlos Campani, Christiano F. Buis Filho, Camilo Gomes, Clovis Itaqui Trindade, Cyro de Miranda e Silva, Caio Neves Coelho, Carlos Riet Machado, Celso Teixeira, Custódio Vieira da Cunha, Carlos Velho Monteiro, Domingos Crosseti, Darcy José Rocha, Darwin Turi, Eurides Alves Rodrigues, Elias Buaes, Euclides dos Santos Lisbôa, Ernesto W. Carneiro Yung, Franklin Antonio Alves, Felix Engel Filho, Firmiano Marques Osório, Francisco Niederauer Timm, Francisco Salzano, Francisco Talaia de Moura, Gastão Barbedo Noronha, Gert Eduardo Secco Eichenberg, Gastão G. de Magalhães Rhodes, Gastão Reis C. de Oliveira, Herbert Carneiro Yung, Homero Santos Ribeiro, Homero Tarragó, Ito João Snel, Ismênio Liberato Palumbo, Innocencio Pires, Ivo Sasso, Jorge de Azambuja Corrêa Pires, Jayme Guimarães Domingues, Jandyr Maia Faillace, João Cahen Fischer, João Carlos Martins de Oliveira, João Guilherme Valentim, João Hermínio Machado, João Martins de Oliveira, João Schlemm, José C. de Araújo Gertum, José C. Ferreira de Medeiros, José Castanheira Passos, José da Fonseca Dutra, José Ignácio do Amaral e Solva, Joaquim Lippo Difini, Joaquim Montano Difini, Joaquim Ribeiro Louzada Netto, Luciano César, Luiz Belmonte Montojos, Luiz Germano Rothfuchs, Laviera Maino Laurino, Licínio Proença Borralho, Luis Soares Sarmento Barata, Mário de Azevedo Guimarães, Mário Costa da Silva Couto, Mario Marques Fernandes, Mário Teixeira de Carvalho, Manoel Barcellos, Manoel Bonifácio Corrêa, Manoel Figueira Postiga, Manoel Lucas de Souza, Manoel Xavier, Nelson Carlos Renk, Norberto Pegas, Olyntho Aramy Silva, Oscar Conceição Oliveira, Oswaldo Figueiredo Souto, Olavo Mendes Dias

aproximadamente três anos para ser concluído, foi, para seu autor, a realização de “um sonho parasita”, de “um projeto de ciência” (MACHADO, 1933, p. 6). Essa afirmação indica que, provavelmente, Dyonélio planejou, por alguns anos, essa pesquisa, aguardando uma oportunidade na qual pudesse defender e divulgar suas próprias formulações – uma visão diferenciada do crime – em meio à comunidade médica e científica. Ao tornar-se cientista e médico habilitado, ele seria reconhecido, também, como integrante de tais grupos.

Impresso em 1933⁸², pela Livraria do Globo, o livro de 231 páginas – novamente com a capa de Francisco Bellanca – retribui as homenagens prestadas a Dyonélio por seus amigos já formados (MACHADO, 1933, p. 7) na mesma faculdade: em 1930, Pedro Rosa e José Batista Hoffmeister e, em 1929, José Forster Camboim. *Uma definição biológica do crime* concentra-se no estudo da “maior infração cometida contra a organização social: o homicídio”. Primando pela abordagem biológica, afastando-se das teorias jurídicas, o autor traça a evolução e a gênese do crime, definindo-o como fenômeno da natureza, resultante de “um modo particular do indivíduo apresentar-se na luta pela vida” (MACHADO, 1933, p. 10).

Afirmando que o crime não é praticado exclusivamente pela espécie humana, explica que “ele constitui, entre os homens, simplesmente, a cópia e reprodução de uma manifestação que vem de trás, que se vem encadeando ao longo de toda série zoológica” (MACHADO, 1933, p. 12). Assim, poderemos encontrar nos animais as mesmas causas que impelem o homem ao sacrifício do

Fernandes, Odorico Soares da Camara, Oswaldo Vieira da Silva, Poli Marcelino Espirito, Pedro de Menezes Muzel, Pio Martins Salgado, Pedro Pinto da Silva, Paulo Ribeiro Campos, Paulo de Tarso P. Louzada, Raphael Cabeda Sobrinho, Ramiro Frota Barcellos, Rubens Gonçalves Penna, Nené Marino Flores, Roberto Osório Junior, Rivadavia Severo, Salvador Gonzales, Saul Fontoura, Saul Pinto Ciulla, Sergio Machado Moreira, Tauphick Saadi, Victor Rebello de Miranda, Victor Rangel, Virgilio Serrano Baldino, Walter Bonfiglio de Menezes, Walter Collaço Vêras, Walter Francisco Hugo Lutzen (FRANCO; RAMOS, 1943, p. 118).

⁸² Foram publicados, em Porto Alegre, no mesmo ano: *História de Rio Pardo*, De Paranhos Antunes; *O canto que eu ouvi*, 2. ed. Damaso da Rocha; *As loucuras do Dr. Mingote*, Martim Gomes; *O tesouro de Arroio do Conde*, Aurélio Porto; *À luz da estrada*, Valter Spalding; *Festa da Luz e da Cor*, Damaso Rocha; *Sombras*, Alzira de Freitas Tacques; *Missal da Ternura e da Humildade*, 2. ed. Ernani Fornari; *Cancioneiro*, Ovídio Chaves; *Civilização Pré-histórica*, Jorge Bahlis; *Clarissa*, Erico Verissimo; *Escavações Históricas*, Olímpio Duarte; *Problemas fundamentais do Brasil*, Narciso Berlese; *Os amores de Canabarro*, Otelo Rosa; *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande*, General Borges Fortes; *Racionalização da Democracia*, Darci Azambuja; *Pean e Frutos do meu pomar*, 2. ed. César de Castro; e *Sinos do Natal*, Carmen Annes Dias. Conforme levantamento de Olyntho Sanmartin (1969, p. 57).

seu semelhante, ou seja, a garantia da própria vida. Nas palavras do autor trata-se da

concorrência [sic] vital, assumindo então o delito uma 'forma anormal de luta pela existência', a conquista da fêmea; a ambição política (nos animais representada pelo intuito de obter o comando do rebanho); o império das paixões, com 'exagero' ou 'perversão' dos instintos sociais: do amor, do afeto materno, da defesa própria ou da dos indivíduos colocados sob tutela do sentimento de utilidade comum, do dever de punição; a cobiça; a ingratidão; a guerra; a vingança; a antipatia; o ímpeto de cólera; a maldade; a própria alienação mental, representada, entre os animais, por cinco formas clínicas: *tendência hereditária*, *delírio maníaco*, *ímpeto de medo*, demência senil e alcoolismo. (MACHADO, 1933, p. 12, grifo do autor)

Todavia, o autor acrescenta que o delito "é o efeito de 'tendências individuais' e não representa o resultado de 'um instinto específico e geral'". Segundo ele, a prática delituosa manifesta-se apenas em um ou dois indivíduos dentre cem da mesma espécie, visto que "sofre o impulso de vários moveis [sic] psicológicos ou patológicos" (MACHADO, 1933, p. 12-13). No entanto, o paralelismo entre o delito animal e humano deixaria de ser fixado, a partir da "intercessão da penalidade", momento em que "um novo mecanismo (...) preside á [sic] manifestação delinqüente do homem, que introduziu desde aí no aparelho psicológico do 'pensamento do criminoso' uma alavanca de outro gênero" (MACHADO, 1933, p. 14).

Analisando os elementos constitutivos do crime, Dyonélio garante que, em sua base, "existe sempre uma necessidade". Segundo o autor, o delito indica que o homem considera o desejo que quer satisfazer e sua necessidade, mas também o castigo que lhe será imposto por cometer o ato proibido. Desse modo, Machado esclarece que

(...) a grande necessidade, *real* justifica o crime, não só nos códigos, como na opinião e nos arrestos dos juizes, quando esses códigos são omissos. O que caracteriza a ação criminal é exatamente essa desproporção entre a necessidade (o móvel e o ato. No fundo a desproporção só é para quem a contempla, pois que só o é *objetivamente*, não havendo nunca, *subjetivamente*, desproporção. O criminoso julga a sua necessidade sempre superior a todos os riscos. Daí duas conclusões. Em primeiro lugar há nos criminosos uma suscetibilidade desmedida, uma timidez, um egoísmo – que são atribuídos de um verdadeiro *exagero da personalidade*. Em segundo lugar vê-se que o instinto de conservação procura realizar-se neles de modo inadequado, porque *excessivo*. Este excesso é a própria desproporção entre o móvel e o ato. – O *exagero* é o atributo do *criminoso*, o *excesso* o do *crime*. (1933, p. 18-19, grifo do autor)

Propondo estudar o criminoso não como um selvagem, mas como homem contemporâneo, Dyonélio sugere traçar sua psicologia, fazer ilações quando preciso e aproximá-lo de um modo bem diverso do homem primitivo (MACHADO, 1933, p. 228), visto que este também desconhecia limites psicológicos ou internos à satisfação das suas necessidades (MACHADO, 1933, p. 223).

Ao final da tese, Dyonélio conclui que, na origem do delito, independentemente das influências, há a preponderância do fator psíquico. Em acréscimo, ressalta que o crime é a consequência de uma alteração de ordem psicótica, cujos sintomas derivam de diferentes distúrbios que, por sua vez, podem se conjugar numa síndrome mental individual. Defende, assim, a urgência do desenvolvimento de pesquisas psicológicas, visando a classificar adequadamente os delinqüentes. O intelectual, conferindo a preponderância ao fator psíquico, seguido pelo social, “antecipava as atuais concepções de criminologia e da vitimologia, ao identificar o que ele chamou de ‘dúplice atitude do meio social: consentindo e punindo sucessivamente as mesmas práticas” (OSÓRIO, 1995, p. 62).

A afirmação da competência do psiquiatra foi um movimento lento, iniciado, no Estado, pelos primeiros alienistas do Hospital São Pedro, não obstante este especialista se apresentasse como homem de ciência, filantropo, membro de uma corporação de iguais e, ainda, como perito (WADI, 2002, p. 214). A análise do discurso médico-psiquiátrico do Rio Grande do Sul feita por Wadi ressalta a construção da imagem do alienista e a consolidação de seu poder como legítimo guardião da loucura. Até a década de 1930, os discursos dos diretores do HPSP

sem exceção, constroem uma imagem do alienista/psiquiatra como um abnegado e, neste sentido, [se encontra] a identidade entre médicos e loucos: o deserdado da razão encontra, pela abnegação do escudeiro da razão, sua possibilidade de retorno à sociedade. (WADI, 2002, p. 213)

Contudo, notadamente, havia um “descompasso” entre um “discurso conquistador da psiquiatria” e um “domínio ainda restrito da instituição” (WADI, 2002, p. 217), uma vez que, na década de 1930, quando Dyonélio assumiu a função de médico alienista do HPSP, ele enfatizava a violência dos tratamentos empregados na “cura” de doenças mentais, naquela Instituição (MACHADO, 1995, p. 11). Dentre as terapêuticas administradas prescreviam-se, em maior quantidade, aquelas que possuíam um efeito orgânico, como: malarioterapia, insulinoaterapia, convulsoterapia (por cardiazol, cloreto de amônio e eletrochoque), penicilinoaterapia para pacientes com neurosífilis e psicocirurgia (lobotomia).⁸³ A pesquisa desenvolvida por Santos, demonstra que muitas pessoas, ao buscarem a cura, tornaram-se doentes ou morreram. A autora observa que,

nesses casos, não seriam as técnicas a salvar o doente, mas sim a compreensão de que o médico poderia ter de seus dramas humanos, verdadeiramente humanos. Se conseguíssemos abrir mão dos métodos e das regras, por instantes que fosse, e enxergássemos a realidade pelo ângulo do imaginário e da psicologia individual, talvez salvássemos vidas, pois talvez salvássemos *nossa compreensão* sobre as vidas humanas. (2005, p. 132-133, grifo da autora)

É nesse sentido que, aparentemente, delineia-se a atuação de Dyonélio como psiquiatra. Ele empenhou-se muito em conhecer e valer-se de instrumentos psicanalíticos para, efetivamente, assistir seus pacientes, visto que foi um dos pioneiros na introdução dos estudos freudianos no país:

⁸³ Santos (2005, p. 102) enumera tais modalidades, ao relatar métodos e técnicas “modernas” em voga no HPSP, nas gestões administrativas de Jacintho Godoy. Ainda que, no período de 1932-1937, o Hospital estivesse sob a direção de Luiz Guedes, julgamos que não houve alteração significativa quanto às técnicas empregadas. Conforme a historiadora, que consultou prontuários do referido Hospital, a realidade descrita é muito diferente daquela que se anunciava nos discursos: “o que se vê é o uso abusivo de técnicas agressivas (tanto a saúde, quanto à integridade física de um paciente), sempre ‘em nome da ciência’” (SANTOS, 2005, p. 110).

Eu fui um dos primeiros a utilizar os métodos psicanalíticos no Rio Grande do Sul (...). Mas não quis ser um psicanalista. De modo algum. Seria difícil para mim [sic] aceitar uma doutrina ou teoria dogmática, que encontrasse explicações para tudo. A psicanálise encaminhou-se para isto. E eu sou um eclético que detesta qualquer unilateralismo, seja de idéias, seja de fatos. (MACHADO, 1995, p. 11)⁸⁴

Além disso, é citado como primeiro tradutor de psicanálise no Rio Grande do Sul, pois, de fato, traduziu, para a Língua Portuguesa, o livro *Elementos de psicanálise* – prefaciado por Sigmund Freud e editado pela Globo, em 1934. O livro de Edoardo Weis é composto pela coletânea das conferências que este proferiu no decorrer do ano de 1930, na Associação Médica de Trieste.

No início da década de 1930, como verificamos, a produção literária do intelectual torna-se reduzida, uma vez que este encontrava-se absorto pelas atividades profissionais. Ao que sabemos, ele dedicava apenas suas horas vagas à criação literária, pois, segundo o próprio, “o trabalho médico é tremendamente centralizador” (MACHADO, 1995, p. 11). Todavia, Dyonélio tinha em mente, há alguns anos, o enredo oriundo de uma preocupação que causara insônia à sua mãe. Certa noite, Elvira Machado ficara receosa de que os ratos roessem o dinheiro que seu filho Severino havia depositado embaixo da panela na qual

⁸⁴ Salientamos, a respeito da atuação do psiquiatra, dois relatos que, embora posteriores ao período ora analisado, são indicativos do perfil desse médico, ambos publicados no ano do centenário de Dyonélio. Um deles, versando sobre a sua convivência com Isaac Pechansky, na época (1952), estagiário do HPSP, na Divisão Pinel: “ele tinha tempo, não tinha pressa em seus exames. As 24 horas do dia rendiam mais para ele”, que “era meticuloso na descrição dos quadros e fenômenos psiquiátricos que detectava. O abc da Psiquiatria aprendi com Dyonélio Machado: desde a sintomatologia, a discussão, diagnóstica e o prognóstico. O gosto pela especialidade, muito devo a ele” (HUMANISMO sem limites. *Jornal da Sociedade de Psiquiatria do RS*, julho/ago/set. 1995, p. 5). O segundo relato a que nos referimos é de Cláudio Maria da Silva Osório: “(...) a sua abertura em relação à psicanálise não era fruto de um ecletismo superficial ou efêmero. Ele realmente se valia dos instrumentos psicanalíticos em benefício dos seus pacientes. Uma situação clínica, por ele relatada, já nos seus oitenta anos, pode servir como ilustração: uma paciente internada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, verbalizava, na entrevista com Dyonélio, determinados impulsos e fantasias inconscientes. Estes necessitavam por assim dizer, de uma canalização socialmente aceita. Isso o nosso médico conseguiu, com os escassos recursos daquele hospital, através de criteriosa seleção de atividades e materiais de praxiterapia, bem na linha das propostas de Menninger e outros psicanalistas que, na década de quarenta, em particular, revolucionaram os asilos e sanatórios clássicos, na Europa e Estados Unidos, com os conceitos de comunidades terapêuticas e socioterapia. O mais impressionante neste seu relato, em diálogo ocorrido no final da década de setenta, foi a clareza e concisão de Dyonélio, resumindo, em poucas linhas, aquilo que, nos livros de psiquiatria ou psicanálise, ocupa alguns parágrafos, quando não páginas” (OSÓRIO, 1995, p. 63).

recebiam o leite. Dyonélio, ao lembrar o diálogo com sua mãe, explica como concebeu o romance:

Senti uma emoção enorme com aquele drama. Foram nove ou dez anos em que, de quando em quando, voltava à idéia do livro. Tudo estava no final: os ratos roendo o dinheiro. Nada mais fácil de tentar. Não um romance, não. Mas um simples conto (eu gostava do gênero). E escrevi um conto, mas depois vi que ele não tinha a mesma emoção que eu havia experimentado na conversa com minha mãe, não valia nada, era um conto banal. Passei nove anos pensando nisso, até descobrir que o drama não estava nos ratos, nem no leiteiro, nem no dinheiro, mas, sim, na dificuldade em conseguir o dinheiro. (MACHADO, 1995, p. 22)

Ao relatar o caso para Erico Verissimo, recebeu seu incentivo e resolveu inscrever-se para concorrer ao Prêmio de Romance Machado de Assis da Companhia Editora Nacional, motivo pelo qual o romance é dedicado ao conhecido romancista de Cruz Alta. O concurso oferecia ao vencedor mais do que um prêmio em dinheiro: a possibilidade de edição. Cientes do curto prazo para entregar os originais, assim mesmo, ambos resolveram participar. Tão logo Dyonélio iniciou a redação do romance, que foi concluída na vigésima noite.

Em relação à produção literária em geral, mas, sobretudo, referindo-se a seu romance *Os Ratos*, Dyonélio Machado (1995, p. 23) garante que

qualquer trabalho literário tem uma fecundação, que como fecundação, é sempre rápida (e no caso foi a conversa com aquela senhora), uma gestação, que como gestação, é sempre longa (foi o período de nove anos em que elaborei o romance) e um parto, que embora laborioso, também é rápido (foram as vinte noites em que escrevi). Aliás, a comparação meio escabrosa vem de longe. Balzac, na sua obra, se refere a escritores que têm seus livros no ventre. E Cyro Silveira Martins não deixou de reconhecer que *O crime do Padre Amaro* era o único romance que Eça de Queirós trazia no ventre.

O romance foi escrito em dezembro de 1934, mas o prêmio foi divulgado e os livros, editados, apenas no ano seguinte, devido à morte do jurado Ronald de

Carvalho.⁸⁵ Dyonélio teve ciência do resultado do concurso quando, viajava, como preso político, para o Rio de Janeiro⁸⁶ e a embarcação fez escala em São Paulo. O faxineiro trouxe-lhe o jornal *Tribuna de Santos*, que estampava as notícias da premiação do concurso Machado de Assis e da transferência dos comunistas para o Rio de Janeiro, conforme elucidou em entrevista publicada na década de 1980. Os demais integrantes da comissão julgadora do concurso, indicados pela Academia Brasileira de Letras, eram Agrippino Grieco, Gastão Cruls, Herbert Moses, Moacyr Deabreu, Monteiro Lobato e Gilberto Amado⁸⁷. Este último teria transgredido as regras de segredo do concurso, segundo argumenta Dyonélio:

Bem, um dia, o Erico telefonou para o consultório. Tinha uma notícia muito importante para me dar. Era uma carta do Jorge Amado para ele. (...) Um deles [dos jurados] morreu num naufrágio. Um dos outros jurados era Gilberto Amado (...) o Gilberto era parente do Jorge. A carta dizia: 'até agora, de todos os manuscritos lidos, o que mais simpatia tem granjeado, e até mesmo admiração, é um romance chamado *Os Ratos*, que pelo enredo parece que é daí. A ação se passa em Porto Alegre. Imaginamos que fosse teu, então fomos ver, mas não, tu concorraste com um romance chamado *Música ao longe*, um romance muito fraco'... Violaram o sigilo, meu bem, isso foi uma água fria no meu entusiasmo, já não quis saber de mais nada. Perguntei o que devia ler na carta e agradei. O Erico disse: 'Mas que homem frio, então eu dou uma notícia dessas e só me agradece...' Não tinha outra coisa a fazer, dei o meu muito obrigado. Ele não sentiu a posição em que se achava. Eu não teria aceito esse prêmio, se fosse ele, absolutamente. [Erico Verissimo foi um dos quatro vencedores]. Não basta ser um bom escritor, um romancista, é preciso também ter outras qualidades (...). (MACHADO, 1995, p. 25-26)

Como inferimos do depoimento de Dyonélio, ele não foi considerado o único ganhador. A comissão julgadora e a editora decidiram reunir os demais lugares ao primeiro prêmio, contemplando, assim, além de Dyonélio, Erico Verissimo, com *Música ao longe*; Marques Rebello, com *Marafa*; e João Alphonsus Guimaraens, com *Totônio Pacheco* (TILL, 1995, p. 121-122). Ao valor

⁸⁵ UCHA, Danilo. Dyonélio: o escritor que abriu a ratoeira. *Zero Hora*, Porto Alegre: Revista ZH, 14 set. 1980, p. 6-7.

⁸⁶ Será abordada, ainda neste capítulo, esta questão da perseguição política e da reclusão de Dyonélio Machado e de muitos outros intelectuais comunistas ou simpatizantes.

⁸⁷ Conforme nota publicada pela Editora Nacional de São Paulo e parecer da comissão julgadora do Prêmio, transcritas por Till (1995, p. 123-124).

da premiação inicial, de dez contos de réis, foram acrescidos outros dois contos de réis, assegurando a igual divisão entre os contemplados.

A criação de alguns concursos literários – como o Prêmio de Romance Machado de Assis, o Prêmio Graça Aranha ou o Concurso de Contos Humberto de Campos – evidencia o reconhecimento e a consolidação da carreira dos literatos, sobretudo, dos romancistas no Brasil, durante a década de 1930. No período estudado, “o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção”, na medida em que constituía um “gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura”, nas palavras de Miceli (1979, p. 92).

O mesmo pesquisador, ao traçar as características dos componentes do grupo de romancistas⁸⁸, de maneira geral, afirma que

os escritores que então investiram nesse gênero, desde o começo de suas carreiras eram, em sua maioria, letrados da província que estavam afastados dos centros da vida intelectual e literária, autodidatas fundamentalmente marcados pelas novas formas narrativas e em voga no mercado internacional e que não dispunham dos recursos e meios técnicos a essa altura necessários aos que tivessem pretensões de sobressair na prática dos gêneros de maior prestígio da época (poesia e a crítica literária). (MICELI, 1979, p. 92)

Como podemos perceber na observação da trajetória de Dyonélio, assim como na de tantos outros escritores, ele opta por um novo tipo de produção. Já não se tratam de contos, ensaios literários e científicos, mas sim de um romance inovador.⁸⁹ São elementos peculiares da obra: a problemática do dinheiro, no caso, isenta de moralismo; a ação temporal, concentrada em vinte e quatro horas;

⁸⁸ As características sociais dos romancistas são identificadas, por Miceli, analisando a condição social dos personagens principais dos romances da década de 1930. Ele percebeu que muitos desses personagens retratam a própria ambigüidade da trajetória dos autores. “Pertencendo quase sempre a famílias de proprietários rurais que se arruinaram, os romancistas e seus heróis não têm outra possibilidade senão a de sobreviver às custas de empregos no serviço público, na imprensa e em demais ofícios (...)” (1979, p. 93), como é o caso do protagonista de *Os Ratos*.

⁸⁹ O enredo de *Os Ratos* inicia com o leiteiro ameaçando cortar o fornecimento caso Naziazeno, um modesto funcionário público, não salde a dívida correspondente ao valor de cinquenta e três mil-réis. Vivendo um drama que, embora banal, é apresentado detalhadamente, Naziazeno passa o dia atormentado, tentando conseguir o dinheiro. Já no fim do dia, o protagonista consegue um empréstimo com o amigo Alcides, mas, à noite, não consegue dormir preocupado com o dinheiro e com a idéia (quase certeza) de que os ratos roem o dinheiro para o leite de seu filho. E o personagem só consegue dormir quando ouve o leiteiro despejar o leite.

a sensibilidade psicológica e a capacidade clínica empregadas na caracterização do protagonista ansioso e depressivo. Ao analisar *Os ratos*, Zilberman conclui que

poucos romances conseguiram traduzir de modo tão cabal os efeitos comportamentais da falta de dinheiro para suprir necessidades elementares de sobrevivência, como a compra de comida. Assim, Dyonélio Machado atinge nuclearmente a questão e constrói a epopéia da busca do vil metal, denunciando ainda como deste fato resulta o processo de envilecimento do indivíduo. (ZILBERMAN, 1992, p. 95)

Porém, cabe dizer que o intelectual declarou não ter seguido nenhuma escola, e que sequer estava ligado, no período, à produção literária (MACHADO, 1995, p. 23). Entre as preferências literárias de Dyonélio, encontramos escritores a sua época modernos, como Dickens, Dostoiévski, Baudelaire e João do Rio (MACHADO, 1995, p. 46).

Dyonélio é tido como um dos precursores do romance urbano, juntamente com Erico Verissimo, De Souza Júnior e Reynaldo Moura. De acordo com Zilberman (1992, p. 94), o romance urbano “focaliza de modo renovador o cenário social não porque introduz Porto Alegre na literatura, mas porque desvela e questiona as contradições existentes”.

Segundo a análise de Carvalho (2007), a geração de intelectuais da década de 1930 estava, sobretudo, preocupada com a construção de uma nova consciência brasileira ou, em outras palavras, com a projeção de uma nova brasilidade. Nesse período, tornaram-se nomes exponenciais da intelectualidade brasileira Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Erico Verissimo e Vianna Moog. Envolvidos pela reflexão sobre a realidade nacional, eles interpretaram, debateram e buscaram soluções para as novas demandas sociais, bem como para a questão da formação cultural do país.⁹⁰

⁹⁰ Como a função desta pesquisa não é aprofundar as questões da formação cultural brasileira e norte-americana, sugerimos ao leitor a consulta à dissertação de Enildo de Moura Carvalho. O qual toma como ponto de referência, para sua análise a ótica de dois dos escritores acima citados (Erico Verissimo e Vianna Moog). CARVALHO, Enildo de Moura. *Estados Unidos: um espelho do*

Todavia, como estamos acompanhando a trajetória de Dyonélio, cabe explicar que tais debates são focalizados de maneira diferenciada em sua produção nesse período, uma vez que, de acordo com as fontes pesquisadas, identificamos como temáticas recorrentes aquelas de dimensão social e humana, conforme o biografado declarou em uma entrevista:

Os Ratos é um romance social por excelência. Nem poderia ser de outra forma. Nesta época, a ação intelectual dos escritores honestos deslocase, insensivelmente, para o plano social, atuando em função revolucionária, na luta pela abolição definitiva da escravidão moderna.⁹¹

Ainda que não se encontrasse no centro dos debates sobre as exigências sociais que surgiam, a produção de Dyonélio antecipava discussões que estariam em pauta nas décadas seguintes, na medida em que sugeria a necessidade de engajamento por parte dos intelectuais.⁹² Nesse sentido, orientados pelas ponderações de Miceli, compreendemos que ocorreu uma intensificação da concorrência ideológica e intelectual entre diversas organizações políticas – integralismo, Igreja, forças de esquerda –, refletida, também, na produção literária dos anos 30, de tal maneira que

o romance converteu-se em móvel importante da luta em torno da imposição de uma interpretação do mundo social a um público emergente: os grupos de esquerda classificavam as obras dos romancistas identificados com a Igreja de romances ‘introspectivos’ ou ‘psicológicos’, os críticos de direita ou de tendências espiritualistas rotulavam as obras dos militantes de esquerda de romances políticos em sentido pejorativo, ou seja, como obras de propaganda e proselitismo. (MICELI, 1979, p. 92-93)

Brasil em Erico Verissimo e Vianna Moog: um olhar comparativo entre a formação cultural brasileira e norte-americana. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007, 163 p.

⁹¹ REVERBEL, Carlos. Na prisão onde se encontra, o Dr. Dyonélio traça, sem querer, o seu perfil de idealista e lutador. *A Razão*, Santa Maria, 20 nov. 1935, p. 1.

⁹² Machado defende o posicionamento dos intelectuais que, como especialistas, colocam-se a serviço das causas que defendem e são reconhecidos pela sociedade. Assim, evocamos Bobbio, para quem engajar-se quer dizer apenas tomar partido (BOBBIO, 1997, p. 99). De acordo com esse pensador político, o tema do engajamento é um falso problema, pois o que realmente contém valor é a causa na qual nos engajamos (BOBBIO, 1997, p. 100). De fato, existem algumas formas concretas de engajamento, a saber, a produção de textos engajados, polêmicos – que tomam partidos a propósito dos debates da sociedade – ou seja, por meio da elaboração da obra, e ainda, na atividade profissional; mas também através da participação regular, mais ou menos freqüente em manifestos e petições, conforme expõe Leclerc (2005, p. 97-98).

De fato, embora não tenhamos encontrado nenhuma classificação desse tipo sobre a obra literária do intelectual, verificamos uma aproximação de Dyonélio com a esquerda, que é consolidada a partir da fundação da Aliança Nacional Libertadora. Revendo a trajetória do personagem, podemos perceber que, nesse momento, rompe com o grupo que está no poder, passando a criticar sua atuação. Ainda que tenhamos nos proposto aclarar essa questão, não encontramos nas memórias do autor, em suas obras literárias ou nas avaliações de seus contemporâneos, resposta adequada para um corte dessa natureza.

No entanto, ao que nos parece, tal mudança de posicionamento político teria sido, ao menos em parte, determinada por sua preocupação social, visto que, de acordo com suas afirmações, o PRR representava uma espécie de “socialismo estatal”, enquanto o movimento libertador apresentava-se como a solução para a “mudança imediata e definitiva da atual organização social”.⁹³ Porém, exercitando o que Davis (1987) chamou de imaginação histórica, sugerimos que, talvez, tenha ocorrido um desentendimento entre Dyonélio e a direção partidária, possibilidade que concebemos a partir de sua menção a um segredo, o qual, por receio de que fosse publicado numa entrevista, nem mesmo foi verbalizado.⁹⁴ Além dessas questões, não podemos esquecer que, obviamente, a trajetória política de Dyonélio não foi previamente estabelecida. Portanto, percebemos que o nosso personagem não pode ser tomado como modelo de coerência, continuidade ou racionalidade, já que todos temos dúvidas, desavenças e, muitas vezes, nos comportamos de maneiras ambivalentes.

O regime constitucional que vigorou a partir de 1934, ocasionou um período de agitação política no cenário nacional, no qual desenvolveram-se dois movimentos políticos expressivos, que foram a Ação Integralista Brasileira

⁹³ REVERBEL, Carlos. Na prisão onde se encontra, o Dr. Dyonélio traça, sem querer, o seu perfil de idealista e lutador. *A Razão*, Santa Maria, 20 nov. 1935, p. 1.

⁹⁴ No trecho mencionado da entrevista, Dyonélio afirma que, na década de 1930, viveu uma “renovação da atividade política”, pois, como ressaltamos no início do capítulo, ele estava “desiludido com os partidos burgueses” e “tendendo a uma modificação da sociedade”. Após essa afirmação, ele menciona o fato, mantido por ele em sigilo, que, imaginamos, determinou seu afastamento do PRR: “*Dyonélio* – (...) eu vou contar pra ti uma coisa... isso vai ser publicado? *Pignatari* – Se você quiser... *Dyonélio* – Vai, e o que ia te dizer... Não digo agora. Mas voltando a *Os ratos* (...)”. CARDOSO, Ivan; PIGNATARI, Décio. O centauro dos pampas. *Folha de São Paulo: Caderno Letras*, São Paulo, 21 dez. 1991, p. 6-1.

(AIB)⁹⁵ e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).⁹⁶ Em ambos os movimentos, intelectuais de perfis diversos desempenharam papéis relevantes e contribuíram com as organizações, atraindo contingentes das classes médias (PÉCAUT, 1990, p. 83).

Nesse sentido, a ampla adesão à AIB é destacada por Pécaut (1990, p. 75), que a situa como um “fenômeno extraordinário”, visto que se tornou o surto fascista de maior amplitude na América Latina, embora também se destaque pela acolhida que encontrou entre intelectuais, profissionais liberais e estudantes. Da mesma maneira, Rodrigues (2004, p. 396) enfatiza o “rápido êxito” e a repercussão da ANL na política brasileira, atribuindo-os ao agrupamento de personalidades preeminentes da vida nacional em torno de seu programa.

No âmbito nacional, militares e civis fundaram e integraram a direção da ANL, entre eles: Hercolino Cascardo (antigo tenente e fundador do “Clube Três de Outubro”), Roberto Henrique Sisson (oficial da marinha e secretário geral), Amorety Osório (capitão do Exército e vice-presidente), Benjamin Soares Cabello (jornalista), Manoel Venâncio Campos da Paz (médico), Francisco Mangabeira

⁹⁵ Organização que defendia a forma totalitária de governo e o misticismo na representação nacional, fundada em 1932. Liderada por Plínio Salgado, sob a tutela de núcleos intelectuais, a AIB mobilizou as classes médias (PÉCAUT, 1990, p. 83). Esse movimento pode ser caracterizado pelo emprego da linguagem exaltada, pela organização de desfiles grandiosos, bem como pelo uso de camisas verdes e do emblema do sigma, além do juramento de obediência ao chefe da nação. Seu programa era baseado nas propostas de Mussolini e de alguns intelectuais brasileiros como Alberto Torres, Oliveira Viana e Jackson de Figueiredo. Resumidamente, o programa dos integralistas baseava-se nos seguintes princípios: 1) a nação é um organismo político, econômico e étnico e, portanto, a representação não pode ser exclusivamente política; 2) o sindicato deve ser pessoa de direito público; 3) a economia deve ser dirigida pelo Estado; 4) deve-se dar uma função social à técnica capitalista e à propriedade (ANDRADE, 1988, p. 76-78).

⁹⁶ Frente única na qual se agruparam esquerdistas (comunistas, socialistas, trotskistas, tenentes, etc.) que, opondo-se ao integralismo, defendiam as liberdades políticas. Fundada em 1935 e liderada por Luís Carlos Prestes, a ANL “proclamou uma aliança aberta a todos os antifascistas e organizou uma insurreição armada a maneira tenentista. Abriu um largo espaço aos militares, da reserva ou da ativa e atraiu numerosos membros das classes médias” (PÉCAUT, 1990, p. 85). Expondo cinco princípios, enunciava, assim, seu programa: 1) Suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, por as considerarmos já pagas, e aplicação da quantia assim retida, em benefício do povo explorado do Brasil. 2) Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas por as considerarmos “arapucas”, para as quais os brasileiros trabalham como cães, enquanto os seus lucros vão para o bolso de alguns magnatas estrangeiros. 3) Proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam, por considerarmos terem sido eles os que as valorizaram com o seu trabalho e, portanto, são os seus únicos e legítimos proprietários. 4) Gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalham e são explorados como nós próprios. Estas liberdades foram conquistadas pelo povo que nunca as gozou, de fato, e toda sua plenitude. Hoje ele as reclama e é legítimo o direito que tem de ser satisfeito, custe o que custar. 5) Constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na medida da eficiência da sua colaboração (ANDRADE, 1988, p. 80).

(político), Ivan Pedro Martins (estudante de Direito), Abguar Bastos (deputado federal), Ruben Braga (jornalista). Ao nível regional, no Estado de São Paulo, participaram da direção da ANL Miguel Costa (liderança da insurreição militar de 1924) e Caio Prado (intelectual). Já no Rio Grande do Sul, a comissão diretiva, eleita provisoriamente, era composta por Dyonélio Machado (como presidente), Agildo Barata (como vice-presidente), Aparício Cora de Almeida (advogado criminalista e secretário), João Antônio Mesplé (advogado e jornalista), Pedro (operário e líder sindical cujo sobrenome não foi identificado) e Cícero Carneiro Neiva (tenente). Rodrigues, ao ressaltar os nomes desses integrantes, constata que a composição social da agremiação variou conforme a região, mesmo assim, “a maior parte dos seus membros – como ocorre frequentemente nos movimentos de massa – não tinha a mesma origem, nível de instrução e posição social de seus dirigentes” (RODRIGUES, 2004, p. 397).⁹⁷

A cerimônia de instalação da ANL no Rio Grande do Sul ocorreu no dia 05 de julho de 1935, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. A preocupação com a manutenção da ordem foi generalizada; os aliancistas possuíam “temores” e cogitaram o adiamento da cerimônia frente ao perigo ao qual estariam expostos, diante da reação policial (MACHADO, 1990, p. 102). Quanto à polícia, ela organizou um esquema, escalando um vasto contingente de soldados para fazer o policiamento, pois supunha que pudessem ser necessárias medidas de exceção. Contudo, segundo as informações divulgadas pelo *Correio do Povo*, embora estivessem presentes no comício aproximadamente duas mil pessoas, não houve nenhuma manifestação de violência ou de desordem, nem da parte dos manifestantes, nem da polícia.

Exercendo a função de líder político (representante da ANL), Dyonélio atribui a si o dever de defender a verdade e a liberdade de opinião. Para tanto,

⁹⁷ Conforme Rodrigues (2004, p. 398), “é difícil uma avaliação mais precisa da composição social da Aliança. As informações disponíveis sugerem que, provavelmente, na base, fosse mais significativa a presença das classes populares. As cúpulas dirigentes, contudo, são claramente formadas por intelectuais, profissionais liberais, jornalistas, professores e, sobretudo, por militares. São esses setores sociais que tomam o lugar, na década de trinta, das anteriores lideranças operárias de origem estrangeira e que irão compor o movimento de Esquerda na década de trinta e nos períodos subseqüentes. Em múltiplos aspectos, esta aliança da *intelligentsia* com os militares constituiu a rebelião de uma nova geração que ascendia à vida política rejeitando os antigos valores liberais da década anterior”.

escreve uma carta ao diretor do *Correio do Povo*, Alexandre Alcaraz, prestando esclarecimentos sobre a ausência de conflitos na referida cerimônia:

A verdade é que todo aquele inútil aparato bélico e as ameaças aparecidas nos jornais oficiais do governo só eram de molde a intranqüilizar a população, nunca a aquietá-la. A boa ordem do comício de 5 de julho deve-se à Aliança Nacional Libertadora, que mostrou os seus elevados propósitos, desde o apelo público que fez aos seus companheiros, pedindo que comparecessem desarmados à sessão. Com efeito, apesar da revista operada pela polícia, nenhuma arma foi encontrada...⁹⁸

Na mesma missiva, ele denuncia a proibição do comício dos aliancistas em uma praça pública da cidade de Passo Fundo, situada no norte do Estado. A argumentação do intelectual visa a defender os direitos dos cidadãos, dispostos na Constituição do país, que se encontram ameaçados, de acordo com sua percepção. A atuação e a intervenção dos intelectuais, entre eles Dyonélio, como percebemos, estariam fundamentadas em princípios e valores universais, como a verdade, a justiça e a democracia. Nesse sentido, Rouanet (2006, p. 76) estabelece a existência de “uma relação interna entre o intelectual e a democracia”, uma vez que é nela que atua quando as instituições funcionam livremente; todavia, quando está ameaçada, o intelectual intervém para defendê-la, como aconteceu no episódio.

Para Andrade (1988, p. 80-81), a interdição da propaganda da ANL e seu fechamento são explicados pelo temor da burguesia quanto à possibilidade de uma revolução socialista, mas, também, pela pressão que a Igreja e os integralistas praticaram sobre o Governo de Vargas. Um conjunto de acontecimentos, segundo Morais (2003, p. 81), forneceu ao governo uma justificativa para extinguir a ANL, entre eles: seu rápido crescimento; o impedimento da realização de um comício da AIB, para o que os aliancistas valeram-se da força; a organização de passeatas até a sede dos integralistas e, ainda, a divulgação de uma manifesto assinado por Luís Carlos Prestes, anunciando sua adesão ao movimento. Por todos esses motivos, em 11 de julho,

⁹⁸ MACHADO, Dyonélio. Carta a Alexandre Alcaraz, em 08 jul. 1935. ALDYM.

poucos dias após sua instalação no Rio Grande do Sul, a agremiação seria fechada e teria seu registro cassado, por meio de um decreto presidencial embasado na Lei de Segurança Nacional (LSN).

A condição de ilegalidade contribuiu para que houvesse a desestruturação do movimento, já que, conforme Moraes (2003, p. 82), “boa parte dos liberais que o compunham submeteram-se ao decreto oficial e abandonaram a Aliança, partindo para a criação de outros partidos e grupos políticos”. A direção da ANL, obviamente, não concordou com a decisão governamental e iniciou a organização de uma mobilização composta por vários atos de protesto. Em São Paulo, os membros da Aliança envolvidos com essa tentativa de manifestação foram reprimidos com violência pela polícia. Concomitantemente, no Rio Grande do Sul, fora planejada uma greve que não pôde ser realizada, pois os seus organizadores acabaram sendo presos por transgredir a LSN, fato registrado por Dyonélio Machado (1990, p. 60-61) nas suas memórias:

Tudo começou em julho de 1935 (...) presidi (...) a instalação pública da Aliança Nacional Libertadora, frente ampla, nos moldes das Frentes Populares que se vinham formando nalguns países da Europa, onde chegaram mesmo ao poder, sem maior abalo da sociedade (...). Por um ato de puro arbítrio ditatorial, a A.N.L. foi fechada e a seguir teve seu registro cassado. Com isso não nos conformamos. E um dos nossos núcleos – que assim se chamavam os nossos organismos de base – o Núcleo dos Gráficos resolveu ir a uma greve de protesto por vinte e quatro horas. Fui incumbido pela organização para articulá-la. Achava-me nessa tarefa nas oficinas gráficas dos matutinos, sem a menor clandestinidade, em contato mesmo com a direção de alguns, quando, alta madrugada – madrugada chuvosa e fria – de volta, ao chegar à porta de minha casa, vejo saltar da sombra que fazia uma sacada dum prédio fronteiro, como dois animais saídos da toca para o bote, os investigadores que me vieram prender (...). A despeito da greve programada incluir no seu plano de reivindicações matéria específica da classe operária, ela era eminentemente política, numa grande proporção alheia às ‘condições do trabalho’. O que configurava infração à então flamante ‘Lei de Segurança Nacional’ da época.

Sua prisão, no dia 18 de julho, resultou da participação na direção da ANL, bem como de suas manifestações em defesa da democracia, na medida em que defendeu a liberdade de expressão dos cidadãos e denunciou as decisões inconstitucionais adotadas pela polícia – como a proibição dos comícios em praça

pública –, instruída pelo Governo Federal. Os incumbidos da organização do protesto – Marciano Belchior, Bernardo Garcia e Dyonélio – sabiam que poderiam ser presos, conforme dispunha a LSN, entretanto optaram, mesmo assim, por dar seqüência às atividades. Dyonélio não deixou de explicar sua atitude:

Ponderei eu, crime seria deixar passar em julgado o crime – esse sim, verdadeiro – que se praticava contra uma agremiação política só porque ela não comungava com a filosofia do governo. Não nos haviam deixado outra forma de protesto. (MACHADO, 1990, p. 62)

Nota-se, na situação mencionada, uma “tensão” entre os intelectuais aliancistas e os poderes institucionais. Leclerc (2005, p. 25) adverte sobre essa “tensão”, comentando que ela decorre dos posicionamentos divergentes adotados pelos intelectuais: “Se ele pode se fazer conselheiro do príncipe, especialista a serviço do poder, pode também assumir o papel de dissidente e de oponente e ter sua vida ameaçada por seus atos de defecção em relação ao conformismo social”. Transpondo as palavras de Leclerc para o caso analisado, acabamos por nos deparar com elementos que nos permitem entender a condição arriscada na qual os líderes da ANL se achavam.

Eles foram presos e julgados – conforme dispunha a LSN no artigo 19, relativamente aos crimes políticos – por terem cometido o que os franceses chamam “Delit d’opinion”. Segundo Dyonélio Machado (1990, p. 106),

os franceses, sabendo como ninguém dar nome aos bois, acentuavam a grande diferença que existe entre atos inspirados por pensamentos elevados, porque altruístas, e os que o criminoso propriamente pratica impelido por móveis egoísticos, muitas vezes covardes.

Dyonélio foi condenado, em 19 de outubro, ao grau submédio da pena (seriam dez meses e meio); Bernardo Garcia, a um pouco menos tempo; e Marciano Belchior recebeu a absolvição. Nas suas memórias, Dyonélio declara ter assumido os atos do “velho e denodado líder operário” (MACHADO, 1990, p. 65), em virtude de que “traficava com o empirismo político da polícia: ela supunha ganhar mais ‘enterrando’ um doutor do que um simples trabalhador... E a coisa

deu certo como as sentenças finais bem documentam” (MACHADO, 1990, p. 65-66).

Devido à pesquisa sobre o crime que publicara em 1933, mas também às suas leituras, Dyonélio conhecia algumas noções de Direito Penal, embora estas não constem em *Uma definição biológica do crime*. Tão logo fora anunciada a sentença condenando-o, solicitou a concessão de um *Sursis*⁹⁹, visto que era réu primário e, como médico, reconhecidamente, prestava bons serviços à coletividade. Em primeira instância, seu pedido foi impetrado e negado, mas o intelectual rejeitou a decisão. Justificando que “a liberdade, para o homem, é como a saúde: precisa-se lutar por ela” (MACHADO, 1990, p. 66), recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), no qual, além de demonstrar que cumpria os requisitos necessários para receber o *sursis*, argumentou, ao interpor seu recurso, que ocorrera abuso de autoridade, razão, indicada por ele, para que, em primeira instância, seu pedido fosse deferido.

No mês de novembro, ainda esperava o resultado de seu recurso, enquanto era mantido no 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, situado à Praia de Belas. O intelectual, nesse momento, talvez, já houvesse aderido ao Partido Comunista do Brasil (PCB).¹⁰⁰ No dia 04, recebeu a visita de Carlos Macedo Reverbel, repórter do jornal diário *A Razão*, de Santa Maria, o qual enviou para esta cidade uma matéria sobre seu caso no dia 10. Reverbel relata que, na sala em que o mesmo estava encarcerado, encontrou diversas pessoas – operários, intelectuais, estudantes e jornalistas – visitando-o. No diálogo que Reverbel registrou, Dyonélio – demonstrando admiração por Marx, Lênin e Stalin – afirmou sua crença na doutrina marxista e no exemplo soviético, que, graças à Revolução Russa, teria transformado um “país agrícola, em país de

⁹⁹ O *sursis* significa a concessão da suspensão condicional da pena, sendo atualmente reconhecido como um direito subjetivo do condenado, embora, anteriormente, a interpretação do Código Penal o sugerisse como uma faculdade do juiz ao proferir sua decisão (GRECO, 2007, p. 632).

¹⁰⁰ O PCB foi fundado e registrado como entidade civil, com sede pública, no ano de 1922. No entanto, seu período de legalidade foi muito curto. Com o levante dos tenentes no Forte de Copacabana e a subsequente determinação do estado de sítio, o partido foi fechado. Entre os meses de janeiro e agosto de 1927, o Partido experimentou, mais uma vez, a legalidade. No histórico do Partido elaborado por Rodrigues (2004, p. 361-443), consta que, mesmo na ilegalidade, seu crescimento, nos anos de 1934-1935, foi bastante amplo, determinado pela filiação de Prestes e pela fundação da ANL. Convém salientar que, a partir do momento em que a ANL deixara de existir como entidade política, ela passou a ser mantida, basicamente, pelos comunistas, que agiam em nome dela, conforme Basbaum (1962, p. 92).

potencialidade industrial intensíssima”, acrescentando, ainda, que “a vitória da doutrina, a vitória da revolução, a vitória do regime, e tudo isso existe hoje, para ser aplicado a realidade social do universo, na luta pela libertação do proletariado: o marxismo-leninismo”.

A matéria enviada de Porto Alegre para Santa Maria foi publicada apenas no dia 20 de novembro. Quando essa edição de *A Razão* chegou às bancas, o *sursis* de Dyonélio ainda não havia sido deferido, o que se daria poucos dias após. Não há qualquer justificativa no jornal para a demora da publicação, porém é preciso ressaltar que esta foi impressa poucos dias antes da deflagração da chamada Intentona Comunista.¹⁰¹ Desse modo, a suspensão da pena de Dyonélio, estabelecida em dois anos de liberdade vigiada, “encurtara-se para pouco mais de dois dias” (MACHADO, 1990, p. 70).

Encarcerado novamente, ele foi levado para a prisão das Bananeiras, no Bairro Glória, também em Porto Alegre. Logo após, foi transferido para o Rio de Janeiro, junto a outros vinte e um presos políticos, no porão do vapor Itaimbé, numa viagem que, transcorrida durante o inverno, demorou dez dias. Por fim, ele foi mantido na Prisão Frei Caneca.

Na entrevista que concedeu a Jaguar, Peres e Wolff, Dyonélio afirma que, enquanto esteve encarcerado, perdeu “doze quilos, todos os dentes e algumas unhas”, mas que não chegou a ser espancado. Contudo, o mesmo não se deu com tantos outros, uma vez que, após 1935, ocorreram milhares de prisões, não somente de comunistas ou simpatizantes, mas, até mesmo, de cidadãos sem relação alguma com a tentativa frustrada de tomada do poder, os quais “foram

¹⁰¹ Trata-se da insurreição armada planejada pela cúpula do PCB, apoiada pela Internacional Comunista (IC), com a finalidade de tomada do poder. Contudo, o levante desencadeou-se antecipadamente e de forma isolada em apenas três capitais (Natal, no dia 25; Recife, no dia 27; e no Rio de Janeiro, em 29 de novembro), pois o movimento revolucionário chegara ao conhecimento do governo. Além disso, os conspiradores superestimaram o prestígio dos aliancistas no Exército e a adesão popular. Na apreciação de Machado (1990, p. 80): “Novembro de 35 foi um movimento militar, que não saiu à rua, se restringiu aos quartéis. Um dos tantos movimentos ditos ‘insurrecionais’, que entretanto não contam com a intervenção do povo. As circunstâncias, para as quais concorre decisivamente a minoria intelectualizada do país, proporcionam à força armada a oportunidade de dar o golpe – desfecho. Em 7 de setembro de 1822, aquela espada erguida pelo augusto militar que proclamou nossa independência servia de lábaro e profecia: havíamos de percorrer as etapas da vida política da nacionalidade pelos caminhos que a espada se dignasse a nô-los [sic] abrir. E nem sempre são esses os mais adequados.” Constatando-se que Dyonélio não participou da conspiração, julgamos desnecessário, para fins desta pesquisa, nos determos em pormenores do assunto, cujo relato e apreciação podem ser lidas na *História Sincera da República* de Leôncio Basbaum (1962), ou na biografia *Olga*, redigida por Fernando Morais (2003).

encarcerados e submetidos a humilhações e espancamentos”, conforme relata Basbaum (1976, p. 82). Entre os perseguidos e presos estavam muitos intelectuais.

Nesse contexto, a experiência do cárcere, de maneira alguma, foi exclusividade de Dyonélio. Outro eminente intelectual brasileiro também relatou sua vivência nessa situação em um texto literário que se tornou célebre. Trata-se das *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos¹⁰², cuja leitura nos permite sugestivas reflexões comparativas às *Memórias de um pobre homem* (1990), de Machado. A opção de estudo dos textos desses intelectuais deve-se aos pontos que coincidem nas duas trajetórias. Ambos os escritores publicaram vários romances, colaboraram em jornais – das respectivas regiões em que residiram – e, igualmente, conviveram com comunistas, o que possibilitou que optassem pela adesão ao PCB – a partir do contato com a doutrina e ideais destes – ainda que em períodos distintos: Dyonélio aderiu ao PCB por volta de 1935, enquanto que Graciliano apenas em 1945. Além disso, a composição de seus livros de memórias ocorreu no final de suas vidas.

Em *Memórias do Cárcere* (1953), obra constituída por dois volumes, Graciliano Ramos narra as reminiscências do período em que esteve preso. Por meio de uma narrativa bastante detalhada, descreve minuciosamente os deslocamentos e lugares em que esteve detido¹⁰³, reconstituindo o grupo de indivíduos com os quais conviveu. Segundo Graciliano, durante o período de seu encarceramento, registrou as experiências, fatos e descrições em blocos de notas. Todavia, esses registros foram extraviados. Suspeitar que a imensidade de detalhes descrita nas memórias pode estar relacionada à elaboração das mencionadas anotações não nos parece um despropósito.

O enfoque da narrativa de Dyonélio, diferentemente, privilegia certos acontecimentos, enquanto outros sequer são citados. Ele narrou, detalhadamente, como foi preso e quais foram os motivos de sua prisão, mas

¹⁰² Graciliano Ramos, nascido em 1892, na cidade de Quebrângulo – AL, veio a falecer em 1953, no Rio de Janeiro – RJ, em virtude de um câncer de pulmão. Não frequentou faculdade. Escritor de renome, no Brasil e no exterior, publicou obras amplamente conhecidas, como *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas Secas* (1938).

¹⁰³ Logo que foi preso, foi levado a um quartel. Viajou no porão do navio Manaus para o Rio de Janeiro e ficou no Pavilhão dos Primários. Foi transferido para uma Colônia Correccional até, finalmente, ir para a Casa de Correção.

silenciou em relação ao período de encarceramento, isto é, quase não menciona seus “companheiros” – que viveram as mesmas experiências, com quem partilhou a cela –, ou o cotidiano da prisão. Uma hipótese acerca desse silêncio em relação aos aspectos mencionados é que o autor tenha feito uso das suas experiências do cárcere para escrever romances anteriores à produção das memórias.¹⁰⁴

Desse modo, percebe-se uma grande diferença entre as formas como os autores elaboraram e registraram suas memórias, dando ênfase a fatos distintos e silenciando sobre alguns aspectos. Pelo caráter marcante, todavia doloroso, possivelmente que constitui o cárcere, um autor resolveu falar sobre sua dor, como estratégia terapêutica (Ricoeur, 2003, p. 119), enquanto o outro optou por relegá-la ao esquecimento (Ricoeur, 2003, p. 653). Tais hipóteses fundamentam-se em algumas noções postuladas por Ricoeur (2003, p.119) ao abordar questões relativas à memória e ao esquecimento. Portanto, é possível pensar as suas memórias históricas – e os esquecimentos –, além dos modos pelos quais elas – voluntária ou involuntariamente – influenciaram as ações e condicionaram a representação de acontecimentos presentes e passados. Nessa compreensão, como esclarece Bosi (1994, p. 91),

o narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da sua própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador.

É preciso destacar que, ao utilizarmos as memórias de Dyonélio Machado e Graciliano Ramos como fontes históricas, podemos considerá-las como intelectualmente elaboradas, seja como estratégia de luta política, ou como constituição identitária dessas pessoas que foram vítimas de violência física ou psíquica.

¹⁰⁴ Criada sobre as lembranças sombrias do Cati e das vivências pessoais do cárcere, a narrativa dos dramas do louco e do mecânico Maneco Manivela, em *O Louco do Cati, Desolação, Passos Perdidos e Nuanças*, constrói uma espécie de rito de passagem humana, de um estado de consciência simples, quase mítica, para o de conscientização do homem como ser social, vivenciando situações-limite de opressão e perseguição (GRAWUNDER, 1995a, p. xxii).

Os comunistas foram perseguidos durante todo o período do Estado Novo, embora com maior evidência no período compreendido entre 1935 – logo após tentarem tomar o poder – até 1937, ocupando o papel social de “inimigo objetivo” na estratégia política para criação do mito de uma conspiração que extinguiu facções divergentes na sociedade brasileira.¹⁰⁵ Por longo tempo, eles estiveram associados às aberrações políticas, além de serem apontados como inimigos de valores da tradição cristã.¹⁰⁶

Portanto, quando os comunistas foram perseguidos e indicados como inimigos da nação, convertendo-se num mito negativo, foi forjado, também, outro mito, no qual o líder Getúlio Vargas tornava-se um importante símbolo da união nacional. A partir de então, a figura do ditador passou a ser idolatrada e associada à imagem de grande pai. Enfim, para que fosse louvada e glorificada a figura do ditador, tornou-se necessária a humilhação dos comunistas (CANCELLI, 1994, p. 23-24). Ricouer (2003, p. 109), observando situações como essa, vividas por cidadãos de outros países, explica que:

Lo que celebramos con el nombre de acontecimientos fundadores son esencialmente actos violentos legitimados después por um estado de derecho precario. Lo que fue gloria para unos, fue humillación para los demás. A la celebración de un lado, corresponde del otro la execración. Así se almacenaron en los archivos de la memoria colectiva heridas simbólicas que exigen curación.

¹⁰⁵ “Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma *verdadeira legenda negra* em torno da ‘Intentona Comunista’. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta, os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis (...). As vantagens embutidas na exploração propagandística da ‘Intentona’ são evidentes: tratava-se de um caso real, ocorrido no Brasil, e não de informações relativas a terras longínquas. O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido, concreto e próximo da realidade brasileira; o anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o ‘perigo vermelho’. A ‘Intentona Comunista’ possuía característica típica dos mitos modernos, a capacidade de provocar a mobilização social. Procurava-se mobilizar a sociedade contra os ‘comunistas’ por meio da advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo as supostas vilezas de 1935” (MOTTA, 2002, p. 76, grifo do autor).

¹⁰⁶ A maior parte da repressão da qual os comunistas foram vítimas deveu-se ao fato de: a) representarem uma ideologia de esquerda, que questionava as premissas do capitalismo e das lideranças que diziam ser representantes da burguesia e da nova ideologia; b) responderem às provocações e combaterem aos integralistas nas ruas; c) se organizarem internacionalmente, buscando transformar o mundo de acordo com suas concepções políticas; d) tentarem, de forma ingênua e frustrada, a tomada do poder (CANCELLI, 1994, p. 81).

Nesse contexto, por meio da construção da figura de Getúlio Vargas como líder, foram aglutinadas forças sociais, insufladas por novas estratégias que agiam sobre o imaginário social, apresentado-se como fundamentais para sua consolidação a propaganda e a doutrinação, além do terror (CANCELLI, 1994, p. 26). Para levar a termo tal projeto, o governo outorgou-se o monopólio do uso legítimo da violência e fez dela seu agente de transformação revolucionária. Assim, utilizando o terror, impôs a violência de forma total e generalizada (CANCELLI, 1994, p. 22), conforme o depoimento de Dyonélio Machado (1990, p. 89):

o totalitarismo populista, que teve como última expressão no seu tempo o nazi-fascismo, recorreu à violência para tentar vencer a Democracia, representada por todos os setores de esquerda, sob a hegemonia do comunismo. O monopólio, que se adjudicou, da mentira e da calúnia, serviu-lhe como instrumento e complementação. Dum certo modo, a calúnia e a mentira traduziam a violência na esfera espiritual, completando a sevícia moral, a sevícia material e física, tão da natureza dos fascistas de todo o gênero. A violência totalitária trazia no seu âmago a crueldade, aberração que buscava o menor pretexto para saciar-se.

Da mesma maneira, Graciliano Ramos denuncia o uso da violência no regime carcerário, no fragmento que retiramos de suas memórias:

(...) ali domina o capricho despótico, e as sentenças dos tribunais são formalidades inseqüentes: cumprem-se, e os réus se desembaraçam da culpa. Certos crimes não desaparecem nunca; um infeliz ajusta contas com um juiz e fica sujeito ao arbítrio policial. Inteiramente impossível a reabilitação, pois não o deixam em paz. E dá-se o caso de um indivíduo não querer ser solto, porque essa liberdade precária finda logo: tiram-no de uma prisão e mandam-no para outra pior. (Ramos, 2004, vol. 1, p. 304)

Sem condições de subsistir em Porto Alegre, porque Dyonélio continuava preso e fora afastado do cargo de médico psiquiatra que ocupava no HPSP, sua família mudou-se para Quaraí. Logo, Adalgisa voltou a ensinar piano. Não

encontramos comentários sobre as dificuldades de aceitação enfrentadas pela esposa e filhos do autor, assumidamente comunista, nessa cidade.

No início de junho de 1937, José Carlos de Macedo Soares, que assumira o Ministério da Justiça em 30 de maio, ordenou a libertação de muitos presos políticos sem processo formado, vítimas da repressão à Intentona Comunista de 1935, no episódio que ficou conhecido como a "macedada". Essa deliberação foi acompanhada pela suspensão do estado de guerra, que era, sucessivamente, prorrogado pelo Governo Federal desde março do ano anterior. Contudo, ao final de outubro, o estado de guerra voltou a vigorar após a divulgação, pelo governo, do Plano Cohen, um documento forjado por integralistas e membros da alta cúpula militar, contendo um suposto plano comunista para a tomada do poder no país. Na verdade, o Plano Cohen serviria de pretexto para o golpe de estado decretado por Vargas, em novembro, no qual foi instaurada a ditadura do Estado Novo.¹⁰⁷

Dyonélio, sendo um dos beneficiários da "macedada", voltou ao Rio Grande do Sul para partilhar do convívio familiar. Mas, retornando à capital, no mês de novembro do mesmo ano, preocupou-se em assegurar sua liberdade, haja vista a decretação do Estado Novo, que Skidmore conceituou como uma "versão atenuada do modelo fascista europeu" (2007, p. 52).

Tal regime – resultado de "uma criação altamente pessoal" de Vargas –, vigorou entre 1937 e 1945 (SKIDMORE, 2007, p. 54), suprimindo os direitos políticos, abolindo o poder legislativo em todos os níveis – a partir de então o poder executivo exerceria suas funções –, dissolvendo os partidos políticos e colocando como regra a censura aos meios de comunicação de massa. O governo agiu dessa maneira com o objetivo de reduzir as possibilidades de ser contestado, não exitando, inclusive, em valer-se da intimidação contra seus oponentes, conforme expõem Martins e Luca (2006, p. 63).

Com receio de ser aprisionado novamente, Dyonélio, usando o nome de Paulo Martins, viajou para Lages, em Santa Catarina, onde se refugiou, junto com

¹⁰⁷ Maneira encontrada por Getúlio Vargas para assegurar sua continuidade no poder. Portanto, segundo alguns autores – Basbaum (1962), Andrade (1988), Tota (1994) e Skidmore (2007) – o golpe de 1937 visava, impedir o desencadeamento do processo eleitoral previsto para 1938. Para esses autores, várias atitudes do presidente – apoiado por generais, ministros e governadores – foram premeditadas, desde 1935, entre elas a libertação dos comunistas, criando pretextos para que o golpe pudesse ser desfechado.

sua família, na casa de Suely Fesfugato, sogra de um primo, de acordo com as informações disponíveis em Grawunder (1997, p. 62). A família teria voltado ao Estado quando Cordeiro de Farias foi nomeado como Interventor e lhes concedeu anistia, reintegrando o médico ao seu cargo no HPSP.

Ao analisar os vínculos entre e a intelectualidade gaúcha e o Governo Estadual, Gertz (2005, p. 129) relaciona a assinatura do ato de anistia, por Oswaldo Cordeiro de Farias em favor de Dyonélio, a uma óbvia tentativa, por parte dos detentores do poder político, de atrair e cooptar até mesmo os intelectuais de posicionamento esquerdista. Da mesma forma, Pécaut sugere tal possibilidade ao escrever que

o regime sabia não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também ao referir-se a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas. Afinal, passados os primeiros momentos do Estado Novo, Vargas se gabava de ter estabelecido no Brasil a 'verdadeira' democracia, que não seria a dos parlamentos mas a que 'atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras'. (1990, p. 72)

Então, ao reduzir sua escala de observação do âmbito nacional para o estadual, no período do Estado Novo, Gertz percebe que a oposição dos intelectuais rio-grandenses foi pouco marcante ou numerosa, se comparada ao posicionamento destes em relação ao Governo Federal e à efetiva colaboração com o regime varguista, visto que

(...) os intelectuais gaúchos podiam manifestar um certo indiferentismo político ou até uma certa aversão ao regime distante, no Rio de Janeiro, sem que isso significasse uma oposição ou até uma luta concreta contra os detentores do poder estadual que se encontravam próximos deles. (GERTZ, 2005, p. 117)

Parte significativa do grupo teria adotado esse tipo de comportamento em virtude de exercer cargos de confiança em órgãos públicos.¹⁰⁸ Em acréscimo a esse dado, Gertz (2005) indica outros motivos que nos auxiliam a compreender porque vários intelectuais, concretamente, teriam assumido posições diferentes em relação ao nível federal e à situação específica do Rio Grande do Sul. Entre eles, talvez, constem: a preferência pelo Estado Novo a um eventual regime integralista; a preocupação com a desagregação dada à existência de diferentes etnias e confissões religiosas que seria evitada pela política de nacionalização;¹⁰⁹ além da influência exercida pelo pensamento católico e militante confessional sobre parte dessa intelectualidade.¹¹⁰ Contudo, se grande fração da intelectualidade rio-grandense aderiu ao Estado Novo, houve também aqueles que não estiveram claramente a ele vinculados – seja por manifestações de simpatia ou dependência profissional –, ou cujas evidências relativas ao período não esclarecem seu posicionamento.¹¹¹

Nosso personagem, porém, não pode ser listado em nenhum dos três grupos já mencionados, pois não aderiu nem se manteve alheio ao Estado Novo, tampouco tinha orientação religiosa católica. Assim, Dyonélio pode ser

¹⁰⁸ A listagem com mais de oitenta nomes de intelectuais considerados destacados, nas décadas de 1930 e 1940, apresentada por Gertz tem por referência os membros das seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Rio-grandense de Letras, escritores ligados à Editora do Globo, homens da imprensa e professores universitários (GERTZ, 2005, p. 117-118). Optamos por citar os intelectuais conforme a classificação deste autor, pois sua pesquisa deu-se em fontes datadas do período analisado, conforme registros das manifestações dos intelectuais no contexto. Portanto, se fossem consideradas manifestações críticas e contra o autoritarismo, feitas posteriormente por alguns desses intelectuais, certamente, alguns nomes seriam inseridos em outros grupos.

¹⁰⁹ Cito a listagem oferecida por Gertz, contendo nomes de intelectuais próximos ou vinculados ao regime, de acordo com a documentação na qual o historiador pesquisou, são eles: Afonso Aurélio Porto, Alberto André, Alcides Maia, Ângelo Guido, Anor Butlet Maciel, Archimedes Fortini, Ari Martins, Athos Damasceno Ferreira, Augusto Meyer, Aurélio Limeira Tejo, Carlos Dante de Moraes, Carlos de Azevedo Légori, Carlos Reverbel, Clodomir, Vianna Moog, Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Dario de Bittencourt, Deoclésio de Paranho Antunes, Edgar Luiz Schneider, Eduardo Duarte, Eydio Hervé, Emílio Kemp, Ernani Fornari, Ernesto Pellanda, Fernando Callage, Fernando Corona, Fortunato Pimentel, Gaston Hasslocher Mazon, Guilhermino César, J. P. Coelho de Souza, Lila Ripoll, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Manuel Duarte, Mário Quintana, Maurício Rosenblatt, Mem de Sá, Miguel Tostes, Moisés Vellinho, Nilo Ruschel, Olinto Sanmartin, Oswaldo Vergara, Otelo Rosa, Paulo de Gouvêa, Pedro Vergara, Reynaldo Moura, Telmo Vergara, Vargas Netto, Walter Spalding (GERTZ, 2005, p. 120-125).

¹¹⁰ Em relação aos católicos fervorosos, que embora possuíssem eventuais divergências com o regime, ainda assim, não o contestaram, podemos citar os seguintes nomes: Adroaldo Mesquita da Costa, Aldo Obino, Álvaro Magalhães, Armando Câmara, Armando Dias de Azevedo, Damaso Vieira da Rocha, Fábio de Barros, Francisco Machado Carrion, Jacy Tupi Caldas, Luiz Gonzaga Jaeger, Mário Totta, Raul Moreira, Ruy Cirne Lima.

¹¹¹ Fernando Caldas, Francisco de Leonardo Truda, Gilda Marinho, João Pinto da Silva, Leopoldo Bettioli, Paulo Correia Lopes, Raul Bopp, Rivadávia de Souza, Theodomiro Tostes e Tiago M. Würth (GERTZ, 2005, p. 127).

classificado como integrante do pequeno grupo que assumiu posições críticas, no qual podemos ainda alocar, segundo Gertz (2005, p. 128-135), Raul Pilla, Augusto Gonçalves de Souza Júnior, Cyro Martins e Ivan Pedro Martins, Pedro Wayne, Justino Martins, Otto Alcides Ohlweiler e, em certa medida, Erico Verissimo.¹¹²

No contexto específico rio-grandense, tais intelectuais, classificados como contestadores do regime e vítimas de diferentes tipos de censura, silenciaram, algumas vezes, em situações desfavoráveis. Entretanto, cabe mencionar que, mesmo assim, eram tolerados e conviviam pacificamente com o poder político estadual, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

¹¹² Os posicionamentos de Erico Verissimo são destacados por Gertz (2005, p. 131-135), que, ao final da exposição, sintetiza-os da seguinte maneira: “apesar do contexto autoritário e das eventuais restrições feitas por Erico Verissimo a essa situação, ele nunca foi um crítico mais mordaz nem pessoal dos detentores do poder estado-novista no Rio Grande do Sul. De sua parte, essas autoridades não deixaram de reconhecer sua importância como escritor e lhe tributaram respeito e reconhecimento” (GERTZ, 2005, p. 134-135).

4 O INTELLECTUAL E O IDEAL: DO ESTADO NOVO À REDEMOCRATIZAÇÃO

(...) todo intelectual, ao mesmo tempo que abomina a mentalidade reinante dentro dos partidos políticos, está constitucionalmente preparado pela luta pelo Ideal. De resto, é o que os caracteriza: o Ideal. As vezes mesmo são depreciados como 'idealistas'. Na planície humana onde se acham em minoria, são considerados homens marginais, fracassados, imprestáveis, exatamente porque tomaram o partido de Dom Quixote, em contraposição ao de Sancho Pança.

Aos que se acharem no dever de me objetar, eu apenas lembro que, em todas as épocas, a Revolução representou, sempre, a soma dos Ideais. Por isso é que ela contou em seu seio com Sócrates, Rousseau, Lênin, que tão bem representam a nova Ordem e o Futuro. E é por isso que me surpreende que indivíduos que, iguais às abelhas, se nutrem do néctar do Ideal, dêem as costas a esse Ideal; e ao néctar, que é a sua dieta apropriada, prefiram a gamela gorda das comodidades burguesas. Pelo seu teor nutritivo, a gamela não alimentará mais do que os corpos, - de indivíduos que tanto valiam pelo espírito...

Eu, que me tenho como ignorante, sei porém tudo quanto se possa dizer em contrário do que afirmo. Para começar, vai-se entrar no mérito do Ideal a que sirvo. Será ele verdadeiro? O nosso século vive sacudido por tantas teorias, que fica difícil a um pobre sujeito atinar com a única exata. É certo isso. Mas, para alcançar a Verdade, nada mais carece ao pobre diabo do que lançar-se à corrente da História. Ela o levará no bom caminho, até a meta certa. (MACHADO, 1990, p. 133)

A Carta Constitucional, em vigor desde 1937, instituía a censura prévia e advertia, inclusive, quanto à possibilidade de intervenção das autoridades que poderiam proibir a circulação, a difusão ou a representação de qualquer material que fosse censurado. Nos anos de 1938 e 1939, as direções dos jornais, colocadas sob vigilância, temiam sofrer represálias ou ser fechadas, devido à intolerância dos agentes da censura, caso cometessem alguma infração. Dyonélio, que já havia sido vítima da violência do regime, certamente, também

evitou expor-se, e procurou retomar suas atividades habituais como profissional da área médica, o que ocorreu, no entanto, sem que ele alterasse seus posicionamentos. Nesse sentido, mesmo no período posterior a sua anistia, constatamos que ele deixou de publicar nos jornais, e aventamos que o distanciamento da imprensa esteja relacionado às disposições constitucionais sobre a censura.

Poderíamos definir tal período como um “tempo de silêncio” para Dyonélio, pois, durante alguns anos, deixou de manifestar suas idéias políticas e de publicar artigos para a imprensa e mesmo obras literárias. Todavia, esse seu silêncio não significa que tenha se afastado de sua vida social e de sua função de intelectual.¹¹³ Desse modo, cabe referência a um episódio ilustrativo no qual lhe foi conferida uma homenagem, no ano de 1938.

Um jantar oferecido, no Hotel Carraro, a finalidade de homenagear e comemorar a reintegração de Dyonélio ao cargo de médico chefe de divisão no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), conforme noticiaram o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias* e a *Revista do Globo*, no mês de outubro de 1938.¹¹⁴ A organização do evento esteve a cargo de uma comissão formada pelo professor Thomaz Mariante, pelo desembargador Erasto Roxo de Araújo Corrêa, pelos médicos Odone e Nino Marsiaj, e pelo escritor Erico Verissimo. A homenagem foi proferida pelo médico Rubens Maciel, que mencionou, além da atuação médica, a obra literária e as atividades intelectuais de Dyonélio, a quem coube, em seguida, agradecer brevemente. As notas divulgadas na imprensa não fornecem

¹¹³ Segundo Gertz (2005, p. 128-129), Raul Pilla pode ser identificado, dentre os intelectuais rio-grandenses, como aquele que, de fato, cultivou voluntária e sistematicamente o ostracismo durante o período do Estado Novo. Outro intelectual que teria silenciado durante esse período, embora dedicando-se em primeiro plano a sua atividade literária, é De Souza Júnior.

¹¹⁴ Os três meios de comunicação divulgaram o evento, embora de maneiras diferentes. No *Correio do Povo*, encontramos duas notas breves da “Homenagem ao Dr. Dyonélio Machado”, uma no dia 11 out. 1938, quando ocorreu a homenagem (citando os nomes daqueles que se fariam presentes), e outra, no dia seguinte, contendo uma fotografia, sem identificação das pessoas. Também, o *Diário de Notícias*, no dia 12 out. 1938, divulgou, sob o título “Homenageado por um grupo de amigos o Dr. Dyonélio Machado”, uma notícia que continha os nomes dos participantes. Já a *Revista do Globo*, de acordo Till (1995, p. 142), teria conferido maior destaque à homenagem, visto que destinou uma página ao assunto, incluindo seis fotografias legendadas na sua edição de n. 239, datada de 29 out. 1938, p. 33.

referências à quantidade de pessoas que compareceram ao jantar. Contudo, fizeram-se presentes médicos, professores, homens da imprensa e escritores.¹¹⁵

Embora não tenhamos localizado, nas fontes, debates em que Dyonélio Machado tenha se inserido – pois como já dissemos, ele manteve-se em silêncio ao longo desses anos –, achamos relevante abordar questões relacionadas aos intelectuais e sua relação com a política do Estado Novo, manifestada através dos meios de comunicação. Segundo Gomes (2007, p. 46-47), o envolvimento de intelectuais com o Estado Novo tem sido interpretado de formas variadas. O tema apresenta-se complexo e instigante, em razão de que

para se compreender essa dinâmica e o sentido da categoria cooptação, é relevante reconhecer o interesse e até a necessidade de um regime estabelecer contatos com o meio intelectual. Do mesmo modo, é interessante e necessário, para os intelectuais, participar de um novo espaço político que a eles se abre, oferecendo tanto oportunidades de tipo financeiro como de prestígio sociocultural. Isto é, essa é uma relação de mão dupla cheia de possibilidades diferenciadas, sendo fundamental atentar para vários pontos, tais como: o 'lugar' do aparelho de Estado que demanda a colaboração dos intelectuais; a política que está sendo implementada; e o tipo de participação solicitada. Nesses contatos, portanto, uma variada gama de aproximações, distanciamentos e negociações pode se estabelecer, fazendo com que intelectuais, mais ou menos simpáticos a um regime, possam ser cooptados, ou seja, possam negociar as margens de liberdade, já que a aberta e radical oposição nunca é possível. (GOMES, 2007, p. 47)

Vimos que, no Brasil, desde a República velha, a relação entre os intelectuais e o poder público fora bastante estreita. A oposição por parte de um intelectual a um regime autoritário, conforme afirma a historiadora, é praticamente impossível. Para aqueles que se propuseram a tanto, houve a prisão, o exílio, a desmoralização, a censura, o obscurantismo ou o isolamento, como podemos

¹¹⁵ Nas fontes, foram citados entre os participantes A. S. Mascarenhas, Ademar César, Aldo Chaves, Almir Alves, Álvaro Barcellos Ferreira, Álvaro Santana, Antonio Azambuja, Antonio Chaves Jacob, Antonio Silveira Cabeda, Apparício Maciel, Arlindo Pasqualini, Athos Damasceno Ferreira, Batista Hoffmeister, Breno Salgado Martins, Bruno Marsiaj, Carlos Barbosa, Carlos Osório Lopes, Celso Papaléo, Cleto Duarte, Corrêa Meyer, Damaso Rocha, De Souza Júnior, Décio de Souza, E. J. Kanan, Ernesto Braga, Eurico Pitta Pinheiro, Florêncio Ygartua, Francisco Matoso, Gabino da Fonseca, Gaughan Filho, Helmut Weinmann, João Vargas Amaral, Lúcio Soares Netto, Luiz Barata, Luiz Ciulla, Manoel Postiga, Mario Teixeira de Carvalho, Martim Gomes, Maurício Rosenblatt, Nestor Barbosa, Paulo Louzada, Pedro Pereira, Rafael Cabeda, Talalaia de Moura, Zeferino Bittencourt.

observar na trajetória de nosso biografado. Esta pode ser a explicação para o assinalado silêncio de Dyonélio, que, receoso quanto à novas represálias, mas convicto de seus ideais, provavelmente, preferiu manter-se à margem dessas complexas negociações.

Em âmbito regional, é importante referir a criação do Comitê Intelectual Pró-Estado Novo no Rio Grande do Sul, do qual participaram, entre outros: Erico Verissimo, Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Telmo Vergara e Limeira Tejo (GERTZ, 2005, p. 133). A organização desse movimento tinha como principal objetivo popularizar e defender o regime autoritário, através de palestras transmitidas pelas emissoras radiofônicas.

Todavia, salientamos que, além disso, a imprensa passou a funcionar, gradualmente, “como importante sustentáculo do Estado no seu esforço de auto-justificação e legitimidade” a partir da promulgação da Constituição de 1937 (GOULART, 1990, p. 49). Certamente, esse é o motivo pelo qual encontramos diversos artigos de intelectuais, dispostos na página literária do *Correio do Povo*, argumentando favoravelmente ao regime, defendendo as políticas adotadas, retratando Vargas como um herói nacional e convidando os brasileiros a se tornarem “novos homens”, conforme a ideologia do Estado Novo.

Um fragmento extraído de artigo de José Maria Bello informa sobre a adoção do corporativismo no Brasil, defendendo-o. Bello entende que se trata de uma maneira de o Estado elevar-se – colocando todas as corporações sob seu controle –, e tornar-se uma super corporação, capaz de assistir e proteger todas as demais. Nessa perspectiva,

o novo Estado brasileiro, abandonando embora as fórmulas clássicas do liberalismo político e econômico, cujo precário conteúdo os nossos imprevidentes políticos entornaram, não afetou as linhas capitais da estrutura democrática e federalista do país. Se a concentração de poderes políticos nas mãos do presidente da República obedeceu á [sic] imperiosa contingência do momento, a organização da economia nacional sobre bases preparatórias do corporativismo pode e deve facilitar a obra, há tanto tempo exigida, de melhor articulação do trabalho nacional. (...) o corporativismo é uma forma como a lógica de Aristóteles; a ação construtiva e enérgica dos homens lhe dará substância. Creio que será este o sentimento da grande maioria dos brasileiros: um ato de confiança nos seus dirigentes, entregando-lhes uma ferramenta nova de ação e eficiência mais rápidas.¹¹⁶

Outro artigo selecionado por nós, que divulga a coletânea de discursos pronunciados por Getúlio Vargas e que foram reunidos sob o título *A nova política do Brasil* (1938). Nele, Azevedo Amaral apresenta o então Presidente como um homem “predestinado” a tornar-se “guia da evolução” de sua nação. Segundo o autor, apenas mediante a influência de “personalidades exponenciais de cada povo”, as nações adquiririam a consciência nacional e a percepção da sua realidade. Portanto, o Brasil, graças à liderança de Getúlio Vargas, encontraria-se na fase inicial desse processo de conscientização, que, conforme sua avaliação, estava mais avançada em outros países. Nesse sentido, define o Estado Novo como “a expressão concreta da obra realizada pessoalmente pelo presidente Getúlio Vargas durante os últimos nove anos, em que o destino lhe deu entre nós uma situação, na qual jamais se encontrará outro brasileiro”.¹¹⁷

Finalmente, num terceiro artigo, o qual julgamos pertinente destacar, Renato Costa critica os favorecimentos políticos, a corrupção e a burocracia, decorrentes das práticas coronelistas em voga na República Velha, e aponta benefícios decorrentes da extinção dos partidos políticos em 1937, evitando-se, assim, “‘intermediários’ entre os governos e os interesses legítimos do Estado”. Dessa maneira,

¹¹⁶ BELLO, José Maria. O velho e o novo Estado brasileiro: organização corporativista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 maio 1938, p. 5.

¹¹⁷ AMARAL, Azevedo. A consciência do Brasil novo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 out. 1938, p. 5.

a inesperada extinção dos partidos políticos que o novo regimen [sic] do 'Estado autoritário implantou em novembro de 1937', veio facilitar o reajustamento dos quadros funcionais e permitir que o poder público, liberto dos famosos 'compromissos' partidários faça a revisão de todos esses quadros, sob as exclusivas inspirações das necessidades do Estado.

(...) Encerrou-se afinal, o ciclo de uma era nefasta, em que predominava somente o facciosismo [sic] sectário com o alheamento absoluto das forças criadoras da nacionalidade.¹¹⁸

É provável que, ao colaborar com o regime autoritário, alguns intelectuais tivessem outros interesses. Talvez visassem, basicamente, a assegurar uma posição de destaque, um cargo, ou seu espaço na imprensa. De fato, o Governo de Vargas preservou ampla liberdade de criação para os intelectuais, sobretudo àqueles que estavam ao seu serviço (PÉCAUT, 1990, p. 72). Após elencar as obras publicadas em 1938, Martins (1978, v. 7, p. 122) oferece a seguinte apreciação sobre a interferência do governo na produção intelectual: "Vê-se que, se o Estado Novo estava 'oprimindo' a vida intelectual, não era certamente no campo da historiografia, nem ao que parece, em outras modalidades de ensaios e estudos científicos (...)". Ao evidenciar que o governo e os intelectuais estavam mutuamente comprometidos, Pécaut (1990, p. 73) afirma que, "se os intelectuais aderiram a uma 'ideologia do Estado', o Estado aderiu a uma 'ideologia da cultura', que era também a ideologia de um governo 'intelectual'".

Junto aos textos de intelectuais que procuravam auxiliar no processo de legitimação do Estado Novo, ganham espaço outras reflexões, as quais são pertinentes para este estudo. São exemplares, nesse sentido, os debates sobre a função e a atuação dos intelectuais, além da produção literária, da importância da educação e da cultura para o país, introduzidos, no Estado, por Fernando Callage e Mario Pinto Serva, que, então, residiam em São Paulo.

Callage defendia que os intelectuais tinham como missão orientar a sociedade e as massas, preocupando-se com as transformações políticas e sociais, saindo da torre de marfim. Segundo ele, "um dos nossos grandes males" seria a preponderância da "desordem intelectual", o que pode ser indicativo de

¹¹⁸ COSTA, Renato. A technica política do Estado Novo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1938, p. 5.

que não concordava com o posicionamento de alguns intelectuais que se opunham à ideologia governista. Assim, em sua compreensão,

resulta deste triste estado em que temos vivido que o intelectual, em vez de prestar um grande serviço ao país com sua cultura, é pelo contrário, um ser nefasto ao progresso, e à ordem da nossa sociedade. Como demonstração dessa verdade incontestável, vemos que a propaganda bolchevista entre nós, é para obra de alguns intelectuais desordenados que não tendo um seguro caminho para ser úteis a seu país sobre base certa, procuram nos processos mais indignos e mais cavilosos, levar a intranqüillidade, não só nos meios proletários, como nos meios estudantis, porque sabem que num país sem ordem intelectual, é fácil de infiltrar as idéias mais absurdas e menos de acordo com o espírito do seu povo, porque 'a vida política do país se desenrola completamente à revelia dos programas e das idéias'.¹¹⁹

Fernando Callage parece estar desapontado com o grupo do qual faz parte, já que há indícios, em suas afirmações, de que os intelectuais não estariam cumprindo sua função, como ocorre, por exemplo, quando analisa a produção literária do período. Para ele,

a função social do escritor, do intelectual, que em outros meios é um fator, preponderante de ordem, de disciplina, de educação, de moralidade, no Brasil, é um fator intranqüilo, de propagação de todos os princípios que relaxam os nossos costumes e que afrouxam a nossa moral. Basta um simples olhar pelo que se publica atualmente em matéria literária para se ter uma noção exata de nossa triste realidade. Os que a defendem afirmam que sendo gosto do público o romance pornográfico, a notícia de escândalos no jornal, a revista de trocadilhos torpes e canalhas, é necessário que se escreva conforme o gosto do uso corrente. Mas todo intelectual que é no fundo um educador, não deveria pensar assim; deveria, sim, procurar elevar o nível mental e moral das massas, fazel-as [sic] trilhar outros caminhos, outros rumos, outras diretrizes [sic].¹²⁰

É possível que essa análise, bastante pessimista, decorra do fato de Callage considerar todos os escritores como intelectuais. Não concordamos com

¹¹⁹ CALLAGE, Fernando. Desordem intelectual brasileira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 maio 1938, p. 5.

¹²⁰ CALLAGE, Fernando. Desordem intelectual brasileira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 maio 1938, p. 5.

essa definição tão ampla, uma vez que segundo a discussão feita no primeiro capítulo, nem sempre o homem de letras será um intelectual. Lembramos que, na conceituação que apresentamos, este é um indivíduo que se engaja na vida da cidade, possui um saber específico e abraça a responsabilidade da intervenção política pelo bem da coletividade.

Observamos, no seu texto, a adesão ao “catolicismo social” (MARTINS, 1978, v. 7, p. 126). Segundo ele, os intelectuais deveriam preocupar-se com o “problema social, a recristianização das massas, pela situação dos que sofrem calados à sua dor, ao seu martírio, à sua luta em prol de um ‘standart’ melhor de vida” a fim de cumprir sua função, que “não é de mero espectador, é de cooperar, também com os seus nobres esforços e com a sua cultura, para que a sociedade se encaminhe para um futuro melhor e mais digno”.¹²¹

Ao mesmo tempo em que Callage argumentava que os intelectuais não estavam cumprindo sua função para que houvesse a modernização da nação e a instrução das massas, Serva evocava a herança colonial luso-espanhola, a fim de explicar o atraso na América Latina e no Brasil. Nessa perspectiva, afirmava que:

Precisamos os brasileiros adquirir a mesma mentalidade dos ingleses, dos franceses, dos alemães, dos japoneses, dos americanos, a mentalidade positiva dos grandes povos modernos, e precisamos acabar com essa mentalidade colonial que herdamos dos nossos antepassados, e como a vemos estampada, nos países ibéricos e nas nações da América Latina.¹²²

Antes disso, Sérgio Buarque de Holanda, procurando no passado do país elementos que permitissem sua emancipação, publicou *Raízes do Brasil* em 1936. Nessa obra, o autor já havia mencionado a herança Ibérica do Brasil, embora situasse as diferenças entre a colonização portuguesa e a espanhola.¹²³ O autor afirma que,

¹²¹ CALLAGE, Fernando. O intelectual moderno e a vida da sociedade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 jan. 1939, p. 5.

¹²² SERVA, Mario Pinto. O intelectualismo necessário no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 abr. 1938, p. 5.

¹²³ De acordo com Holanda (1987, p. 62), a colonização espanhola caracterizou-se pela “aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras

no caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (Holanda, 1987, p.11)

Estabelecendo uma comparação que considerou as oportunidades oferecidas às crianças brasileiras e às norte-americanas, Serva concluiu que o progresso alcançado pelos Estados Unidos estava relacionado ao sistema educacional do país, que proporcionava, além da alfabetização, uma “cultura científica” a toda sua população. A partir dessas considerações, ressaltava a necessidade de investir na educação do povo brasileiro, argumentando que

o que é preciso, pois, no Brasil, é uma elaboração intelectual intensa em virtude da qual realizemos toda a evolução mental que antes de nós realizaram os anglo-saxões e nos ponhamos em dia com esse alto nível mental generalizado a todas as classes em que eles se encontram. Tal o problema brasileiro. Ou por outra o problema do Brasil consiste em alfabetizar por completo todas as suas classes sociais e dar uma cultura positiva a todos os brasileiros.

O nosso intelectualismo ou a nossa literatura sofreram muito a influencia ancestral da nossa raça, e não souberam agir como uma força dinâmica para a transformação do nosso país e da nossa raça. O grande problema nacional é a saúde e a educação do nosso povo.¹²⁴

Constata-se, ainda, que a educação defendida por Serva era bastante ampla, abrangendo, tanto a dimensão mental quanto a física:

O que devemos aspirar para o nosso povo é a plena virilidade da raça. Os brasileiros precisam ser homens, homens completos, homens na mais ampla acepção da palavra, dotados de uma integral capacidade mental e de perfeito vigor físico.¹²⁵

conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados”. Já “a obra realizada no Brasil, pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização” (Holanda, 1987, p. 73-74).

¹²⁴ SERVA, Mario Pinto. A renovação intelectual dos brasileiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 maio 1938, p. 5.

¹²⁵ SERVA, Mario Pinto. O novo intelectualismo brasileiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 maio 1938, p. 5.

Divergindo das idéias e dos dados apresentados por Serva, Holanda julgava que a alfabetização em massa não seria uma condição obrigatória para alcançar a “cultura técnica e capitalista” norte-americana. Assim, o “ideal de cultura”, bastante admirado por intelectuais brasileiros que defendiam sua implantação, era contestado por ele, que defendia a seguinte opinião:

(...) a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem par. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego. (Holanda, 1987, p. 124)

Devido às posições que assumiu em *Raízes do Brasil* (1936), Holanda pode ser citado como um dos primeiros intelectuais brasileiros que abandonaram a “posição ‘ilustrada’, segundo a qual cabe a esclarecidos, intelectuais, políticos, governantes administrar os interesses e orientar a ação do povo” (CANDIDO, 1987, p. li). Ele sugeriu que o povo, buscando suas raízes no passado, se tornasse agente consciente não de uma ruptura, mas de um processo revolucionário e democrático.

Discordando dos postulados de Holanda, Callage acreditava que os intelectuais deveriam ser os “mentores” do povo e procurava conscientizá-los de sua função, enquanto Serva defendia a construção de escolas e a alfabetização das massas. De acordo com este último, apenas a cultura poderia resolver os problemas brasileiros, tanto individuais quanto coletivos. Com base nessa breve recuperação de um dos debates travados entre intelectuais, constatamos que os mesmos apresentavam inquietações no que se referia ao futuro do país.

Ainda no ano de 1939, a *Revista do Globo* publicou uma reportagem sobre a produção literária no Estado. Na oportunidade, Justino Martins citou Dyonélio Machado e Erico Verissimo como nomes exponenciais da ficção no Rio Grande do Sul. Segundo ele, excetuando-se esses escritores, no Estado, todos pensavam que havia apenas ensaístas, dentre os quais destacavam-se: Augusto Meyer, Carlos Dante de Moraes, Manoelito de Ornelas e Paulo Arinos (Moysés Vellinho). Todavia, a revista noticia a provável publicação de seis romances durante 1939, o que caracterizaria “um grande movimento de renovação, ganhando o romance

brasileiro algo de novo com a colaboração inteligente e capaz dos seus homens de letras”.¹²⁶ Os romancistas postos em evidência pela reportagem são: Reynaldo Moura, Darcy Azambuja, Cyro Martins, Viana Moog, Telmo Vergara, De Souza Junior, Mario Quintana, Erico Verissimo e Marcos Iolovitch.

No início do ano de 1940, o nosso personagem concede uma entrevista cujo título é sugestivo: “Dyonélio Machado quebra seu silêncio”. A mesma contém, mais impressões do entrevistador sobre o entrevistado do que o registro de suas falas, centradas em questões literárias e psicanalíticas, embora as primeiras tenham recebido mais ênfase na editoração. Na oportunidade, Dyonélio ao ser questionado sobre a ética profissional dos médicos literatos, que empregavam suas experiências profissionais na criação de obras literárias¹²⁷, fez as seguintes ponderações:

Geralmente, ao que estou informado, os romancistas que mais utilizam a medicina nos seus enredos, são os leigos. Acho que isso é um mal, porque o público, nem sempre sabe se o autor é médico ou não. Mas quando se trata de um médico, até certo ponto, não vejo inconveniência alguma no fato dele utilizar suas experiências de consultório na composição de um romance... A medicina é uma profissão como qualquer outra.¹²⁸

Justino Martins, nessa entrevista, oferece ao leitor dois retratos de Dyonélio Machado. O primeiro, obtido a partir dos relatos dos seus amigos, mostra como alguém que não gosta de ser encontrado e tampouco de conceder entrevistas, “um poço” impenetrável, cercado por uma “nuvem de mistério”. No entanto, as próprias impressões de Martins definem-no – num segundo retrato – como um homem receptivo, sereno, de pensamento ágil e disposto a falar, embora “seco”. A referida entrevista permitiu certa publicidade ao entrevistado,

¹²⁶ MARTINS, Justino. O ressurgimento da literatura no Rio Grande do Sul: 1939 será o ano áureo da ficção entre nós. *Revista do Globo*, n. 252, Porto Alegre, Globo, 27 maio 1939, p. 48-51.

¹²⁷ Cléber Eduardo Karls analisa, justamente, a literatura ficcional de Dyonélio Machado como uma extensão da realidade, ao estabelecer relações entre os prontuários de pacientes deste médico no HPSP e o romance *O Louco do Catí*, publicado em 1942. KARLS, Cléber Eduardo. “A arte imita a vida: literatura e realidade em Dyonélio Machado”. In: Simpósio Internacional de História. *História e multidisciplinaridade: Caderno de resumos* [do] 24.º Simpósio Internacional de História. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 29.

¹²⁸ MARTINS, Justino. Dyonélio Machado quebra seu silêncio. *Revista do Globo*, n. 268, Porto Alegre, Globo, 27 jan. 1940, p. 44-45, 58.

que mencionou seu projeto para um futuro romance e foi definido como um intelectual. Notavelmente, a partir desse momento, foi lembrado e citado com maior frequência, recebendo convites para publicar contos e artigos em jornais e revistas, como o conto “Ronda das gotas”¹²⁹, que a *Revista do Globo* publicou.

No ano seguinte, 1941, Dyonélio adoeceu. Para ele, o período marcado pela violência do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial foi associado a sua experiência de encarceramento, então lembrada. Dessa situação, em que permaneceu por vários meses, resultou a criação de um romance, cujo enredo foi constituído com base nas vivências do autor. Assim,

O Louco do Cati foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito da minha mulher, que era igual ao grito das mulheres que cujos maridos estavam morrendo e, eu como médico sabia disso. Eu reagi contra a morte. *O Louco do Cati* tem muito da experiência da prisão... Se tem, se tem... Utilizei minhas vivências nesse período (preso político de 1935 a 1937, abalado da prisão e escrevi o romance em 1941) não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. (MACHADO, 1995, p. 28)

No convalescimento da cardiopatia, Dyonélio ditou para sua esposa *O Louco do Cati*.¹³⁰ Os amigos Cyro Martins e Lila Ripoll, ambos nascidos na cidade de Quaraí e escritores, digitaram o romance. O grupo editorial da *Revista do Globo* noticiou o processo de criação literária, bastante incomum no Brasil, no qual se ditava a narrativa. Justino Martins, responsável pela reportagem, sugere, na legenda de uma das fotos, que a doença foi prolongada para que o registro do

¹²⁹ MACHADO, Dyonélio. Ronda das gotas. *Revista do Globo*, n. 269, Porto Alegre, Globo, 17 fev. 1940, p. 56-57.

¹³⁰ O romance “narra a história de um personagem sem nome e apenas conhecido apenas como ‘o Louco’, ocorrida no Brasil em meados das décadas de 1930 e 1940. Durante a narrativa, o Louco, que desempenha o papel de protagonista, realiza uma viagem com um grupo de desconhecidos, todos ativistas políticos, dos quais faz parte Norberto. Na companhia deste, o Louco passa por uma série de situações de violência patrocinadas por órgãos estatais ligados ao regime getulista. Em meio a tais eventos, emergem da memória do protagonista lembranças da sua infância, vivida em Quaraí (...). Perpassa essas lembranças um sentimento de medo relacionado ao quartel do Cati. O local, situado na região da campanha, era uma base de apoio ao Partido Republicano Rio-Grandense na época da Revolução Federalista e tornou-se famoso pelas práticas de violência que eram cometidas contra os indivíduos em suas dependências – torturas, assassinatos, estupros –, sob a liderança do general castilhistas João Francisco Pereira de Souza” (BARBOSA; STUMPF, 2007, p. 69).

romance pudesse ser concluído, o que não pareceria improvável, considerando a rotina profissional do personagem e o seguinte depoimento:

(...) eu era um doente grabatário, impossibilitado de qualquer esforço físico. Mesmo o meu ditado interrompia-se tão pronto eu dava mostras de sofrimento. E, com o cuidado do doente e da casa, Adalgisa apenas podia dar-me esse valioso auxílio um tanto intermitente, pois que não lhe sobravam vagares. A filha tinha seus estudos. Assim, a tarefa demandou tempo, paciência e um entusiasmo discreto quando se esboçou uma melhora, anunciadora dum restabelecimento da saúde. (MACHADO, 1995, p. 29)

Todavia, os dados disponíveis na ficha funcional de Dyonélio indicam que, verdadeiramente, as crises de cardiopatia tornaram-se freqüentes após 1941. Deduzimos que esse tenha sido o motivo pelo qual ele apresentou inúmeros laudos de inspeção de médica, e foram-lhe concedidas várias licenças para tratamento de saúde.

Novamente, como acontecera com *Os Ratos* (1935), Dyonélio concebia outro romance, “imaginado numa outra doença, há cerca de três anos”¹³¹, período que coincide, aproximadamente, com sua libertação da prisão e fuga para Lages. Mas que doença seria essa que ele menciona? Talvez se referisse à sua própria neurose ou ao medo de ser perseguido outra vez, hipótese que não podemos desconsiderar. O fato é que nosso biografado criava seus romances, imaginava as personagens e os detalhes que comporiam o enredo e, somente depois de algum tempo os redigia. Esse procedimento literário o levaria a fazer a seguinte afirmação: “Não compreendo que se possa levar menos de anos para se conceber um romance, e mais de poucos dias para escrevê-lo”.¹³²

Quanto à manifestação da crítica sobre o romance, cabe dizer que, novamente, esta foi tardia e, em parte, negativa. Datam de 1944 as apreciações de Moysés Vellinho e de Álvaro Lins¹³³ sobre os livros de Dyonélio. Vellinho, como crítico conceituado, manifesta-se somente quando não é possível permanecer ignorando o escritor e sua obra. Segundo o crítico, nas obras

¹³¹ MARTINS, Justino. Um livro escrito na cama. *Revista do Globo*, n. 305, Porto Alegre, Globo, 11 out. 1941, p. 32-33, VI.

¹³² MARTINS, Justino. Um livro escrito na cama. *Revista do Globo*, n. 305, Porto Alegre, Globo, 11 out. 1941, p. 32-33, VI.

¹³³ Não conseguimos localizar as críticas literárias de autoria de Álvaro Lins referentes às obras e ao escritor Dyonélio Machado.

literárias de Dyonélio, é ele quem “ocupa em pessoa, ainda que às vezes não o pareça, a maior parte deles, entremostrando-se, a cada passo, na conduta ou no pensamento de seus personagens” (VELLINHO, 1960, p. 70). Rejeitando *O Louco do Cati*, Vellinho acusa o autor de trazer períodos atravancados, de faltar com a clareza e a disciplina, de ter estilo monótono e de empregar uma linguagem descuidada. Assim, o crítico repudia as inovações contidas no romance, que a trama parece-lhe inconsistente.

A repercussão crítica desvantajosa desse romance causou no autor sentimentos de insatisfação e aborrecimento e, talvez, frustração. Comentando a crítica de Vellinho, ele demonstra seu desgosto pelo fato de que este o via em todos os seus personagens, fazendo-o um “desgraçado” (MACHADO, 1995, p. 44). Posteriormente, Dyonélio relatou, em entrevista a Steen (1981, v. 2, p. 132), que foi levado a “polemizar pelo jornal. Atitude que nunca mais assumiria, porque era perder tempo. Um crítico do Rio [Álvaro Lins] condenou muito o livro por falta de técnica, que para ele era privativa do romance...”. No entanto, não encontramos a resposta de Dyonélio a tal apreciação.¹³⁴

Contudo, outros escritores esboçaram opiniões favoráveis acerca da obra, como é o caso de Vianna Moog e Mario de Andrade, os quais enviara-lhe cartas, limitando-se a estimar e aplaudir *O Louco do Cati*¹³⁵, romance que “morde e marca”, deixando o leitor, inquieto, a sentir uma “espécie de dor”.¹³⁶ A correspondência entre Dyonélio e Paulo Medeiros e Albuquerque revela que este também redigiu crítica favorável ao livro, embora nenhum dos correspondentes tenha guardado cópia do texto ou referência do periódico no qual fora publicado. Foram positivas, ainda, as declarações feitas por Guimarães Rosa, mesmo que dezoito anos após a edição. Rosa considerou a obra um dos melhores livros que leu, merecedor, inclusive, de um Prêmio Nobel, que lhe seria concedido caso fosse escrito em outro idioma.

Em outra entrevista, na qual o assunto da crítica literária da obra igualmente entrou em pauta, Dyonélio sintetiza-o do seguinte modo:

¹³⁴ Embora desgostoso em relação à crítica formulada por Vellinho, Machado não se manifestou na imprensa sobre ela. Sua atitude defensiva foi adotada em relação à crítica de Lins. O debate foi publicado, provavelmente, na imprensa carioca, para a qual Machado contribuíra na década de 1930, no período em que residiu no Rio de Janeiro, durante seu curso de especialização.

¹³⁵ MOOG, Vianna. Carta a Dyonélio Machado, em 15 maio 1942. ALDYM.

¹³⁶ ANDRADE, Mario de. Carta a Dyonélio Machado, em 18 out. 1944. ALDYM.

Alguns [de meus livros], como *O Louco do Cati*, chegaram a ser recebidos como uma coisa que não devia ter vindo a público, disseram que não tinha nada que se pudesse aproveitar, inclusive como técnica. Foi assim, de um modo geral, que a crítica o recebeu. A crítica favorável não conseguiu criar uma atmosfera contrária, porque foi uma crítica de boca, de orelha ou de cartas. Algumas destas vieram a público, como as declarações de Guimarães Rosa, depois que ele morreu. Mas quando isso saiu, as demais pessoas ao estavam mais ligadas ao livro, ou seja, aquele teor afetivo que poderia atrair ou repelir o livro, já tinha desaparecido. (...) Posso dizer que *O Louco do Cati* foi muito bem recebido pelos poetas e pelos poucos jovens que entraram em contato com o livro.¹³⁷

Na avaliação de Deonísio da Silva, o livro

(...) é narrado de um modo muito curioso, absolutamente inédito para os padrões da época. Talvez resida aí a razão da cara feia com que a crítica o viu naquela longínqua década. Oferece ainda ao leitor uma linguagem descontraída, fluente, sempre integrada na ação coerente com ela e embutida habilmente na estrutura do livro. Alguns dos procedimentos narrativos adotados por Dyonélio Machado só muito mais tarde foram incorporados pela literatura hispano-americana, que chegou até nós via Paris. (Por exemplo, o elemento fantástico: o cachorro-homem do final).¹³⁸

Justino Martins entra em contato com Dyonélio, encontrando-o, possivelmente, angustiado pela espera dos comentários críticos acerca de seu romance. Na oportunidade, o editor planejava incluir um dos contos do livro *Um pobre Homem* num exemplar da *Revista do Globo*. Assim, “Noite de acampamento” foi republicado em 1942.¹³⁹ Nele, o autor narra a morte do ditador Solano Lopes, no último episódio da Guerra do Paraguai. Entretanto, a polícia, a revelia do que o escritor quisera expor, interpretou que o conto objetivava denegrir

¹³⁷ COSTA, Flávio Moreira. Grandezas e misérias de Dyonélio Machado, o centauro dos pampas. *Escrita*, n.7, São Paulo, 07 mar. 1976, p. 3-5.

¹³⁸ SILVA, Deonísio da. Pouco lido, mas genial!. *Zero Hora*, Porto Alegre, 02 ago. 1980.

¹³⁹ MACHADO, Dyonélio. Noite de acampamento. *Revista do Globo*, n. 328, Porto Alegre, Globo, 17 out. 1942, p. 62-63. Este exemplar da revista é muito difícil de ser encontrado. Convém acrescentar que a Globo publicou o mesmo conto no Almanaque do Globo, logo depois da publicação de *Um pobre homem*, em 1927, conforme a bibliografia que segue: MACHADO, Dyonélio. Noite no acampamento: Narrativa de campanha. *Almanaque do Globo*, n. 12, Porto Alegre, Globo, 1928, p. 101-107.

a imagem do Exército Brasileiro. Por isso, Dyonélio foi detido para prestar esclarecimentos, conforme rememora em entrevista para a escritora Edla van Steen:

Experimentei mais uma prisão. De poucas horas. Mas motivada por um luxo de poder. Será que, como ficcionista, não gozaria da faculdade de escolha do tema a aproveitar? Supus que tivesse. Estava aí o código penal para me punir, caso eu exorbitasse de um direito que me assistia. Mas o diabo é que o código era omissivo na ocorrência. O fato é que a minha 'culpa' não se enquadrava senão no arbítrio da força. Depois de algumas horas de detenção no gabinete do chefe de polícia, fui liberado. Mas a atordoada continuou: na rua e no jornal. Fui (sem que declinassem meu nome) tratado de tudo: a menor coisa que se disse de mim é que, *et pour cause*, desfazia dos heróis; que enquanto os nossos lutavam na Itália, eu me repoteava nas minhas poltronas. Coisas assim ou parecidas: não guardei recortes, não me lembro bem. (1981, v. 2, p. 125)

De fato, o artigo escrito pelo Tenente Coronel Correia Lima, publicado no *Diário de Notícias*, em novembro de 1942, embora não cite o nome do escritor ou da revista, foi composto em alusão ao ocorrido. Nesse longo artigo, são mencionados agitadores internacionais (comunistas), que se esconderiam sob a máscara da cultura literária para trair a pátria e desmoralizar as suas instituições. Segundo o tenente, tais “tipos que nunca saíram da comodidade de um gabinete literário, cheio de estufas, poltronas, ventiladores, telefones e tudo mais que representa emolecimento e sibaritismo” não teriam autoridade alguma para “escreverem qualquer coisa contra chefes militares que se tismaram ao sol causticante de inóspitas campanhas, (...) fortalecendo caráter e esclarecendo consciência, em luta contra inimigos bravos e bravios”. Finalizando, a autoridade militar dá um alerta às revistas que veiculam textos agravantes à “a honra militar, cívica e privada dos nossos heróis”, pois estão infringindo a Lei de Segurança Nacional (LSN) e poderão ser por isso responsabilizadas. A seguir, ele investe contra Dyonélio, afirmando que

só mesmo um inconsciente, ou um reles internacionalizado, poderá falar ou escrever contra Caxias ou Osório, tentar infamar a memória de Câmara ou do Barão do Triunfo, tripudiar sobre outros nomes sagrados da nossa Pátria, bem como supor que pode conspurcar a reputação do Exército Brasileiro, das campanhas do Prata e do Paraguai, cuja hombridade, cavalheirismo, fidalguia e nobreza, são reconhecidos e proclamados pela maioria dos escritores honestos, imparciais e serenos, daquelas mesmas nações contra quem lutamos em outros tempos. O Exército Brasileiro de hoje, herdeiro orgulhoso e defensor incondicional do belíssimo patrimônio moral, (...) repele ostensivamente qualquer agravo à memória dos seus gloriosos chefes de então ¹⁴⁰. É muito conhecida a técnica dos fazedores de contos deprimentes...

O autor, que nas palavras de Grawunder (1997, p. 67-68) “feriu a linguagem institucional” da instituição militar da época, não se manifestou, pois ajuizou que nenhuma razão por ele evocada seria considerada válida de acordo com Steen (1981, v. 2, p. 125), com o que se encerra o episódio.

O ano de 1944 para Dyonélio, como vimos, foi marcado pela crítica de Vellinho e de Lins. Porém, outros acontecimentos marcaram igualmente sua carreira profissional e literária. Referimo-nos à publicação de um relatório técnico sobre a eletroencefalografia, um estudo de caso sobre a neurose, o romance *Desolação*, e da reedição de *Os Ratos*. O relatório apresentado por Dyonélio resulta de sua viagem a Buenos Aires, na Argentina, onde se dedicou a estudos para obter informações sobre a aplicação do eletroencefalograma. Especialmente, interessava-lhe verificar os resultados obtidos pelos pesquisadores argentinos com o uso desse exame para avaliação das conseqüências dos diversos tratamentos de choque em voga, na época, a fim de dispor de argumentos para que ocorresse sua instalação no sul do Brasil.

Embasado em vasta e criteriosa revisão bibliográfica, o médico discorre sobre os efeitos nocivos e indesejados dos tratamentos biológicos no sistema nervoso central, com suas implicações na pesquisa, sobre as causas ou bases biológicas dos transtornos mentais. Apresentando dados concretos, observados por pesquisadores a respeito de inúmeras alterações lesionais causadas por tratamentos de choque, o alienista procurou demonstrar o

¹⁴⁰ LIMA, Correia. Técnica conhecida. *Correio do Povo*, n. 218, Porto Alegre, 17 nov. 1942.

(...) quão necessário se torna o dispor de um método seguro para o controle de casos que, com os poucos recursos com que contamos presentemente, escapam a todos os meios de verificação clínica e só recebem a sua decifração *post-mortem*, através do exame necróptico [sic]. (MACHADO, 1944a, p. 77)

Ao concluir seu trabalho, ressalta os aspectos positivos obtidos com o referido exame, que permite esclarecimentos aos clínicos, “inclusive quanto ao prognóstico dos casos submetidos a esses processos heróicos de cura”, e, além disso, auxilia os neuro-psiquiatras na localização de afecções cerebrais de doentes epiléticos, como psicoses endógenas ou neuro-sifilís (MACHADO, 1944a, p. 78). O relatório produzido por Dyonélio, embora por designação do Departamento Estadual de Saúde (DES), demonstra cuidado com a redação, além de preocupação com a metodologia e o caráter científico da abordagem do tema. Segundo o psiquiatra Cláudio Osório, que analisou o documento, tal temática ainda tem ressonância na atualidade, visto que

(...) os modernos hospitais psiquiátricos, ou unidades de internação psiquiátrica em hospital geral, atualmente empregam aparelhos para aplicação da eletroconvulsoterapia, que já vêm acoplados a um eletroencefalógrafo, bem na linha das preocupações de Dyonélio. (OSÓRIO, 1995, p. 64)

No entanto, na década de 1940, no HPSP, onde Dyonélio trabalhava sob a direção de Jacintho Godoy, havia “o uso abusivo de técnicas agressivas (tanto à saúde como à integridade física de um paciente), sempre ‘em nome da ciência’” (SANTOS, 2005, p. 110). Por meio da análise dos prontuários médicos deste período, Santos afirma que “a despeito (ou quem sabe por causa delas?) das técnicas ‘modernas’ e avançadas de tratamento”, muitas pessoas morreram. Dentre uma amostragem de 40 prontuários médicos do ano de 1939 examinados foi constatada a ocorrência de 27 mortes (2005, p. 112).

Os dados disponíveis no *Panteão Médico Riograndense* (1943) demonstram que o HPSP estava superlotado. Os 2.200 pacientes internados

eram atendidos por 147 funcionários e 23 médicos, divididos em 06 setores.¹⁴¹ É provável que as péssimas condições de tratamento e os elevados índices de mortalidade preocupassem o DES e também Dyonélio, na medida em que lhe foi delegado fazer esse estudo sobre a instalação dos aparelhos de eletroencefalografia, o que, por sua vez, permitiria diagnósticos precisos das doenças físicas, além do acompanhamento da evolução resultante dos tratamentos.

Por meio do estudo de diversos casos de pacientes do HPSP, entre os anos de 1939 e 1941, Santos destacou a homogeneidade no tratamento dado aos pacientes. Segundo ela, os médicos, “não respeitando o imaginário de cada doente, tampouco a história de vida de cada um”, acabavam suscitando a idéia da impossibilidade de cura das doenças mentais (2005, p. 113). Embora não estejamos inteirados quanto ao nível de atenção e compreensão que o psiquiatra Dyonélio Machado dispensava à história de vida de cada paciente, a fim de desvelar sua problemática psicológica, podemos supor que, devido à sua formação e à sua preocupação humana, sua abordagem era diferenciada.¹⁴² Encontramos indícios de seu modo de clinicar e de sua preocupação com a compreensão de um caso, em “Neurose Traumática”, título do artigo publicado nos Arquivos do DES, a pouco referido.

Nesse artigo, produzido no início da década de 1940, o médico versa sobre o estado mental de um paciente do sexo masculino que, aos 39 anos de idade, sofreu um acidente elétrico ao tentar desligar a alavanca do bonde que guiava. Ele ficou inconsciente, embora, em seguida, tenha recuperado os sentidos e conduzido o bonde à sede da empresa. Esse homem ficou hospitalizado durante quase dois meses e apresentou, depois do acidente, vômitos freqüentes. Ao

¹⁴¹ O corpo clínico do HPSP, em 1943, era formado pelos seguintes especialistas: em psiquiatria – Décio Soares de Souza, Álvaro Murilo da Silveira, Dyonélio Tubino Machado, Mario Alvarez Martins, Cyro Martins, Luiz Pinto Ciulla, Vitor de Brito Velho, Raimundo Godinho e Ernesto La Porta; em cirurgia – Almir Alves, Antonio Chaves Jacob e Rubens Pena; em clínica médica – José Fernandes Barbosa, Leônidas de Escobar, Rubens Maciel, José Ferreira da Silva, Estevão Junot Barreiros, Joaquim Lipo Difini e Paulo Louzada; em laboratório – Telêmaco Estivallet Pires e Henrique Barros; em radiologia – Norberto Pegas e, em Estomatologia – Ernesto da Costa Gama (SOUZA, 1943, p. 80).

¹⁴² Na galeria com dados biográficos dos médicos do Estado, disponível no *Panteão Médico Riograndense*, localizamos o nosso personagem e uma alusão aos trabalhos/artigos que este redigiu, entre eles: “Um falso caso de Eutanásia”, “O delito passionai e o Tabu”, além de uma conferência sobre a “Teoria das Neuroses” (FRANCO; RAMOS, 1943, p. 527). Embora essas fontes não tenham sido localizadas, sua existência endossa a hipótese assinalada, indicando o seu interesse e empenho no que tange aos aspectos psicológicos.

procurar Dyonélio, para ser examinado com fins médico-legais, sentia dores de cabeça, tontura e insônia. O alienista sugeriu-lhe que se recolhesse a um hospital de psicopatas, a fim de realizar um acompanhamento, antes de emitir o parecer sobre a indenização requerida.

No HPSP, o paciente recebeu observação psiquiátrica continuada, durante trinta dias. Nesse período, o médico coletou dados de sua história familiar e pessoal, submetendo-o a inúmeros exames, cujos resultados não apresentaram anomalias. Ao refletir sobre a situação do homem, concluiu que o mesmo apresentava

um quadro depressivo, oligossintomático sem dúvida, mas sempre igual a si mesmo: distímia melancólica, inibição psico-motora, distúrbios de conação, perturbações mnêmicas, idéias hipocondríacas, cefaléia, tonteiras, fatigabilidade pronta, insônia. (MACHADO, 1944b, p. 57)

Logo, Dyonélio acrescentou que, no que pôde averiguar, antes de acidentar-se o paciente não possuía “nenhuma perturbação psíquica semelhante ao quadro atual”, e que, possivelmente, esta teria surgido por ocasião do traumatismo (MACHADO, 1944b, p. 57-58). Após uma ampla fundamentação e conceituação feita com base na literatura especializada, o médico oferece seu diagnóstico: “nosso paciente realiza um quadro sintomático típico da neurose traumática” (MACHADO, 1944b, p. 61). De acordo com as explicações do psiquiatra, as características que compõem a neurose traumática dificilmente seriam suscetíveis de uma simulação, tanto mais que sua observação percebeu que o quadro mantinha-se

sempre igual a si mesmo, dia após dia, durante meses, durante um ano. O paciente anda percorrendo consultórios, em busca da saúde. Ainda agora, lá está no ambulatório do Hospital São Pedro sujeitando-se á convulsão pelo eletro-choque, numa esperança de restabelecimento. Pergunto: que é que falta nisso para ser uma verdadeira doença mental? (MACHADO, 1944b, p. 61)

Em sua conclusão, o clínico afirma a existência de outros casos típicos de neurose traumática sem traumatismos, tal qual seria o caso em questão, justificando, assim, o direito daquele que solicitava a indenização. Segundo ele,

nesses casos, o traumatismo não vale como um agente físico. Desde cedo a psiquiatria operou a distinção entre contusão e comoção cerebrais e a simples emoção psíquica que acompanha o acidente. (...) O elemento realmente eficiente no aparecimento dos distúrbios é o psíquico. Ele não está em proporção com a intensidade do choque traumático. É inerente ao indivíduo, como a obra de uma imaginação mórbida. Contudo o traumatismo é necessário no desencadeamento dum síndrome [sic], que, sem ele, nunca viria a se exteriorizar. As circunstâncias que acompanham o acidente, entre as quais a possibilidade de uma reparação legal, concorrem para o entretenimento da neurose, tudo como na histeria, por exemplo, o zelo excessivo do médico e dos familiares alimenta as reivindicações mórbidas desse tipo de doentes. Mas de nenhum modo a neurose traumática deixa de ter uma realidade clínica, como igualmente a histeria, por mais estranho que pareça, ao entendimento do leigo, admitir, como reais, distúrbios que se acham na dependência da sugestão, própria ou alheia. (MACHADO, 1944b, p. 61-62)

Após essa longa explicação do psiquiatra sobre o desencadeamento das neuroses, parece-nos que ele, efetivamente, dispensava cuidados aos seus pacientes, buscando compreendê-los e, assim, curar ou aliviar seus sofrimentos psíquicos. Na opinião desse psiquiatra, a saúde mental e a loucura são opostas porque, enquanto a primeira pode ser definida em função da “capacidade de adaptação a realidade”, a segunda é, simplesmente, a perda de tal capacidade.¹⁴³

Mudando nosso enfoque dos estudos médicos para a literatura, cabe enfatizar o lançamento de outro romance de Dyonélio, *Desolação* (1944).¹⁴⁴ Esse livro integra um grupo de quatro romances situados no tempo ficcional de 1935-

¹⁴³ CARDOSO, Ivan; PIGNATARI, Décio. O centauro dos pampas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1991, p. 6-1 e 6-2.

¹⁴⁴ O romance se desenrola “no tempo ficcional de uma semana, narra os eventos relacionados aos amigos que, quando se separam de Norberto e do *louco*, ficam na praia, sem dinheiro, à mercê do Borboleta, emperrado e sem combustível. Estranhas pessoas parecem observar o grupo e Manivela vai sofrendo um paranóico processo, mescla de culpa, por ter participado de uma reunião e contatos com conspiradores políticos, e da trama que sente desenvolver-se dentro de si. (...) De posse de *literatura perigosa*, ele acaba escondendo o material no carrinho e, no final ateando-lhes fogo. A narrativa se encerra com o cerco e a prisão de Manivela, pela destruição do carro que não lhe pertence. Ao deliberar e transformar Borboleta numa lamparina em fogo, a queima e destruição das asas da mariposa condutora dos sonhadores fica ligada à necessidade de ocultação e queima da palavra, que Borboleta guarda, num recurso sacrificial da pureza” (GRAWUNDER, 1995b, p. 33, grifo da autora).

1945 – composto por *O Louco do Cati* (1942), *Passos Perdidos* (1946) e *Nuanças* (1981) –, que são estruturalmente autônomos, mas que apresentam entre si detalhes de unidade temática e metafórica, reiteração de personagens, elementos simbólicos e históricos, além de uma narrativa continuada, conforme a sistematização de Grawunder (1995b, p. 30). O exame empreendido pela pesquisadora demonstrou que

os romances constroem uma alegórica jornada do mecânico Manivela e seus acompanhantes Norberto, Leo e Luís, a que se incorpora (...) *O Louco do Cati*. A idéia geral do percurso alegórico se institui desde os títulos dos livros: *o louco*, a ilusão e a função do calado inconsciente, que capta e retém a realidade que o marca, a *desolação* e opressão do período histórico e da perda do humano, *os passos perdidos*, de uma vida aprisionada, passos que devem ser retomados pela memória ou pela arte, e as *nuanças* e possibilidades de libertação de estigmas. Sob os dois grandes focos, social e psicológico, personagens e temática se movimentam desde a realidade social urbana e mergulham numa aventura de contornos quase surrealistas. (1995, p. 31)

Publicado em 1944 pela José Olympio Editora, do Rio de Janeiro, *Desolação*, obteve um único comentário da crítica, escrito por Sérgio Milliet, que o caracterizou como sendo de “extremo vigor e densidade” (MILLIET *apud* TILL, 1995, p. 192). Para o crítico, Dyonélio era “um fatalista e, quase um pessimista” em relação ao destino de seus personagens, o que, segundo ele, poderia explicar a “atmosfera de melancolia e de desânimo, que alcança a saturação nos últimos romances” (1995, p. 193). Contudo, o crítico esclarece que o autor

não chega a ser um inconformista, um revoltado contra a sociedade. [Pois] Limita-se a constatar com vaga amargura e muita desolação a existência de forças coordenadoras que podem ocasionalmente levar a um êxito feliz mas conduzem o mais das vezes a um trágico desfecho. (MILLIET *apud* TILL, 1995, p. 193-194)

Mas, além de tecer essas considerações, Milliet assinala o caráter moderno do romance, visto que contém o problema do “controle avassalador a serviço de uma coletividade dia a dia mais hostil à liberdade do indivíduo, com suas

repercussões sobre o equilíbrio da personalidade e a própria moral do grupo” (MILLIET *apud* TILL, 1995, p. 192).

A temática enfocada na obra *Desolação*, conforme ponderou Milliet, poderia ser desenvolvida pelo ângulo sociológico ou psicológico. Nota-se, porém, conforme destacou o crítico, que o autor optou pela via psicológica, ao proceder “à análise minuciosa e [ao] agudo processo de autogestão, e deixando apenas entrever as causas mais objetivas que impelem seu herói ao desequilíbrio e à loucura” (MILLIET *apud* TILL, 1995, p. 192). Todavia, de acordo com Wilson Martins, a valorização do fator psicológico nos romances não era uma exclusividade das obras de Machado. O estudioso, ao se referir à produção literária no país no ano de 1944, descreve um “sentido claramente orientado para a ‘psicologia’, que era nesse domínio, a forma canônica do esteticismo que não ousava dizer o seu nome” (MARTINS, 1978, v. 7, p. 212).¹⁴⁵

Não observamos, em meio às lidas profissionais e literárias, a atividade do militante comunista Dyonélio Machado. Entretanto, encontramos um texto em que José Otávio Bertaso expõe algumas memórias de sua convivência, na Livraria do Globo e no Instituto de Belas Artes, com os militantes comunistas, e entre tais lembranças figura uma sobre nosso personagem:

¹⁴⁵ Sobre esta característica de orientação psicológica, Martins reuniu os seguintes livros produzidos em 1944: “*Os Cem Melhores Contos de Portugal*, em seleção de Luís Câmara Cascudo, as reedições de Bernardo Guimarães (*Quatro Romances*) e de Aluísio Azevedo na coleção das *Obras Completas*, concorriam com *Grande e Estranho é o Mundo*, de Cyro Alegria, na tradução Amadeu Amaral Júnior, e pareciam abrir caminho a *São Jorge de Ilhéus*, de Jorge Amado; *No galpão*, de Darci Azambuja, em quinta edição; *Desolação*, de Dyonélio Machado, juntamente com a segunda edição de *Os Ratos*; *Porteira Fechada*, de Cyro Martins; *Ermos e Gerais*, de Bernardo Ellis; *Fronteira Agreste*, de Ivã Pedro Martins, e *Histórias de Alexandre*, de Graciliano Ramos” (MARTINS, 1978, v. 7, p. 212).

(...) entre os editados da Livraria – como quase ‘sumo pontífice’ do nosso comunismo crioulo – figurava o médico-psiquiatra, o escritor Dyonélio Machado. Havíamos [sic] contratado para publicação *Os Ratos*, de Dyonélio Machado, e a nossa surpresa com o mesmo se deveu ao fato de que nas eventuais visitas que este fazia ao nosso Departamento Editorial para acompanhar de perto o andamento da produção de seu livro, dava-se ao ‘trabalho’ de descer à gráfica, subir num banco e pronunciar breves discursos concitando os gráficos da casa a fazerem greve em protesto pelos baixos salários que, no entender dele, Dyonélio, os funcionários recebiam. Numa dessas ocasiões foi surpreendido por meu avô que, acompanhado de seu inseparável cachorro Gog, expulsou o ‘agitador’ Machado do local. Algumas semanas mais tarde, ao reclamar a Erico Verissimo sobre quando receberia novas provas de página para revisar, foi surpreendido pela informação que Erico lhe deu: ‘Mas Dyonélio, tu mesmo concitaste o pessoal da gráfica a diminuir seu ritmo de trabalho!’.¹⁴⁶

Talvez esse episódio não passe de uma anedota. Contudo, foi na década de 1940, mais precisamente em 1944, que surgiu a segunda edição de *Os Ratos*, impressa pela Editora Globo.

Nesse período, é possível que Dyonélio tenha se sentido encorajado pelo fato de que, embora ainda vigorassem a censura e a repressão, o Estado Novo já se encontrava no início de um processo de desagregação. Eventos como o “Manifesto dos Mineiros” lançado em 1943, a formação da União Democrática Nacional (UDN), em 1944, as mobilizações estudantis, o Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, são indicativos dessa assertiva (GOULART, 1990, p. 129-131). Segundo Goulart (1990, p. 132-133), “a situação interna do governo provocou o enfraquecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda” (DIP), permitindo que a censura fosse burlada freqüentemente.

Sobre o episódio, não muito conhecido, do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, há um interessante depoimento de Dyonélio Machado no periódico *Movimento*. O evento iniciou no dia 27 de janeiro de 1945, no Teatro Municipal de São Paulo, prolongando-se por seis dias. “Foi a primeira vez que se furou a censura do DIP, contra a opressão do fascismo”. O militante continua:

¹⁴⁶ BERTASO, José Otávio. *Como era charmoso ser comunista*. s/d. 12 p. ALDYM.

Éramos três representantes que compúnhamos a presidência da mesa: Sérgio Milliet, por São Paulo; Aníbal Machado, pelo Rio e eu pelo Rio Grande do Sul... Levantei-me e toda aquela massa, aquele povo levantou junto, não havia nada combinado, foi uma emoção. Eu li o manifesto e causou uma emoção tremenda... Acho que esse manifesto teve e continuará tendo uma grande importância histórica, porque ousou denunciar a censura, a opressão de uma época em que até se queimavam livros.¹⁴⁷

O texto do Manifesto, escrito pelos autores que presidiram a mesa, foi o seguinte:

Os escritores brasileiros conscientes de sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição de seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro – A Legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo – O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

Terceiro – Só o exercício da soberania popular em todas as nações torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

Conclusão – O congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas. (MARTINS, 1978, v. 7, p. 219-220)

O evento foi relatado pelo *Correio do Povo*, evidenciando o caráter de trabalho “sério e produtivo” dos congressistas, que estavam dispostos a cumprir “um imenso e complexo programa de atividades”. Segundo as informações veiculadas pelo jornal, os estados brasileiros, bem como diversos países – entre eles França, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e Itália – enviaram delegações e representantes para o congresso, que alcançou repercussão internacional.¹⁴⁸ Tais intérpretes, na opinião de Osório Borba, representavam a

¹⁴⁷ CARVALHO, Murilo. O escritor e seu tempo. *Movimenta*, Porto Alegre, 24 nov. 1975. p. 17.

¹⁴⁸ Conforme a relação, apresentada pelo *Correio do Povo*, estiveram na delegação do Rio Grande do Sul: Dyonélio Machado, Raul Riff, Hamílcar de Garcia, Casemiro Fernandes, Reinaldo Moura, Nilo Ruschel, Justino Martins, Homero de Castro Jobim, Juvenal Jacinto, Gilda Marinho e Josué Guimarães.

“inteligência mundial” que “colaborou na primeira grande assembléia de escritores do Brasil, reconhecendo e proclamando a consciência dos nossos homens de pensamento dos graves deveres que lhes competem nesta hora”.¹⁴⁹

Para Daniel Pécaut (1990, p. 95), os “grandes nomes da *intelligentsia*, de todas as tendências”, reuniram-se em São Paulo, mas furtaram-se a “tomar posições políticas definidas em suas resoluções”, atendendo, assim, tanto a liberais quanto à esquerda. No entanto, segundo Leclerc,

o manifesto é a expressão de uma negociação, de uma arbitragem entre uma oferta e uma demanda. De um lado, o que se poderia chamar de uma ‘oferta de engajamento’ numa causa: uma *oferta de ação pública*, de *boa vontade política* da parte de certos intelectuais que se julgam afetados por um problema, um acontecimento, uma crise, uma conjuntura... De outro, entre esses mesmos intelectuais, uma *demande de influência*, de notoriedade, de visibilidade, mas também a busca de *uma eficácia política*, pública, a vontade de mudar o curso das coisas. (2005, p. 98, grifo do autor)

Porém, o que julgamos necessário ressaltar desse fato é o amplo consenso dos intelectuais, processado através do manifesto que pedia o restabelecimento da democracia no país. Essa petição expressou, portanto, a insatisfação não apenas do conjunto dos intelectuais, mas de toda sociedade com o regime autoritário do Governo de Getúlio Vargas.

Ainda em 1945, independentemente do silêncio dos críticos, o conjunto da obra de Dyonélio Machado é contemplado, junto à obra de Graciliano Ramos, com o Prêmio Felipe d’Oliveira relativo a 1944. A *Revista do Globo* noticiou o acontecimento literário e reproduziu as avaliações de outros literatos sobre a premiação. De maneira geral, todos os escritores que se manifestaram julgaram justa, merecida, e até mesmo tardia a premiação de Dyonélio, considerado por eles “uma grande figura” e “um romancista de primeira ordem”.¹⁵⁰

¹⁴⁹ BORBA, Osório. O congresso de escritores: figuras e fatos da grande concentração de intelectuais do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 fev. 1945, p. 10 e 04.

¹⁵⁰ A *Revista do Globo* reproduziu, em parte, a enquete formulada pelo jornalista Ary de Andrade do *Jornal*, do Rio de Janeiro. Na notícia constam apenas sete manifestações: Jorge Amado, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Aporelly, Dinah Silveira de Queiroz, Vinícius de Moraes e Dalcídio Jurandir. Fonte: MIRANDA, Gilberto. Dyonélio Machado – Prêmio Felipe d’Oliveira. *Revista do Globo*, n. 386, Porto Alegre, Globo, 12 maio 1945, p. 16.

Nosso personagem, então em evidência, escreveu o artigo “Fundamentos econômicos do regionalismo”, na revista *Província de São Pedro*, do grupo editorial da Globo.¹⁵¹ Mesmo não sendo adepto do regionalismo, ocupou-se da caracterização desse estilo, segundo Dyonélio, provocador de inúmeros debates devido ao seu caráter de problemas incompreendido:

maior incompreensão reside exatamente no fato de nunca terem sido abordados – ou nunca terem sido abordados *como convém* – os seus fatores econômicos, de nunca ter sido traçada a história econômico-social que se dissimula por detrás da simples expressão da arte.

Na apreciação das mudanças ocorridas no Estado, sob o ponto de vista econômico, Dyonélio destaca que a criação pecuária, antes extensiva, tornou-se, com o passar do tempo, intensiva. Ele estabelece um paralelo entre a produção literária das duas épocas, explicando que a produção literária diferenciou-se, pois, embora continuasse a explorar a temática da pecuária e do cotidiano dos gaúchos, esses já não eram os mesmos, uma vez que se deslocavam do campo para a cidade, em busca de oportunidades. Assim, o regionalismo teria sido sucedido ou renovado pelo localismo. Para o autor,

na realidade cava-se um enorme sulco entre as duas atitudes literárias. Os clássicos trazem-nos o camponês rio-grandense a moda gaúcha, heróico e fanfarrão mesmo na sua miséria. O ‘Localismo’ (vamos adotar também provisoriamente a denominação) apresenta o semi-proletário rural despido dos seus atributos que se diria próprios e imutáveis: ele percorre os livros dos autores rio-grandenses modernos a pé e desencantado. Gaúcho a pé – eis o que caracteriza essas sombras, esses farrapos de gente do nosso romance regional atual.

De acordo com Dyonélio, os gaúchos, a quem chama centauros, estavam mutilados pela alteração das condições de sobrevivência, que causaram um desajuste econômico. Portanto,

¹⁵¹ As próximas citações foram extraídas de: MACHADO, Dyonélio. Os fundamentos econômicos do regionalismo. *Província de São Pedro*, n. 2, Porto Alegre, Globo, set. 1945, p. 128-130.

os pés que pisam este velho solo já não são mais os cascos velozes, que o talavam numa algazarra festiva e heróica. São pés recém formados na sua involução, pés que já não sabem mais aonde os conduzir, e que acabam por levá-los meio sonambulicamente às franjas das pequenas cidades decadentes em busca de trabalhos vis (...).

Percebemos que, para ele, os processos de modernização e industrialização são fatores importantes que se refletem na produção literária, uma vez que “os romancistas não têm outra obrigação senão ver e sentir o que vêem. Não se lhes pode exigir uma interpretação dos seus temas, mesmo quando os há”. Constata-se que esse artigo é uma resposta a Roger Bastide, que deplorava a “tendência demolidora do nosso romance em geral, onde a personagem não tende para a heroicidade”.¹⁵² Conforme a argumentação de Dyonélio, a apreciação de Bastide é falha, visto que não contempla o aspecto econômico, considerado importante para a compreensão da literatura rio-grandense pelo personagem.

O vínculo entre a realidade e a literatura é defendido pelo intelectual, como fica evidente no referido artigo sobre o regionalismo, bem como no conjunto da obra do biografado. Ele preocupou-se em retratar a realidade social, desejando transformá-la, conforme afirmou em entrevista:

O escritor deveria escrever como uma resposta social ao seu tempo. Ele não pode sair dessas duas imposições: lugar e tempo. Há vários fracassos na literatura brasileira. São obras que surgem fora do tempo, sem nenhuma correlação com as angústias ou alegrias do seu tempo. Mas é verdade também, que em certas grandes obras, o autor substitui o valor temporal por outros bens mais universais, que fazem parte de uma sabedoria universal. *Os Lusíadas*, *Vidas Secas*, *Os Miseráveis*, por exemplo, estão *sempre* correspondendo a um anseio social. O escritor ao deve fixar uma época que já passou, por simples curiosidade. A obra de arte surge para prolongar um prazer ou denunciar uma situação. Recriar o passado pode ser também uma maneira de retratar o tempo presente. Só assim, há validade.¹⁵³

¹⁵² É possível que o artigo de Dyonélio seja a resposta a uma crítica formulada por Roger Bastide, considerando que ele menciona o que este teria afirmado. No entanto, não foi localizado o referido texto de Bastide.

¹⁵³ CARVALHO, Murilo. O escritor e seu tempo. *Movimento*, Porto Alegre, 24 nov. 1975, p. 17.

Na mesma direção dos interesses de Dyonélio, no que se referia à compreensão das transformações relativas à economia e à produção literária estadual, o ano de 1945 foi marcado por mudanças que ocorreram em âmbito nacional. Alterou-se o regime político de governo, iniciou-se um novo período literário e artístico, e foi discutido o problema do desenvolvimento econômico, que dividia opiniões entre a necessidade de investimento na agricultura ou na industrialização, e também polemizava sobre a liberdade econômica e a intervenção estatal, conforme enunciou Martins (1978, v. 7, p. 221).¹⁵⁴

Com o afastamento de Getúlio Vargas da Presidência da República, assumiu, em caráter transitório, até a realização das eleições, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Nesse momento, o país, que se redemocratizava, criava uma nova estrutura legal, composta, inicialmente, por uma nova Constituição e pela fundação dos partidos políticos, que foram extintos durante o Estado Novo. No entanto, segundo Skidmore (2007, p. 79), mesmo sendo caracterizado como apolítico, o Governo de Linhares também perseguiu os comunistas, invadindo as sedes do Partido Comunista do Brasil (PCB).

O novo período de repressão logo findou e o Partido reassumiu suas atividades políticas legalmente. Embora a renúncia de Vargas tenha ocorrido no final de outubro, data do primeiro semestre de 1945 o início da circulação de uma revista semanal chamada *Libertação*, fundada pelos militantes do PCB em Porto Alegre. O primeiro exemplar da revista, sugerindo a proximidade do final do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, mencionava o transcorrer dos “dias decisivos para a nossa pátria e para a humanidade” e dava a conhecer os princípios que seriam adotados pelo grupo editorial, afirmando que

surgimos, portanto, confiantes, pois a nossa orientação será democrática e antifascista. Pretendemos ser um porta-voz das aspirações do nosso povo, apresentando com honestidade e consciência todos os problemas ligados ao desenvolvimento econômico-social e intelectual do Estado e do País. Queremos, para isso o conagraçamento dos elementos sinceros e democratas, que anseiam pela felicidade e pelo bem estar do povo brasileiro. Esta revista pretende ser um órgão de educação democrática do povo.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Sobre o debate relacionado à agricultura e à industrialização, consultar Martins (1978, v. 7, p. 221-222).

¹⁵⁵ EDITORIAL. *Libertação*, ano 1, n. 1, Porto Alegre, 14 abr. 1945, p. 3.

Inicialmente dirigida por Sibilis da Rocha Viana e Alfredo Antonio Gerhardt, a revista contava com três redatores, Antonio Pinheiro Machado Neto, Raul Riff e Casemiro Fernandes. No semanário, também havia contribuições de lideranças comunistas, como, por exemplo, de Rodolfo Ghioldi.

Por ora, gostaríamos de explicar que localizamos apenas o primeiro exemplar de *Libertação* na fase inicial, motivo pelo qual, torna-se difícil analisar ou caracterizar a mesma.¹⁵⁶ O próximo exemplar disponível data do início do mês de setembro, quando a revista já alcançou o vigésimo número e constatamos algumas alterações, como a troca de diretores e a ampliação do grupo de redatores. Reestruturado, o grupo editorial manteve a orientação proposta inicialmente, isto é, de ser um veículo de defesa da democracia. Dyonélio Machado, liderança comunista do Rio Grande do Sul, tornou-se seu novo diretor, A. A. Gerhardt prossegue no cargo de diretor-secretário, e o grupo de redatores dispõe de novos integrantes: o diretor anterior, Sibilis da Rocha Viana, Décio Freitas, Pinheiro Machado Neto, Raul Riff, P. F. Gastal e Renan Falcão de Azevedo. As edições de *Libertação*, no mês de setembro, conferiram destaque, prioritariamente, a certas temáticas, como a argumentação em prol da união nacional e da eleição de uma Constituinte, a organização e atuação do partido regional e nacionalmente, e a divulgação da atuação e das declarações de seu “líder antifascista” Luiz Carlos Prestes.

Em leitura retrospectiva desse periódico, percebe-se a mobilização dos comunistas gaúchos nos preparativos de uma homenagem intitulada “O Rio Grande do Sul a Luiz Carlos Prestes”. Incumbiu-se da organização geral do comício uma comissão composta por Dyonélio Machado, César Ávila, Gilda Marinho, Abílio Fernandes, Júlio Teixeira, Tito Dias Rangel e Eivlys Mabilde. Envolveram-se na recepção do Secretário Nacional do PCB, várias agremiações de trabalhadores, organismos da juventude e associações profissionais. A

¹⁵⁶ Estamos atentos às considerações feitas por Elmir (1995) no que tange ao uso do jornal na pesquisa histórica. Segundo esse historiador “ao ler as matérias de um jornal, temos que ser capazes de distinguir entre aquilo que é significativo para a compreensão do nosso objeto daquilo que é fortuito, casual. E para que esta correta interpretação aconteça, a regularidade, a constância da idéia encontrada é muito importante. E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição ou, ao contrário da inconstância, da ocasionalidade e, talvez por isto, do necessário descarte. Em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia” (ELMIR, 1995, p. 23).

divulgação dessa reunião popular foi feita de diversas maneiras, entre elas, por meio de comícios “preparatórios” ou “relâmpagos” realizados ao final do expediente de fábricas e empresas, nas praças e vias públicas, e também através de convites divulgados nos meios de comunicação.¹⁵⁷ O exemplar de *Libertação* que antecedeu a realização do referido comício continha inúmeros convites dirigidos a especialistas das mais distintas áreas, assinados por profissionais renomados. Esses apelos tinham por objetivo mobilizar o maior número possível de pessoas, que se sentiriam especialmente lembradas. Além disso, por meio de chamadas específicas, facilitava-se que o leitor identificasse os apoiadores do evento, com os quais havia um vínculo, ainda que, simplesmente, profissional.¹⁵⁸

No jornal *O Nacional*, que noticiou o acontecimento, consta que Dyonélio fez um discurso inicial, e em seguida, falaram Abílio Fernandes, Leônidas de Assis Brasil, Eivlys Mabilde, Antonio Pinheiro Machado Neto e Ligia Mate. Finalizando, Luiz Carlos Prestes discorreu sobre a situação nacional, argüindo pela necessidade de formulação de uma nova Constituição, e referiu-se, ainda, à maneira pela qual o comunismo era combatido, criticando-a, já que transmitia a concepção de que, para ele, as crenças religiosas eram intoleráveis.¹⁵⁹ Portanto, ao contrário do que difundiam os anticomunistas, a fala de Prestes procurou assegurar que os comunistas não se opunham às crenças pessoais. De acordo com as afirmações desse líder, o comunismo “não faz diferença de credos e raças, acolhendo em seu seio todos os democratas de boa vontade, quer sejam católicos, protestantes ou espíritas”.¹⁶⁰

¹⁵⁷ TODOS os setores populares, preparados para a grande festa do povo! *Libertação*, Porto Alegre, 29 set. 1945, p. 2.

¹⁵⁸ Em a *Libertação*, na edição de 29 set. 1945, localizamos sete convites que solicitavam o comparecimento ao comício, independente de concepções partidárias ou das crenças religiosas dos médicos, das autoridades civis e militares, das mulheres gaúchas, dos economistas e contadores, dos funcionários públicos municipais e estaduais, e dos engenheiros e técnicos em geral. O convite aos médicos foi subscrito por Dyonélio Machado, César Ávila, Fernando Guedes, Medeiros Dantas, Rafael Zouvi, Cyro Martins, Marino Santos, M. E. Azambuja, César Nanni, José Pessoa Mendes, Wilson Pereira.

¹⁵⁹ São ilustrativas dessa campanha anticomunista algumas representações gráficas do período, reproduzidas e analisadas por Motta, que, certamente, causaram impacto sobre a população católica, ao empregar ilustrações associadas a frases como “O comunismo destrói a tua fé” (2002, p. 95) ou “O comunismo despreza tua religião” (2002, p. 98).

¹⁶⁰ COMÍCIO Rio Grande do Sul a Luiz Carlos Prestes. *O Nacional*, Passo Fundo, 01 out. 1945.

Segundo Rodeghero (1998, p. 136), o anticomunismo, bastante difundido pela Igreja Católica e empregado como arma eleitoral¹⁶¹, associava os cristãos a valores positivos, e, do lado oposto, os comunistas surgiam como portadores de valores negativos. Nessa compreensão,

os anticomunistas atribuíam-se o papel de salvaguarda do mundo civilizado e cristão, colocando no campo destinado aos *outros* os comunistas e todos aqueles que, de uma forma ou outra, segundo sua ótica, contribuíram para a dissolução de valores, da ordem, da autoridade, da hierarquia, dos bons costumes, etc. (1998, p. 136, grifo da autora)

Caracterizada como democrática e antifascista pelo grupo editorial, a *Libertação*, no último trimestre de 1945, persistiu nos debates sobre a importância da união nacional e da eleição para a Assembléia Constituinte. Iniciada a campanha eleitoral, o periódico apresentou os candidatos do PCB, entre os quais estava Machado.¹⁶² Ainda que muitos artigos dessa Revista não contivessem indicação de autoria, obviamente, os assuntos e suas abordagens tinham o respaldo de Dyonélio Machado que, como diretor, tomava conhecimento, previamente, do que viria a ser publicado.

No pleito que selecionaria a Presidência da República e os representantes para a Assembléia Nacional Constituinte, realizado em 02 de dezembro de 1945,

¹⁶¹ Ao analisar o discurso anticomunista da Igreja Católica do Rio Grande do Sul, no período de 1945 até 1964, Carla Rodeghero (1998) verificou que “a Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto, dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul” (RODEGHERO, 1998, p. 109).

¹⁶² Conforme a listagem divulgada em *Libertação* (17 nov. 1945, p. 4), foram candidatos do PCB para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, pelo estado do Rio Grande do Sul, os engenheiros Luiz Carlos Prestes e Arlindo Ferreira de Souza, o operário metalúrgico Abílio Fernandes, o professor universitário Otto Alcides Olweiler, o médico e escritor Dyonélio Machado, os operários de construção civil Sérgio Holmos e Santos Soares, os ex-militares Trifino Correia e Antonio Teixeira e Silva, o jornalista e escritor Álvaro Moreyra, os advogados Júlio Teixeira, Deburgo de Deus Vieira, Carlos Lima Aveline e Perce de Abreu Lima, o operário mineiro Manoel Jover Telles, a dona de casa Deborah Souza Ribeiro, os médicos Albino Portella Fagundes e César Ávila, os ferroviários Ricardo Ellwanger e Lucas Fortes dos Santos, o comerciante Nicácio Fernandes da Costa e o major do Exército Gashipo Chagas Pereira.

foi eleito para presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra. O PCB, pelo Estado do Rio Grande do Sul, elegeu Luiz Carlos Prestes como único deputado – este, porém, optou por assumir uma cadeira no Senado – e quatro nomes para a suplência, a saber, Carlos Lima Aveline, Álvaro Moreyra, Ricardo Ellwanger e Nicácio Fernandes da Costa.¹⁶³

Finalizada a parte inicial do processo eleitoral, foram revistos os projetos e redimensionada a atuação do PCB, em âmbito nacional, cujo objetivo continuou sendo o estabelecimento da união nacional, da democracia e da paz. Em relação ao pleito que seria realizado no decorrer de 1946, os comunistas desejavam e tinham a perspectiva de eleger o maior número possível de representantes para as Câmaras Estaduais e Municipais.¹⁶⁴ Eleita a Constituinte, pode-se dizer que os comunistas concluem com êxito uma primeira etapa, da qual o veículo de propaganda, no plano estadual, foi o semanário *Libertação*. A edição da revista datada do mês de janeiro de 1946 divulgava a futura fundação de um jornal que se chamaria *Tribuna Gaúcha*, o qual, de fato, passou a circular no mês seguinte. É importante acrescentar que, contudo, não localizamos nenhum exemplar desse jornal referente a 1946.

A revista dirigida por Dyonélio, membro da célula Siqueira Campos, permite-nos entrever sua atuação no interior do Partido, participando de manifestações, discursando em comícios, redigindo artigos de teor ideológico, sem interromper suas funções profissionais ou de criação literária, sendo que, em 1946, publicou *Passos perdidos*.¹⁶⁵ Contudo, ao experimentar esse intenso ativismo político, Dyonélio não constituía exceção, pois o PCB era

¹⁶³ Segundo Rodrigues (2004, p. 410-411), “o grande êxito do partido durante o período de sua legalidade ocorreu no plano eleitoral. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PCB obteve 9% do total de votos, elegeu 14 deputados federais e um senador. Seu candidato para a presidência da República Yedo Fiúza obteve 10% dos votos (569 mil votos) contra 55% de Dutra e 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes”.

¹⁶⁴ Essas afirmações foram feitas a partir da leitura do informe político de Luiz Carlos Prestes, reproduzido, resumidamente, no órgão da imprensa comunista rio-grandense sob o título: NINGUÉM mais poderá governar nos velhos moldes Ditatoriais e Fascistas. *Libertação*, Porto Alegre, 19 jan. 1946, p. 4-5.

¹⁶⁵ O romance é a seqüência de *Desolação*, conforme sintetizou Grawunder: “nesta narrativa, liberto da prisão do Rio, Manivela vai para São Paulo. Ele procura uma prostituta, medita sobre a sorte de mulheres como Dorinha, com elas solidariza-se. Além deste interlúdio, nas vinte e quatro horas da trama ele busca *ligações* recomendadas na prisão, para voltar à sua cidade. (...) O motivo, portanto, cerca a temática da sexualidade e da prostituição, suas causas e tema paralelos, enquanto o personagem deambula pela cidade, rememorando sentimentos e experiências do

(...) o único grande 'partido ideológico' do Brasil (...) ao contrário dos demais partidos brasileiros, que viviam em função da atividade parlamentar e só tinham existência nos momentos eleitorais, o PCB mantinha permanentemente mobilizados seus militantes e simpatizantes. Nesse sentido, era a organização partidária mais centrada e disciplinada, possuindo uma vasta rede de jornais e publicações em todo o país, além de outras organizações auxiliares, como a União da Juventude Comunista. (RODRIGUES, 2004, p. 411)

O novo romance de Dyonélio, publicado pela Livraria Martins Editora de São Paulo, também não recebeu atenção da crítica. De acordo com Grawunder (1995b, p. 34), esse livro contém um elemento inovador para a linguagem literária brasileira da época, visto que seu autor introduz, no texto, a linguagem psicanalítica. Possivelmente, no mesmo período em que *Passos perdidos* chegou às livrarias, foi promulgada a nova Constituição, em 18 de setembro de 1946.

A Carta Constitucional determinava que o novo pleito eleitoral realizar-se-ia no dia 19 de janeiro de 1947, quando seriam eleitos governadores, constituintes estaduais e representantes para a Câmara Municipal do Distrito Federal. Portanto, nosso personagem preparava-se para nova disputa eleitoral, candidatando-se à Assembléia Estadual Constituinte.

Nesse período, no Rio Grande do Sul, Cylon Rosa foi nomeado, pelo Presidente Dutra, Interventor Federal, permanecendo no cargo até a realização das eleições, quando Walter Jobim, do Partido Social Democrático (PSD), foi eleito com 229.129 votos.¹⁶⁶ No referido pleito, o PCB não apresentou candidato próprio para governador, optando por apoiar Walter Jobim do PSD. Efetivamente, o partido estava preocupado em assegurar a preservação de sua existência legal, uma vez que, desde 1946, cogitava-se sua cassação.¹⁶⁷

cárcere, com o sentimento de estigma e perseguição, de mundo pessoal degradado" (1995b, p. 34, grifo da autora).

¹⁶⁶ Os demais candidatos ao governo do Estado eram Alberto Paulino Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL).

¹⁶⁷ Conforme mapeamento realizado na imprensa passo-fundense, a cassação do registro do PCB foi requerida no mês de março de 1946, portanto, quando ocorreram as eleições de 1947 este processo ainda não havia sido julgado. Conseqüentemente, os comunistas estavam preocupados em "constituir uma aliança pragmática que se comprometesse com a defesa do direito de atuação legal do PCB" (GAGLIETTI; SANTOS, 2007, p. 142-143). Essa temática, referente à aliança política entre o PCB e o PSD nesta conjuntura, é objeto de análise de Gaglietti e Santos (2007, p. 141-145), que verificaram o conteúdo de alguns discursos pronunciados pelo deputado Dyonélio Machado.

No Processo eleitoral de 1947, segundo os dados do Relatório apresentado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado, concorreram oito partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL), União Democrática Nacional (UDN), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Comunista do Brasil (PCB), Esquerda Democrática (ED) e Partido Social Progressista (PSP).¹⁶⁸ Desses, apenas os dois últimos não elegeram parlamentares, porque não atingiram o quociente eleitoral (10.068). Dentre os cinquenta e cinco deputados eleitos, o PTB foi o partido que elegeu maior número de deputados, vinte e três; seguido pelo PSD, com dezesseis. O terceiro partido com mais assentos no parlamento foi o PL, cinco. Os demais partidos – UDN, PRP e PCB – elegeram quatro, quatro e três deputados, respectivamente.¹⁶⁹

Embora o PCB contasse com, aproximadamente, cinquenta e cinco candidatos para deputados estaduais, apenas três foram eleitos: Otto Alcides Ohlweiller, que recebeu 2.324 votos, mas renunciou ao mandato; Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto foi eleito com 2.231 votos, e Dyonélio, com 1.876. Devido à abdicação de Otto Ohlweiller, Júlio Teixeira, que recebera 1.679 votos, assumiu como terceiro componente da bancada do PCB, e Manoel Jover Telles tornou-se o suplente da bancada comunista.

Após a finalização da segunda etapa do processo eleitoral, no dia 10 de março de 1947, realizou-se a sessão de instalação da Constituinte do Estado, com as presenças do Interventor Federal e de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como de expressiva quantidade de cidadãos. Nessa oportunidade, os deputados eleitos fizeram a apresentação de seus diplomas¹⁷⁰,

¹⁶⁸ A fim de possibilitar uma representação exata do processo, optamos por ressaltá-la em números: os eleitores inscritos foram 788.659; o número de votantes 555.609; a abstenção ficou em 30%; havia 3.072 seções, das quais 11 foram anuladas. Esses dados foram extraídos de: SOARES, João Solon Macedônia. Relatório apresentado pelo presidente da comissão apuradora. Porto Alegre: TRE/Imprensa Oficial, 1947.

¹⁶⁹ De acordo com as informações apresentadas por Rodrigues (2004, p. 411), “nas eleições de janeiro de 1947, o PCB foi o quarto partido em número de votos, obtidos principalmente nos meios urbanos, onde os eleitores escapavam dos mecanismos do ‘voto de cabresto’, prevaletentes no meio rural”. Cabe acrescentar que a postura anticomunista difundida pela Igreja Católica e seu alerta quanto ao perigo comunista, sobretudo no meio rural, era outro fator adverso enfrentado pelos comunistas no processo eleitoral, conforme evidenciou Rodeghero (1998, p. 113).

¹⁷⁰ A sessão de instalação, inicialmente, fora programada para o dia 03; no entanto, foi transferida e ocorreu no dia 10 de março de 1947, conforme consta em: ADIADA para o próximo dia 10 a instalação da Assembléia Estadual Constituinte. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 04 mar. 1946, p. 6.

e, em seguida, realizou-se a eleição da mesa da Assembléia, que ficou assim constituída: na Presidência, Edgar Luis Schneider; vice-presidência, Joaquim Duval; 1º secretário, Hermes Pereira de Souza; 2º secretário, Helmut Gloss; e como 3º secretário, Dyonélio Machado.¹⁷¹

A atuação parlamentar de Dyonélio, líder da bancada, bem como de Pinheiro Machado Neto e de Júlio Teixeira, é relatada no jornal *Tribuna Gaúcha*. Dirigido por Otto Ohlweiller e J. Gonçalves Thomaz, esse periódico noticia as contribuições dos referidos deputados para o anteprojeto constitucional e nos debates sobre os mais variados assuntos. Nota-se, que os integrantes da bancada comunista possuem uma visão de democracia que ultrapassa a idéia da mera realização de eleições periódicas. Gaglietti constatou que esses parlamentares entendiam que a

(...) democracia deve ser dimensionada pelo grau de liberdade de que a sociedade usufrui e dispõe para manifestar-se e organizar-se, sem ter de enfrentar quaisquer restrições. A liberdade de imprensa e a garantia do direito de reunião são condições imprescindíveis para que a democracia política se configure plenamente. (2007, p. 185)

Entre os meses de março e junho, encontramos, nos *Anais da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul* (1947), discursos e apartes pronunciados por Dyonélio Machado. No período subsequente, esse deputado licenciou-se e viajou para a Argentina, a fim de cuidar da sua saúde. Tratava-se, ainda, de doença cardíaca, conforme notícia encaminhada para publicação pela Agência Nacional:

Ontem, quando se encontrava em Palácio, aguardando oportunidade para se avistar com o Governador Walter Jobim enfermou gravemente, atacado de mal do coração, o deputado comunista Dyonélio Machado, achando-se sob cuidados médicos.¹⁷²

¹⁷¹ Conforme a seguinte reportagem: INSTALADA, Ontem, a Assembléia Constituinte. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 11 mar. 1947, p. 1-2.

¹⁷² DYONÉLIO Machado enfermou. *O Nacional*, Passo Fundo, 07 jun. 1947, p. 1.

Durante o período em que foi Constituinte Rio-grandense, Dyonélio participou intensamente das discussões acerca dos tópicos tratados pela Comissão Constitucional que constavam do anteprojeto de constituição para o Rio Grande do Sul e também acerca dos assuntos propostos pelos demais parlamentares.¹⁷³ Ocupando o tempo de utilização da palavra na tribuna, que lhe era reservado como líder da bancada, demonstrou bastante habilidade e competência intelectual ao discorrer sobre temáticas indicadas pelo Comitê Central do PCB¹⁷⁴ e itens do anteprojeto constitucional relacionados à sua formação acadêmica e ao exercício de sua profissão (GAGLIETTI, 2007, p. 109-110).¹⁷⁵

A análise dos discursos pronunciados por Dyonélio, empreendida por Gaglietti (2007), desvenda os mecanismos de que o deputado fez uso para legitimar suas opiniões diante dos demais constituintes.¹⁷⁶ Nesse sentido, o

¹⁷³ Ao realizar a leitura dos Anais da Assembléia Legislativa do RS, dos meses de março à junho de 1947, foi possível percebermos que os quatro assuntos suscitadores de discussões, das quais participaram lideranças de todas as bancadas, foram: a instituição do sistema parlamentarista, o fechamento do PCB, a cassação dos mandatos dos deputados vinculados a essa sigla e o processo eleitoral de 1947, contemplando as alianças e coalizões entre os diversos partidos. Outros temas tratados nas sessões foram protestos e greves de trabalhadores, construções de estradas e rodovias, fomento à produção de gêneros alimentícios, crise da energia elétrica no Estado, o desenvolvimento da indústria no Estado, a obrigatoriedade do serviço militar, a questão social, educação e democracia, e a autonomia dos municípios. Em relação à área da saúde, os constituintes pareciam estar preocupados em auxiliar e, também, em criar sanatórios para doentes mentais, tuberculosos e portadores do câncer. A questão da saúde pública constituía-se numa preocupação para os deputados, porque grande porcentagem da população possuía alguma destas enfermidades. No entanto, os deputados fizeram, também, alusões, congratulações e menções por ocasião de datas comemorativas e pessoas ilustres. Finalizando essa breve síntese, cabe mencionar que, no decorrer das sessões, os constituintes estabeleceram comparações entre o Brasil e outros países, como Estados Unidos e Holanda, por exemplo.

¹⁷⁴ A pauta sugerida pelo Comitê Central englobava a denúncia de uma possível cassação do registro do partido, e, ainda, a vinculação de Eurico Gaspar Dutra, então presidente, com o governo da Alemanha nazista durante o Estado Novo, quando este exercia o cargo de ministro da Guerra.

¹⁷⁵ Não faremos referência a pronunciamentos específicos do deputado, mas apenas às características gerais de sua atuação no parlamento, uma vez que Gaglietti (2007) já realizou esse trabalho de análise discursiva, com propriedade, em seu livro *Dyonélio Machado e Raul Pilla: Médicos na Política*.

¹⁷⁶ Geralmente, os pronunciamentos desse deputado comunista seguem o mesmo padrão: “inicialmente, apresenta o problema central, do qual, em seguida, realiza um diagnóstico; após, expressa a sua opinião sobre o tema, referendada por depoimentos de médicos reconhecidos do Rio Grande do Sul; num quarto momento, propõe os encaminhamentos adequados à resolução da questão e, na seqüência, faz uma denúncia contundente de casos concretos que evidenciam a gravidade da situação; posteriormente, os argumentos são articulados com base em sua experiência pessoal no trato do problema em foco e, depois, relata a experiência exitosa de um outro colega diante de um diagnóstico idêntico; a próxima etapa constitui-se na reiteração da argumentação já apresentada - então, com um sentido mais profundo e abrangente -, quando são utilizados recursos, visando, especialmente, à persuasão dos interlocutores; por último, sempre

historiador percebe que o nosso personagem ressalta sua condição de médico¹⁷⁷, empregando expressões e vocabulário próprio deste campo, pois

sendo Dyonélio uma autoridade em psiquiatria e em saúde pública que vem a transformar-se em deputado, o conhecimento profissional que havia adquirido é utilizado no plano da política. Fundidos que estão, nos pronunciamentos do deputado comunista, o método científico e seu respectivo objeto de estudo fornecem a base para a argumentação desenvolvida, na tribuna, pelo parlamentar. Noções da área da biologia servem como fonte para a explicação de temas de natureza sociológica, antropológica, histórica, jurídica, econômica e política abordados por ele no plenário da Assembléia Estadual Constituinte. (GAGLIETTI, 2007, p. 193-194)

A estratégia seria utilizada pelo parlamentar, porque o emprego dessa linguagem específica servia-lhe como um argumento de autoridade, na medida em que atestava seu profundo conhecimento sobre a medicina, levando-o a ser reconhecido como alguém competente para tratar do assunto (GAGLIETTI, 2007, p. 114). Segundo esse mesmo autor,

a noção presente nos pronunciamentos de Dyonélio é de que, se a importância da atuação do médico é inquestionável – uma vez que ele pode salvar ou deixar morrer um paciente –, o papel que desempenha torna-se ainda mais relevante – e sua responsabilidade é redobrada – quando esse profissional assume um mandato. É como se o poder da medicina sobre o corpo do paciente fosse, de algum modo, transposto para a política, como se a profissão que tem como objetivo garantir a saúde do indivíduo pudesse curar o país e, até mesmo, o mundo. (2007, p. 116)

que pode, Dyonélio alia conhecimento técnico e jurídico para arrematar o seu depoimento sobre os temas em discussão” (GAGLIETTI, 2007, p. 141-142).

¹⁷⁷ Gaglietti esclarece que “os deputados, de maneira geral, fazem de suas profissões um fator diferencial na disputa política. Na fala dos parlamentares, esse procedimento é utilizado, muitas vezes, em tom irônico, em alguns casos de forma sutil, em outros de modo explícito. Verifica-se que, nas sessões da Assembléia Estadual Constituinte, tem lugar uma espécie de competição entre as diferentes profissões, mas são, sobretudo, os advogados e médicos que rivalizam, buscando demarcar quem consegue ser bom profissional exercendo, simultaneamente, o mandato parlamentar. Nota-se, também, que entre os deputados médicos vinculados a diferentes partidos vigora um clima de respeito e uma atitude de reverência. Alguns pronunciamentos, marcados por certo caráter de brincadeira, sobre o fato de vários dos parlamentares serem médicos podem, inclusive, revelar as possíveis alianças que se estabelecem, sempre que isso se faz necessário, entre aqueles que, para além de representarem siglas distintas, integram o ‘partido dos médicos’” (GAGLIETTI, 2007, p. 117).

Além de valorizar sua formação acadêmica e sua atuação profissional, Dyonélio posiciona-se, e é reconhecido, como homem de letras e intelectual no Parlamento. Para Gaglietti (2007, p. 131), nosso personagem ameniza sua falta de formação jurídica ao valer-se da situação de leitor especializado¹⁷⁸ e escritor, o que lhe permite posicionar-se como um autodidata em relação ao direito constitucional. Igualmente, essa estratégia, que lhe confere notoriedade, reverte de modo positivo, pois

essa condição [de intelectual] em si e a exibição das competências que a comprovam, para aquele que é um estreante no parlamento, funcionam como uma senha capaz de facultar-lhe o ingresso no círculo dos deputados e torná-lo aceito entre eles como um 'igual'. Assim, a atitude do parlamentar comunista, de buscar legitimidade para o seu discurso na autoridade de quem o pronuncia - ou seja, naquilo que ele é e no que representa para os demais -, atesta que o referido intelectual tem bem presente a função do *poder simbólico* das palavras. (GAGLIETTI, 2007, p. 134, grifo do autor)

O mandato desse deputado foi bastante curto. Assumindo no mês de março, licenciou-se no início de junho e retornou a Assembléia Estadual Legislativa no mês de novembro de 1947. Contudo,

vale observar que, mesmo sendo esse o primeiro – e único – mandato parlamentar do intelectual comunista, exercido durante um período bastante breve, ele não sente qualquer desconforto por estar entre vários deputados 'experientes' e exposto perante profissionais da imprensa, que, já naquela época, mostravam-se atentos e posicionados em relação aos temas políticos. O comportamento que assume na tribuna, durante os meses em que estréia no parlamento, revela uma postura extremamente segura, nos discursos que profere; nos apartes que faz; nos esclarecimentos aos quais procede; nas exposições em que demonstra um amplo domínio do regimento interno da Assembléia Constituinte e de todos os artigos da Constituição Federal, aprovada em setembro de 1946, e, por fim, em sua eleição para o cargo de líder da bancada comunista. Possivelmente, Dyonélio tenha a clara noção do local em que está e das normas, não escritas, que aí vigoram. Ao que parece, ele está ciente de que a tribuna é um lugar para quem 'sabe falar' e possui 'autoridade e responsabilidade sobre o que diz'. (GAGLIETTI, 2007, p. 133)

¹⁷⁸ "Percebe-se que o deputado comunista lê os jornais do Rio Grande do Sul (*Correio do Povo*) e do Rio de Janeiro (*Diário de Notícias* e *Diário Carioca*), pelo uso que faz desses veículos na tribuna. Consulta, também, jornais e revistas especializadas do Uruguai, da Argentina, dos EUA, da França e da Inglaterra. O mundo chega até ele por intermédio desses textos, que, não raro, acabam se constituindo em provas", de acordo com Gaglietti (2007, p. 196).

Em janeiro de 1948, consolidou-se a extinção do Partido e a cassação dos mandatos dos deputados comunistas, não obstante esses procurassem evitar que isso ocorresse. De fato, Dyonélio sentiu-se bastante frustrado com a decisão do Supremo Tribunal Eleitoral, que interrompeu sua experiência parlamentar, de tal modo que, em suas *Memórias*, redigidas trinta anos depois, percebem-se marcas de ressentimento quando se refere a esse episódio como uma decepção política. O empenho dos comunistas em defender a democracia, e, com isso, a legalidade do partido e o exercício dos seus mandatos serão abordados na seqüência, a fim de verificarmos de que modo esse acontecimento repercutiu na trajetória do intelectual.

5 O INTELLECTUAL: ENTRE A MARGINALIDADE E O RECONHECIMENTO

Eu sou um rebelde. Eu não sou do público. Sou incapaz de escrever algo pensando no que vão achar, qual será a impressão que causará. Sou incapaz de ser um vendido à editora, ou ao público. É o mesmo que o cachorro magro da fábula, não aceitando a vida fácil do cachorro gordo, pois tinha que usar coleira. Eu não sou um vendido com sinceridade. Viver dos meus direitos autorais seria impossível, eu fracassaria no pouco que fiz de bom. (MACHADO, 1995, p. 39)

Posicionando-se como um colaborador e como um defensor da Carta Constitucional de 1946 e, por conseguinte, da democracia, Dyonélio Machado iniciou o exercício de seu mandato como deputado da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul. Em seu primeiro pronunciamento, datado de 11 de março de 1947, demonstrou estar ciente do processo em andamento que requeria o fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e, conseqüentemente, da cassação dos mandatos dos deputados eleitos sob esta sigla, ao declarar que,

(...) na defesa da Constituição Brasileira e da Constituição que iremos votar, neste recinto, é preciso lutar contra as manobras que visam sufocar este pujante movimento democrático que está se desenrolando no Brasil. Está em mãos do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral do Brasil, um parecer, ou mais precisamente o “parecer Alceu Barbedo”, que dá a impressão de visar apenas o Partido Comunista, mas que, em verdade, visa todo o processo democrático Brasileiro. Os comunistas e o Partido Comunista, têm sido a primeira vítima, imolada em nome dos interesses daqueles que querem atirar o Brasil num regime de ditadura. Começa-se por fechar o Partido Comunista; depois se pede a cassação do mandato dos seus representantes, nas Assembléias, no Parlamento, e licença para processar e encarcerar os parlamentares; mais tarde, se pede o fechamento das próprias Assembléias e do próprio Parlamento e cancela-se o direito de vida dos demais partidos nacionais. Auxiliando a defender os comunistas e o Partido Comunista, contra o “parecer Barbedo”, o povo estará defendendo os interesses e o direito à existência dos demais partidos! (*Anais*, mar. 1947, v. 1, p. 29)

Mais uma vez, a exemplo do que ocorreu em 1945, no Congresso Brasileiro de Escritores, identificamos a mobilização de um conjunto de intelectuais em defesa da democracia. Em 1947, o grupo lançou o “Manifesto dos Escritores Contra o Parecer Barbedo”.¹⁷⁹ Segundo as considerações do documento, os signatários repudiavam a hipótese da cassação do registro do PCB, visto que, como Dyonélio sugerira em sua fala, acreditavam que se tratava de uma tentativa de cercear a liberdade e implantar um governo ditatorial.

Analisando o material de imprensa referente ao ano de 1947, verifica-se que a questão da anulação do registro do Partido e dos mandatos dos parlamentares comunistas suscitou, no plano estadual, inúmeros debates e recebeu ampla divulgação.¹⁸⁰ Na medida em que se tornou impossível assegurar a legalidade do PCB em virtude do fechamento da Juventude Comunista e da sentença final emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como da aproximação da data de votação da proposição de Ivo Aquino – que, caso fosse aprovada, invalidaria os mandatos dos parlamentares vinculados a esta sigla –, a intelectualidade gaúcha manifestou-se. Como signatários de um memorial que foi enviado à Câmara de Deputados, escritores, artistas, cientistas, juristas, jornalistas e professores caracterizaram o referido projeto como “violenta e

¹⁷⁹ MANIFESTO dos Escritores contra o Parecer Barbedo. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 11 mar. 1947.

¹⁸⁰ A afirmação pode ser feita a partir de um mapeamento dos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, da cidade de Passo Fundo; *Tribuna Gaúcha*, de Porto Alegre; e *Diário Popular*, de Pelotas.

perigosa ameaça à democracia brasileira e aos direitos e liberdades fundamentais garantidos pela Constituição” e instaram os deputados a recusarem-se a votá-lo, “cumprindo, assim, com dignidade o mandato que o povo lhes conferiu”.¹⁸¹

Consultando os *Anais da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul* (1947), verificamos que, por diversas vezes, no decorrer desse processo, Dyonélio retomou, na tribuna, a questão da defesa da democracia, englobando a legalidade do Partido, o direito de agremiação e o prosseguimento dos mandatos daqueles que foram legitimamente eleitos. Assim, percebe-se que os deputados comunistas dedicaram-se à tarefa de conquistar o apoio das demais bancadas e da sociedade, para que pudessem integrar as sessões até a conclusão do período de seus mandatos.¹⁸²

Contudo, no dia 07 de janeiro de 1948 a Câmara dos Deputados votou o Projeto Ivo Aquino, que propunha a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Embora 74 deputados fossem contrários à cassação, o projeto foi aprovado por 181 votos e, imediatamente, recebeu a sanção do Presidente Eurico Gaspar Dutra, tornando-se a Lei nº. 211.¹⁸³

Nesse período, como a Assembléia Legislativa Rio Grande do Sul estava em recesso, a Comissão Executiva reuniu-se para proceder à votação do ato declaratório da cassação, aprovado pela decisão de três dos cinco votantes no

¹⁸¹ São signatários do referido memorial: Cyro Martins, Dyonélio Machado, Júlio Teixeira, Lila Ripoll Guedes, Beatriz Bandeira, Raul Riff, Flávio Franco, Antonio Del Arroio, Ugolino Uflaker, Gilda Marinho, João Santana, Sólon Soares Machado, Edith Ervé, Antonio Carlos Ribeiro, Abdias Silva, José Amadio, Homero de Castro Jobim, Dorothea Pinto da Silva, P. F. Gastal, Eloer Guazelli, A. Pinheiro Machado Netto, Plínio Cabral, Demétrio Ribeiro Netto, Janete Macline, A. A. Gehardt, José Amaro Kafruni, Nelson Vargas da Silveira, Trajano Behereguray, Ivar Feijó, Antonio Carlos Oliveira, José P. Sampaio, Paulo Medeiros, Antonio Guerra Acanan, Mozart Pereira de Oliveira, Alberto Prado, Marino Rodrigues dos Santos, J. Gonçalves Thomaz, George Pires Chaves, José Nelson Gonzalez, João Tabajara, Paulo Krechman, Rubens Araújo, Vinício Tabajara, Germano Bonow Filho, Manoel Luiz, Heitor Viterbo de Oliveira, Antonio Salatino Netto, Hugo Portinho e Enio Castilhos. Fonte: INTELECTUAIS de P. Alegre em defesa dos mandatos. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 26 nov. 1947, p. 1 e 2.

¹⁸² Provavelmente, como estratégia para evitar ou protelar a cassação dos mandatos, os deputados comunistas redigiram uma moção, na sessão de 20 junho de 1947, que foi aprovada pelos demais parlamentares, cujo texto afirmava a necessidade de preservar a independência e a soberania do Poder Legislativo, para que exercesse suas funções sem qualquer constrangimento. Nessa moção, constava, ainda, que os parlamentares não poderiam sofrer restrições no exercício pleno de suas investiduras, salvo nas hipóteses constitucionais de perda de mandato, cujo conhecimento seria exclusivamente competência da Assembléia na qual tinham assento. Conforme: HONRAM a Assembléia os comunistas eleitos a 19 de janeiro. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 09 jan. 1948, p. 1 e 2.

¹⁸³ CONSUMOU-SE o crime contra os mandatos. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 08 jan. 1948, p. 1.

dia 14 de janeiro de 1948, na sessão que ocorreu no turno da manhã.¹⁸⁴ À tarde, a bancada comunista apresentou-se para ouvir a leitura do ato declaratório de cassação, que seria publicado no Diário Oficial do dia seguinte, e participar da sessão. No entanto, aos representantes comunistas, não restaram oportunidades de debater ou de denunciar que o ato de cassação era inválido, pois Edgar Schneider – então Presidente do Legislativo e, simultaneamente, o Governador em exercício – declarou aberta a sessão e procedeu à leitura do Ato, retirando-se, a seguir, da Assembléia com os demais representantes da comissão.¹⁸⁵

Dyonélio Machado relatou esse fato marcante nas *Memórias de um pobre homem* (1990). Segundo ele, nesse dia, a bancada comunista, ocupando a tribuna, continuou a “profligar tamanha violência contra o sufrágio popular”, e por não se reconhecerem “fisicamente enxotados”, ao que “a mesa deu sinal de abandono do recinto, no que foi, como os clássicos carneiros de Panúrgio, seguida cabisbaixa e ingloriante, pelas demais representações na Assembléia” (1990, p. 117-118). E, conforme ele explicou,

o eleitor, que em nós votou, é porque nos queria nessa casa de representantes. E, se daí saímos, foi por uma arbitrariedade de quem no momento, detinha a força. De nossa parte, tudo empenhávamos para permanecer num posto que não era de ninguém mais do que do povo que elege. E fique-lhe uma compensação: quem ‘saiu’ naquele dia memorável do plenário da Assembléia, finda uma sessão, ilícita pela matéria espúria que ela votava, foi o resto da Assembléia, não nós, que permanecemos ali, falando ao povo das galerias. Note-se, de toda a vasta derrubada que atingiu a representação comunista em todo o Brasil, fomos nós, por obra duma luta tenaz e sem trégua, os últimos a ser cassados. (MACHADO, 1990, p. 118)

Referindo-se à sua experiência parlamentar como uma “decepção política amarga”, Machado registra que ela foi abreviada, sobretudo, “por obra do regime

¹⁸⁴ A Comissão Executiva, composta por cinco membros, dividiu-se da seguinte maneira: João Nunes de Campos, Helmuth Closs e Edgar Schneider foram favoráveis à cassação, enquanto Assunção Viana e Pinheiro Machado Netto opuseram-se a ela. Fonte: CAPITULAÇÃO vil e subserviência, o ato declaratório da Mesa. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 15 jan. 1948, p. 1 e 2.

¹⁸⁵ CAPITULAÇÃO infame! Pactuando servilmente com os criminosos cassadores [sic]. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 15 jan. 1948, p. 1 e 2.

de arbítrio ditatorial em que vivia já o Brasil” (1990, p. 116).¹⁸⁶ De fato, nesse processo de cassação, temos de considerar algumas mudanças na conjuntura internacional, como o advento da Guerra Fria e, também, o apoio prestado pelo Presidente Dutra às concepções conservadoras no país. Em acréscimo, no curto período em que esteve na legalidade, o Partido Comunista era publicamente identificado como “força autônoma”, especialmente devido a seu rápido crescimento e ao êxito eleitoral (SKIDMORE, 2007, p. 103-104). Assim, verificando o desenvolvimento do PCB e a proximidade das eleições de 1950, os demais partidos, talvez, receosos, optaram pela anulação do registro deste a fim de eliminá-lo enquanto força política.

Ao analisar as reminiscências dessa experiência vivida pelo ex-deputado, Gaglietti constatou que o intelectual enfrentou – tanto na época em que exerceu o mandato, quanto trinta anos após, quando compôs sua autobiografia – um dilema, uma vez que, ao mesmo tempo em que desejava permanecer no Parlamento, sentia-se um usurpador.¹⁸⁷

De modo a atestar sua representatividade e atuação, os deputados comunistas esperavam manifestações públicas de protesto por parte de seu eleitorado quando se deu a cassação dos mandatos, como inferimos com base na leitura do jornal *Tribuna Gaúcha*:

Mas o povo rio-grandense não permitirá que tal [expulsão] aconteça. Os herdeiros das tradições dos bravos farroupilhas saberão defender a dignidade do Poder Legislativo e opor à fúria dos cassadores de mandatos a barreira do seu protesto e da sua repulsa.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Dyonélio Machado (1990, p. 111-124), em seu livro de memórias, destina um capítulo para descrever essa experiência. O referido capítulo foi examinado por Gaglietti (2007, p. 96-108) que identificou, no texto, as marcas de ressentimento do autor. A narrativa memorialística contempla aspectos como o conhecimento prévio advindo da militância comunista, a análise do processo eleitoral e de quem foram os eleitores do PCB, a atuação da bancada, a cassação do Partido e a atitude de seus eleitores, bem como a relação do intelectual com o partido, novamente, na ilegalidade.

¹⁸⁷ Para Gaglietti (2007, p. 97), o dilema vivido pelo personagem fica explícito na medida em que Dyonélio questiona a composição social dos deputados comunistas eleitos como representantes de um partido proletário, ainda que não pertencessem ao operariado.

¹⁸⁸ ESTES são os homens que os cassadores querem arrancar da Assembléia. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 23 dez. 1947, p. 2.

Reconhecendo-se como um membro da “pequena-burguesia intelectual”, Dyonélio tinha consciência de que representava, na Assembléia Legislativa, um partido proletário que, contudo, “não possuía sua força intrínseca”, motivo pelo qual não houve mobilização após a cassação (MACHADO, 1990, p. 116). Para Gaglietti (2007, p. 104),

ao falar da pequena-burguesia, o escritor refere-se a sua própria condição, o que permite compreender por que a cassação de seu mandato foi uma experiência tão traumática. Ser expulso desse espaço de atuação que era o Parlamento significava, para ele, um ‘pequeno-burguês’, perder uma oportunidade de ‘sublimar’, por meio da política, a debilidade que lhe era peculiar, pois que inerente à classe que pertencia. Essa interpretação dos fatos, oferecida pelo próprio autor em sua autobiografia, atesta que, visando à elaboração de tal decepção, ele buscou nas categorias de psicanálise, misturadas com uma leitura marxista da sociedade, uma explicação para a ‘amarga’ experiência que vivera. Analisar *Memórias de um pobre homem* é deparar-se, a todo momento, com o problema da memória, da dor de ser um pequeno-burguês e da resignificação, que estão presentes no depoimento do escritor.

Pouco tempo depois da cassação do registro eleitoral da agremiação partidária, Dyonélio entrou em conflito com sua direção ao negar-se a entregar sua foto para confecção de um quadro comemorativo da constituinte de 1947.¹⁸⁹ Ao narrar, detalhadamente o episódio, conta que foi pressionado pelo Partido, que “fazia imperar o seu direito de dar uma ordem e ser obedecido”.¹⁹⁰ Porém, torna público que desde sua cassação estivera sem organismo, embora quisesse continuar “agindo politicamente”. Mas, considerando equivocada a determinação, alegou que não participava de nenhum organismo e que, portanto, “não estar[ia] apto a receber nem obedecer ordens”. Conseqüentemente, para ser obedecido, o PCB ofereceu-lhe um organismo, ao qual ele recusou integrar-se (MACHADO, 1990, p. 119-120). O relator do título “saúde pública” da Constituição Rio-grandense de 1947 e ex-deputado recordou-se de que, na oportunidade,

¹⁸⁹ O quadro da Terceira Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, talhado em madeira no formato do mapa desse Estado, atualmente, está fixado no corredor que dá acesso às galerias do Plenário da Assembléia Legislativa, no Palácio Farroupilha.

¹⁹⁰ O depoimento de Dyonélio, sobre esse fato que marca o seu afastamento da organização comunista, está disponível em Machado (1990, p. 119-121), enquanto sua análise detalhada pode ser lida em Gaglietti (2007, p. 159-162).

o tal quadro mobilizou mesmo o Partido, que, por um oportunismo que já o vinha minando, julgou vantajoso do ponto de vista político uma coisa que tão somente atendia ao que há de mais pueril na vaidade pequeno-burguesa; e que, com toda a certeza, iria causar revolta aos camaradas. Eu, com a minha atitude, estava convencido de consultar o verdadeiro pensar da massa que nos ajudara a levar à Assembléia (e, no colo! como ocorreu), que acompanhará lá nosso árduo trabalho, que assistira à violência jurídica e política da nossa expulsão. (MACHADO, 1990, p. 119).

Efetivamente, após a redemocratização do país, em 1945, o PCB recebeu considerável número de intelectuais como membros e simpatizantes, tendo sua penetração entre eles tornado-se bem ampla. Rodrigues explica que nomes exponenciais dessa intelectualidade não ocuparam cargos na Comissão Executiva ou no Comitê Central do Partido, pois

os intelectuais de prestígio geralmente permaneceram afastados do centro do aparelho partidário, ocupando-se das tarefas transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária: colaboração em publicações, atividades culturais 'voltadas pra fora', patrocínio e realização de congressos, conferências, assinaturas de manifestos e outras atividades político-culturais, ou semiculturais, destinadas a dar cobertura legal à política do PCB. Ocorre que a ascensão na hierarquia de um partido como o PC exige, entre outras qualidades, dedicação integral ao Partido como 'revolucionário profissional'. Os que mantêm uma situação econômica folgada, ou cujas atividades profissionais exigem o intercâmbio constante com a sociedade inclusiva, assim como a liberdade de expressão e de criação (caso dos intelectuais e artistas) relutam em se entregar de corpo e alma ao Partido, sendo mais refratários à disciplina partidária e à rigidez ideológica. Assim, apesar da grande influência do PCB nos meios intelectuais, estes não chegaram a exercer correspondente influência na linha política e na ideologia do PCB, assim como em suas análises da sociedade brasileira. (RODRIGUES, 2004, p. 412)

Como indica Gaglietti (2007, p. 161), ao desobedecer à determinação do PCB, o intelectual havia percebido que o Partido Comunista, opondo-se aos seus próprios princípios, por algumas vezes, deixava de agir movido pela lógica coletiva.¹⁹¹ Seu afastamento do Partido pode ser, assim, associado à sua

¹⁹¹ Essa questão, embora relacionada à atuação de intelectuais (Sartre e Gide) na política francesa, consta em Coelho (2006, p. 85-99). Assinalando a aproximação e a ruptura de Gide com o Partido Comunista, o autor retoma, a seguir, o texto clássico de Julien Benda, "A traição dos clérigos". Evidenciando a idéia de que a traição dos intelectuais decorre do abandono do mundo

percepção de que, embora este quisesse pertencer ao proletariado, era constituído pela pequena-burguesia, e exigia que seus intelectuais fossem obreiristas, não ideólogos como lhes cabia. Provavelmente, como assinala Rodrigues, a falta de abertura para o diálogo e para a reflexão no seio da organização, repercutiria, também, sobre os demais intelectuais que a integravam.

Desse modo, encerrou-se a trajetória política de Dyonélio, que procurou manter-se coerente com seus princípios, não obstante carregasse consigo, conforme registrou posteriormente, “uma impressão tremendamente desoladora” dos seus “propósitos frustrados de procurar arregimentar para a Revolução os espíritos”, que, em sua opinião, “não poderiam deixar de estar com ela”, e que “entretanto se retraíam” e procuravam desculpas para o medo que sentiam (MACHADO, 1990, p. 133).

Após o afastamento do PCB, Dyonélio passou a dedicar-se, especialmente, à literatura e à medicina. Entretanto, transcorreram vinte anos entre a publicação de seu livro *Passos Perdidos* (1946) e a próxima edição de outro romance, *Deuses econômicos* (1966). Nesse período, segundo Bosi, passaram a dominar o “nosso espaço mental” a temática e a ideologia do desenvolvimento nacional, bem como o nacionalismo, que antes era defendido pela direita e que, após o fim da Guerra, tornou-se a ser uma “bandeira esquerdizante”. O mesmo autor afirma que houve, também, uma renovação pelo gosto da arte regional e popular, que, devido ao contexto sócio-político, dedicou atenção especial ao potencial revolucionário da cultura popular (2004b, p. 386-387).¹⁹²

Em uma entrevista, concedida por Dyonélio em 1979, Décio Pignatari perguntou-lhe se a dificuldade de encontrar um editor estava relacionada a questões de teor político:

“das idéias puras, das considerações abstratas, ‘das realidades espirituais’ e trata de condicionar seu pensamento aos interesses políticos, econômicos, partidários imediatos”, Oelho enfatiza a atualidade do texto em função da irresponsabilidade dos pronunciamentos políticos de muitos intelectuais e, também, dos erros que cometeram ao calarem-se, ao invés de defender os valores universais.

¹⁹² Faraco e Moura (1995, p. 293-295) indicam, de modo bastante sistemático, tendências comuns a contos e romances produzidos a partir de 1950; entre eles situam-se a prosa regionalista, a prosa política, o realismo fantástico, a prosa urbana, a prosa intimista, a prosa memorialista ou autobiográfica, e o romance reportagem.

Pignatari – (...) fico com a impressão que nos anos 50, de maneira inexplicável, começou digamos, um eclipse, um imenso eclipse, que injustiçou a sua obra, basta lembrar as edições de seus livros. Você, por acaso, deixou o partido?

Dyonélio – Quem foi que te disse isso? Eu estava recolhido...
(Silêncio).¹⁹³

Segundo a análise da legitimação da obra desse intelectual desenvolvida por Grawunder, as décadas de 1950 e 1960 – caracterizadas por Pignatari como um “grande eclipse”, e por Reverbel como uma “hibernação literária”¹⁹⁴ – foram um período de ostracismo para Dyonélio Machado, uma vez que

maduro e afastado por um caminho de pensamento, percorrido em rotas diferentes de seus pares, Dyonélio deixou de procurar editoras e de publicar. O ostracismo, em parte auto-imposto, fez com que ele praticamente ficasse esquecido no meio da vertigem do movimento político e literário, mas ajudou-o a cristalizar algumas idéias. (1997, p. 70)

Possivelmente, o ostracismo e a marginalidade¹⁹⁵ literária de Dyonélio estiveram vinculados à autonomia de sua produção literária, pois não se adaptou às contingências que o tempo impunha.¹⁹⁶ Conforme constatamos na leitura de uma missiva, datada de 1976 e destinada ao editor Flávio Moreira da Costa, o escritor identificava seus posicionamentos ideológicos como maior empecilho para a publicação das obras. Assim, afirmava:

¹⁹³ CARDOSO, Ivan; PIGNATARI, Décio. O Centauro dos pampas. *Folha de São Paulo*, São Paulo 21 dez. 1991, p. 6-2.

¹⁹⁴ REVERBEL, Carlos. Longevidade criadora. *Correio do Povo*: Letras e Livros, Porto Alegre, 03 set. 1983, p. 6.

¹⁹⁵ Natalie Davis, em seu livro *Nas Margens* (1997), ocupou-se da questão da marginalidade para certos escritores.

¹⁹⁶ A capacidade de adaptação fez-se necessária aos romancistas que ambicionavam atender às expectativas (exigências e necessidades) de um público leitor “dotado de nova civilização, de novo estatuto social e de possibilidades que necessitam ser reafirmadas, deseja possuir uma literatura que o exprima”. Segundo Lucas (1989, p. 167), “na verdade, o leitor deseja ver-se projetado na imagem atualizada de um herói. E este, na ficção moderna, é personagem que não mais pertence a uma ordem divina ou semidivina, mas integra uma sociedade constituída, com sua ordem, sua hierarquia, seus valores sociais, seus ideais”.

Tenho vários originais, entre editados e inéditos, que, no meu julgamento, são publicáveis. Isso porque na ficção não faço outra coisa senão contos ou romances, com a observação mais rigorosa da ética artística. Fui político, homem de luta; mas jamais me utilizei de outros meios de comunicação senão a praça pública, a coluna do jornal, a tribuna parlamentar. Os meus livros (...) tem sido apreciados – pour cause – não por eles próprios, mas pelo autor. Todos eles, para os censores, estão engajados. Não é assim. Claro que um autor de livros de ficção não pode prescindir da sua experiência humana. Os meus trabalhos literários não de prescindir disso. O autor, suprime-se, com as múltiplas formas ao alcance da autoridade; a obra, com uma censura, que já vem feita de antemão.¹⁹⁷

Poucos anos depois, em entrevista concedida a Ferreira, Dyonélio era questionado a respeito dos livros editados e também inéditos. Nessa oportunidade, retornou-se à questão da restrição do mercado editorial brasileiro aos seus livros. Atribuindo, novamente, a marginalidade literária ao seu posicionamento ideológico, ele acrescentou novo elemento à análise de sua situação: “a mentalidade provinciana” da capital do Estado, justificando, desta forma, o fato de que escritores como Graciliano Ramos e Jorge Amado não sofressem, intensamente como ele, com esse problema. Nessa perspectiva, informa:

Bem, eu sou um estigmatizado. Num centro metropolitano, as coisas não seriam tão difíceis; mas num centro provincial, em Porto Alegre, uma cidade tremendamente provinciana, o problema aumenta. Porto Alegre é tão provinciana quanto qualquer outro lugarejo aqui do Estado. Num ambiente desses, a minha ideologia já constitui dificuldade (...). Jorge Amado foi até deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro, mas é que a metrópole apaga isto. A mentalidade provinciana é bem diferente da metropolitana.¹⁹⁸

Na tentativa de fornecer uma explicação para esse ostracismo experimentado por Dyonélio, Appel (*apud* Barbosa), atribuiu-o a característica pessoal do intelectual, que “possuía uma grande aversão pela autopromoção que

¹⁹⁷ MACHADO, Dyonélio. Carta a Flávio Moreira da Costa, em 09 jan. 1976. ALDYM.

¹⁹⁸ FERREIRA, Jairo. Surpresa para Dyonélio Machado. *Folha de São Paulo Ilustrada*, São Paulo, 03 fev. 1979, p. 27.

acreditava ser uma espécie de mediocridade”.¹⁹⁹ Também, Josué Guimarães, em artigo alusivo à personalidade do autor, refere-se a ele como alguém que “desprezou sempre os salões e os refletores. Jamais bateu a porte [sic] de um jornal para pedir o registro de seus livros. Permaneceu sempre indiferente olímpico ao sucesso social, às lantejoulas de uma glória pessoal efêmera”.²⁰⁰

Não há como concluir, exatamente, a que se deveu essa situação de marginalidade vivenciada por Dyonélio. Fatores ideológicos e particularidades da personalidade do intelectual precisam ser considerados; todavia, a argumentação de que Porto Alegre seria provinciana merece ser repensada, haja vista que outros escritores do Rio Grande do Sul, como Erico Verissimo, não enfrentaram as mesmas restrições. Nesse sentido, mesmo tendo se afastado do PCB e não escrevendo romances engajados, aparentemente, continuou sendo identificado como militante comunista, fator que, igualmente, pode ter dificultado a edição de seus livros.

Em contraposição à falta de editor, Dyonélio dedica-se à criação literária de vários romances que só conseguiria publicar a partir do final da década de 1970. A leitura de seus depoimentos revela que ele procurou editora para publicar ao menos dois de seus romances inéditos, a saber, *Deuses Econômicos*²⁰¹ e *Sol Subterrâneo*²⁰². Nesse contexto, evidencia:

¹⁹⁹ BARBOSA, Luiz Carlos. Opinião de outros escritores. *Gazeta Mercantil Sul*, Porto Alegre, 21 jun. 1985, p. 5.

²⁰⁰ GUIMARÃES, Josué. Um exemplo de grandeza. *Folha de São Paulo Ilustrada*, São Paulo, 03 fev. 1979, p. 27.

²⁰¹ A temática do romance evoca o florescimento da doutrina cristã no mundo antigo, no século I D.C., e suas implicações sociais. Lúcio Sílvio, personagem principal, seguindo recomendações paternas, inicia uma viagem de caráter comercial que, a partir de seu encontro com o ativista político Evandro, adquire sentido filosófico e político. As teorias desse filósofo despertam conflitos internos no jovem letrado que lhe redige uma carta cujo destino, caso não chegue ao destinatário, preocupa-o por causa das perseguições. Segundo Lúcia Helena, a “questão chave da obra” lançada a partir da trajetória de Lúcio Sílvio encontra-se no “choque do misticismo e da alienação **versus** a possibilidade de uma consciência crítica dos problemas sociais”. Fonte: HELENA, Lúcia. Contaminação do passado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1977, p. 8.

²⁰² O romance dá continuidade a *Deuses Econômicos*, narrando os “anos de terror” vividos por Sílvio e Evandro, que foram encarcerados sob a acusação de conspirarem contra a ordem e de serem cúmplices dos profetas incendiários de Roma, por causa do conteúdo da carta que Lúcio Sílvio escrevera para Evandro. Bosi (2003, p. 96) resume a temática do romance da seguinte forma: “Evandro e Sílvio são intelectuais críticos que observaram com agudeza a desintegração do Império e da religião olímpica. Puseram o dedo na chaga: a escravidão do povo, o arbítrio e a impiedade dos mandantes. Tangenciaram a idéia do cristianismo como religião das massas descontentes; e a perseguição movida por Nero aos adeptos da nova seita só fez crescer essa intuição. Mas Evandro e Sílvio não são nem pobres nem cristãos. São espectadores curiosos que

Em [19]54, começo daquela década, eu já estava com o livro *Deuses Econômicos* feito e fui à Globo propor a edição. A Globo tinha editado *Os Ratos*, *O Louco do Cati*, tinha esgotado as edições. Tinha editado a minha tese, tinha traduzido para eles Freud, o primeiro livro de psicanálise lançado no Brasil. Algum tempo depois, recebi uma carta, que devolvia o livro e juntava duas opiniões sobre os manuscritos. Uma era francamente pela edição, a outra concordava que o livro era muito interessante, mas era mais um ensaio para intelectuais. A opinião favorável tinha uma pequena coisinha que era visível, levantava uma questão, dizia que ‘a interpretação marxista da política romana não é prejudicial, porque está circunscrita àquela época...’ Isso não se encaixa numa opinião literária. Bem, o livro ficou. Isso foi um choque, achava que um livro daqueles interessaria a uma livraria que edita trabalhos de economia política.²⁰³

É possível que o escritor tenha se decepcionado ao receber a posição da Editora Globo. Imaginamos que, devido aos vínculos cultivados por vários anos com a editora e, também, pelas qualidades do livro, esperasse uma resposta positiva. Editar *Deuses Econômicos* significava, para ele, concretizar um projeto literário capaz de estabelecer um paralelo entre o ano 64 da era cristã e, aproximadamente, o ano de 1954. Dyonélio Machado passou cerca de dez anos compondo o que chamou de “idolátrica ambição”, pela dificuldade de realizá-la (1976, p. 9). A fim de concretizar o que lhe parecia “em princípio irrealizável”, pesquisou elementos históricos, políticos e econômicos, e estudou grego, como expôs na apresentação do romance:

*(...) Reli tudo que a minha curiosidade pela Antiguidade Clássica me levava a devorar desde a mocidade. Li muito mais, muito mais coisas. Encomendei livros. Vali-me de bibliotecas particulares e públicas, – e, dentre estas, uma no estrangeiro. Revisei meu latim provinciano. Pus-me a decifrar (é o termo) o grego, em texto sem tradução, ajudado pela gramática e o dicionário. Tudo isso no empenho de reconstruir o passado. Minto: poucas semanas do passado. De restaurá-las, com a maior exatidão possível, apenas para sobre elas, como sobre uma esplanada de torneio, movimentar os meus figurantes. (...) Em DEUSES ECONÔMICOS o processo é simples: é o passado abandonando o seu lugar no tempo, invadindo o presente, com ele se confundindo. Fazendo-se **atual**, desde que os traços que lhes são comuns não ofereciam outra alternativa. (MACHADO, 1976, p. 10, grifo do autor)*

vêm na nova divindade uma recente hipótese de Diônisos, o deus que ressurgiu do fundo da sua paixão e morte dilacerante. Este é o sol subterrâneo em que acreditam”.

²⁰³ CARDOSO, Ivan; PIGNATARI, Décio. O Centauro dos pampas. *Folha de São Paulo*, São Paulo 21 dez. 1991, p. 6-2.

Apenas em 1966, os seus livros voltam a ser encontrados nas livrarias, quando é feita a terceira edição de *Os Ratos* – pela Civilização Brasileira, Editora do Rio de Janeiro –, sendo publicado, ainda, aquele que esperava ver impresso há doze anos – pela Gráfica e Editora Leitura, da mesma cidade. Contudo, nas palavras do autor, a edição “estava péssima”, pois fora “mal revisada” e “mal impressa”, o que o levou a “limpar as prateleiras”, isto é, a adquirir praticamente toda a edição de *Deuses Econômicos* (MACHADO, 1995, p. 38).

Não obstante Dyonélio fosse marginalizado no campo literário, na medicina sua figura era respeitada e prestigiada, de modo que, em 1956 assumiu, como substituto, a direção do Hospital Psiquiátrico São Pedro, entre os meses de junho e outubro. Sua eficiência administrativa, que, em uma breve gestão, viabilizou a inauguração do Serviço de Terapia Ocupacional, foi lembrada pelo Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde, quando o desligou da função por meio da Portaria nº. 2021/56. Nesse documento, o dirigente alude à “invulgar eficiência” com que o alienista desempenhou suas atribuições na direção do Hospital Psiquiátrico e, ainda, acrescenta reconhecer “as raras qualidades técnico-administrativas reveladas” por Dyonélio, conforme consta na ficha funcional. Entre os anos de 1957 e 1958, o médico é designado novamente, porém na condição de titular, para ocupar a função de diretor do hospital, cargo que exerceu, então, até aposentar-se, em 23 de janeiro de 1959.²⁰⁴

Outro acontecimento que demonstra a consideração merecida pelo médico ocorreu em 1968, quando Dyonélio recebeu homenagem por ser um dos sócios fundadores da Sociedade de Psiquiatria Neurologia e Neurocirurgia do Rio Grande do Sul. No pronunciamento de Luiz Carlos de Almeida Meneghini, ele é citado como o membro mais antigo da referida sociedade, alguém que, por sua atuação, merece reconhecimento.²⁰⁵

Ao deixar de cultivar o ostracismo e voltar a ocupar espaços destinados a intelectuais, observamos que Dyonélio demonstra constante inquietação com a

²⁰⁴ Cabe dizer que não apresentamos dados sobre a atuação psiquiátrica no Rio Grande do Sul e administração do HPSP, no período posterior 1950, porque, de acordo com nosso levantamento, não foram desenvolvidas pesquisas com esse enfoque. Além disso, cabe acrescentar que os relatórios administrativos do Hospital Psiquiátrico São Pedro não foram localizados, pois, segundo fomos informados pelo Serviço de Memória Cultural dessa instituição, seu acervo ainda está em fase de organização.

²⁰⁵ CATALDO NETO, Alfredo. Memória SPRS: Dyonélio Machado. *Jornal da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, n. 18, Porto Alegre, jul. ago. set. 1995, p. 16.

questão da linguagem oral e escrita. Seus textos revelam-no como adverso a possíveis alterações na Língua Portuguesa, da qual demonstra ser profundo conhecedor. O fragmento abaixo, extraído da resenha que fez do livro de Manoel Pedro Pimentel, *Crimes de mera conduta* (1973), exprime, exatamente, a idéia de preocupação com o “desleixo” em relação à língua:

Desde o início houve certo desleixo quanto ao português falado no Brasil (...) a língua portuguesa portanto perdeu a sua armadura, ressentiu-se da negligência. Deformou-se. E quando se iniciou o trabalho de recuperação (que ainda perdura) já era tarde.

Abria-se então apenas uma saída – e um tanto sofismática, assim chamada por mim para não a humilhar com um adjetivo mais veemente: era levar tudo à conta do processo dialetal.

Há erros hoje de concordância que nos meus tempos de escola primária mereciam uma boa dúzia de bolos, bem aplicados por uma palmatória com cinco furos, erros que entretanto agora se catalogam entre os brasileirismos.²⁰⁶

Nesse fragmento, como em vários outros artigos ou entrevistas publicados pelo intelectual, nas décadas de 1970 e 1980, deparamo-nos com comentários sobre o emprego da linguagem correta. Em suas explanações, reconhecia ter dificuldade de condescender com os que “maltratam a língua”, um rigor proveniente de sua formação. Segundo ele,

fiz minha estréia nas letras antes dos vinte anos, quando reinava um enorme escrúpulo em matéria de gramática. Ao aparecer um livro, a primeira coisa que a crítica assinalava era o português. Um solecismo invalidava a obra. Os galicismos eram corridos com fúria, como se corre com pedradas na rua os cães ladrões. Essas coisas ficam. A fobia pelo estrangeirismo levava os críticos a ver com suspeição qualquer termo menos correntio.²⁰⁷

Analisando a produção literária do país, nesse período, Fábio Lucas (1970, p. 106) verificou o surgimento de uma linha de ficcionistas brasileiros que

²⁰⁶ MACHADO, Dyonélio. Crimes de mera conduta. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 26 maio 1973, p. 4.

²⁰⁷ MACHADO, Dyonélio. A literatura como consciência do povo. *Escrita*: Ensaio, n. 1, São Paulo, 1977, p. 23-28.

propunham a renovação. Segundo o autor, Guimarães Rosa, Murilo Rubião, Clarice Lispector e alguns outros escritores passaram a

conceber a língua não mais como um instrumento para representar uma realidade objetiva, cujo conteúdo se pretende apresentar e criticar, não mais como um elo transparente entre a subjetividade e a objetividade; para êles [sic], a linguagem literária começa a aparecer, ela também, como objeto portador de realidade própria. (LUCAS, 1970, p. 106)

Com base nas ponderações de Lucas (1970) sobre essa nova linguagem literária e, também, nas afirmações feitas por Dyonélio Machado, entendemos que este, de fato, estivesse opondo-se ao que aquele define como renovação da expressão literária. Ao que tudo indica, Dyonélio teria se manifestado tardiamente. Porém, na entrevista da qual retiramos o fragmento que segue, José Monserrat reporta-se à opinião que o escritor teria externado em outra entrevista concedida no ano de 1956. Claramente, o intelectual, embora não citasse os nomes de seus pares, referia-se a tais mudanças quando fez a seguinte asseveração:

Ao que me é dado ver, em escala muito resumida e sem intenção de generalizar, está surgindo na Arte e na Literatura uma espécie de conflito contra a época. Caracteriza-se como uma regressão. Enquanto a Ciência despreza duma vez por todas o velho matemático de contar pelos dedos e inaugura, com o computador eletrônico a tabuada mais própria a uma era de imensas inovações, a Literatura e a Arte analfabetizam-se no sentido mais amplo: não se quer saber escrever, não se quer saber pintar, não se quer conhecer música. Mas, mesmo assim, continua-se escrevendo, pintando, compondo música. E tudo mais ou menos errado, está claro.

(...) Não duvido que o romance desabe também no desmoronamento geral em que se submerge a Literatura em nossos dias.²⁰⁸

Em 1976, com o apoio do intelectual Flávio Moreira da Costa, Dyonélio consegue reeditar *Deuses Econômicos* pela Editora Garatuja, de Porto Alegre. Devido ao lançamento do livro, Dyonélio concede uma entrevista a Hohlfeldt, ressaltando, como antes, sua posição quanto à linguagem. De acordo com ele,

²⁰⁸ MONSERRAT FILHO, José. Dyonélio Machado denuncia a estatização da Literatura Brasileira. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 29 jan. 1973, p. 6.

“escrevendo como se fala é que se escreve bem. É a linguagem natural que interessa. (...) Eu me preocupo muito com a forma. Mas veja, eu falo formalmente, eu falo normal, sem muito rebuscamento, normal. E então, escrevo normal”.²⁰⁹

A repercussão da crítica ao romance publicado em 1976 foi, mais uma vez, praticamente inexistente. Medeiros e Albuquerque é um dos primeiros a manifestar-se, afirmando encontrar no livro “muito mais romance do que ensaio”, ao contrário de Homero Jobim, que o prefaciou. Conforme o conteúdo de uma missiva do autor endereçada ao intelectual carioca, o livro foi vendido “satisfatoriamente”; todavia, o remetente apresenta incerteza no que se refere à quantidade de leitores de *Deuses Econômicos*, já que identificava, em torno da narrativa, alguns preconceitos que levavam as pessoas a rejeitá-lo. Isso fica explícito à medida que ele enumera opiniões de quem adquiriu o livro, mas, no entanto, não o leu, conforme declara:

Por ocasião, ainda da primeira edição (que procurei confiscar, tão mal revisada estava) alguém me disse que o livro era engajado. Conheces o termo. Essa pessoa não tinha lido o livro. No meu gabinete, reunidos uns amigos, um deles, com responsabilidade em matéria de livros, declarou que esse meu trabalho não era um romance. Quis saber, eu, que é que lhe faltava para um romance, quando tinha uma intriga, caracteres, diálogo, paisagem? Esse também confessou que não o houvera lido. Onde vem esse juízo pré-formado, tão carregado de suspeição? Isso vem vindo desde a minha estréia na ficção (...).²¹⁰

As reflexões aqui tecidas acerca da trajetória de Dyonélio Machado, podem enriquecer-se a partir da consideração sobre a qualidade de algumas das fontes que temos consultado. Trata-se de dirigir nosso olhar investigativo para sua “escrita auto-referencial” ou “escrita de si” (FOUCAULT, 1992), que integra o conjunto, anteriormente mencionado, da “produção de si” no mundo moderno, de acordo com as definições de Gomes (2004, p. 10).

Nesse sentido, recorreremos às correspondências, à autobiografia, e ainda às entrevistas que ele concedeu para reconstituir sua trajetória. Habitualmente,

²⁰⁹ HOHLFELDT, Antonio. Dyonélio deixa como herança a certeza da solidariedade humana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 set. 1976.

²¹⁰ MACHADO, Dyonélio. Carta a Paulo Medeiros e Albuquerque, em 22 dez. 1976. ALDYM.

porém, as últimas seriam qualificadas como histórias de vida ou relatos orais; no entanto, nós as deliberamos como “escritas de si” devido ao modo peculiar como foram compostas.

A não ser informalmente, Dyonélio negava-se a conceder entrevistas, ocasiões em que demonstrava a “preocupação quase constante de não responder as perguntas”.²¹¹ Contudo, quando fazia concessões a jornalistas e intelectuais, verificamos, freqüentemente, a adoção de outro método, por sua vez, bastante formal: solicitava que lhe entregassem perguntas, para que pudesse pensar antes de responder, também por escrito. Selecionamos um dos vários relatos introdutórios de entrevistas que expõem a exigência do intelectual, cujo autor é Ney Gстал. Eis o mesmo:

Haviam me avisado que ele não gosta muito de dar entrevistas. Por isso mesmo fiquei um tanto surpreso quando a data para um bate-papo foi marcada pelo telefone. Não vou negar que bati à porta um tanto receoso de quem seria Dyonélio Machado, mas em poucos minutos descobri: um homem inteligente, tremendamente lúcido e bastante sofrido. Conversamos bastante. Seu único pedido foi para que eu deixasse as perguntas por escrito, para que pudesse pensar bastante e respondê-las também por escrito. Aceitei (por que não?). Agora, aqui estão as respostas, tal qual ele as escreveu. Afinal, se um escritor responde por escrito, como mudar sua estrutura de frase, seus toques pessoais? Nestas páginas, pois, um pouco de Dyonélio Machado, escritor e médico psiquiatra, por ele mesmo...²¹²

O esclarecimento que Gстал fornece ao leitor do *Correio do Povo* transforma-se em aporte para refletirmos acerca da significação desses escritos contidos nas entrevistas e nas memórias de Dyonélio. Tais fontes foram intelectualmente elaboradas, pois o uso da escrita permite-nos pensar, ler, rever o que externamos, e eliminar o que não queremos revelar. Desse modo, evidencia-se que ele, enquanto “editor de si”, selecionou o que desejava que fosse lembrado posteriormente.²¹³

²¹¹ DYONÉLIO Machado recebe o Prêmio Jabuti com ‘Os Endiabrados’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 out. 1981.

²¹² GСТАL, Ney. A literatura está em conflito com a época. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 07 jul. 1973, p. 7.

²¹³ Quando nos referimos ao uso das fontes conhecidas como “escritas de si”, estamos conscientes de que o elemento predominante no relato é a verdade do autor, pois sua

Ainda que o intelectual em questão não estivesse consciente de que, por meio da prática cultural da “escrita de si”, dispunha de instrumentos para exprimir uma identidade²¹⁴, foi isso que se processou. Como advertiu Pollak (1992, p. 5), essa construção identitária “é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”. Portanto, ao postular “uma identidade para si no interior do todo social”, através dos registros, Dyonélio afirmou-se “como valor distinto e constitutivo desse todo”, de acordo com Gomes (2004, p. 11-12).

Nos fragmentos da carta dirigida a Medeiros e Albuquerque (1976) e da entrevista concedida a Jairo Ferreira (1979), inclusos neste capítulo, bem como na análise parcial da autobiografia de Dyonélio, realizada por Gaglietti (2007), temos exemplos explícitos da marginalidade experimentada por Dyonélio. As “escritas de si” do intelectual, visivelmente, contêm traços do ressentimento que o acompanhava e que este procurava sublimar. É nesse sentido que, segundo as constatações de Gaglietti,

a memória voluntária do doutor Dyonélio Machado transforma-se em estratégia de luta política e afirmação positiva de sua identidade. O ressentimento que o corrói se transmuta na recusa do esquecimento da exclusão humilhante, que o obriga a uma espécie de exílio psicológico, mas que faz da sua fraqueza e da marginalidade em que se encontra uma fonte de força e estímulo ao desafio. (2007, p. 108)

O intelectual que, em 1977, foi citado como subestimado na apuração da qual participaram escritores e críticos²¹⁵, viu sua situação de marginalidade alterar-se no decorrer de 1979. É provável que Ivan Cardoso tenha contribuído

subjetividade integra-se à linguagem. De fato, o historiador não procurará a verdade dos fatos nesses registros, porque esta não é sua finalidade. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro, e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 15).

²¹⁴ A identidade, que, segundo Pollak (1992, p. 5), é definida como o sentido da imagem de si, para si e para os outros, também é entendida como a imagem que alguém adquire ao longo da vida referente a si mesmo, para crer na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer que os outros a percebam.

²¹⁵ UMA eleição crítica da literatura brasileira. *Jornal da Tarde*: Estado de São Paulo, São Paulo, 03 out. 1977, p. 22.

para que isso ocorresse, ao produzir um filme de curta-metragem que foi exibido na 7ª edição do Festival de Gramado do Cinema Brasileiro.

Preocupado com sua saúde, Dyonélio não viajou até a cidade gaúcha para assistir à referida homenagem. A fim de demonstrar sua gratidão, o intelectual escreveu uma carta para o amigo. A carta, que se tornou de conhecimento público ao ser reproduzida no jornal *Correio do Povo*, afirma que a exibição, configurou-se para ele como “um verdadeiro espetáculo, por sua comedido versatilidade”. Comentando a paisagem, a técnica empregada pela produção, a trilha sonora, bem como as imagens feitas de si mesmo, o autor demonstra sentir-se honrado, ao mesmo tempo em que se identifica com o modo como foi retratado e o aceita. Nas palavras de Dyonélio, que observa sua própria trajetória num filme, as imagens que revelam o Parque da Redenção

vem mesmo a tempo de minimizar o impacto daquele moço no necrotério, dissecando um cadáver. O velho, que em seu gabinete, pronuncia palavras já esquecidas de línguas mortas, faz observações não muito lisonjeiras à arte do momento, foi também um moço. Está aí seu retrato. E é um velho que não esqueceu quanto vale a mocidade e seus empreendimentos. Que valoriza a vida, certo de que a vida só abandona prematuramente aqueles que a abandonam.²¹⁶

O ano de 1979 foi um marco na trajetória de Dyonélio, uma vez que a Associação Paulista de Críticos da Arte outorgou-lhe o Grande Prêmio da Crítica de São Paulo e ele reeditou *O Louco do Cati*. Além disso, nesse período, ele foi convidado a integrar a Academia Rio-grandense de Letras. De acordo com Grawunder (1997, p. 72), a legitimação do escritor na instituição literária efetivou-se a partir de sua posse na cadeira de número 38, cujo patrono é Eduardo Guimaraens. Em 13 de novembro, Paulo de Gouvêa acolheu Dyonélio Machado com um discurso, versando sobre a trajetória do escritor e o conjunto de sua obra, saudando-o com estas palavras:

²¹⁶ MACHADO, Dyonélio. Carta de Dyonélio sobre o filme de Ivan Cardoso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jan. 1979.

(...) quero dizer-te Dyonélio que a Academia da qual passas a ser parte, tem desta hora em diante uma nova dimensão, pois abriga um dos grandes escritores do Brasil, que, em circunstâncias outras, seria um grande nome da literatura universal.

Nós te agradecemos por isso. Sê bem vindo.²¹⁷

Após a fala de Gouvêa, o novo integrante desse grupo restrito de literatos pronunciou-se. Sua fala fundamentou-se na contextualização da época vivida pelo poeta e em suas sociabilidades; por meio dessa prática, o orador pôde estabelecer as influências intelectuais de Eduardo Guimaraens, destacando como principal a referência ao escritor francês Baudelaire. Em seu discurso, enriquecido com exemplos e aproximações retirados da literatura clássica, destaca-se a análise paralela que estabelece entre a *Divina Quimera* (1916), de seu patrono, e a *Divina Comédia* (1320), de Dante Alighieri, como vemos na citação:

A Divina Comédia, que evidentemente sugeriu o título do livro do nosso poeta, é uma fachada esdrúxula. Nada tem de cômico. A primeira parte, mais manuseada, poderá ser tida como uma sátira dum tipo novo, em que o autor não ri do desafeto: atira-o logo para o inferno.

E antes dos outros vai ele.

Perdido na selva obscura das paixões e dos vícios, como estaria a humanidade na tese de Zucante. Anciando [sic] em vão a felicidade che solo puó dare virtù (Cf. Giuseppe Zuccante, Figure E Dottrine Nell'Opera Di Dante, Milão, Frat. Treves, 1921).

Dante defronta-se com mais de uma fera. Conta com a salvação, graças à ajuda que lhe dão Virgílio, que simboliza a ciência humana, Beatriz a ciência divina. No fundo, como diz Zuccante, os dois símbolos se compenetraram e se fundem, constituindo a mais alta glorificação da ciência em todos os seus graus, e, logo, a idéia mãe do poema.

Nada disso na Divina Quimera, a fera não aparece no livro de Eduardo Guimaraens. Se o monstro mitológico traduzisse o interesse de torná-lo semelhante ao drama dantesco nos seus aspectos mais característicos (o que é absurdo), a fera envergaria outra pele e revelaria outro temperamento. Por isso que a quimea [sic] de Eduardo o segue como ser benevolente: 'És a quimera de um espírito enfermo!'. Quer dizer a companhia que em todos os sofredores se encontra à cabeceira de seu leito, infundindo esperança, trazendo conforto.²¹⁸

²¹⁷ GOUVÊA, Paulo. Discurso para Dyonélio. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 17 nov. 1979, p. 5.

²¹⁸ MACHADO, Dyonélio. Eduardo Guimaraens (Discurso de posse na Academia Rio-Grandense de Letras). *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 01 dez. 1979. p. 8-10.

Posteriormente, ao ser questionado por Danilo Ucha sobre sua decisão de entrar para a agremiação literária estadual, Dyonélio ajuizou que, de modo algum, havia contribuído com o Rio Grande do Sul:

(...) eu não dei nada para o meu Estado, nada, não fiz literatura do regionalismo, não fui regionalista em nada, não dei nada do que poderia dar ao Estado. Veio aqui uma equipe, conversou-se e, no fim, disseram que eu deveria entrar. Aceitei. Aceito como uma dívida que estou pagando e agora posso morrer tranqüilo, paguei uma dívida para com o meu Estado. E foi um sucesso, principalmente lá em Quaraí...

Apesar do pensamento de Dyonélio, seguramente os cidadãos de Quaraí congratulavam-se com as suas conquistas de Dyonélio. No mês anterior a sua posse na Academia de Letras, ele foi homenageado por sua atuação médica, juntamente com Saul Brum Saldanha e Luiz da Luz Custódio, na Câmara de Vereadores. Na oportunidade, Dyonélio – representado por João Jacinto Rodrigues da Silva, então Presidente do Legislativo daquela cidade – recebeu uma placa de prata.

No ano de 1980, o nosso biografado conseguiu levar a termo o projeto literário que iniciou com a redação de *Deuses Econômicos*. Sua continuidade desenvolvida em *Sol Subterrâneo* permaneceria inédita, mas o terceiro volume – composto temporalmente distante, entre 1976 e 1979 – seria editado. *Prodígios*²¹⁹ é, então, publicado pela Editora Moderna de São Paulo. No prefácio do livro, Alfredo Bosi desenvolve a idéia de que os três volumes, pelos quais acompanhamos a trajetória de Evandro e Lúcio Sílvio, formam “uma trilogia da libertação”. O fato de o terceiro volume ter sido publicado antes do segundo deve ter parecido incomum, pois seu autor, na tentativa de esclarecer o que aconteceu, buscou, nas características do inédito, uma compreensão. De acordo com os esclarecimentos de Dyonélio Machado (1995, p. 38),

²¹⁹ Seqüência de *Sol Subterrâneo*, o livro narra as trajetórias de Lúcio Sílvio e de Evandro, que após a derrubada de Nero, fogem da prisão e voltam para Tessalônica. Os personagens, em sociedade, tornam-se comerciantes, ao mesmo tempo que procuram regularizar sua situação de procurados pela justiça. No desfecho do romance, Lúcio casa-se com Tarsita, e Evandro com Briséis, num esforço de “recompor e equilibrar suas vidas, num novo aprendizado do ‘gozo da vida’, numa busca de ultrapassamento de todo e qualquer sentimento de culpa”, segundo Hohlfeldt (1987, p. 30).

o segundo volume (*Sol Subterrâneo*) é muito longo. Para fins editoriais, não era adequado num momento de crise. Além disso, o terceiro volume traz personagens mais conhecidas, é menor, e eu sempre me preocupei em facilitar as coisas para o leitor. Embora os romances em questão formem uma trilogia e guardem uma unidade entre si – como acontece com *A Comédia Humana*, de Balzac – podem ser lidos independentemente.

A crítica literária de Hohlfeldt, sintetizando a tese política central da trilogia de *Deuses Econômicos*, afirma que esta

é simples e parte do princípio de que é fundamental lutar-se contra a escravidão e o latifúndio para se poder desenvolver o império. Reconhecendo naquele momento um episódio fundamental da luta de classes, com base em diferentes interesses econômicos, o narrador, através de diversas personagens, desenha um período de extrema crise e até decadência – a partir do que se permite o parâmetro com a época contemporânea do escritor – em que questões fundamentais devem ser resolvidas. As tentativas, contudo, são divergentes: uns imaginam religiões e superstições, outros preferem teorias políticas que chegam mesmo a práticas subversivas de eliminação de autoridades. A solução, contudo, conduzida pela palavra de Paulo, retoma a tradição do mito grego de Dionísios, para chegar até o Jesus Cristo, na figura de um redentor que aponta para o principal mal da sociedade humana: a desorganização econômica. (1987, p. 29)

Dyonélio, durante o ano de 1980, editou também outro livro: *Endiabrados*²²⁰. De acordo com o prefácio, o livro escrito entre 1959 e 1961 foi criado a partir de uma notícia de jornal que relatava o descobrimento, feito pela Fazenda Federal, de contrabando internacional, numa atividade que envolvia a ação de missionários católicos no território brasileiro. Como o autor nos informa, na edição impressa pela Editora Ática,

²²⁰ Nesse romance, a personagem principal Tanaia está envolvida num triângulo amoroso do qual fazem parte seu marido corrupto Abelardo Besouro e seu amante Chassan-Villela. A trama, que se passa no Rio de Janeiro durante apenas duas ou três semanas, revela o envolvimento da Igreja, sob a capa do papel social da instituição, em operações cambiais e de contrabando despachado dos Estados Unidos a diversos países, como doação, para depois ser vendido sem taxaço. A análise literária empreendida por Grawunder conclui que “a denúncia implícita é a de que os valores da sociedade capitalista são capazes de acionar a corrupção, arrastando consigo a dignidade dos seres humanos que a eles se submetem” (1997, p. 105).

Endiabrados surgiu dum dos tantos faits-divers com que a justiça tem de se ocupar de vez em quando. Possuía pois, uma base real, que sempre há de constituir o caminho seguro para a Ficção. Seus figurantes são imaginários, – o que os preserva da polêmica, dando-lhes o lídimo direito de agir como mais convém ao sentido da obra. Bem ou mal o Autor ergue o seu grupo, leva-o ao cenário, onde o espera a sorte inglória dos fantoches.

O romancista ansiava por um assunto que proviesse da realidade e nada lhe ficasse devendo: era um processo de integração, a revelar quão pouco dista a Arte da existência que levamos. Os épicos tinham já no-lo demonstrado, quando puseram a falar os montes, os rios, – numa prosopopéia que dilata nosso mundo e que só é conhecida dos poetas e das crianças. (MACHADO, 1980, p. 5, grifo do autor)

O romance de Tanaia, *Endiabrados*, recebeu o Prêmio Jabuti conferido pela Câmara Brasileira do Livro em 1981. A ocasião exigiu que Dyonélio viajasse para São Paulo para a solenidade de premiação. Os artigos que divulgam esse evento enfatizam a emoção e a amargura do escritor, atestando o ressentimento que o acompanhava desde os anos iniciais de sua trajetória literária, o que podemos perceber em, ao menos, duas situações. A primeira delas diz respeito à sua indicação, e descreve como se portou e o modo como falou da premiação: “deve ter sido um erro, ou então uma coisa amável que quiseram fazer comigo. Não sei porque ganhei”. O jornalista relata que vislumbrou, na expressão do escritor, desdém em relação ao prêmio. No entanto, acrescenta que a esposa dele, Adalgisa, “em tom de brincadeira” o “desmente”, explicando que sua reação fora, “na verdade”, de surpresa e satisfação.²²¹ O segundo aspecto que despertou nossa atenção liga-se à inconformidade que Dyonélio tem para com a crítica que converge em negar-se, obstinadamente, a comentar livros específicos ou o conjunto da obra. Os jornalistas registram a visão do autor sobre o trabalho da crítica, que, por sua vez, “não é boa nem má. Ela é apenas um momento do próprio leitor, às vezes segue tendências, e daí para frente. Na verdade ela nem deveria existir porque é sempre tremendamente subjetiva”.²²²

A Editora Moderna, no ano de 1981, publicou outros dois romances que, embora permanecessem até então inéditos, não eram criações recentes de Dyonélio. Trata-se de *Sol Subterrâneo*, o qual integra a trilogia da libertação, e de

²²¹ DYONÉLIO Machado recebe o Prêmio Jabuti com ‘Os Endiabrados’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 out. 1981.

²²² DYONÉLIO Machado: um prêmio pra a poesia e a imaginação. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 27 out. 1981.

*Nuanças*²²³, romance em que o personagem Maneco Manivela consegue, enfim, reintegrar-se à sociedade após sua experiência de encarceramento.

Grawunder (1995b) distingue, no enredo de *Nuanças*, dois planos narrativos: o psicossocial, ligado à vida de Carmosina, e às recordações e ao envolvimento de Manivela com a mulher; e o plano político, de conscientização dos problemas e de busca de contatos para a reabilitação social e para a reconquista da dignidade. A percepção dessa pesquisadora em relação ao conteúdo da narrativa é de que

é muito humano o drama dos protagonistas, pois se lê a denúncia do processo de opressão contra a liberdade de pensamento divergente, mas também se lê a crença no valor do processo histórico e de conscientização, para reafirmação, reabilitação e liberdade (...). (1995, p. 34)

As ponderações de Lucas (1970), acerca da produção literária brasileira no período pós-guerra indicam a ocorrência de uma “paulatina mudança” em oposição à tradição. O crítico observa que “a tendência documental do romance da cidade aproxima-se de uma reportagem urbana. Deixa de ser uma singela *crônica de desventura* para munir-se de um conteúdo crítico da sociedade burguesa” (1970, p. 106, grifo do autor). Com base nessa constatação, podemos assinalar que os romances *Endiabrados* e *Nuanças* aproximam-se dessa tendência, ao contemplarem relações ilícitas e ao retratarem indivíduos corruptos que abdicam de princípios e da dignidade a fim de alterar sua posição sócio-econômica. Em ambos, verificamos a opção pela configuração de questões de “patologia social” definidas por Lucas (1970, p. 106-107) como “a prostituição e a dissolução da família burguesa nos grandes centros”, às quais se poderiam acrescentar outras problemáticas, como o ativismo político ou a marginalidade.

²²³ Esse romance, que é a continuidade de *Passos perdidos*, narra a volta de Maneco Manivela a Porto Alegre, em busca da liberdade e do amor da prostituta Carmosina, com quem deseja casar-se. Para realizar o projeto de unir-se com Carmosina, o personagem deve reconquistá-la, o que só seria possível após a reconquista de sua dignidade política. Agindo tranquilamente, Manivela estabelece contatos, cujo apoio é fundamental para que seja absolvido e conquiste sua anistia. Livre do medo de ser identificado e perseguido, o personagem, saindo da obscuridade, é novamente chamado pelo seu nome: Marmitiano (GRAWUNDER, 1997, p. 101-102).

Talvez a preocupação do autor com a apreensão da realidade social, elemento que, inegavelmente, está presente em todos os seus livros, tenha sido reconhecida pela comissão julgadora que decidiu a quem seria concedido o Prêmio Fernando Chinaglia da União Brasileira de Escritores, no ano de 1982. A premiação da categoria de livros publicados no Brasil, no ano de 1981, foi concedida a *Nuanças*, de Dyonélio Machado. Além desse romance, foram votados, ainda, na mesma categoria os livros de Flávio Moreira da Costa, de Artur de Távola e de Miguel Jorge. Participaram da comissão julgadora desse concurso – cuja solenidade de entrega das premiações realizou-se no auditório da Academia Brasileira de Letras, situada no Rio de Janeiro – Fagundes de Menezes, Stella Leonardos e Luiz F. Papi.²²⁴

Como constatamos, o autor, que nos anos 1980 já se encontra em idade avançada, altera suas perspectivas e, pontualmente, passa a receber um olhar diferenciado por parte do mundo editorial e da crítica. No processo de valorização da sua obra, identificamos a intervenção de um de seus pares, Flávio Moreira da Costa, que se tornou o editor dos livros de Dyonélio e responsabilizou-se por divulgar a figura daquele que passou a ser conhecido como “centauro dos pampas”.²²⁵

Evidentemente, como fruto do trabalho de publicidade desenvolvido por Moreira da Costa – atividade para a qual Dyonélio não se dedicava segundo vimos – foi que ele obteve vários prêmios e publicou vários romances em um curto período temporal. Assim, a impressão do material inédito pôde ser concluída antes do falecimento do escritor, no ano de 1982, e pôde ser publicada a obra *Fada*²²⁶, pela Editora Moderna de São Paulo, e *Ele vem do fundão*²²⁷, por sua

²²⁴ MENEZES, Carlos. Carioca e gaúcho ganham o Prêmio Fernando Chinaglia de 82. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 1982.

²²⁵ Citaremos artigos sobre Dyonélio e sua obra, de autoria deste intelectual, apenas como amostragem desse trabalho de publicidade: a) COSTA, Flávio Moreira da. A Tradição e a Traição. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1972; b) _____. Grandezas e misérias de Dyonélio Machado, o centauro dos pampas. *Escrita*, n. 7, São Paulo, mar. 1976, p. 3-5; c) _____. O Louco do Cati. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 17 fev. 1979, p. 2; d) _____. Prêmio Nobel para Dyonélio Machado. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 19 maio 1979, p. 1.

²²⁶ “Trata-se de uma pequena novela que na verdade trabalha dois temas distintos: de um lado, a conjuração desenvolvida para que Fada, filha adotiva de Elias Jafaldo, venha a desposar o fazendeiro lindeiro, Benjamin Ezequiel, com o que Elias ampliaria suas posses. De outro, a figura de D’Artagnan, seu namorado, escritor aprendiz, que compõe, por ela inspirado, curiosa peça dramática intitulada ‘Fantasia’, retomando aquelas figuras clássicas da mitologia grega e romana, já abordadas por Dyonélio na ‘Trilogia da Liberdade’”. Os dois temas correm paralelos, juntando-se

vez, sob os cuidados da Editora Ática da mesma cidade. Como resultado de sua leitura atenta desses romances, Grawunder (1997, p. 106) escreveu que

sem abrir mão da denúncia social, persistindo na temática das relações de amor, ódio, opressão, solidariedade, domínio, no seio das instituições, desta vez a familiar, o autor opta pela representação do mágico, do fantástico, de fatores míticos, justificando, não sem certa ironia a sua opção por uma tendência literária do momento [o trivial].

Cabe dizer que particularmente Holfeldt (1987) e Grawunder (1997) elegeram como objeto de estudo a trajetória literária de Dyonélio Machado, analisando o conjunto da obra do intelectual. No entanto, a propósito da crítica específica de *Fada*, ambos os pesquisadores constataram uma inegável identificação entre o autor e um de seus personagens. Para Grawunder,

como muitos escritores, no romance *Fada* o escritor veste a máscara do personagem médico Dionísio [sic] Madureira (DM), seu porta-voz e seu duplo, depoente sobre a literatura e a vida, a quem a narrativa se refere como 'escritor maldito', epíteto que lhe foi conferido na vida real por marco Túlio de Rose, no romance identificado com o personagem Márcio Túsculo da Rosa (MTR). Há indícios, também, de que este velho escritor D. M. dialoga, no texto, com um escritor jovem, D'Artagnan, outro possível porta voz de Dyonélio. (1997, p. 107)

Igualmente, segundo Hohlfeldt (1987, p. 31) nos informa, Dionísios Madureira seria o

apenas ao final, quando, numa solução inesperada e surpreendente, o narrador sintetiza os dois temas, repetindo o final feliz que é a marca de seus últimos trabalhos”(HOHLFELDT, 1987, p. 31).

²²⁷ Abordando a questão das superstições que podem levar mesmo à desagregação da personalidade, esse livro conta a história de Vulturno, personagem que é perseguido por uma senhora que vê no amigo da família um demônio a ser conjurado, e recebe auxílio de um delegado que há muito tempo persegue esse homem, a fim de afirmar-se profissionalmente. No entanto, a filha dessa senhora, mesmo sendo mais jovem que o amigo, apaixonou-se por ele, e juntamente com seu pai, ajuda-o a comprovar sua inocência (HOHLFELDT, 1987, p. 31-32).

verdadeiro alter-ego de Dyonélio Machado (as mesmas iniciais DM), até em obras em trabalho, pois enquanto Dyonélio escreveu 'Prodígios', Dionísios escreve 'Presságios' palavras dadas, pelo escritor, como sinônimas, naquele volume com que encerrara a trilogia.

No ano de 1983, Dyonélio consegue realizar um projeto que acalentava há bastante tempo – publicar *Os Ratos*, seu livro mais conhecido e debatido, em outro país. Na década de 1950, o escritor remetera uma carta a Rachel de Queiroz, solicitando que esta intermediasse a edição do romance em Portugal. Deduzimos que a correspondência não foi respondida, pois não localizamos nenhuma missiva da escritora em meio às cartas recebidas por ele.²²⁸ Contudo, a edição internacional de *Os Ratos* não foi feita em Portugal, mas sim na França. Alice Poillard traduziu a obra para o francês e ela foi publicada sob o título *L'argent du laitier*, numa edição conjunta de Maurice Nadeau e da Papyrus.

Sem perder a lucidez, Dyonélio continuou intelectualmente ativo, dedicando-se às leituras que julgava interessantes e à produção literária. Ele iniciou a redação de suas memórias, mas não concluiu esse projeto. Para manter-se informado assistia televisão, ouvia rádio e lia jornais. Passeava pelas ruas de Porto Alegre – usando um chapéu tipo panamá e uma bengala de junco – e costumava fotografar como *hobbie*. Em um depoimento²²⁹ que deu a Hohlfeldt, o escritor falou sobre a longevidade, que o lembrava da figura, centenária e exemplar, de um santo, com as seguintes palavras:

Eu sempre lembro Santo Antão, que já passado dos cem anos, ao sentir que a morte chegava, foi até seus discípulos e lhes disse que a autoridade deveria ser exercida sem força alguma. Parece que isso anda esquecido nos dias que correm. Eu não sou um homem triste. E depois, parece que para as outras pessoas 70 anos é limite de vida. Eu concordo que, se querendo morrer, se morre mesmo, mas eu já vi gente morrer aos noventa anos e alguém ainda dizer: morreu prematuramente. E acho que tem razão. Morte é estado de espírito. Eu faço barba e tomo banho todo o dia, vivo, terças e sextas-feiras ficamos em casa, nos demais dias saímos.²³⁰

²²⁸ MACHADO, Dyonélio. Carta a Rachel de Queiroz, em 09 set. 1976. ALDYM.

²²⁹ Segundo as informações de que dispomos, esse foi um dos únicos depoimentos que o escritor permitiu que fossem gravados e, conforme Hohlfeldt, sua fita faz parte do acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), em Porto Alegre.

²³⁰ HOHLFELDT, Antonio. Dyonélio deixa como herança a certeza da solidariedade humana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 set. 1976.

Embora nosso personagem admirasse a vida, poucos meses antes de completar noventa anos, ele a deixou. Em matéria publicada pelo jornal *Zero Hora*, em 20 de junho de 1985, fomos informados como ocorreu a morte do intelectual:

Morreu ontem à noite, às 20h30min, no Hospital de Clínicas, onde estava internado desde o último dia 9, o escritor gaúcho Dyonélio Machado, aos 89 anos. Ele sofreu uma complicação respiratória, depois pneumonia, enquanto convalescia de cirurgia após fraturar o colo do fêmur direito. Ontem à tarde, devido à infecção, Dyonélio ficou em estado de choque bacterêmico e como consequência surgiram problemas circulatórios irreversíveis que causaram sua morte. O autor de *Os Ratos*, *O louco do Cati*, *Os Endiabrados*, *Os Deuses Econômicos*, e *Prodígios*, entre outros, sofreu uma queda no dia 8, sendo internado no dia seguinte. Submetido a uma osteossíntese, cirurgia ortopédica, no dia 10, no primeiro dia pós-operatório já sofreu os sintomas de infecção respiratória, que acabou evoluindo para uma pneumonia. Ele sofreu a fratura quando caiu aos tentar amarrar o cordão de seu sapato. A cirurgia foi bem sucedida, tanto que três dias após já mexia com a perna operada, mas a infecção impediu a sua recuperação.²³¹

O velório de Dyonélio foi realizado na Capela “D” do Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre, recebendo cobertura dos meios de comunicação. O jornal do qual extraímos a citação anterior, no dia seguinte ao enterro, estampou duas fotos do acontecimento e uma nota curta, registrando a presença das seguintes pessoas ilustres na despedida: Francisco Pereira Rodrigues, Mozart Pereira Soares, Lauro Haggemann, Luís Fernando Verissimo, Cyro Martins, Guilhermino César, Luís Antônio Assis Brasil e Dante de Laytano.²³² Carlos Urbim compôs uma crônica, publicada também na imprensa local, descrevendo alguns momentos do funeral, com a clara intenção de homenagear o falecido.²³³ Foram exibidas, também, algumas imagens na rede local de televisão aberta, atualmente disponíveis no Acervo Literário do escritor.²³⁴

²³¹ MORREU o escritor Dyonélio Machado. *Zero Hora*: Segundo Caderno, Porto Alegre, 20 jun. 1985.

²³² DYONÉLIO Machado sepultado ontem. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 jun. 1985, p. 5.

²³³ URBIM, Carlos. A serenidade de um idealista. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 jun. 1985.

²³⁴ A análise da repercussão dos funerais de personagens históricos célebres, bem como da comemoração dos centenários destes foi objeto de recente estudo de Bonafé (2007, p. 331-350). O pesquisador, que historicizou o trabalho de enquadramento da memória sobre Joaquim Nabuco, explica que os heróis nacionais são frutos de construções históricas, uma vez que “para que um sujeito histórico se torne herói nacional, e para que se consagre uma memória em torno de seu

Em contraponto à marginalidade literária, na qual o intelectual esteve imerso durante grande parte de sua vida, surgiu, a partir de 1979, um movimento de reconhecimento do escritor e de valorização do conjunto da sua obra. Após o falecimento de Dyonélio, percebemos que o discurso difundido pela imprensa não foi alterado, de modo que é lembrado por seus posicionamentos ideológicos, mais especificamente por sua opção pelo comunismo, o que determinou sua perseguição e prisão no período do Estado Novo e, na década seguinte, a cassação do mandato de deputado. Além disso, há a memória do médico humanista, do escritor que retratou o homem comum e os problemas sociais, mas que foi precursor do romance urbano. Por fim, cabe dizer que, em regra, ele é citado como um grande escritor que, em vida, foi incompreendido e marginalizado.

Cinco dias após o seu falecimento, a família foi avisada de que Dyonélio seria agraciado com uma condecoração oferecida pelo Governo Francês. Sua viúva, em seu nome, recebeu a medalha da Ordem das Artes e das Letras, no dia 06 de dezembro do mesmo ano. René Bucco Riboulat, que representou o Ministro da Cultura da França Jack Lang, ressaltou que a distinção não foi outorgada apenas por causa da criatividade literária, mas também pela atividade política.²³⁵ No entanto, convém salientar que Dyonélio encontrou inúmeras dificuldades para publicar sua obra, justamente, por sua ideologia e pela sua atuação no Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1930 e 1940. Assim, constatamos que a entrega da comenda está diretamente associada ao reconhecimento de que ele é um intelectual, na medida em que as atividades que desempenhou priorizavam a defesa dos valores universais e dos direitos humanos.

No ano de 1986, o Centro de Pesquisas Literárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), juntamente com o Instituto Estadual do Livro (IEL), iniciou o trabalho de preservação da memória desse escritor, iniciativa que culminou na organização do Acervo Literário Dyonélio Machado (ALDYM). A pesquisadora que inicialmente coordenou o acervo foi Maria Zenilda Grawunder. No artigo em que narra todo o processo de

nome, é necessário que, em algum momento, outros sujeitos históricos (individuais ou coletivos) tenham deliberadamente investido na consagração daquela memória” (BONAFÉ, 2007, p. 332).

²³⁵ UCHA, Danilo. A França reconhece a obra do gaúcho Dyonélio Machado. *Zero Hora*, Porto Alegre, 07 dez. 1985.

levantamento e organização do material, ela expõe que o acervo de Dyonélio Machado constitui-se numa “preciosa fonte para estudos literários, como sua história e processo criativo, bem como para reflexões sobre as relações entre a realidade e ficção, entre Literatura e História” (1994, p. 100).

Outro dado importante aí apresentado por Grawunder diz respeito à dimensão da biblioteca do escritor, que foi doada a uma instituição. Trata-se de

uma biblioteca com mais de 4.000 volumes, rica em títulos clássicos e modernos da Literatura, História e mitologia greco-latina, direito romano, memorabilia, num conjunto significativo e simbólico das relações entre Literatura e História em sua época. (1994, p. 99)

O levantamento e a classificação do material que Dyonélio reuniu durante sua vida, através da prática que os historiadores chamam de “produção de si”, (GOMES, 2004, p. 10) deu acesso a alguns de seus manuscritos até então desconhecidos, entre os quais podemos situar o romance *O Estadista* e capítulos dispersos do que viria a compor o relato memorialístico do escritor. Surgem, em 1990, as *Memórias de um pobre homem*, numa edição do IEL. Entre muitos documentos, foi encontrado, também, um romance inacabado, sequencialmente imediato a *Endiabrados*, que seria intitulado “Proscritos” ou “Terceira Vigília”.

Após a morte do intelectual, ocorre uma série de eventos que, de algum modo, objetiva preservar sua memória, como, por exemplo, a atribuição de seu nome a uma rua (localizada no Loteamento Ipanema Imperial Parque) por meio do projeto apresentado pelo então vereador Antonio Hohlfeldt. Cabe ressaltar que a imprensa, mesmo após a morte do intelectual, prosseguiu informando sobre acontecimentos ligados ao personagem que, por sua vez, continuou a receber homenagens em encontros de escritores²³⁶, seminários acadêmicos e, até mesmo, em exposições de arte. Por ocasião do cinquentenário da publicação de

²³⁶ Durante a Feira do Livro de 1993, aconteceu o 6º Encontro Estadual de Escritores, oportunidade em que a vida e a obra do intelectual foram debatidas, em Porto Alegre. Ver: LITERATURA chega à outra praça. *Zero Hora*. Segundo Caderno, Porto Alegre, 04 nov. 1993.

O Louco do Cati, em 1993, o artista plástico Eduardo Vieira da Cunha homenageou, durante uma exposição, o romance em que se inspirou.²³⁷

Em 1995, foi celebrado o centenário do escritor, ocasião em que foram lançados dois livros. Um deles, *O cheiro da coisa viva*, organizado por Grawunder (1995a), contém fragmentos de entrevistas do intelectual, o texto de sua autobiografia e o romance *O Estadista*. A segunda publicação, igualmente comemorativa, foi organizada conjuntamente por Márcia Helena Saldanha Barbosa e por Maria Zenilda Grawunder, com apoio da Prefeitura de Porto Alegre, como exemplar da edição do Caderno *Porto e Vírgula*, no qual encontram-se reunidos artigos de pesquisadores de diversas áreas, todos versando sobre a figura de Dyonélio ou a propósito de sua produção científica ou literária.

A comemoração do centenário de Dyonélio contou, ainda, com um ciclo de debates que se desenrolou na Biblioteca Pública de Porto Alegre e com uma exposição sobre sua vida e obra, no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC). Mas, Dyonélio também foi homenageado nas falas de parlamentares em dois momentos, a saber, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pelo deputado Caio Repiso Riela do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²³⁸, e pela vereadora Maria do Rosário do Partido dos Trabalhadores (PT), na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.²³⁹

Tudo o que vislumbramos neste capítulo permite-nos afirmar que, em vida, o reconhecimento de Dyonélio foi tardio. Porém, como fica evidente, a partir de sua morte, tem se processado a recuperação e a valorização das idéias e dos valores defendidos pelo intelectual, o que ocorre, principalmente, por meio de estudos que, na atualidade, elegem sua obra como objeto. Assim, através de publicações científicas e de artigos em periódicos na área das Ciências Humanas, de comunicações e debates em eventos de caráter científico ou cultural, de pronunciamentos do Poder Legislativo e, também, da reedição de obras, chega o reconhecimento ao intelectual, mesmo que tardio.

²³⁷ AS artes devem ter o dom de sugerir. *Zero Hora*: Segundo Caderno, Porto Alegre, 09 nov. 1993.

²³⁸ Ver *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, 76ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de agosto de 1995.

²³⁹ Pronunciamento da vereadora Maria do Rosário na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em homenagem ao centenário de Dyonélio Machado, 10 de agosto de 1995.

O olhar de alguns historiadores e de outros pesquisadores, da área de Ciências Humanas, contemporaneamente, volta-se para Dyonélio Machado e para sua obra, de múltiplas maneiras. Trata-se de um sujeito que desempenhou vários papéis sociais e que, também pela sua cosmovisão, apresenta-se como uma via para estudarmos a arte, a política, a literatura, a saúde, as relações sociais, a cultura e a vida brasileira e, de modo privilegiado, a rio-grandense, no século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 1985, o Governo Francês outorgou a Dyonélio Machado (1895-1985) a comenda da Ordem das Artes e das Letras. Como o escritor falecera, sua viúva, Adalgisa, recebeu a congratulação numa homenagem que foi conferida, considerando-se o conjunto da obra literária do escritor e, igualmente, sua trajetória como intelectual. Foi exatamente sobre a construção ou o delineamento da trajetória desse personagem, o qual identificamos como membro da intelectualidade brasileira, que versamos nessa dissertação.

Dyonélio Machado, oriundo de classe social menos favorecida, órfão de pai na infância, obteve relativo êxito e tornou-se funcionário público e escritor no período da História do Brasil que se convencionou chamar de República Velha (1889-1930). A partir do que foi, inicialmente, observado na trajetória de outros letrados, no âmbito do estudo de Miceli (1977), parece-nos pertinente declarar que o personagem, que recebeu auxílio financeiro de um tio para estudar, contava com um “capital social” resultante da tradição republicana de sua família, a qual ocupava posição de destaque na sociedade quaraíense. Possivelmente, esse foi o motivo que o levou a aderir ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Do mesmo modo, por meio de uma “herança familiar”, tornou-se funcionário público, devido, também, à “expansão do mercado de postos disponíveis que veio a favorecer seus interesses” (MICELI, 1977, p. 23). Além disso, segundo Miceli, a opção pelo ofício de escritor foi, em muitos casos, favorecida pela perda do pai e pela falência econômica, ambas as características presentes, ao mesmo tempo, na trajetória em questão.

De fato, desde a adolescência, Dyonélio dedicava-se a atividades literárias, iniciando com a redação de um pequeno jornalzinho, em companhia de outros garotos. Mais tarde, passou a trabalhar no jornalismo partidário, tornando-se profissional deste ramo e, logo, tornou-se escritor. Em 1923, publicou um livro de ensaios, composto pelos artigos que analisavam a situação brasileira no período pós-guerra, enfatizando aspectos políticos e econômicos. A partir dessa publicação, na qual estão presentes elementos que passarão a ser evocados freqüentemente, como a preocupação com a sociedade brasileira, seus movimentos políticos e instituições, e questões relacionadas à promoção da paz no mundo, entendemos que Dyonélio pode ser chamado de intelectual.

No início da década de 1930, conclui seu curso superior e especializa-se em psiquiatria. Paralelamente, deixa de integrar o PRR. Considerando-se trajetórias de outros intelectuais e suas relações de proximidade e colaboração com o poder, durante a República Velha, essa ruptura não é algo compreensível ou coerente. Todavia, pouco tempo depois, Machado adere aos princípios revolucionários da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista do Brasil (PCB). De fato, ainda que esse tenha sido um questionamento que nos fizemos ao longo da pesquisa, não encontramos, nas memórias do autor, em suas obras literárias ou nas avaliações de seus contemporâneos, resposta adequada para um corte dessa natureza. É nesse período, ainda, que ocorrem a expansão do mercado editorial e a configuração da carreira de romancista no país, o que, de certo modo, influencia-o a compor seu primeiro romance, *Os Ratos* (1935) um dos ganhadores do Prêmio de Romance Machado de Assis da Companhia Editora Nacional.

Preso político de 1935 a 1937, devido a intervenções públicas, defendendo os direitos dos cidadãos, após a anistia, o intelectual cala-se por receio de voltar a ser perseguido. Vítima da repressão e da violência, como muitos intelectuais, Dyonélio emprega suas vivências na criação literária de, pelo menos, quatro romances – *O Louco do Cati* (1942), *Desolação* (1944), *Passos perdidos* (1946) e *Nuanças* (1981) – sua produção diferencia-se da de Graciliano Ramos, escritor que optou por compor suas *Memórias do cárcere* (1953).

Invariavelmente, os livros de Dyonélio receberam pouquíssima atenção da crítica, o que o amargurava, provavelmente, ferindo sua vaidade e orgulho

pessoal. Somente em 1944 é que Moysés Vellinho, afamado crítico literário do Rio Grande do Sul, deu atenção ao autor, então com três obras literárias publicadas – *Um pobre homem* (1927), *Os Ratos* (1935) e *O Louco do Cati* (1942). A crítica de Vellinho provoca amargura no autor, que se ressentia dela a ponto de ainda rememorar-la nos anos finais de sua vida, quando já obtivera o reconhecimento almejado, como vimos em suas correspondências. No entanto, podemos nos perguntar: até que ponto a opinião de Vellinho restringia-se ao campo literário e não aos posicionamentos político-ideológicos de Dyonélio Machado? Não nos parece fora de propósito apresentar a questão desse modo, já que o personagem rompeu com o partido no qual iniciara sua carreira (PRR), filiando-se, justamente, à oposição (PCB). Então, em 1944, por estarem em lados opostos no campo político, talvez, Vellinho tenha externado um juízo que, embora revestido de teor literário, criticava, na verdade, a opção política de Dyonélio pelo comunismo, o que torna inteligível sua manifestação.

Durante o Estado Novo (1937-1945), verificamos que muitos intelectuais deixaram-se cooptar pelo Governo de Getúlio Vargas. De acordo com Miceli,

as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultou-lhes o acesso aos postos e carreira burocráticos em praticamente todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.). Mas no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime de Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um 'negócio oficial', implicando um orçamento próprio, a criação de uma 'intelligentzia' e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. (1979, p. 131)

Coerente com seus ideais, Machado não aderiu a essa proposta, nem se afastou de sua vida social ou abdicou de sua função de intelectual, voltando-se para um trabalho de análise e de compreensão da realidade, conforme enunciou Novaes (2006, p. 11). Nesse contexto, adotou apenas uma atitude de silêncio, talvez em virtude da censura. Entre os diversos significados do silêncio descritos por Rouanet, encontramos um que contempla a atitude do intelectual no período. Trata-se de um silêncio “menos amável, como o imposto pela repressão, nas ditaduras”, que, todavia, não deixa de corresponder a uma fala (2006, p. 79-80).

Em 1945, parte significativa da intelectualidade brasileira reuniu-se no primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. Entre eles figurava Machado, como um dos organizadores do evento, que culminou num manifesto pela redemocratização do país. Esse processo, que, em consequência do enfraquecimento do regime, iniciou-se a seguir, colocou os partidos políticos na legalidade e fixou a data das eleições. Dyonélio candidatou-se nas duas fases do pleito para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, e para a Assembléia Estadual Constituinte, para a qual foi eleito, em 1947. A cassação do mandato, cerca de um ano depois, foi enfrentada por Dyonélio com dificuldade. Ao que tudo indica, entrou em crise e sentiu-se desamparado frente à impossibilidade de ver espelhados os seus ideais no mundo concreto.

De acordo com a análise que o ex-deputado nos oferece nas *Memórias de um pobre homem* (1990), na medida em que narra o episódio que culminou no seu afastamento do PCB e remete-se à linha de ação deste, podemos afirmar que sua experiência de engajamento foi contraditória, na perspectiva assinalada por Leopoldo e Silva (2006, p. 158). Sua militância, como a dos demais intelectuais, era vista pelo partido proletário com desconfiança, por ser membro da “pequena-burguesia intelectual”, o que explica a falta de abertura para que os integrantes desse grupo participassem da direção partidária. Mas, a partir da experiência adquirida com o processo eleitoral e com o mandato parlamentar, Machado verifica que esse “partido proletário” não possuía sua “força intrínseca”, o que teria oportunizado a cassação dos mandatos (1990, p. 116).

A partir de tal experiência, que foi outra fonte de frustrações, o intelectual passou a cultivar um tipo de marginalidade, em parte imposto pela sociedade e, igualmente, auto-imposto. Poderíamos incluir entre possíveis fatores dessa marginalidade, o seu estilo, muito particular, que não se adaptou às contingências impostas pelo tempo; a crítica negativa de Vellinho, que teria dificultado o acesso a outros postos na sua carreira literária; e a identificação de Dyonélio com a militância comunista, isto é, seu posicionamento político-ideológico. Miceli observou que, nesse período,

(...) o ingresso nas fileiras do estamento alcançou extensão considerável e passou a constituir um trunfo indispensável para o êxito junto as demais instâncias do campo intelectual, inclusive naquelas instituições cuja sobrevivência não dependia a rigor, de favores e concessões do poder público. (1979, p. 145)

Entretanto, partindo das reflexões sobre a marginalidade propostas por Davis (1995), parece-nos que Dyonélio Machado ocupou essa posição marginal com certa intencionalidade. A historiadora, que se ocupou da questão da marginalidade de escritores do século XVII, revela que suas personagens, três mulheres, “apreciaram ou adotaram uma posição marginal reconstituindo-a como um centro localmente definido”. Tal atitude teria permitido que provassem um pouco de liberdade em relação às restrições das hierarquias européias, deixando-as de lado, embora não pudessem “fugir totalmente dos centros e das hierarquias” (DAVIS, 1995, p. 196). No caso de Dyonélio, dispomos de seu relato memorialístico, que versa sobre a questão, nas últimas páginas que redigiu.²⁴⁰ Eis a análise da sua própria trajetória, identificando a posição marginal:

Nesta altura da minha narrativa fico com a impressão de me haver lamentado mais do que devia. Logo, me lamentado sem motivo. Porque tive sonhos frustrados? liberdade de locomoção tolhida? mandato de representação cassado? livros recusados pelas editoras? Porque vi aumentar em torno de mim a área de solidão? Necessita primeiro saber o efeito que semelhantes ocorrências produziram na minha pessoa. Para começar, nada disso constitui surpresa. Nenhum desses fatos – essa é a estranha verdade – deixaram de contar com a minha colaboração. Eu fui auxiliar da reação contra mim, desde o momento em que fui seu inimigo, portanto: desde o instante em que me coloquei contra ela. Teria me subtraído a tais vicissitudes com a simples adesão ao seu modo de sentir, pensar, agir. Muitos o fizeram, e, naturalmente, não passaram por nenhum dos dissabores que me acometeram. Resta, porém, saber se são felizes. (MACHADO, 1990, p. 128)

Na década de 1970, Flávio Moreira da Costa, um dos pares de Dyonélio, torna-se seu editor e dá início a um trabalho de divulgação e de valorização do

²⁴⁰ A análise do relato memorialístico de Dyonélio Machado pode ser encontrada em BARBOSA, M. H. S.; GAGLIETTI, Mauro. Frestas da memória: Dyonélio Machado e a edição de si mesmo. In: PASQUALOTI, A.; PORTELLA, M. R.; BERTINELLI, L. A. (Orgs.) *Envelhecimento Humano: desafios e perspectivas*. Passo Fundo: Edupf: Grupo de Pesquisas Vivencer/ CNPq, 2004. p. 95-118.

escritor e de sua obra, com vários romances inéditos. Em poucos anos, o intelectual vê sua criação literária ser legitimada, é recompensado à medida que recebe inúmeros prêmios e, ainda, é convidado para integrar a Academia Rio-Grandense de Letras. No entanto, não participa mais de eventos públicos, como outrora, mantendo uma atitude silenciosa no que se refere às questões políticas, e também não concede entrevistas oralmente, apenas elaboradas por escrito.

É, também, nesse período, que Machado compõe suas *Memórias*. Bosi nos explica sobre as atividades de rememoração dessa ordem que, para os anciãos, elas desempenham a função “de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens” (1998, p. 82). Sob outra perspectiva, Miceli (1979) lança uma compreensão sobre a produção das memórias, feita por intelectuais. O pesquisador constatou que, ao serem empregadas, essas fontes “assume[m] os contornos da trajetória exemplar, às voltas com os dilemas morais, intelectuais e políticos, com que [os autores] se defrontaram” ao longo da trajetória (1979, p. xxv).

Outra consideração interessante do pesquisador, relevante para este estudo, é aquela que se refere à produção de memórias por intelectuais consagrados em vida. De acordo com Miceli, eles

somente praticaram o gênero em circunstâncias especiais, seja aos primeiros sintomas de uma baixa cotação de seu prestígio ou de sua autoridade ‘espíritual’, seja pela oportunidade de converterem sua história de vida em matéria-prima de um tratamento estético, seja enfim porque desejam exibir seu virtuosismo no ofício de escritor. (1979, p. xxv)

À luz dessa afirmação, nós repensamos a prática desse gênero na trajetória de Dyonélio Machado. Cabe esclarecer que a redação das *Memórias* foi iniciada num momento em que o escritor ainda não havia obtido o reconhecimento almejado, de modo que oferecia-lhe uma esperança de que ainda poderia exercer influência em conjunturas futuras da vida intelectual, ou então de lograr, tardiamente, o reconhecimento de seu mérito intelectual, segundo Miceli (1979, p. xxvi). Contudo, verificamos que foi abandonada, em virtude do

intelectual ter recebido, tardiamente, o reconhecimento. Certamente, o texto demonstra a erudição de seu autor, do mesmo modo que se constitui num relato coeso, resultado, sem dúvida, da reelaboração e da ressignificação de suas próprias experiências.

A questão das fontes empregadas, por caracterizarem-se em maior quantidade como escritas auto-referenciais, merece destaque. As correspondências, as entrevistas e o relato memorialístico apresentaram-se como um limite com o qual nos defrontamos para desenvolver a pesquisa. Assim, entendemos que a biografia intelectual aqui apresentada é apenas uma das possíveis versões acerca dessa trajetória.

Ao findarmos esta dissertação, cremos que contemplamos nosso objetivo, de dar a conhecer a trajetória de Dyonélio Machado, considerando seus múltiplos papéis sociais e, especialmente, sua atuação enquanto intelectual. Verificamos, ainda, que esse homem, que silenciou em diversos momentos, desejava compreender a realidade brasileira, na qual estava inserido, para poder dela participar.

Na atualidade, quando convivemos em um ambiente democrático, ideal em prol do qual Dyonélio lutou para ver estabelecido neste país, constatamos, também, o silêncio dos intelectuais. Talvez, como Dyonélio, eles tenham optado pelo silêncio, numa atitude contemplativa e reflexiva, que visa a compreender a realidade de nossa sociedade para, posteriormente, formular discursos que, de alguma forma, recuperem valores universais, os quais parecem ter sido esquecidos.

FONTES

1- Correspondência

- ANDRADE, Mario de. Carta a Dyonélio Machado, em 18 out. 1944. (ALDYM)
- MACHADO, Dyonélio. Carta a Alexandre Alcaraz, em 08 jul. 1935. (ALDYM)
- MACHADO, Dyonélio. Carta a Rachel de Queiroz, em 09 set. 1976. (ALDYM)
- MACHADO, Dyonélio. Carta a Flávio Moreira da Costa, em 09 jan. 1976. (ALDYM)
- MACHADO, Dyonélio. Carta a Paulo Medeiros e Albuquerque, em 22 dez. 1976. (ALDYM)
- MOOG, Vianna. Carta a Dyonélio Machado, em 15 maio 1942. (ALDYM)
- SOUZA JÚNIOR. Carta a Dyonélio Machado, em 19 jul. 1924. (ALDYM)

2- Documentos impressos

- Anais da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947.* Porto Alegre: Imprensa Oficial, mar./jul. 1947.
- Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Imprensa Oficial, ago. 1995. p. 313-321.
- SOARES, João Solon Macedônia. *Relatório apresentado pelo presidente da comissão apuradora.* Porto Alegre: TRE/Imprensa Oficial, 1947.
- FRANCO, Álvaro. RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão médico Riograndense: síntese cultural e histórica: progresso e evolução da medicina no Estado do Rio Grande do Sul.* São Paulo: Ramos, Franco, 1943. 588 p.
- ROSÁRIO, Maria do. Pronunciamento por ocasião da sessão solene em homenagem ao centenário de Dyonélio Machado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Porto Alegre: 10 ago. 1995 (Publicação avulsa).

3- Entrevistas

CARDOSO, Ivan. PIGNATARI, Décio. O centauro dos pampas. *Folha de São Paulo*: caderno Letras, São Paulo, 21 dez. 1991, p. 6-1 e 6-2.

CARVALHO, Murilo. O escritor e seu tempo. *Movimento*, Porto Alegre, 24 nov. 1975, p. 17.

COSTA, Flávio Moreira da. Grandezas e misérias de Dyonélio Machado, o centauro dos pampas. *Escrita*, n. 7, São Paulo, mar. 1976, p. 3-5.

GASTAL, Ney. A literatura está em conflito com a época. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 07 jul. 1973, p. 7.

FERREIRA, Jairo. Surpresa para Dyonélio Machado. *Folha de São Paulo Ilustrada*, São Paulo, 03 fev. 1979, p. 27.

HOHLFEDT, Antonio. Dyonélio Machado, dez anos depois, volta a lançar seus *Deuses Econômicos* hoje. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 set. 1976 (1ª parte da entrevista).

HOHLFELDT, Antonio. Dyonélio deixa como herança a certeza da solidariedade humana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 set. 1976 (2ª parte da entrevista).

JAGUAR, PERES, Glênio e WOLFF, Fausto. Dyonélio Machado, um grande escritor brasileiro (para quem teve a sorte de ler). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, nov. 1979, p. 18-19.

MARTINS, Justino. Dyonélio Machado quebra seu silêncio. *Revista do Globo*, n. 268, Porto Alegre, Globo, 27 jan. 1940, p. 44-45, 58.

MARTINS, Justino. Um livro escrito na cama. *Revista do Globo*, n. 305, Porto Alegre, Globo, 11 out. 1941, p. 32-33, VI.

MONSERRAT FILHO, José. Dyonélio Machado denuncia a estatização da Literatura Brasileira. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 29 jan. 1973, p. 6.

REVERBEL, Carlos. Na prisão onde se encontra, o Dr. Dyonélio traça, sem querer, o seu perfil de idealista e lutador. *A Razão*, Santa Maria, 20 nov. 1935, p. 1.

RODRIGUES, Iara. BONILLA, Aniluz. *Além do Cri-Cri*. Porto Alegre, n. 3. p. 3, ano 10, maio 1980.

STEEN, Edla van. *Viver e escrever*. v. 2. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 123-139.

UCHA, Danilo. Dyonélio: o escritor que abriu a ratoeira. *Zero Hora*, Porto Alegre: Revista ZH, 14 set. 1980, p. 6-7.

4- Periódicos

A Informação, Porto Alegre, 20/03/1921 à 1º/03/1922.

ADIADA para o próximo dia 10 a instalação da Assembléia Estadual Constituinte. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 04 mar. 1946, p. 6.

AMARAL, Azevedo. A consciência do Brasil novo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 out. 1938, p. 5.

AS artes devem ter o dom de sugerir. *Zero Hora*: Segundo Caderno, Porto Alegre, 09 nov. 1993.

BARBOSA, Luiz Carlos. Opinião de outros escritores. *Gazeta Mercantil Sul*, Porto Alegre, 21 jun. 1985, p. 5.

BELLO, José Maria. O velho e o novo Estado brasileiro: organização corporativista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 maio 1938, p. 5.

BORBA, Osório. O congresso de escritores: figuras e fatos da grande concentração de intelectuais do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 fev. 1945, p. 10 e 04.

CALLAGE, Fernando. Desordem intelectual brasileira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 maio 1938, p. 5.

CALLAGE, Fernando. O intelectual moderno e a vida da sociedade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 jan. 1939, p. 5.

CAPITULAÇÃO infame! Pactuando servilmente com os criminosos cassadores. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 15 jan. 1948, p. 1 e 2.

CAPITULAÇÃO vil e subserviência, o ato declaratório da Mesa. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 15 jan. 1948, p. 1 e 2.

CATALDO NETO, Alfredo. Memória SPRS: Dyonélio Machado. *Jornal da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, n. 18, Porto Alegre, jul. ago. set. 1995, p. 16.

COMÍCIO Rio Grande do Sul a Luiz Carlos Prestes. *O Nacional*, Passo Fundo, 01 out. 1945.

CONSUMOU-SE o crime contra os mandatos. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 08 jan. 1948, p. 1.

COSTA, Flávio Moreira da. A Tradição e a Traição. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1972.

COSTA, Flávio Moreira da. O Louco do Cati. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 17 fev. 1979, p. 2.

COSTA, Flávio Moreira da. Prêmio Nobel para Dyonélio Machado. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 19 maio 1979, p. 1.

COSTA, Renato. A technica política do Estado Novo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1938, p. 5.

Diário da Manhã, Passo Fundo (RS), 1946 e 1947.

Diário Popular, Pelotas (RS), 1946 e 1947.

DYONÉLIO Machado enfermou. *O Nacional*, Passo Fundo, 07 jun. 1947, p. 1.

DYONÉLIO Machado recebe o Prêmio Jabuti com 'Os Endiabrados'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 out. 1981.

DYONÉLIO Machado sepultado ontem. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 jun. 1985, p. 5.

DYONÉLIO Machado: um prêmio pra a poesia e a imaginação. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 27 out. 1981.

DUCLÓS, Nei. Quarenta anos de silêncio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 fev. 1979.

EDITORIAL. *Libertação*, ano 1, n. 1, Porto Alegre, 14 abr. 1945, p. 3.

ESTES são os homens que os cassadores querem arrancar da Assembléia. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 23 dez. 1947, p. 2.

GOUVÊA, Paulo. Discurso para Dyonélio. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 17 nov. 1979, p. 5.

- GUIMARÃES, Josué. Um exemplo de grandeza. *Folha de São Paulo Ilustrada*, São Paulo, 03 fev. 1979, p. 27.
- HELENA, Lúcia. Contaminação do passado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1977, p. 8.
- HOHLFELDT, Antonio. O primeiro livro. *Correio do Povo*: Letras e Livros, Porto Alegre, 03 set. 1983.
- HOMENAGEADO por um grupo de amigos o Dr. Dyonélio Machado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 out. 1938.
- HOMENAGEM ao Dr. Dyonélio Machado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1938.
- HONRAM a Assembléia os comunistas eleitos a 19 de janeiro. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 09 jan. 1948, p. 1 e 2.
- HUMANISMO sem limites. *Jornal da Sociedade de Psiquiatria do RS*, julho/ago/set. 1995, p. 5.
- INSTALADA, Ontem, a Assembléia Constituinte. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 11 mar. 1947, p. 1-2.
- INTELECTUAIS de P. Alegre em defesa dos mandatos. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 26 nov. 1947, p. 1 e 2.
- Libertação*, Porto Alegre, 1945 e 1946.
- LITERATURA chega à outra praça. *Zero Hora*: Segundo Caderno, Porto Alegre, 04 nov. 1993.
- LIMA, Correia. Técnica conhecida. *Correio do Povo*, n. 218, Porto Alegre, 17 nov. 1942.
- MACHADO, Dyonélio. A questão social. *A Informação*, Porto Alegre, 07 nov. 1921, p. 1-2.
- MACHADO, Dyonélio. O exame pré-nupcial e a metaphysica do amor. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 abr. 1929.
- MACHADO, Dyonélio. O amor e a sua philosophia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 maio 1929.
- MACHADO, Dyonélio. Reabilitação dos Débeis. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 maio 1929.
- MACHADO, Dyonélio. Sobre a gênese d'um grande livro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1930, p. 1-2.
- MACHADO, Dyonélio. Noite no acampamento: Narrativa de campanha. *Almanaque do Globo*, n. 12, Porto Alegre, Globo, 1928, p. 101-107.
- MACHADO, Dyonélio. Ronda das gotas. *Revista do Globo*, n. 269, Porto Alegre, Globo, 17 fev. 1940, p. 56-57.
- MACHADO, Dyonélio. Os fundamentos econômicos do regionalismo. *Província de São Pedro*, n. 2, Porto Alegre, Globo, set. 1945, p. 128-130.
- MACHADO, Dyonélio. Crimes de mera conduta. *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 26 maio 1973, p. 4.
- MACHADO, Dyonélio. A literatura como consciência do povo. *Escrita*: Ensaio, n. 1, São Paulo, 1977, p. 23-28.
- MACHADO, Dyonélio. Carta de Dyonélio sobre o filme de Ivan Cardoso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jan. 1979.

MACHADO, Dyonélio. Eduardo Guimaraens (Discurso de posse na Academia Rio-Grandense de Letras). *Correio do Povo*: Caderno de Sábado, Porto Alegre, 01 dez. 1979, p. 8-10.

MANIFESTO dos Escritores contra o Parecer Barbedo. *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, 11 mar. 1947.

MARTINS, Justino. O ressurgimento da literatura no Rio Grande do Sul: 1939 será o ano áureo da ficção entre nós. *Revista do Globo*, n. 252, Porto Alegre, Globo, 27 maio 1939, p. 48-51.

MAYA, Alcides. Ao Rio Grande e ao Brasil. *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano 2, n. 19, 11 out. 1930.

MENEZES, Carlos. Carioca e gaúcho ganham o Prêmio Fernando Chinaglia de 82. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 1982.

MIRANDA, Gilberto. Dyonélio Machado – Prêmio Felipe d'Oliveira. *Revista do Globo*, n. 386, Porto Alegre, Globo, 12 maio 1945, p. 16.

MORREU o escritor Dyonélio Machado. *Zero Hora*: Segundo Caderno, Porto Alegre, 20 jun. 1985.

NINGUÉM mais poderá governar nos velhos moldes Ditatoriais e Fascistas. *Libertação*, Porto Alegre, 19 jan. 1946, p. 4-5.

O Nacional, Passo Fundo (RS), 1946 e 1947

REVERBEL, Carlos. Longevidade criadora. *Correio do Povo*: Letras e Livros, Porto Alegre, 03 set. 1983, p. 6.

SERVA, Mario Pinto. O intellectualismo necessário no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 abr. 1938, p. 5.

SERVA, Mario Pinto. A renovação intellectual dos brasileiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 maio 1938, p. 5.

SERVA, Mario Pinto. O novo intellectualismo brasileiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 maio 1938, p. 5.

SILVA, Deonísio da. Pouco lido, mas genial!. *Zero Hora*, Porto Alegre, 02 ago. 1980.

Tribuna Gaúcha, Porto Alegre, 1947 e 1948.

TODOS os setores populares, preparados para a grande festa do povo! *Libertação*, Porto Alegre, 29 set. 1945, p. 2.

UCHA, Danilo. Dyonélio Machado: escritor que sempre lutou pela liberdade. *Zero Hora*: Caderno Cultura, Porto Alegre, 08 dez. 1990, p. 9.

UCHA, Danilo. A França reconhece a obra do gaúcho Dyonélio Machado. *Zero Hora*, Porto Alegre, 07 dez. 1985.

UMA eleição crítica da literatura brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 out. 1977, p. 22.

URBIM, Carlos. A serenidade de um idealista. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 jun. 1985.

5- Obras consultadas de Dyonélio Machado

MACHADO, Dyonélio. *Uma definição biológica do crime*. Porto Alegre: Globo, 1933. 231 p.

_____. *Eletroencefalografia*. Porto Alegre: Globo, 1944a. 92 p.

_____. Neurose Traumática. In: FAILLACE, J. Maya. *Arquivos do Departamento Estadual de Saúde* (1943). Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944b. p. 55-62.

_____. *Deuses Econômicos*. 2. ed. Porto Alegre: Garatuja, 1976. 280 p.

_____. *Endiabrados*. São Paulo: Ática, 1980. 224 p.

_____. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990. 135 p.

_____. Organização, introdução e notas Maria Zenilda Grawunder. *O cheiro da coisa viva*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. 268 p.

_____. Política Contemporânea – Três aspectos. In: Escola do Legislativo do 'deputado Romildo Bolzan' (Coord.) *O pensamento político de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos; 2006. p. 19-51.

6- Documentos datilografados

BERTASO, José Otávio. *Como era charmoso ser comunista*. s/d. 12 f. (ALDYM)

Ficha funcional de Dyonélio Tubino Machado. 10 f. (AGSSE-RS)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. *A revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104 p.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 15-34.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. 120 p.

AZEVEDO, Francisca L. N. Biografia e gênero. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 131-146.

BAKOS, M. M. Continuismo e continuidade na sala de visita do Rio Grande do Sul (Porto Alegre 1897-1937). In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: v.15, 1992. p. 149-177.

BARBOSA, M. H. S.; STUMPF, Derli. Imagens do Estado Novo na narrativa ficcional e memorialística de Dyonélio Machado. In: GAGLIETTI, Mauro; SANTOS FILHO, Francisco Carlos (Orgs.) *Ratos de biblioteca: itinerários de leituras*. Passo Fundo: Ediupf, 2007. p. 68-80.

BARBOSA, M. H. S.; GAGLIETTI, Mauro. Frestas da memória: Dyonélio Machado e a edição de si mesmo. In: PASQUALOTI, A.; PORTELLA, M. R.; BERTINELLI, L. A. (Orgs.) *Envelhecimento Humano: desafios e perspectivas*. Passo Fundo: Ediupf: Grupo de Pesquisas Vivencer/ CNPq, 2004. p. 95-118.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república: de 1930 a 1960*. São Paulo: Edaglit, 1962. 292 p.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997. 187 p.

BONAFÉ, Luigi. Um Herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória sobre Joaquim Nabuco. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007. p. 331-350.

BORDINI, Cecília Machado. Um homem de muitas paixões. In: *Caderno Porto & Vírgula*. Porto Alegre: v.10, 1995. p. 72- 78.

BOSI, Alfredo. Uma trilogia da libertação. In: _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. p. 87-98.

_____. As letras na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*. Tomo III, v. 2, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. p. 293- 319.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004b. 528 p.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 308 p.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2. ed. Brasília: UNB, 1994. 227p.

CANTER, Rita. Relação Modernismo-Regionalismo no Rio Grande. In: LEITE, Ligia C. M. *Modernismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: IEB, 1972. p. 267-274.

CANDIDO, Antônio. Post-scriptum. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p. li-llii.

CARVALHO, Enildo de Moura. *Estados Unidos: espelho do Brasil em Érico Veríssimo e Vianna Moog: um olhar comparativo entre a formação cultural brasileira e norte-americana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 163 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196 p.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19- 43.

COELHO, Marcelo. Engajamento e traição. In: NOVAES, Adauto (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 85- 115.

CORADINI, Odaci Luiz As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 32, 2003. p. 125-144.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 361 p.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 192 p.

_____. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 326 p.

DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 321 p.

DUARTE, José Bacchieri. *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/ Gráfica Ética Impressora, 2003. 615 p.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201 p.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações teórico metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre: n. 13, 1995. p. 19-29.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. 352 p.

ESCOLA do Legislativo do 'deputado Romildo Bolzan' (Coord.) *O pensamento político de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos; 2006. 301 p.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. *Literatura brasileira*. 13. ed. São Paulo: Ática, 1995. 320 p.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992. 160 p.

FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo - borgismo. In: *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul: 2003. p. 263-271.

FUNES, Patrícia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura e política em los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. 440 p.

GAGLIETTI, Mauro. Arqueologia de um político e suas circunstâncias. In: *Caderno Porto & Vírgula*. Porto Alegre: v. 10, 1995. p. 51-56.

_____. *Os discursos de Dyonélio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (tese de doutorado em História). 351 p.

_____. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 2007. 381 p.

GAGLIETTI, Mauro; FREITAS, Décio. O intelectual e a política. In: *Caderno Porto & Vírgula*. Porto alegre: v. 10, 1995. p. 57-60.

GAGLIETTI, Mauro; SANTOS, Beatris Silva dos. Dyonélio Machado: um deputado constituinte do seu tempo. In: GAGLIETTI, Mauro; SANTOS FILHO, Francisco Carlos. *Ratos de biblioteca: itinerários de leituras*. Passo Fundo: Ediupf, 2007. p. 120-155.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ediupf, 2005. 198 p.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel/Bertand Brasil, 1989. p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de 'Il ritorno de Martin Guerre, de Natalie Zemon Davis'. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel/Bertand Brasil, 1989. p. 179-202.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 271 p.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 6. n.11, 1993. p. 62-77.

_____. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007. p. 43-63.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero: CNPq, 1990. 176 p.

GRAWUNDER, M. Z. Memórias de Dyonélio Machado, mosqueteiro das palavras e das idéias. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: 1994. p. 97-101.

_____. (Org.) *Dyonélio Machado: O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995a. 268 p.

_____. Nas asas do Borboleta alegoria dyoneliana. In: *Caderno Porto & Vírgula*. Porto Alegre: v.10, 1995b. p. 30-42.

_____. *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1997. 158 p.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: parte geral (arts.1º a 120 do CP)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007. 816 p.

GRENDI, E. Repensar a micro-história?. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 251-262.

HOHLFELDT, Antonio. *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1987. (Letras Rio-Grandenses). 88 p.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. 160 p.

_____. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Tomo III, v. 1 e 2, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KARLS, Cléber Eduardo. A arte imita a vida: literatura e realidade em Dyonélio Machado. In: *Simpósio Internacional de História. História e multidisciplinaridade: Caderno de resumos* [do] 24.º Simpósio Internacional de História. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 29.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*. Tomo III, v. 2, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 343-374.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. 134 p.

LEITE, Ligia C. M. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. 358 p.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. O imperativo ético de Sartre. In: NOVAES, Adauto (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 151-160.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77-102.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 133-161.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (Org.) *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: REMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 141-184.

LAYTANO, Dante. Depoimento. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 614-618.

LOPES, Marco Antônio. Apresentação. In: _____. (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9- 12.

_____. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: _____. (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 39- 48.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*, Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. 140 p.

_____. *Do Barroco ao Moderno*. São Paulo: Ática, 1989. 200 p.

MACHADO, Paulo Martins. Dyonélio professor. In: *Caderno Porto & Vírgula*. Porto Alegre: v.10, 1995. p. 67-71.

MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. In: *Anos 90*. n. 11, Porto Alegre: PPG/UFRGS. p. 121-143.

MADRUGA, A. *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Tchê, 1986. (Esses gaúchos) 72 p.

MARÇAL, J. B.. *Quaraí: um século de imprensa (1878-1978)*. Porto Alegre: Genbs, 1983. p. 32-41.

_____. *Comunistas Gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 75-81.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006 (Paradidáticos. Cultura). 135 p.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1978. 640 p.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. v. 6. São Paulo: Cultrix, 1978. 596 p.

_____. *História da inteligência brasileira (1933-1960)*. v. 7. São Paulo: Cultrix, 1978. 697 p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979. 210 p.

_____. *Poder, sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)*. São Paulo: Perspectiva, 1977. 86 p.

MORAIS, Fernando. *Olga*. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 259 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002. 306 p.

NOVAES, Adauto. Intelectuais em tempo de incerteza. In: _____. (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 7-18.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As idéias fora de tempo. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 425-436.

OSÓRIO, Cláudio M. da Silva. Dr. Dyonélio, um médico. In: *Caderno Porto & Vírgula*. Porto Alegre: v. 10, 1995. p. 61-66.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. 335 p.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 142 p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992. p. 200-212.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 40. ed. vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Record, 2004. 308 p.

REVEL, Jacques. Apresentação. In: _____. (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 7-14.

_____. Micro-análise e construção do social. In: _____. (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, Renato Janine. O cientista e o intelectual. In: NOVAES, Adauto (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 137- 149.

RICCI, Magda. Como se faz um vulto na História do Brasil. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 147-160.

RICOEUR, Paul. *La memória, la historia, el olvido*. Madrid: Editorial Trotta, 2003. 684 p.

RODEGHERO, Carla S. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 2003. 148 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano: sociedades e política (1930-1964)*. Tomo III, v. 3, 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 361- 443.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como gênero historiográfico algumas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, B. B. (Org.) *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 9-48.

ROMERO, Luis José. *Sobre la biografía y la historia*. Buenos Aires: Sudamericana, 1945. 199 p.

ROUANET, Sérgio Paulo. A crise dos universais. In: NOVAES, Adauto (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 69-83.

RÜDIGER, Francisco R. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: v. 13, 1985. p. 116-143.

SADEK, Maria Tereza Aina. A questão ideológica na década de 30. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 437-450.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 19-36; 71-104.

SANMARTIN, Olyntho. *Um ciclo de cultura social*. Porto Alegre: Sulina, 1969. 214 p.

SANTOS, Nádía M. Weber. *Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental*. Passo Fundo: Ediupf, 2005. 191 p.

SCHMIDT, B. B. Antônio Guedes Coutinho: o cotidiano e as idéias de um militante operário no Rio Grande na virada do século. In: ALVES, Francisco N.; TORRES, Luiz H. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993. p. 109-113.

_____. O Gênero Biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. v. 6. Porto Alegre: 1996. p. 165-192.

_____. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: n. 19, 1997. p. 3-19.

_____. A biografia Histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 121-129.

_____. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: v. 2, n. 3, 2003. p. 57-72.

_____. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. 509 p.

SILVA, H. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: v. 1, n. 1; 2002. p. 25-38.

_____. Biografando um imigrante: mas por que Jacob Aloys Friederichs?. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: v. 2, n. 3; 2003. p. 141-159.

_____. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006. 332 p.

SILVA, H. R. A história Intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antônio (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out.1980. Porto Alegre: Erus, 1983. 719 p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 231-269.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 514 p.

TILL, Rodrigues. *Dyonélio Machado: o homem, a obra*. Porto Alegre: ERT, 1995. 256 p.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 72 p.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 165 p.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 137 p.

_____. *Ciências Sociais e biografia individual* (aula inaugural do curso de graduação em Ciências Sociais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em 6 de março de 2006). 9 p.

VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960. p. 65-77.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 255 p.

WEBER, B. T. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928*. Santa Maria: Ed. UFSM. Bauru: EDUSC, 1999. 250 p.

WOLKMER, Márcia Solange. *Onde começa ou termina o território pátrio: Os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007 (dissertação de mestrado em História). 191 p.

XAVIER, R. C. L. O desafio do trabalho biográfico. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 161-173.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. 216 p.

ZILBERMAN, Regina. De métodos e autores. In: GRAWUNDER, M. Z. *Instituição Literária: análise da legitimação da obra de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1997. p. 5-9.

ANEXOS

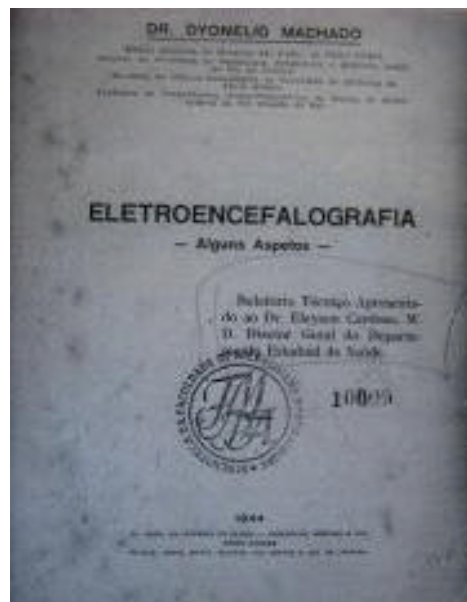
ANEXO A – Capa da Primeira edição de *Uma definição Biológica do Crime* (1933)



ANEXO B – Dyonélio Machado, década de 1930



ANEXO C – Relatório sobre a *Eletroencefalografia*, resultante de uma viagem de estudos na Argentina, publicado em 1944



ANEXO D – Quadro comemorativo da Assembléia Legislativa do Estado de 1947, para o qual Machado não forneceu seu retrato

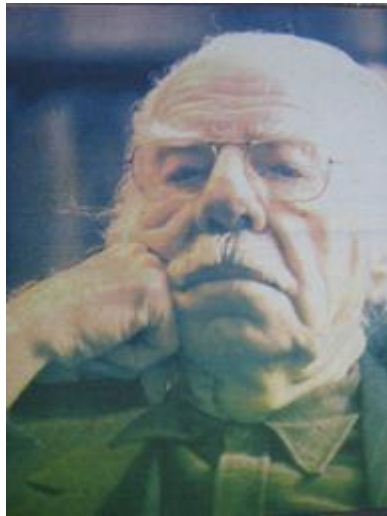


ANEXO E – Comício do PCB realizado em 1945



Dyonélio Machado (direita, de casaco claro) atento ouve Prestes (centro, com a mão levantada) discursar.
Fonte: *Zero Hora*, 19 ago. 1995.

ANEXO F – Dyonélio Machado em 1980



Fonte: *Zero Hora*, 14 set. 1980.